

Abordagens metodológicas em estudos discursivos



Organização:
Cleide Lúcia da Cunha Rizério e Silva
Eduardo Lopes Piris
Josely Teixeira Carlos

Paulistana
~ Editora ~

São Paulo, 2010
ISBN 978-85-99829-47-9

Abordagens metodológicas em estudos discursivos

Copyright © 2010 Dos organizadores

Conselho Editorial

Adail Ubirajara Sobral (UCPel) • Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL) • Anna Maria Grammatico Carmagnani (USP) • Annie Gisele Fernandes (USP) • Eliana Alves Greco (UEM) • Elizabeth Harkot-de-La-Taille (USP) • Helena Hathsue Nagamine Brandão (USP) • Ieda Maria Alves (USP) • Ivã Carlos Lopes (USP) • Ivo José Dittrich (UNIOESTE) • José Rodrigues Seabra Filho (USP) • Lineide Salvador Mosca (USP) • Luiz Antônio da Silva (USP) • Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP) • Marcos Antonio de Moraes (USP) • Maria Helena Cruz Pistori (PD PUC-SP) • Maria Teresa Celada (USP) • Marisa Grigoletto (USP) • Norma Discini (USP) • Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP) • Waldir Beividas (USP) • Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP]

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretora: Prof^a Dr^a Sandra Margarida Nitrini

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof^a Dr^a Ieda Maria Alves

Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof^a Dr^a Elis de Almeida Cardoso Caretta

Diagramação: Eduardo Lopes Piris

Revisão: dos autores

CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; CARLOS, J.T. (Orgs.). **Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Editora Paulistana, 2010. ISBN 978-85-99829-47-9. Disponível em: <http://eped.fflch.usp.br>

Sumário

- 5 A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para a análise de textos
Eliane Gouvêa Lousada
- 21 A expressão da modalidade linguística e a análise de textos acadêmicos
Valdir Heitor Barzotto
- 30 A repressão das paixões: Análise retórico-discursiva da canção buarqueana “Apesar de Você”
Adriano Dantas de Oliveira
- 45 A amplificação na canção popular brasileira
Álvaro Antônio Caretta
- 58 Para a análise das canções de António Variações e além: Semiótica da canção, crítica literária e identidade nacional portuguesa
Carlos Rogério Duarte Barreiros
- 67 Publicidade em revista do mundo dos negócios: entrelaçamentos teóricos
Cleonice Men da Silva Ramos
- 76 Letramento e Ideologia: Jogo de sentido no discurso do Direito
Dionéia Motta Monte-Serrat
- 91 Análise do Discurso e Argumentação: procedimentos teórico-metodológicos para exame do jornal impresso
Eduardo Lopes Piris
- 106 Mário de Andrade: o léxico antropofágico e arlequim do poeta
Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira
- 121 O discurso figurado nas sátiras a religiosos atribuídas a Gregório de Matos: tropos e argumentação
Elizabete Enz Hubert

- 133 Em torno do “Acordo luso-brasileiro” (1909): As
práxis discursivas como (re) construção da nação nas
revistas *O Ocidente* (1878-1914) e *Brasil-Portugal*
(1899-1914)
Fernanda Suely Muller
- 149 Aprender a língua francesa na universidade: uma
proposta a partir de gêneros textuais
Mariana Casemiro Barioni
- 162 O Significado Acional na modernidade reflexiva:
considerações teórico-metodológicas
Paulo Roberto Gonçalves Segundo
- 178 Processo referencial-metafórico e orientação
argumentativa
Renata Palumbo
- 192 Polêmica aberta e polêmica velada: Refrações
discursivas em análise diacrônica do “Roda Viva”
Simone Ribeiro de Ávila Veloso
- 209 O modelo didático do gênero “notícia on-line” numa
proposta sociointeracionista
Thiago Jorge Ferreira Santos

A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para a análise de textos

Eliane Gouvêa Lousada¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a abordagem do Interacionismo sociodiscursivo para a análise de textos. Para tanto, exporemos, primeiramente, a definição do que é o interacionismo sociodiscursivo dentro do quadro mais amplo do interacionismo social, apontando seus eixos de pesquisa. Em seguida, apresentaremos o modelo de análise textual proposto por Bronckart (1999, 2004, 2006, 2008), dentro do quadro teórico-metodológico do Interacionismo sociodiscursivo para a análise de textos, abrangendo desde o contexto de produção textual até a análise de unidades linguísticas, passando pelo nível organizacional e pelo nível dos mecanismos de textualização e enunciativos. Finalmente, para exemplificar o modelo apresentado, proporemos a análise de um texto do gênero resenha crítica.

Palavras chave: gênero textual; interacionismo sociodiscursivo; resenha crítica; folhado textual; contexto de produção.

1. Introdução

Este artigo retoma e amplia nossa apresentação do II EPED (Encontro de Pós-graduandos em Estudos Discursivos da USP – *Abordagens metodológicas em estudos discursivos*), que tinha por objetivo apresentar a teoria do Interacionismo sociodiscursivo (BRONCKART, 1999, 2006, 2008), sobretudo no que diz respeito à análise de textos. Como aponta Bronckart (2006, 2008), o interacionismo sociodiscursivo é uma corrente do interacionismo social que, por sua vez, não é um movimento formalmente constituído, mas uma orientação epistemológica geral, ou um posicionamento epistemológico e político, construído essencialmente a partir das obras de Spinoza, de Marx e de Vygotski (1934/2001). O interacionismo social também é compartilhado por vários pensadores das ciências humanas/sociais, tais como: Buhler, Dewey, Mead, Politzer, mas também, parcialmente, por Durkheim, Wallon, entre outros².

Por sua vez, o interacionismo sociodiscursivo (ISD) pretende realizar apenas uma parte do projeto do interacionismo social. Ele visa a mostrar *o papel fundador da linguagem* e sobretudo do funcionamento discursivo/da atividade discursiva no desenvolvimento humano (BRONCKART, 2006, 2008). Segundo o autor, o ISD conduz trabalhos teóricos e empíricos que se desenvolvem nos três níveis do programa de referência do interacionismo social, a saber: os pré-construídos, as mediações formativas, o desenvolvimento.

Segundo Bronckart (2004, 2008), no nível dos pré-construídos, o primeiro objetivo do ISD foi o de elaborar um modelo coerente de organização interna dos textos. Para tanto, Bronckart e os pesquisadores

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês (FFLCH-USP). E-mail: elousada@usp.br.

² As referências bibliográficas às obras citadas encontram-se nos livros de Bronckart (2006, 2008). Optamos por não mencionar neste artigo, pois são apenas referências retomadas do autor.

de Genebra desenvolveram estudos durante 20 anos, a partir dos trabalhos de: Adam (1990), Genette (1972), Roulet et al. (1985), Weinrinch (1973) etc. e de pesquisas próprias, que deram origem à obra *Le fonctionnement des discours* (BRONCKART e al., 1985). Ainda segundo o autor, estes estudos deram origem ao esquema da arquitetura textual proposto em *Atividade de linguagem, textos e discursos* (1999). Sendo assim, no nível dos pré-construídos, o objetivo do ISD é o de analisar as condições de funcionamento efetivo dos textos, partindo do princípio de que os gêneros textuais são os produtos de uma atividade linguageira coletiva, organizada pelas formações sociais e visando a adaptar os formatos textuais às exigências das atividades gerais.

No nível das mediações, o ISD postula que as mediações formativas se realizam em vários locais, com aprendizes de estatutos diversos (Bronckart, 2008). Dentro desse posicionamento, o ISD interessa-se pelas mediações nos sistemas educativos, pois estes são um local universal de formação nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o ISD desenvolveu trabalhos em didática das línguas, em três eixos: adaptação e modernização dos programas de ensino das línguas vivas; elaboração de métodos segundo o programa do ISD: sequências didáticas para domínio de um gênero e baseada no modelo da arquitetura textual; verificação da medida em que este projeto era colocado em prática, o que deu origem às pesquisas sobre o trabalho do professor (MACHADO, 2007; MACHADO e LOUSADA, no prelo; LOUSADA, 2006; BUENO, 2007; ABREU-TARDELLI, 2006), por exemplo.

Finalmente, como coloca Bronckart (2004) no nível do desenvolvimento, o ISD interessa-se, por um lado, pelas condições de construção das pessoas e, por outro, pelas condições da transformação dos construídos socio-históricos. Em relação às condições de construção das pessoas, o ISD sustenta a necessidade de demonstrar a tese vygotskiana do papel da interiorização dos signos na constituição do pensamento consciente, tendo realizado diversos trabalhos nesse sentido.

Parece-nos, ainda, importante salientar que o ISD é uma teoria em construção, estando constantemente sujeito a revisões, descobertas, recursos a outros autores etc.

Neste artigo, vamos nos interessar pelo nível dos pré-construídos e, portanto, vamos nos limitar a apresentar o modelo de organização interna, ou da arquitetura interna dos textos, que pode ser encontrado na obra *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo* (BRONCKART, 1999) e que é parcialmente retomado e rediscutido em *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano* (BRONCKART, 2006). Após a apresentação do quadro teórico-metodológico do ISD, apresentaremos a análise de um texto segundo esse modelo, com o intuito de exemplificar os conceitos abordados.

Sendo assim, após apresentarmos os pressupostos teóricos que constituem o modelo de análise textual desenvolvido pelo ISD (BRONCKART, 1999, 2004, 2006, 2008) e que faz parte das pesquisas no nível dos pré-construídos, exemplificaremos esse modelo a partir da análise de um texto pertencente ao gênero resenha crítica de filme.

2. O modelo de análise de textos do ISD

Antes de apresentarmos o modelo de análise de textos proposto pelo interacionismo sociodiscursivo, parece-nos essencial esclarecer as definições adotadas pelo ISD a respeito dos conceitos de texto e de gênero textual.

Para Bronckart (1999), o agir languageiro, que designa a realidade languageira constituída de práticas de linguagem situadas, realiza-se por meio de textos. O texto corresponderia a uma unidade comunicativa ou interativa global e poderia ser definido como uma unidade de agir languageiro que veicula uma mensagem organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário, em um determinado espaço e num determinado tempo (BRONCKART, 2006). Dessa forma, como existem diferentes formas de agir languageiro, ou de textos, o autor propõe o uso de “gêneros de textos” e não de gêneros do discurso, considerando que as expressões são equivalentes. Os textos apresentam especificidades que dependem das características da situação de interação na qual são produzidos, das características da atividade que está sendo comentada e das condições sócio-históricas de sua produção. Em outras palavras, segundo Bronckart (2006) todo texto pertence sempre a um gênero, apresentando propriedades genéricas, resultantes da escolha do gênero textual que parece adaptar-se à situação, mas tem especificidades sempre únicas, que derivam das escolhas do produtor em função de sua situação de produção particular.

Ao falarmos em gêneros, parece-nos primordial esclarecer as origens do conceito, assim como as evoluções e modificações propostas pelos pesquisadores nos quais nos baseamos. O conceito de gênero discursivo tem sua origem na obra de Mikhail Bakhtin (1953/1997), que define os gêneros do discurso como sendo “tipos relativamente estáveis de enunciados, presentes em cada esfera da atividade humana e socio-historicamente construídos”. Os gêneros discursivos têm, segundo Bakhtin (1953/1997), três características básicas: tema, organização composicional e estilo. Dentro do quadro teórico do ISD, Bronckart (1999) propõe o termo gênero textual, afirmando que são os textos que se organizam em gêneros, ficando a terminologia tipos de discurso para uma outra categoria que engloba os diferentes “mundos discursivos” que o produtor do texto pode criar (BRONCKART, 1999) e que explicaremos mais à frente.

Para Bronckart (1999), somos confrontados a um universo de textos, organizados em gêneros que se encontram sempre em processo de modificação. Nosso contato com os gêneros textuais ao longo de nossa história, faz com que tenhamos construído um conhecimento intuitivo das regras e das propriedades desses gêneros, mesmo que de forma inconsciente (MACHADO, 2009b). Em outras palavras, o agente produtor do texto tem um conhecimento pessoal e parcial do arquitepo de sua comunidade verbal, entendido aqui como o repertório de textos que pode ser encontrado em sua comunidade e que se organizam em gêneros. O agente produtor tem, assim, acesso a modelos de gêneros disponíveis no

arquitexto de sua comunidade verbal e serve-se deles ao produzir seus textos. É esse conhecimento intuitivo que nos ajuda a produzir apropriadamente textos pertencentes aos gêneros com os quais tivemos mais contato durante a vida.

Para analisar textos, pertencentes a diferentes gêneros, Bronckart (1999, 2006, 2008) propõe um modelo da arquitetura interna dos textos que se concentra na análise do folhado textual, composto: pela infraestrutura global do texto, dividida, por sua vez, em plano geral/global do texto, tipos de discurso, sequências; pelos mecanismos de textualização, divididos em conexão, coesão nominal e coesão verbal; e pelos mecanismos de responsabilização enunciativa, que são constituídos das modalizações e das vozes presentes no texto. Além disso, antes de qualquer análise textual, Bronckart (1999) postula a necessidade de compreender o contexto de produção do texto, tanto no nível mais geral do contexto mais amplo, quanto no nível da ação de linguagem que dá origem ao texto.

Passemos então para o primeiro item, que é a análise do contexto de produção do texto. Nesse nível, analisamos primeiramente o contexto imediato em que o texto foi produzido, ou seja, a situação de ação de linguagem que deu origem ao texto (BRONCKART, 1999; 2006, p. 146). Para esta análise, levantamos hipóteses sobre: quem escreveu o texto, para quem o escreveu, em qual instituição, com qual objetivo. É importante estarmos atentos para o contexto físico que deu origem ao texto, mas sobretudo ao contexto socio subjetivo, ou seja, tentando compreender o local social de onde fala/escreve o enunciatador, para qual destinatário o texto foi provavelmente produzido, em qual local social ele foi produzido e que efeitos o enunciatador queria produzir no destinatário. Além disso, cabe lembrar que o contexto deve ser analisado desde o contexto mais amplo, sociohistórico, ao contexto mais imediato, da ação de linguagem.

Para analisar o folhado textual (BRONCKART, 1999), começamos pelo primeiro nível que é o da infraestrutura geral do texto, composta pelo plano global dos conteúdos temáticos, pelos tipos de discurso e pelas sequências. O plano global dos conteúdos temáticos corresponde aos conteúdos que aparecem no texto, como se fosse um resumo do texto. Já os tipos de discurso, correspondem a mundos discursivos contruídos na produção textual. Os tipos de discurso podem ser entendidos como pertencentes a dois eixos principais: narrar e expor. O eixo do narrar (disjunção), pode ser implicado ou autônomo, ou seja, pode apresentar ou não implicação em relação ao ato de produção (através de dêiticos espaciais, temporais e de pessoa). O eixo do expor (conjunção) pode também ser implicado ou autônomo. Sendo assim, dentro desses dois eixos, há uma outra divisão que dá origem aos tipos de discurso: narrar – disjunto e autônomo (tipo de discurso narração); narrar – disjunto e implicado (tipo de discurso relato interativo) e expor – conjunto e implicado (tipo de discurso interativo) e expor – conjunto e autônomo (tipo de discurso teórico)³.

³ Para maiores explicações sobre os tipos de discurso, ver Bronckart (2006, 2008).

A diferença radical entre gêneros textuais e tipos de discurso consiste em uma das grandes contribuições do ISD, no nível dos pré-construídos. Bronckart (2006) afirma que, enquanto que os gêneros textuais são definidos como uma unidade comunicativa, socio-historicamente elaborada com os recursos de uma dada língua natural e estreitamente dependente das diversas exigências interativas das situações de atividade geral, os tipos de discurso são unidades linguísticas em número restrito, suscetíveis de entrar na composição de qualquer gênero; estas unidades mostram o que Genette (1986) qualifica de « atitudes de locução », com caráter universal, chamadas no ISD de « mundos discursivos ».

Ainda no nível da infra-estrutura textual, BRONCKART (1999) baseia-se em Adam (1990) e propõe uma outra forma de planificação que são as sequências. Diferentemente dos tipos de discurso, essas sequências podem ou não estar presentes, aparecem geralmente combinadas (é difícil encontrar em um texto uma só sequência) e dividem-se em: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal. Além disso, o autor apresenta o grau zero da sequência narrativa, na qual não há intriga, tensão, que seria o script e o grau zero das sequências argumentativa e explicativa, a esquematização, mobilizada quando não há a necessidade de explicar algo de difícil compreensão ou argumentar em favor ou contra algo que pode ser contestável⁴.

Ainda no nível dos pré-construídos, mas no segundo nível de análise do folhado textual, temos a segunda grande contribuição do ISD, que é a identificação e denominação de dois tipos de mecanismos que contribuem para dar aos textos uma coerência global: os mecanismos de textualização, que exploram os recursos linguísticos para assegurar a progressão temática e os mecanismos enunciativos: mais ligados à organização geral do gênero e que tornam explícitos os jogos de vozes e os julgamentos dos quais emana o conteúdo temático de um texto (Bronckart, 1999).

Para Bronckart (1999), o segundo nível do folhado textual é constituído dos mecanismos de textualização, caracterizado pela coerência e pela coesão. A primeira diz respeito às relações entre os níveis de organização de um texto e é explicitada pelos organizadores textuais. Trata-se da conexão entre as macroideias do texto. A segunda pode ser dividida em coesão nominal (retomadas nominais e pronominais; anáforas e catáforas) e verbal (tempos e modos verbais).

No terceiro nível do folhado textual, encontramos os mecanismos de responsabilidade enunciativa que dão a clarificação dialógica do texto (BRONCKART, 2008). Nesse nível, pode-se analisar a questão das modalizações, responsáveis pelas diversas avaliações do enunciador sobre um ou outro aspecto do conteúdo temático e que podem ser divididas, segundo Bronckart (1999) em lógicas, deônticas, pragmáticas e apreciativas⁵. Estas últimas envolvem as apreciações subjetivas do enunciador, que avaliam o conteúdo temático do enunciado como sendo negativo, positivo etc. para o enunciador. Já as vozes

⁴ Para maiores explicações sobre as sequências e suas fases, ver Bronckart (1999).

⁵ Apresentamos apenas a definição das modalizações apreciativas, pois são estas que utilizaremos neste artigo. Para mais detalhes sobre as modalizações, ver Bronckart (1999).

explicitam as instâncias que assumem ou se responsabilizam pelo que está sendo dito e também fazem parte dos mecanismos enunciativos.

Para analisar a questão das vozes encontradas no texto, é importante salientar que o próprio Bronckart (1999) encoraja o recurso a outras teorias que complementem o que é apresentado em seus estudos sobre o ISD. Sendo assim, para a análise apresentada neste artigo, servimo-nos de outros autores que investigam mais a fundo essa questão, tais como Maingueneau (1989, 1991, 2001) e Authier-Revuz (2001). Maingueneau (2001) sustenta que o processo de inserção de vozes pode acontecer por meio de vários recursos, tais como: discurso direto, direto livre, indireto, indireto livre, ilhas enunciativas, aspas, entre outros. Já Authier-Revuz (2001) explora as diferentes formas de modalização autonímica como forma de inserção de vozes. Dentro de sua classificação, utilizaremos, aqui, a questão da inserção de vozes por meio de palavras de outra época, registro, discurso teórico, posição política etc. que é uma das várias formas de identificar a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 23). Além disso, baseamos-nos em Brait (2008) no que diz respeito à ironia como fenômeno de inserção de vozes, já que, para a autora, a ironia acontece por haver conhecimentos partilhados entre locutor e destinatário, no nível dos valores pessoais, sociais ou constituintes de um imaginário coletivo. É através da ironia que o produtor do texto procura chamar a atenção do destinatário para o discurso e conseguir sua adesão (BRAIT, 2008, p. 138).

A partir dos procedimentos metodológicos de análise que acabamos de mostrar, realizamos a análise do texto que apresentamos a seguir.

3. Análise de um texto segundo o modelo do ISD

Nesta seção, propomo-nos a apresentar a análise que realizamos do texto *Da Vinci Code*⁶, publicado na revista francesa *l'Express* em 2006 e pertencente ao gênero textual resenha crítica de filme⁷.

Começando a análise pelo contexto de produção do texto, podemos levantar a hipótese de que se trata de um texto pertencente ao gênero textual crítica de filme, ou resenha crítica de filme⁸, publicada no site da revista *l'Express*, o que se concretiza quando se observa que o texto foi encontrado na seção “culture” da revista, local esse que abarca outras críticas ou resenhas críticas. Trata-se de uma revista

⁶ O texto analisado encontra-se nos anexos.

⁷ Uma análise preliminar do mesmo texto foi inicialmente realizada para uma publicação decorrente de um curso sobre gêneros textuais que ministrei em Curitiba, junto ao governo do Paraná. O artigo em questão ainda não foi publicado.

⁸ A discussão sobre a definição de alguns gêneros como resumo, resenha, resenha crítica e crítica está longe de ter sido resolvida. Alguns autores consideram a resenha como não contendo apreciações e a resenha crítica como contendo apreciações. Para este artigo, consideramos que o resumo retoma o conteúdo da obra sem tecer avaliações ou comentários sobre ela. A resenha faz o mesmo, porém apresenta elementos sobre o contexto geral da produção e da divulgação da obra (MACHADO, 2002). Finalmente, a resenha crítica apresenta todos os elementos anteriores e, ainda, elementos avaliativos, apreciativos sobre a obra. É esse gênero que é comumente chamado de “crítica”. Consultar também Machado, Abreu-Tardelli & Lousada (2004a, 2004b).

francesa de orientação política centro-direita, vista como um macro-enunciador que “abriga” as críticas de Carrière. O autor da crítica é Christophe Carrière, jornalista que escreve na revista desde 2002, na seção “culture”. Lendo seu perfil na própria revista (<http://blogs.lexpress.fr/cinema/about.php>), podemos ver que Carrière quer construir uma imagem de si ligada ao humor, tanto quando fala de si, quanto quando fala de outras coisas, como seu blog, por exemplo. Esta informação é de grande importância para compreender algumas questões que serão abordadas mais a frente, como, por exemplo, o recurso constante à ironia, como estratégia do autor.

O leitor potencial deste texto é provavelmente alguém que tem interesse por cinema, ou por este filme em especial. Trata-se possivelmente de um leitor francófono que tem provavelmente o hábito de ler a revista *l'Express*, sobretudo na seção cultura, ou que tem hábito de ler críticas em diversos meios de comunicação. O texto foi publicado na época do lançamento do filme na França e seus leitores potenciais podiam lê-lo antes ou depois de terem assistido o filme. Nesse sentido, a resenha crítica difere da sinopse que, geralmente, é lida antes de se ver o filme, já que contém, inclusive, os horários e salas de cinema em que o filme é exibido.

Após a reflexão sobre o contexto de produção do texto, passemos para a análise da infraestrutura geral do texto. O texto analisado tem três parágrafos e começa, no primeiro parágrafo, com uma espécie de resumo da história do filme. No segundo parágrafo, temos uma parte que contém mais apreciações sobre o filme, passando do autor do livro ao diretor e roteirista do filme e ao próprio filme. Finalmente, no último parágrafo, temos um conteúdo bem mais crítico sobre o filme. Cabe, ainda, ressaltar que a resenha é um gênero textual, como o resumo, caracterizado pelo fato de trazer em si elementos de uma outra obra cultural, quer apenas resumindo-a (como no caso do resumo), quer resumindo-a e dando uma opinião ou emitindo uma avaliação/apreciação sobre ela (como no caso da resenha crítica). O fato de ser um gênero em que se fala de outra obra cultural deixa marcas linguísticas e organizacionais no texto, como veremos a seguir.

Ainda no nível da infraestrutura geral do texto, percebemos que ele é construído predominantemente pelo tipo de discurso interativo, ou seja, contendo marcas da situação de enunciação em que foi produzido. Nesse sentido, esta resenha difere de outras em que o tipo de discurso predominante é o discurso teórico, como aponta Machado (2002). Para chegar a essa conclusão, analisamos marcas da situação de enunciação que se revelam no texto, tais como dêiticos de pessoa, espaciais e temporais. Encontramos apenas dêiticos referentes à segunda pessoa: *vous*, que aparece duas vezes e que representa o leitor do texto⁹. O *vous* usado pelo autor tem a função de aproximar o leitor do autor, criando uma relação de proximidade entre ambos, como se fosse uma conversa entre amigos: um amigo conta ao outro porque deve ou não ver o filme. No último parágrafo, vemos que o autor do texto

⁹ Há outra referência a “vous”, mas está no interior do diálogo do filme, não representando, portanto, o leitor do texto e a situação de enunciação em que foi produzido.

passa de *vous* para *nous – nos héros* – o que contribui para aproximar leitor e autor do texto, por meio de uma estratégia de convencimento que cria uma relação de cumplicidade entre ambos. Sendo assim podemos atribuir o uso do discurso interativo como uma marca do autor-produtor do texto que constrói uma imagem de si em que se aproxima do leitor e deixando marcas dessa aproximação em seu texto, contrariamente ao que ocorre em outras resenhas.

Quanto às sequências textuais encontradas no texto, observamos a presença de uma pequena sequência narrativa, porém sem as etapas clássicas que levam à tensão, ao conflito que precisa ser solucionado, justamente porque o conflito é solucionado no filme e o autor do texto não quer desvelar a solução do conflito aos leitores. Esta sequência serve, no caso deste texto, apenas para contar elementos da história, no primeiro parágrafo, para que o leitor tenha vontade de verificar o desenrolar da história quando assistir ao filme. Ela serve também para introduzir a sequência argumentativa que vem a seguir, na qual o autor menciona vários contra-argumentos (o filme é fielmente adaptado, os atores principais são eficazes etc) para chegar a seu argumento principal: o problema do filme é que ele se leva muito a sério. A seguir, vemos exemplos que sustentam esse argumento principal, partindo de diálogos dos personagens principais.

Passando para o segundo nível de análise do folhado textual, temos os mecanismos de textualização, compostos pelo sistema de conexão, de coesão verbal e o de coesão nominal. A macroconexão estabelecida no texto, ou seja, a conexão entre as grandes ideias, os parágrafos, não acontece por meio de conectivos, mas sim por meio de verbos ou expressões que interpelam o leitor. Por exemplo, no primeiro parágrafo, temos um verbo no imperativo que interpela diretamente o leitor. No segundo parágrafo, temos uma exclamação (*Oh!*) típica de segmentos em que há diálogo entre os participantes da interação. O terceiro e último parágrafo começa com uma retomada nominal da dupla de personagens, que aparecem no primeiro parágrafo, para, em seguida, serem comparados ao conteúdo do filme, que é abordado no segundo parágrafo. Esse terceiro parágrafo acaba funcionando como uma síntese dos dois primeiros, pois o autor confirma sua opinião sobre o filme, que tinha sido mencionada mais discretamente, por meio da ironia, nos parágrafos anteriores.

Encontramos também elementos conectivos no interior do parágrafo, como, por exemplo, no segundo parágrafo em que vemos um conectivo de causa (*car*) seguido de uma frase com infinitivo que também cumpre a função de aproximar o leitor (*car à moins d'avoir été enrôlé* – o leitor). No terceiro parágrafo temos um conectivo que indica oposição (*or*), servindo para apoiar a argumentação do autor, sustentando que o filme não deve ser levado a sério. Além desses conectivos, a conexão entre as frases se dá por meio de elementos coesivos (*dans ces conditions, Le tandem* etc.) que serão analisados a seguir.

A coesão verbal é dada no texto por meio de uma série de verbos no presente que apresentam as opiniões do autor sobre o filme e alguns verbos no passado, em tempos compostos como o subjuntivo, o

infinitivo passado e outros, que se referem a tudo que precede o filme¹⁰. Assim, o uso do presente marca o tempo da crítica ao filme, enquanto que o

Quanto à coesão nominal, encontramos várias séries coesivas que se destinam a assegurar a não repetição dos personagens e do filme, mas que também contribuem, por meio da escolha dos termos que substituem os referentes, a transmitir a opinião do autor do texto sobre esses elementos. As séries coesivas são construídas a partir dos elementos mais importantes do filme: os personagens e o próprio filme. Sendo assim, temos as seguintes séries coesivas¹¹:

- Robert Langdom: herói – especialista do estudo do signo – ele – X-man do anagrama
- Sophie Neveu: heroína – criptógrafa - neta do conservador do Louvre – ela
- Robert Langdom e Sophie Neveu: os heróis – a dupla (*le tandem*) - eles
- O filme: informação exclusiva (*scoop*) – o filme de suspense (*thriller*) – ele – mistura infame e ecumêmica (*gloubiboulga*¹² *oecuménique*) – série B qualquer

Em relação às séries coesivas, é interessante observar que as escolhas lexicais feitas pelo autor do texto para substituir o referente também denotam sua posição enunciativa em relação a ele. Sendo assim, parece-nos importante ressaltar que o uso de “X-man do anagrama”, de “gloubiboulga écuménique” e de “serie B qualquer” já revelam a crítica de Carrière ao filme. Por esta razão, embora a coesão nominal seja vista, dentro do modelo bronckartiano, como fazendo parte dos mecanismos de textualização, poderíamos dizer que a análise das escolhas lexicais usadas para realizar as retomadas catafóricas e anafóricas (ou seja, a coesão nominal) poderiam permitir uma análise destes termos dentro do nível dos mecanismos enunciativos, que denotam os traços da posição enunciativa do produtor do texto em relação ao conteúdo da proposição¹³.

Quanto aos mecanismos enunciativos tais como eles são descritos no modelo bronckartiano, muitos aspectos podem ser observados em relação às modalizações, mas também em relação às vozes presentes no texto. No que diz respeito às modalizações, encontramos, sobretudo, modalizações apreciativas realizadas por meio de advérbios que contribuem para dar a apreciação do autor do texto sobre o filme. É o caso dos advérbios cuidadosamente (*soigneusement*) e fielmente (*fidèlement*). Ambos são usados para dizer que o filme foi cuidadosamente escondido e fielmente adaptado, mostrando que Carrière opõe o cuidado em relação ao filme, como se se tratasse de um excelente filme, na opinião de outros, à sua

¹⁰ Não analisaremos detalhadamente os mecanismos de coesão verbal, pois eles nos parecem menos significativos para a compreensão desse texto.

¹¹ Há outras séries coesivas que não analisamos por serem menos interessantes para a compreensão dos mecanismos de textualização utilizados no texto.

¹² A palavra gloubi-boulga vem de um desenho animado francês dos anos 70, em que um monstro se alimentava de uma mistura de comida pouco apetitosa. A palavra passou a designar uma mistura pouco interessante, infame.

¹³ Nesse sentido, podemos dizer que contribuímos de alguma forma, neste artigo, para a complementação do modelo de análise do ISD.

própria opinião, mais negativa, como veremos a seguir. Além disso, algumas escolhas lexicais feitas pelo autor, tais como *gloubiboulga écuménique*, *abérrations*, *lieux communs* (lugares comuns), *saintes vérités* (verdades santas) contribuem para fazer com que o leitor construa uma imagem sobre o filme a partir de palavras que carregam um sentido negativo. Assim, Carrière constrói pouco a pouco sua argumentação, levando o leitor a construir uma imagem negativa sobre o filme.

Nestes exemplos, é de se notar a escolha lexical para retomar o herói principal (X-man do anagrama) e do filme (série B qualquer), no primeiro caso denotando ironia, como veremos a seguir, e no segundo caso mostrando desprezo em relação ao filme que não seria digno de uma grande produção cinematográfica, como se mostra, mas de um filme pertencente a uma série B qualquer.

Ainda no que diz respeito aos mecanismos enunciativos, passamos, agora, para a análise das vozes que atravessam o texto de Carrière. Para esta análise, procuramos identificar elementos linguísticos que mostram a presença de vozes, como:

- a) Discurso direto ou indireto: através desses procedimentos, temos a inserção das vozes dos personagens, como por exemplo:
 - Discurso direto: "Elle est juste là!" révèle-t-elle à Langdon ; "On est ce pour quoi on se bat", "Seul compte ce en quoi vous croyez"
 - Discurso indireto: il possède, dit-il, une mémoire eidétique, qui lui permet de jongler comme personne avec les lettres d'une phrase codée
- b) O emprego de aspas, que neste texto também contribui para introduzir a voz de personagens do filme. Assim, quando lemos o seguinte trecho entre aspas "endroit discret pour réfléchir", compreendemos que Carrière atribui essa fala aos personagens, pois associa-a aos heróis do filme. No entanto, sem rever o filme, não podemos ao certo saber se são realmente palavras dos personagens, reproduzidas fielmente, ou interpretações do autor da crítica visando a criar efeitos de sentido, neste caso de autenticidade, utilizando-se de um procedimento descrito por Maingueneau (2001) e chamado pelo autor de "ilhas enunciativas".
- c) Palavras de outro tempo, jargão, etc: por meio desse procedimento, vemos a inserção de palavras que pertencem ao jargão religioso: *Amen ? Vade retro*, ou espiritual: *la quête du Graal*. Não se trata, aqui, de palavras pronunciadas por personagens do filme, mas de palavras escolhidas por Carrière para compor um sentido colado à imagem que o filme tenta construir de si (espiritual, esotérico) e contra a qual o autor se opõe, ridicularizando-a.

Parece importante salientar que, ao lado das vozes dos personagens do filme, trazidas para a crítica, parece surgir um outro mecanismo de inserção de vozes que pertence, desta vez, a uma instância mais profunda, a de um discurso espiritual/religioso que perpassa tanto o filme, quanto a crítica de Carrière. Assim, podemos inferir a intertextualidade pois ela é marcada por uma série de indícios que evocam o caráter religioso/espiritual deste filme (e de outros filmes hollywoodianos também), como a busca do Graal

(*la quête du Graal*) que lembra os filmes sobre a Távola redonda. Além desta intertextualidade marcada, podemos entrever o espaço da interdiscursividade criada entre a compreensão do destinatário e os efeitos de sentido buscados pelo enunciador. Assim, ao lado da ligação com outros textos, encontramos um tom irônico, depreendido do confronto entre a espiritualidade pretendida pelo filme e o tom jocoso de Carrière sobre a religião.

Na verdade, segundo Brait (2008), podemos considerar a ironia como um mecanismo de inserção de vozes. Segundo a autora (BRAIT, 2008, p. 138), o produtor da ironia procura chamar a atenção do destinatário para o discurso e, assim, contar com sua adesão. Pressupõe-se que haja conhecimentos partilhados entre locutor e destinatário, no nível dos valores pessoais, sociais ou constituintes de um imaginário coletivo. Brait (2008: 140) salienta também que o jogo estabelecido entre o texto e as presenças constitutivas em seu interior produz efeitos irônicos, já que propõe uma nova encenação, uma nova “enunciação” do já-dito. É o que percebemos quando Carrière coloca o seguinte trecho: “le fruit de galipettes entre Jésus et Marie-Madeleine”.

Ao colocar em cena a palavra “galipettes¹⁴” ao lado de dois personagens bíblicos, Jesus e Maria-Madalena, certamente compartilhados pelos leitores, o crítico instaura um espaço de interdiscursividade que provoca efeito irônico no destinatário por unir coisas não muito sérias, como *galipettes* a dois ícones da religião católica, fazendo insinuações entre eles. Embora sendo sugerida pelo livro e pelo filme, a possível relação entre ambos adquire, assim, novos contornos no texto de Carrière pela maneira como é posta em cena, propondo a junção de um discurso supostamente sério, o da bíblia, e um discurso jocoso, que se delinea a partir do emprego da palavra *galipette*.

O mesmo acontece com a expressão o “X-man do anagrama”, já que Carrière apela para o conhecimento do leitor do que diz respeito aos diferentes super-heróis, para fazê-lo compreender sua brincadeira ao chamar o herói do filme de super herói dos anagramas. Concluimos, então, que é no espaço interdiscursivo que se forma entre autor e leitor que podemos interpretar o tom jocoso de Carrière: o religioso pretensamente sério do filme contrasta com as brincadeiras de Carrière em relação à religião e em relação ao mundo do cinema. É nesse espaço que se insere a ironia que faz rir o leitor e que podemos compreender como intenção do autor, ao ler o site de Carrière.

4. Considerações finais

A análise que apresentamos aqui teve por objetivo ilustrar os procedimentos teórico-metodológicos do ISD que podem ser usados para a análise de textos. É preciso salientar que esta análise, ilustrativa desses procedimentos, pode ter várias funções no quadro do ISD. Primeiramente, podemos dizer que, ao

¹⁴ Palavra pertencente a um nível de língua mais informal, que quer dizer cambalhotas, mas que também poder ser associado a relações sexuais, como é o caso deste texto.

ilustrar a abordagem da análise dos discursos proposta pelo ISD (BRONCKART, 2006, 2008), ela pode ser usada para análise de textos em geral com objetivos diversos, tendo um fim em si (como foi o caso neste artigo), ou servindo de suporte para um quadro de pesquisa maior, como é o caso dos pesquisadores que usam esses procedimentos teórico-metodológicos para analisar o trabalho e o trabalho educacional, por exemplo Machado (2007, 2009a); Lousada (2006); Bueno (2007); Barricelli (2007); Abreu-Tardelli (2006); Machado e Lousada (no prelo) entre outros. Nesse último caso, pode-se dizer que estas pesquisas contribuem para um outro nível de estudos propostos pelo ISD a partir do interacionismo social, que é o das mediações formativas, como já mencionamos.

Porém, é necessário mencionar também que todas as análises de textos feitas dentro do quadro do ISD podem contribuir também para ampliar o conhecimento teórico e científico sobre os gêneros textuais que circulam em nossa sociedade. Nesse sentido, a análise aqui apresentada teve por objetivo mostrar como analisar textos segundo o quadro teórico do ISD para que se possa elaborar um modelo didático do gênero em questão. O modelo didático tem o objetivo de guiar as práticas de ensino do gênero, sendo uma das etapas da transposição didática que leva à construção da sequência didática (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004). Nesse sentido, é preciso salientar que o modelo didático não precisa ser teoricamente puro, como apontam os autores, já que tem a função maior de apontar as dimensões ensináveis desse gênero e não de esgotar suas análises possíveis. É importante lembrar, ainda, que para a realização do modelo didático de um gênero, é necessário analisar vários textos do mesmo gênero, antes de poder considerar que as características presentes em um texto são as características predominantes de um determinado gênero. Sendo assim, é importante que o modelo didático procure representar as características comuns à maioria dos textos pertencentes àquele gênero. Nessa perspectiva, nossa análise pode contribuir para a realização de outros trabalhos sobre o gênero resenha crítica e/ou crítica de filme.

Referências bibliográficas

- ABREU-TARDELLI, Lília Santos. trabalhodoprofessor@chateducacional.com.br- Aportes para compreender o trabalho do professor iniciante em EAD, 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ADAM, Jean-Michel. **Éléments de linguistique textuelle**. Liège, Mardaga. 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. 2ª reimpressão. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer e al. Campinas: editora da Unicamp, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes. 1953/1997.
- BARRICELLI, Ermelinda. A representação pelos professores da proposta curricular de educação infantil, 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. São Paulo, Martins Fontes. 2008.

- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. 1ª ed. Trad. Anna Rachel Machado. São Paulo, Educ, 1999.
- BRONCKART, Jean-Paul. Pourquoi et comment analyser l'agir verbal et non verbal en situation de travail. In : BRONCKART, Jean-Paul ; Groupe LAF (orgs). **Agir et discours en situations de travail**. Genebra : Cahiers de la section des Sciences de l'Education, n. 103, 2004, p. 9-144.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. 1ª ed. Trad. Anna Rachel Machado; Maria Lucia Meirelles Matêncio. Campinas, Mercado de Letras, 2006.
- BRONCKART, Jean-Paul. **O agir nos discursos** : das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. 1ª ed. Trad. Anna Rachel Machado; Maria Lucia Meirelles Matêncio. Campinas, Mercado de letras, 2008.
- BRONCKART, Jean-Paul e al. **Le fonctionnement des discours**. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse. Paris : Délachaux et Niestlé. 1985.
- BUENO, Luzia. **A construção de representações sobre o trabalho docente**: o papel do estágio, 2007. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GENETTE, Gérard. **Figures III**. Paris: Seuil. 1972.
- LOUSADA, Eliane Gouvêa. **Entre o trabalho prescrito e o realizado**: um espaço para a emergência do trabalho real do professor, 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MACHADO, Anna Rachel. Revisitando o conceito de resumos. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 2002. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- MACHADO, Anna Rachel; ABREU-TARDELLI, Lília Santos e LOUSADA, Eliane Gouvêa. **Resumo**. São Paulo, Parábola, 2004.
- MACHADO, Anna Rachel; ABREU-TARDELLI, Lília Santos e LOUSADA, Eliane Gouvêa. **Resenha**. São Paulo, Parábola, 2004b.
- MACHADO, Anna Rachel. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, Ana Maria Mattos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antónia. (Orgs). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado de Letras, 2007. P. 77-97.
- MACHADO, Anna Rachel. Colaboração e crítica: possíveis ações do Linguísta na atividade educacional. In: Abreu-Tardelli, L. A. Cristovão, V. L. L. (orgs). **O ensino e a aprendizagem de gêneros textuais**. Campinas, Mercado de Letras, 2009a.
- MACHADO, Anna Rachel ; GUIMARÃES, Ana Maria Mattos. O Interacionismo sociodiscursivo no Brasil. In: Abreu-Tardelli, Lília Santos; Cristovão, Vera Lúcia Lopes. (orgs). **O ensino e a aprendizagem dos gêneros**. Campinas: Mercado de Letras, 2009b.
- MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa. (no prelo). **A apropriação de gêneros textuais pelo professor**: em direção ao desenvolvimento pessoal e à evolução do "métier".
- MAINGUENAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas : Pontes Editora, 1989.
- MAINGUENAU, Dominique. **L'analyse du discours**: introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 1ª ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva ; Décio Rocha. São Paulo : Cortez Editora, 2001.
- ROULET, Eddy e al. **L'articulation du discours en français contemporain**. Berne : Peter Lang. 1985

SCHNEUWLY, Bernard ; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 1ª ed. Trad. Roxane Rojo; Glais Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras. 2004.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A Construção do pensamento e da linguagem**. 2ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 1934/2009.

WEINRICH, Henri. **Le temps**. Paris: Seuil. 1973.

Anexos

Anexo I: texto analisado

L'EXPRESS.fr

TOUS LES JOURS, TOUTE L'INFO

Da Vinci Code

par Christophe Carrière, publié le 18/05/2006 - mis à jour le 17/05/2006

© Columbia Pictures Industries INC

Mettons que vous n'ayez pas lu le livre. Le héros, c'est le professeur Robert Langdon, un spécialiste dans l'étude du symbole, car il sait distinguer le trident de Poséidon de la fourche du Diable. Mieux: il possède, dit-il, une mémoire eidétique, qui lui permet de jongler comme personne avec les lettres d'une phrase codée. Le X-Men de l'anagramme ! L'héroïne, c'est la cryptographe Sophie Neveu, petite-fille du conservateur du Louvre, lequel est retrouvé assassiné et nu, dans la position de *L'Homme de Vitruve*, dessin de Léonard de Vinci repris par une célèbre agence d'intérim. Sophie est bien utile pour mener l'enquête, car elle sait où se trouve la Mona Lisa du même de Vinci. "Elle est juste là!" révèle-t-elle à Langdon, tandis qu'ils cherchent des indices dans le fameux musée parisien. Dans ces conditions, ils avancent évidemment à grands pas, dans un jeu de piste qui s'avère carrément la quête du Graal, lequel n'est pas une coupe, mais le fruit de galipettes entre Jésus et Marie-Madeleine.

Oh! Ce n'est pas un scoop. Car à moins d'avoir été enfermé dans une cave ces derniers mois, vous êtes forcément au courant de quoi il retourne. Pour un film soigneusement caché à la presse jusqu'à sa présentation en ouverture cannoise, *Da Vinci Code* est le scénario le plus éventé qu'on ait jamais connu, grâce à 40 millions de lecteurs du livre de Dan Brown, fidèlement adapté par la scénariste Akiva Goldsman, oscarisée pour *Un homme d'exception*. Celui-ci était d'ailleurs réalisé par Ron Howard, metteur en scène de *Da Vinci Code*.

Le tandem n'a rien perdu de son efficacité. Le matériau de base, si. L'erreur fondamentale de ce gloubiboulga oecuménique est de se prendre très au sérieux. Or, comment ne pas rire quand, en quête d'un "endroit discret pour réfléchir", nos héros se rendent, la nuit, au bois de Boulogne, où les prostituées et toxicomanes ont donc autre chose à faire que les espionner? Le thriller, qui pourrait se voir comme une série B quelconque, est truffé de ce genre d'aberrations, et ponctué de lieux communs assésés comme de saintes vérités: "On est ce pour quoi on se bat", "Seul compte ce en quoi vous croyez", etc. *Amen ? Vade retro*, plutôt.

http://www.lexpress.fr/culture/cinema/film-en-salle/da-vinci-code_500516.html

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper aims at presenting the Sociodiscursive interactionism approach to the analysis of texts. In order to do that, we will present at first the definition of sociodiscursive interactionism within the main framework of social interactionism, discussing its kinds of research. After that, we will present the model of analysis suggested by Bronckart (1999, 2004, 2006, 2008), within the theoretical framework of sociodiscursive interactionism to the analysis of texts, from the context of production of the text until the analysis of linguistic unities. We will also present the organizational level, as well as the text and enunciation mechanisms. Finally, in order to give an example of the model, we will show the analysis of a text that belongs to the genre movie review.*

Key words: *textual genre; sociodiscursive interactionism; movie review; context of production; textual organization*

A expressão da modalidade linguística e a análise de textos acadêmicos

Valdir Heitor Barzotto¹⁵

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de nossa pesquisa de pós-doutorado (FAPESP)¹⁶, cujo foco foi a modalização em textos acadêmicos que se dedicam a refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa em sua relação com a leitura e a escrita de professores, ou pesquisadores, em formação. Tomamos como corpus dois grupos de textos pertencentes aos bancos de dados de dois projetos em andamento: a) textos a respeito do ensino de Língua Portuguesa constantes nas bibliografias das disciplinas da Licenciatura responsáveis pela junção dos estudos da linguagem com o ensino - projeto Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa (PROCAD-NF/CAPES) -, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores da USP, UFMA e UERN; b) rascunhos de diferentes versões de trabalhos escritos por um pesquisador em formação, em diferentes etapas de seu percurso - projeto Movimentos do escrito, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Produção Escrita e Psicanálise-GEPPEP.

Palavras-chave: modalidade linguística; leitura; escrita; formação de professores; ensino de língua portuguesa.

1. Introdução

O presente trabalho propõe um estudo dos textos acadêmicos sobre o ensino de língua portuguesa e das relações estabelecidas pelo profissional em formação¹⁷ entre suas leituras prévias e a escrita de seu próprio texto no momento em que precisa demonstrar condições de refletir sobre o ensino da língua materna. A principal justificativa da pesquisa, da qual este trabalho é resultado parcial, está, portanto, no aprimoramento da formação de professores, principalmente no que concerne à leitura e à escrita de textos resultantes de pesquisa. O diferencial, no entanto, reside na proposta de que as instâncias formadoras voltem-se para seu interior a fim de refletir sobre os materiais a que os futuros professores estão sendo expostos durante sua formação e as orientações de sentidos neles presentes.

Visando a delimitar tanto o corpus quanto o foco da análise, escolhemos a *modalidade linguística*¹⁸ usada pelos autores em torno dos diferentes pólos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa (professor, escola, aluno, disciplinas, formação, etc). XX

¹⁵ Docente dos Programas de Pós-Graduação de Educação (FE-USP) e Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP). E-mail: barzotto@usp.br.

¹⁶ Realizado no Laboratório de Estudos Românicos, da Universidade Paris VIII, sob supervisão da Profª Drª Maria Helena de Araújo Carreira.

¹⁷ Usaremos as palavras professor, pesquisador e a expressão profissional em formação, para designar o mesmo sujeito. Tal decisão está relacionada ao fato de que a defesa de que um professor seja também um pesquisador data de tempo suficiente e já conta com um acúmulo de trabalhos versando sobre o assunto a ponto de não precisarmos mais discorrer sobre o assunto.

¹⁸ Termo criado por Bally, em 1932, para designar a marca que imprime o sujeito falante em seu enunciado.

O estudo está relacionado a dois projetos de pesquisa em andamento. O primeiro chama-se *Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa*.¹⁹ Nele, investigamos quais são os conhecimentos mobilizados na formação de professores em disciplinas da licenciatura que recebem nomes como Metodologia do Ensino de Português, Prática de Ensino de Português e Literatura, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literatura, etc. Entre os objetivos do projeto está *compreender algumas das representações*²⁰ sobre o que seja a formação do professor de Língua Portuguesa e seu ensino-aprendizagem hoje. Esse interesse motivou a reunião de um vasto número de programas de tais disciplinas com suas respectivas bibliografias, por meio das quais acreditamos ser possível conhecer as leituras propostas aos estudantes de Licenciatura em Letras.

O segundo é intitulado *Movimentos do Escrito*,²¹ cujo banco de dados é composto por versões produzidas no decorrer da formação universitária, em exercícios de escrita caracterizados como requisitos para a formação de um pesquisador, ou de um professor com perfil de pesquisador. Entre tais dados temos relatórios de estágio ou de pesquisas de alunos de graduação, projetos de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em um dos eixos investigativos do projeto *Movimentos do Escrito* nos interessamos em saber, entre outras coisas, quais são os modos de incorporação dos textos lidos pelos alunos à sua produção.

Os dois bancos de dados permitem fazer um trajeto complementar. Enquanto o primeiro possibilita um panorama dos conhecimentos fornecidos ao aluno em sua formação, o segundo permite localizar a recuperação deste conhecimento nos exercícios de escrita deste aluno.

Nossa escolha se deu por acreditarmos na hipótese de que um rastreamento dos modos como se faz referência, nos textos usados na formação, ao professor, à escola, aos objetos de ensino, etc pode contribuir para a compreensão dos aspectos formais dos textos acadêmicos sobre o assunto, bem como permite ainda uma aproximação da constituição de sentidos em relação aos tópicos abordados. Dessa construção podem-se depreender as representações do que seja o professor e seu trabalho, e, de uma certa maneira, do que seja a escrita e sua função.

¹⁹ Projeto aprovado no Edital Procad-NF N° 08/ 2008 da CAPES, proposto pelo programa de Pós-graduação em Educação do CCSO/UFMA, tendo como Associada I o programa da FE/USP e Associada II o programa de Pós-Graduação em Letras do CAMEAM/UERN. Os coordenadores das equipes locais são respectivamente, Antonio Paulino de Sousa, Valdir Heitor Barzotto e Maria Lúcia Pessoa Sampaio.

²⁰ Parte dos esforços empreendidos pela equipe proponente consiste na construção de um aparato teórico capaz de embasar os estudos sobre a formação do professor de português a partir do recorte feito para compor os programas e as aulas da licenciatura que se encarregam mais diretamente do ensino de Língua Portuguesa. Nesse sentido, a noção de representação vem sendo mobilizada pela equipe a fim de verificar sua produtividade, passando por autores como Serge Moscovici e Stuart Hall, e aproximadas ou confrontadas com outras, como identidade, identificação e imaginário.

²¹ O Projeto é coordenado por nós em parceria com a Profa. Dra. Cláudia Rosa Riolfi, no âmbito das atividades do *Grupo de Estudos e Pesquisas Produção Escrita e Psicanálise – GEPPEP*, na FE/USP. Em 2009 o grupo conta com a participação de 11 doutores, 6 doutorandos, 6 mestres, 9 mestrandos, 1 graduado e 2 graduandos. Site: <http://paje.fe.usp.br/~geppep/index.htm>. Contato: geppep@usp.br.

Complementarmente, acreditamos que a verificação dos pontos de ancoragem da produção dos pesquisadores em formação em suas leituras prévias tem importância para a compreensão e definição da formação de professores. A compreensão dos procedimentos de textualização das palavras do outro pode contribuir para aprimorar as propostas de ensino da leitura e escrita em cursos de formação destes professores.

O estudo pontual das operações linguísticas de expressão da modalidade envolvidas na interface entre leitura e escrita permitem compreender melhor os pontos de apoio da escrita de pesquisadores em formação nos textos lidos. Disso, podem-se depreender as identificações do profissional em formação.

Por esse motivo nos propomos a fazer um rastreamento das modalidades linguísticas em textos sobre o ensino de Língua Portuguesa usados na formação do professor, para verificar em seguida, em que medida tais modalidades são apropriadas por quem está em formação.

Em função disso buscamos responder a duas perguntas que propulsionam nossa pesquisa:

- d) Por meio da análise dos textos que versam a respeito do ensino de Língua Portuguesa, é possível depreender padrões nas modalidades utilizadas quando se faz referência aos pólos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (professor, escola, aluno, disciplinas, formação, etc.)?
- e) O pesquisador em formação apóia sua escrita nas modalidades linguísticas utilizadas nos textos lidos?

2. Precedentes

Em pesquisa de iniciação científica apoiada pelo CNPq, SUGIYAMA (2006), orientado no âmbito das pesquisas que vimos desenvolvendo, tivemos uma pequena amostra da ancoragem que os autores de dissertações de mestrado fazem nos textos lidos em busca de embasamento ou por exigência de seus professores.

SUGIYAMA dedicou-se à análise de um *corpus* composto apenas de dissertações escritas por professores que, antes de ingressar em um programa de pós-graduação *strito sensu*, atuaram por, pelo menos, cinco anos na escola básica e afirmaram no texto terem mudado sua prática e sua concepção de ensino de Língua Portuguesa a partir do exercício da pesquisa.

O rastreamento das leituras feitas por tais autores, a partir das citações presentes em suas dissertações, mostrou que eles apoiaram suas afirmações naquelas contidas nos textos lidos. Agora buscamos verificar se a expressão da modalidade presente na bibliografia mobilizada pelos pesquisadores em formação desempenha papel importante em suas ancoragens textuais.

O que a análise SUGIYAMA trouxe como contribuição foi que, transpondo para seus trabalhos afirmações contidas na bibliografia, em especial afirmações de que esta ou aquela área seria importante para promover mudanças na prática de sala de aula, alguns dos autores das dissertações por ele analisadas

parecem não ter sido desafiados, durante o percurso de formação em que se encontravam, a buscar um maior domínio da área divulgada nos textos de que se serviu. Em consequência, na maioria das vezes não chegam a sustentar a importância de tais áreas por meio da operacionalização de seu aparato teórico no capítulo relativo à análise dos dados. Percebeu-se que é mais comum a afirmação da importância do que sua efetivação.

A avaliação positiva obtida nos programas em que desenvolveram seus trabalhos nos faz pensar nas concepções de escrita, pesquisa e pesquisador neles legitimados. Por isso destacamos a importância em continuar a desenvolver pesquisas sobre a relação estabelecida pelo pesquisador em formação com o conhecimento a que tem acesso, bem como com a própria escrita²².

Outro estudo que exemplifica a importância da investigação sobre o domínio da leitura e da escrita no ensino superior é a tese de doutorado de Fabiano (2007), também orientada no mesmo grupo de pesquisa. Analisando a produção escrita de alunos de graduação, a autora observa que nem sempre a formação que recebem permite a produção de textos em condições de ir além da reformulação da materialidade linguística do texto do autor tomado como referência:

Esse procedimento de parafrazação é bastante presente nos textos acadêmicos. Trata-se de um tipo de incorporação das referências das leituras feitas para embasamento teórico dos trabalhos acadêmicos. A prática da paráfrase, presente na construção de textos dos alunos, não mobiliza além de palavras de autores estudados para dar sustentação à elaboração do seu texto (...) (FABIANO 2007, p. 109).

O tipo de ancoragem que mais se destacou nas investigações que vimos fazendo foi a que pudemos enquadrar no que Bakhtin (1988: 148), chamaria de “discurso que serve para transmitir” e não propriamente no que chama de “discurso transmitido”. Para compreender melhor tomemos um caso hipotético de um autor que afirme em sua dissertação de mestrado que a Fonética é importante para a alfabetização, mas que não faça demonstrações de um maior domínio desta área para a alfabetização no momento de analisar dados coletados em sala de aula. Afirmações com apoio em modalização que serve para expressar julgamento positivo com relação à importância da fonética refletem uma adesão ao “discurso que serve para transmitir”, ao passo que o emprego da fonética para explicar alguns elementos da escrita da criança, refletiriam não só a adesão, mas a apreensão do “discurso transmitido”.

Em função dos resultados dos estudos precedentes, nos dedicamos uma vez mais ao estudo de textos sobre o ensino de Língua Portuguesa, neste momento com foco na expressão da modalidade linguística, tomando dois tipos de materiais para análise: a) Versões publicadas, verificando os modos como as influências dos textos que seus autores leram podem ser percebidas em seu processo de construção. b)

²² É importante remeter aqui à noção de ‘rapport à l’écriture’, de Christine Barré-de-Miniac expressa em *Les collégiens et l’écriture. Des attentes familiales aux exigences scolaires*. Paris : ESF éditeur, 1993. p. 27: « cette expression ne désigne ni l’écriture elle-même ni les compétences et performances en la matière, mais une liaison d’un sujet à un objet. Ce rapport naît de colorations multiples, conscientes ou inconscientes, qui dirigent le sujet et le mettent en liaison avec l’écriture. »

Versões anteriores àquela considerada definitiva, visando a encontrar marcas das relações estabelecidas com os textos de base.

Convém ressaltar que consideramos os modos de estabelecimento de relações com as palavras do outro verificados nos trabalhos citados acima como etapas distintas no domínio da escrita por parte do sujeito em formação. No entanto, acreditamos ser importante o aperfeiçoamento deste domínio, sob pena de que se aceite o produto destes contatos com os textos lidos com produtos considerados finais na aquisição da escrita e na produção do conhecimento.

Por isso defendemos a necessidade de estudos sobre as possíveis ancoragens textuais feitas por pesquisadores em formação, sejam estas feitas por meio do estudo das modalidades linguísticas presentes nos textos lidos, como escolhemos para este momento de nosso trabalho, seja com base em outras vertentes. Nosso intuito aqui é reconhecer de várias formas as relações estabelecidas entre pesquisadores e seus referentes e entre pesquisadores e textos lidos. Nosso esforço de pesquisa está calcado na aposta de que quanto mais conhecimentos acumularmos sobre os procedimentos de textualização das palavras do outro, melhor poderemos formalizar propostas para o ensino específico da leitura e da escrita para professores em uma formação calcada na pesquisa.

A seguir, demonstraremos nossa aproximação gradual aos dados, observando diferentes manifestações do uso de modalidades linguísticas representativas das ocorrências encontradas no *corpus*.

Exemplo 1: extraído de um texto já publicado sobre ensino de Língua Portuguesa:

o professor tem dificuldade/não sabe/não está preparado [...] o professor deve/tem que

Trata-se de excerto modelo, representativo de inúmeros outros que aparecem no *corpus* e, portanto, não nos deteremos muito sobre ele.

A expressão da modalidade axiológica (Pottier, 1987; Carreira, 1994) *tem dificuldade*, usada em geral para referir-se à relação do professor com o conhecimento, vem combinada na maioria das vezes com a modalidade deôntica (Pottier, 1987), propondo uma obediência ativa (Greimas, 1976), por meio do verbo modal *dever* complementado por *fazer*.

Exemplo 2 - extraído de um texto publicado, que se apóia em uma tese em andamento

O exercício proposto filia-se a uma antiga tradição escolar (...).

Encontramos dados bastante semelhantes em textos publicados em francês, sobre o ensino de francês como língua materna. Como temos interesse no texto do pesquisador em formação, selecionamos um artigo publicado, mas que se apóia, segundo seu autor, em uma tese de doutorado que ainda estava sendo desenvolvida no momento da publicação.

O artigo foi escolhido porque relata uma apresentação feita por um professor sobre uma atividade realizada em classe e, após o relato traz a análise feita pelo pesquisador, que indica várias falhas no

trabalho do professor. Dentre os enunciados presentes no texto, o que escolhemos destacou-se por ter sido repetido ao longo do texto.

Chamamos a atenção sobre o sintagma *antiga tradição escolar* em sua relação com a seguinte definição de modalidade: “traço de uma avaliação subjetiva (atitude do sujeito falante ou escrevente), mas também de uma avaliação intersubjetiva do mundo (partilhada por uma comunidade linguística)”²³. (GALATANU, 2005, p. 157).

Bastante partilhadas pelas comunidades argumentadoras sobre o ensino, as três palavras juntas contribuem para a constituição de sentidos como ultrapassado e de menor prestígio.

Outro enunciado que se repete ao longo do texto é o de que o professor *não tem consciência*, ora sobre a historicidade e das contradições dos modelos que segue, ora sobre as contradições internas ao seu trabalho, por exemplo entre o exercício dado e as orientações dadas para resolvê-lo.

Do mesmo modo que no texto publicado no Brasil, exposto anteriormente, o texto publicado na França, por meio da modalidade axiológica, assegura que o professor não tem x, bem como lhe faltaria consciência sobre os problemas relacionados aos seus conhecimentos e à sua prática.

Exemplo 3: Extraído de um relatório de estágio entregue ao professor como versão final.

O professor é bastante preocupado com que os alunos tenham uma boa educação, mas parece estar um pouco cansado desta atividade, demonstrando às vezes desinteresse pelas próprias aulas, mas em detrimento das suas falhas, consideramos sua prática pedagógica bastante boa.²⁴

Esse excerto de relatório foi selecionado em função do contexto em que foi produzido. O profissional em formação que o produziu está sendo formado em uma perspectiva mais recente, na qual o julgamento negativo das ações do professor não é o eixo central que sustenta a escrita resultante de uma pesquisa em sala de aula. Essas condições de produção, ao nosso ver, imprime características específicas ao texto do relatório.

Usando *parece, um pouco* e *às vezes*, o autor alinha três modalidades que permitem evitar afirmações categóricas. Uma possibilidade de compreensão deste encadeamento de modalidades seria a necessidade de amenização da carga semântica negativa que viria na afirmação de que o professor teria *desinteresse pelas próprias aulas*.

²³ Tradução nossa de « trace d'une évaluation subjective (attitude du sujet parlant ou écrivain), mais aussi d'une évaluation intersubjective du monde (partagée par une communauté linguistique), »

²⁴ O excerto 2 foi coletado e analisado por OLIVEIRA, Odisséa B. de. *Discurso dos licenciandos em ciências biológicas: um caminho para a reflexão sobre a formação de professor-autor*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Depois foi retomado no artigo OLIVEIRA, Odisséa B., TRIVELATO, Sílvia L. F., e BARZOTTO, Valdir H. *Os licenciandos e a prática docente: consensos e tensões*. mimeo

Por saber que seu julgamento é contundente demais e por conhecer as críticas sobre a disposição da Universidade para criticar o professor a qualquer preço, o texto inscreve-se no interior da tensão entre um discurso avaliativo e outro que se opõe a esta vertente.

Trata-se de afirmação, cuja gravidade o locutor parece não poder admitir ou não se sentir à vontade para declarar de modo direto. Essa percepção pode justificar as três modalizações, originárias justamente da tensão entre a necessária crítica, que o estagiário julga que deve ser feita, e as posições defendidas hoje na universidade por aqueles que já não se contentam mais com a repetição pura e simples de mais uma crítica ao trabalho do professor. O embate, então, estabelece-se entre as próprias vozes agenciadas pelo locutor nos diferentes espaços discursivos pelo quais transita. (OLIVEIRA, TRIVELATO e BARZOTTO, 2009)

A escolha deste excerto do *corpus* deve-se justamente ao fato de ele permitir verificar ancoragens em discursos de perspectivas diferentes. Pelos procedimentos de textualização das ações do professor é possível flagrar um sujeito num momento de decisão por um caminho a seguir, que ainda não se fixou. Por um lado, apóia-se nos discursos correntes, materializados em textos fartamente lidos em cursos de licenciatura, mas também disponíveis na mídia em geral, cuja tônica é atribuir ao professor defeitos, deficiências que seriam obstáculos à qualidade de ensino. Por outro, já cede aos discursos que não seguem a mesma linha, assim como não autorizam um estudante a assumir como suas as críticas que encontra prontas antes mesmo de se iniciar na prática profissional de sala de aula. Não se pode deixar de notar que, por outro lado, ainda, o aluno percebe que há críticas a fazer ao trabalho que observa e analisa. No entanto, já está sendo formado numa perspectiva que aponta para a necessidade de encontrar outros caminhos para escrever sobre a prática do professor.

3. Conclusão

Os dados analisados indicam para a existência de uma vertente majoritária que explica possíveis problemas no ensino atribuindo a responsabilidade ao professor e passando a propor o que fazer. Com essa aproximação aos dados respondemos parcialmente nossa pergunta a). Ou seja, quando se trata de escrever sobre este pólo específico do processo de ensino e aprendizagem - o professor - pode-se notar um padrão na expressão da modalidade, indicando frequentemente na direção de construir um sentido negativo.

Os procedimentos de textualização das condições do fazer e do obedecer do professor, pólo importante do ensino e da aprendizagem, mostraram-se importante à pesquisa por dois motivos:

- a) contribuem para a constituição de sentidos para as ações do professor;

- b) esses sentidos tem sido absorvidos por aqueles que estão em formação, inclusive com prioridade com relação a outros sentidos sobre, por exemplo, postulados teóricos postos em circulação nos mesmos textos.
- c) legitimados estes textos na universidade, produz-se uma imagem de escrita acadêmica, qual seja, a que admite que a produção não se dá pelo domínio do conhecimento, mas do que se deve dizer sobre o conhecimento, ou seja na expressão da modalidade que lhe dá suporte.

Reiteramos, então, que, ao analisarmos os usos da modalidade linguística e suas reverberações em textos em construção, podemos compreender melhor de que modo os limites indicados em um texto, considerado como um trabalho de um sujeito, tem influenciado na escrita de outro texto. No nosso caso, apontamos para o risco de, num processo de formação em que o estudante precisa escrever sobre o ensino de língua portuguesa, ele passe a demonstrar que absorveu posições como “o professor não sabe x”, mas sem demonstrar que ele mesmo passou a saber este “x”, que aprendeu a afirmar que é importante o professor saber.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: A. Franke, 1950.
- BARRÉ-DE-MINIAC, Christine. **Les collégiens et l'écriture. Des attentes familiales aux exigences scolaires**. Paris : ESF éditeur, 1993.
- CARREIRA, Maria Helena de Araújo. Para uma leitura guiada de Sémantique Générale de Bernard Pottier com adaptações ao Português. **Porto: Línguas e Literaturas**, Revista da Faculdade de Letras. p. 147-180, 1994.
- _____. Modalidades Linguísticas do Português e sua tradução em francês. **ICALP Revista**. Portugal: Instituto Camões, 2006. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/modalinguistic.pdf>
- GALATANU, Olga. La sémantique des modalités et ses enjeux théoriques et épistémologiques dans l'analyse des textes. In : GOUVARD, Jean-Michel. **De la langue au style**. Presses universitaires de Lyon, 2005.
- FABIANO, Sulemi. **A prática da pesquisa como sustentação da apropriação do conhecimento na graduação em Letras**. São Paulo, 2007, 211f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências da Linguagem, Universidade Estadual Paulista/Araraquara.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico. Da modalidade**. Trad. Cidmar Theodoro Pais. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- OLIVEIRA, Odisséa Boaventura de. **Discurso dos licenciandos em ciências biológicas: um caminho para a reflexão sobre a formação de professor-autor**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____; TRIVELATO, Sílvia L. Frateschi; BARZOTTO, Valdir Heitor. **Os licenciandos e a prática docente: consensos e tensões**. 2007. mimeo.

POTTIER, Bernard. **Théorie et analyse en linguistique**. Paris: Hachette, 1987.

SUGIYAMA Jr., Ênio. **Linguística e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa**: limites e possibilidades da circulação do conhecimento. Relatório Final de Iniciação Científica. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper is a partial result of our Postdoctoral research (FAPESP)[1], which focuses on modalization in academic texts that intend to discuss the teaching of Portuguese language in relation with the reading and writing of teachers and researchers in formation. The corpus is composed by two groups of texts regarding to two different research projects still in progress: a) texts about Portuguese Language Teaching that are listed at the References section on the Programme of disciplines related to the formation of teachers, which are responsible for the convergence of Language Studies and Education Studies – Research Project named “Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa” (PROCAD-NF/CAPES) – developed by a joint research group from USP, UFMA e UERN; and b) several different versions of articles written by a researcher in formation, corresponding to the several stages of his development - Research Project named “Movimentos do escrito” by the Grupo de Estudos e Pesquisas Produção Escrita e Psicanálise-GEPPEP.*

Key words: *Linguistic modality, Reading, writing, teacher’s formation, Portuguese Teaching.*

[1] *Study performed in Laboratório de Estudos Românicos, at University of Paris VIII, under the supervision of Prof. Dr. Maria Helena de Araújo Carreira.*

A repressão das paixões: análise retórico-discursiva da canção buarqueana “Apesar de você”

Adriano Dantas de Oliveira²⁵

Resumo: Temos neste artigo, e como proposta de trabalho, a exposição de um modelo teórico-analítico a ser utilizado na análise de canções buarqueanas com temática sócio-política do período da ditadura. Como corpus para esta exposição, utilizamos a canção “Apesar de você” de 1970. A fim de revelar traços ideológicos e paixões presentes e suscitadas por meio da canção, selecionamos um arcabouço teórico fundamentado em conceitos da retórica clássica e da nova retórica, relacionados, ainda, a alguns conceitos da semiótica discursiva. Dessa forma, abordaremos como cada movimento retórico é realizado a cada proposição enunciada na canção, e de que maneira o orador suscita paixões e efeitos de sentido, utilizando a ambiguidade e a figuratividade como recurso retórico; a utilização da inferência como suporte da polissemia de leituras autorizadas e, conseqüentemente, as manifestações de sentido e de paixões no discurso da canção.

Palavras-chave: discurso; retórica; semiótica; paixões; sentido

1. Introdução

Com o intuito de fazer uma breve contextualização, consideramos pertinente abordar alguns aspectos da época da composição da canção que analisamos. Julgamos importante retomar tais aspectos para revisitarmos, mesmo que de maneira rápida, as relações de tensividade política e o embate de ideias e ideais da época, espaço e tempo delineados por tensões e controvérsias.

A composição de Chico Buarque, do ano de 1970, é feita em seu retorno ao Brasil após um período de autoexílio de dois anos na Itália devido a participações em movimentos contrários ao regime militar, instaurado desde o ano de 1964. Com o regime militar no Brasil, a governabilidade se dava, muitas vezes, por meio de atos institucionais, podemos destacar o Ato Institucional número 5 de 1968 que proibia manifestações políticas e intensificava os poderes políticos do governo e instituía a censura prévia e o ato institucional número 14 de 1969, que instituía a pena de morte “em nome da garantia da ordem e da tranquilidade da comunidade brasileira”. Sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente do regime militar, Chico Buarque desembarca no aeroporto do Galeão, sendo recebido por fãs e amigos. Nas rádios, eram executadas canções como “Pra frente Brasil” de Miguel Gustavo ou “Eu te amo, meu Brasil” da dupla Dom e Ravel. O Brasil vivia um clima de ufanismo com o tri-campeonato mundial, ganhado no México, e carros exibiam adesivos com frases de efeito como “Brasil! Ame-o ou deixe-o”.

²⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: adrianooliveira@hotmail.com.

Vale ressaltar que toda produção artística no Brasil tinha de passar por um censor da ditadura. Cantores como Vinícius de Moraes foram aposentados compulsoriamente pela ditadura e Caetano Veloso e Gilberto Gil se exilaram em Londres após um período de prisão no Brasil. É em meio a esse contexto que Chico grava e lança a canção “Apesar de você” que, em um primeiro momento, passa pela censura e o disco que continha essa canção chega a ter cem mil cópias vendidas. Após a repercussão causada pela canção, o disco foi recolhido e a gravadora, fechada pela censura.

Segmentamos nosso trabalho partindo de uma breve fundamentação teórica em que abordamos os principais conceitos que compõem o nosso modelo de análise. Após a fundamentação teórica, iniciamos nosso trabalho de análise com a exposição da canção, dividindo-a em proposições que categorizamos como movimentos retóricos. Aplicamos, então, os conceitos de análise às proposições em um quadro metodológico, em que utilizamos conceitos da semiótica discursiva, da retórica clássica e da nova retórica. Por fim, em nossas considerações finais, elencamos alguns resultados de nossa análise, a partir do corpus abordado, pesquisa esta que ainda deve ser estendida às demais canções do autor com temática semelhante dentro do período da ditadura militar.

2. Semiótica Discursiva

Na perspectiva da semiótica discursiva greimasiana, abordaremos, inicialmente, a constituição dos atores e suas actâncias. O modelo actancial²⁶ de Greimas (1966, p.225), é utilizado na abordagem das actâncias dos atores dentro de uma narrativa em que os atores se desdobram em papéis actanciais: ações e qualificações dentro de uma narrativa; e, em papéis temáticos, temas que são representados pelos atores. Segundo Greimas, os atores exercem actâncias, que são unidades discretas, cujos predicados se subdividem em dinâmicos (esfera de ação) e estáticos (esfera qualificacional).

Selecionamos o modelo actancial mítico de Greimas, pois nos permite representar uma instância de mediação, uma representação dos atores e suas funções na canção analisada. As actâncias no modelo actancial mítico se configuram por meio de duas esferas significativas: a esfera de ação (fazer) e a esfera qualificacional (ser).

Greimas (1966, p. 225) classifica as funções que designam os atores como actantes em uma narrativa por meio de polos fúntivos de uma mesma função. Podemos entender por polos fúntivos a oposição de dois elementos em uma função da narrativa. Na esfera de ação (fazer), categorizamos as actâncias dos atores pelas relações estabelecidas no texto. Podemos inventariar as actâncias, nesse nível de análise, da seguinte forma:

²⁶ O autor aplica seu modelo em uma publicação de exercícios práticos em 1993 em que é analisado o conto Maupassant à luz da semiótica-discursiva.

- **Actante adjuvante x Actante oponente** - afirmam sempre a busca de valores entendidos como uma injunção social: o adjuvante, ao realizar ações permitidas pela norma de um grupo, o oponente, por realizar ações proibidas pela norma do grupo em que ambos estão inseridos.
- **Actante sujeito x Actante objeto** - a relação entre actante sujeito e actante objeto se dá pela presença de predicados (manifestação de semas funcionais práticos). Um sujeito que realiza uma ação e um objeto que recebe a ação realizada pelo sujeito. Consideramos a relação de sujeito e objeto como uma relação de desejo de conjunção, isto é, o sujeito dentro da narrativa tem o desejo de alcançar o objeto.
- **Actante Destinador x actante destinatário** - a relação estabelecida entre o actante Destinador e o actante destinatário se dá pela manipulação do primeiro em relação ao segundo. Essa relação é formalizada pela comunicação entre eles. A semiótica discursiva descreve a manipulação de quatro formas: **tentação** - por meio de um **poder**, o Destinador oferece ao destinatário um objeto-valor positivo; **intimidação** - por meio de um **poder**, o Destinador oferece ao destinatário um objeto-valor negativo, como é o caso dos castigos, por exemplo; **sedução** - o Destinador usa de um **saber** sobre o destinatário e cria, a partir disso, uma imagem positiva. Aparece no caso da bajulação ou elogio; **provocação** - por meio de um **saber**, o Destinador cria uma imagem negativa ao destinatário que é obrigado a negá-la.

Greimas (1966, p. 225) propõe, ainda, as categorias actanciais em uma esfera qualificacional. Na esfera qualificacional, os actantes se definem por aquilo que são, isto é, por seus atributos físicos, morais, éticos etc. Portanto, eles possuem valores para o grupo em que estão inseridos e se colocam para a escolha ou rejeição dos membros que compõem o grupo, o que permite abordar uma axiologia coletiva. Na perspectiva dessa esfera, temos dois universos: o axiológico²⁷ e o ideológico.

3. Níveis de análise: o nível discursivo

A semiótica-discursiva aborda a narrativa em dois níveis de análise: o nível narrativo e o nível discursivo. Ambos serão abordados nesse trabalho. O nível discursivo compreende a narrativa como uma combinatória de enunciados narrativos, compostos por atores e predicados. A sintaxe do nível discursivo busca regulamentar a instância da enunciação, e o faz pelo processo de actorialização, temporalização e espacialização, cujos traços recursivos constroem os atores da narrativa, as marcas que delimitam o tempo e o tipo da enunciação.

²⁷ Segundo Greimas & Courtés (1979) compreende-se geralmente por axiologia a teoria e ou a descrição dos sistemas de valores (morais, lógicos, estéticos).

Sobre esse processo, Pietroforte (2004, p. 19) postula a enunciação como uma instância pressuposta, já que o que se apresenta ao semiótico é seu produto: o enunciado. Isso faz da enunciação a instância de produção do discurso. Para que essa produção seja realizada, definem-se um enunciador e um enunciatário, cuja relação produz a enunciação. Segundo o autor, cada tipo de enunciação possui sistemas pessoais, temporais e espaciais próprios, cuja colocação em discurso é chamada debreagem e embreagem. Cada uma gera um efeito de sentido particular. A enunciação enunciativa pressupõe um “eu”, “aqui” e “agora” e possui, no plano textual, marcas que se referem ao enunciador ou enunciatário. A enunciação enunciativa pressupõe um “ele”, “lá” e “então”. A passagem de um tipo de enunciação a outro tipo de enunciação é chamada de embreagem ou debreagem. As embreagens e debreagens enunciativas ou enunciativas constituem mecanismos de estratégias discursivas, usados para manipular e convencer durante a argumentação.

Podemos destacar ainda que:

A semiótica discursiva estuda a significação, que é definida no conceito de texto. O texto, por sua vez, pode ser definido como uma relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. O plano de conteúdo se refere ao significado do texto, ou seja, como se costuma dizer em semiótica, ao que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. O plano da expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não verbal ou sincrético. (PIETROFORTE, 2004, p. 11)

Ainda, segundo Greimas & Courtés (s.d.), os sistemas sincréticos são aqueles que “acionam várias linguagens de manifestação” como ocorre em canções e nas histórias em quadrinhos. Na perspectiva da semiótica discursiva, o sentido é definido por uma rede de relações, o que quer dizer que os elementos do conteúdo só adquirem sentido por meio das relações estabelecidas entre eles.

Para Pietroforte: “Se o sentido é estabelecido em uma rede de relações, no nível fundamental, busca-se determinar não uma relação fundamental, mas uma rede fundamental de relações.” (PIETROFORTE, 2004, p. 11). Essa rede de relações constitui, dessa forma, o percurso gerativo de sentido como observaremos em nossa análise, em que iremos abstrair as relações fundamentais de sentido, orientados por uma categoria semântica mínima, o nível fundamental, que será demonstrado em nosso modelo de análise.

3.1. Níveis de análise: o nível narrativo

A semiótica-discursiva trata o nível narrativo como o percurso e as transformações dos atores dentro da narrativa. O nível narrativo é composto por dois programas: o programa narrativo de base que caracteriza a *performance* e o programa narrativo de uso. Temos dois tipos de *performances* no programa narrativo de base: a eufórica - em que o sujeito é sancionado positivamente com a conjunção com seu objeto de valor; e a disfórica - em que o sujeito não é sancionado com seu objeto de valor. Nesse programa,

o objeto de valor motiva ou mobiliza o sujeito para a ação que o leva a transformação por conjunção ou disjunção com o referido objeto.

O programa narrativo de uso é o percurso em que o sujeito adquirirá competências (modalizações) para executar sua *performance*. Nesse programa, temos o sujeito em busca da aquisição do objeto modal, que é o que esse sujeito precisa ter (competências) para realizar sua *performance* eufórica. A aquisição de competências é chamada, em semiótica, de modalização. Esta, por sua vez, é constituída por objetos-modais caracterizados por verbos-modais.

Desse modo, não basta adquirir poder e saber durante a ação, para agir, o sujeito narrativo precisa também assumir querer ou dever. Querer, dever, saber e poder são chamados pela semiótica objetos-modais, sem os quais não há realização de *performance*. A sua aquisição, portanto, diz respeito aos programas narrativos de uso e à aquisição de competências. (PIETROFORTE, 2004, p. 17)

4. Retórica

No âmbito da retórica aristotélica e da nova retórica, consideramos em nossa análise conceitos fundamentais na constituição de um discurso persuasivo. Procuramos, por meio dessa análise, identificar traços constitutivos do discurso, tomando o texto como a materialidade da comunicação e o discurso compreendendo os processos de composição, os fatores contextuais, as intenções comunicativas etc. Para Meyer (2007, p.22) os componentes necessários à retórica são: um orador, um auditório ao qual ele se dirija e uma “mídia” o meio pelo qual ambos se encontrem para a comunicação, a mídia pode ser falada, escrita, pictórica etc.

Em relação às funções da retórica em um discurso persuasivo, Meyer (2007), fundamentado na Retórica Clássica, postula como principais funções a cumprir: o *docere* – instruir; o *movere* – que busca sensibilizar; o *delectare* – que toca ao agradar ao prazer. Para cumprir tais funções, Reboul (2004, p.62), com base na retórica aristotélica clássica, destaca três tipos de estilo: *movere* - utilizado para comover; *docere*- para informar e explicar; *delectare* para agradar.

Quanto às possibilidades de gênero, segundo Meyer (2007, p.28-29), em retórica clássica, destacam-se três gêneros do discurso: o *jurídico* - que se atém ao passado com intenção de julgar o justo ou o injusto; o *deliberativo* – que procura discernir o que é útil ou nocivo à coletividade e o *epidíctico* - que se presta a homenagens e também a críticas ou censuras.

Relacionamos, ainda, em nossa análise os conceitos da Retórica Clássica abordados por Meyer (2007, p.46), que postula as seguintes partes que compõem a elaboração de uma produção textual bem estruturada:

- a **invenção** – dada pelo repertório temático em que se busca e seleciona as provas e os materiais necessários aos propósitos do produtor;

- a **disposição** - o arranjo e a hierarquização do material e do repertório selecionado;
- a **elocução** – que resulta do manejo e dos procedimentos e mecanismos do plano de expressão da adequação do estilo utilizado e das figuras de retórica que assumem um poder de persuasão etc;
- a **ação** – envolve as circunstâncias em que se dá o ato comunicativo envolvendo dimensões proxêmicas, gestualidade, tom de voz, timbre, ritmo de fala, enfim, elementos que agem de forma sincrética no discurso, elementos não-verbais que incidem para um efeito de sentido;
- e a **memória** - último elemento, introduzido pelos romanos aos estudos de retórica.

Os elementos da Retórica Clássica citados possuem como base uma tríplice formação retórica: o **Éthos** – de onde partem as escolhas e atitudes e que levam ao sujeito, o orador; o **Páthos** - a plateia ou audiência e as paixões presentes e suscitadas; e o **Lógos** - que reúne o saber e o discurso. Sobre essa relação *éthos, lógos e páthos*, podemos dizer que se estabelece uma relação mútua entre eles, que pode ser isolada apenas para reconhecimento e análise, pois em uma situação retórica os elementos dessa trilogia funcionam imbricados, aquele que fala constitui e é constituído por aquele que ouve por meio de representações na situação retórica. Dessa forma, as partes envolvidas no processo comunicativo projetam imagens de si e do outro a partir de um acervo, a *dóxa*, o compartilhamento de ideias, paixões, opiniões, modos de pensar etc., local em que buscam fontes para as suas trocas. Segundo Meyer (2007, p.46), podemos estudar os seguintes elementos essenciais em retórica: (a) o exórdio – o início do discurso, a preparação do espírito do ouvinte para escutar o que se vai dizer; (b) a narração – expõe o desenrolar dos fatos ou como podem acontecer; (c) a argumentação e a demonstração – o primeiro elemento se refere à verossimilhança e à possibilidade de aderência dos argumentos à realidade a passagem do racional ao não racional, o segundo elemento, a demonstração, se prende à realidade não parte para possibilidades mais abstratas, expõe com base em provas, os argumentos, a refutação, a dedução de tópicos básicos da conclusão adversa de maneira puramente racional; e (d) conclusão – fechamento ponto de chegada da argumentação.

4.1 A trilogia retórica: *Éthos, Páthos e Lógos*

O *éthos* de refere ao sujeito, o orador e sua constituição como tal perante um auditório que se caracteriza pelo *páthos*, alvo do orador que tem o intuito de convencê-lo ou persuadi-lo, essa relação é realizada por meio do *lógos*, aquilo que está em questão na situação retórica. Sobre o *éthos*, Aristotéles conceitua que: “[...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador.” (ARISTÓTELES, 1998, p.49). Segundo Mosca (2002, p.23), o orador assume um caráter para chamar a atenção e conseguir credibilidade do

auditório a fim de mover o *páthos* do auditório, suas tendências e emoções e conduzir o destinatário a uma determinada perspectiva do assunto, colocando seu próprio ponto de vista com o objetivo de obter a adesão. Ainda sobre o *éthos*, Meyer conceitua que:

O *éthos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto as outras suscitam, conferem ao orador uma *autoridade*. (MEYER, 2007, p.34)

Segundo o autor (2007, p.51), podemos ainda distinguir em relação ao *éthos*: um *éthos* imanente (projetivo) – aquele que o auditório imagina, de acordo com a atuação do orador, este está relacionado à verossimilhança; e um *éthos* não imanente (efetivo) relacionado à verdade, à constituição real do orador.

O *páthos*, componente fundamental da retórica se refere às paixões, às fontes das questões do auditório, uma vez que o *éthos* se refere às fontes das respostas. Aristóteles postula catorze grandes paixões: a cólera, a calma, o temor, a segurança, a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo. Tais paixões servem como uma fonte de questões em que o orador se apoia a fim de convencer ou persuadir o auditório por meio do *lógos*. Segundo Meyer (2007, p.38), a paixão é um reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença em relação à tese que procuramos afastar. Encontrar as questões implicadas no *páthos* é tirar partido dos valores do auditório, da hierarquia do preferível.

“É o que o enraivece, o que ele aprecia, o que ele detesta, o que ele despreza, ou contra o que se indigna, o que ele deseja, e assim por diante, que fazem do *páthos* do auditório a dimensão retórica do interlocutor. E todos esses interrogativos remetem a valores que dão conta daquilo que Descartes teria chamado de “movimentos da alma”. (MEYER, 2007, p.39)

Na dimensão do *Páthos*, podemos também diferenciar na visão do orador, um auditório imanente (projetivo) e um auditório não imanente (efetivo). O primeiro se refere a projeção que o orador faz de seu auditório e o segundo a configuração real desse auditório. Existe, então, adesão às teses apresentadas, quando existe identidade entre um *éthos* imanente e um auditório imanente.

Além do que já citamos sobre o *lógos* nas explicitações anteriores, acrescentamos ainda a esse conceito a noção de Meyer (2007, p.45) de que o *Lógos*, é tudo aquilo que está em questão na situação retórica, não se refere apenas ao texto, mas ao discurso, ou seja, fatores subjacentes à superfície textual. Aquilo que o texto diz e também as questões que o texto responde, suscita ou trata de alguma forma. Dessa forma: “Para que haja retórica, é preciso que uma questão seja levantada e permaneça, a despeito do que soluciona, ou em razão da resposta que soluciona” (MEYER, 2007, p.62).

5. Modelo de análise

A seguir, apresentamos uma proposta de modelo de análise em um quadro analítico composto pela enunciação, pelas categorizações no âmbito da semiótica discursiva e pelos movimentos retóricos realizados a partir das proposições, categorizados no âmbito da retórica. Em nosso quadro analítico, buscamos descrever, em um primeiro momento, os estados iniciais na canção e os primeiros movimentos retóricos. Dessa forma, em nossa análise, a partir das descrições e categorizações iniciais, apontamos as principais transformações no nível narrativo e discursivo e as implicações dessas transformações nos movimentos retóricos presentes na canção.

5.1. Exposição do modelo de análise

Enunciação	Proposição	Conceito – Semiótica - Transformações	Movimento retórico – Estratégias e recursos argumentativos
		<p>1- Nível discursivo – mecanismos de actorialização, espacialização, temporalização e isotopias.</p> <p>2- Nível narrativo – atores, actâncias, performances, modalizações e contratos.</p> <p>3- Nível fundamental – temas fundamentais figurativizados nos níveis narrativo e discursivo.</p>	<p>1- Partes – Exórdio, narração, demonstração, argumentação e conclusão.</p> <p>2- Gênero – <i>deliberativo, epidítico e judiciário</i></p> <p>3- Estilo – <i>movere, docere e delectare</i>.</p> <p>4- Articulação – <i>éthos, páthos e lógos</i></p> <p>5- Edifício retórico – Invenção, disposição, elocução, ação e memória.</p>

No quadro acima, temos um modelo de análise ao qual iremos submeter nosso *corpus*. Na primeira coluna denominamos as proposições por meio de letras que se referem às estrofes ou ao refrão; na segunda coluna, transcrevemos as proposições; na terceira coluna, categorizamos as principais transformações ocorridas na proposição em questão; na quarta coluna, estabelecemos as correlações entre as transformações categorizadas à luz da semiótica discursiva e as estratégias e recursos argumentativos categorizados no âmbito da retórica. Relacionamos, na terceira e quarta coluna, números que se referem aos conceitos de análise aplicados a fim de dar maior objetividade ao nosso quadro de análise. A canção que analisamos “Apesar de você” é composta de: um estribilho (Est⁰); a primeira estrofe (E^{a1} a E^{a4}); a segunda estrofe (E^{b1} a E^{b4}); e quatro diferentes tipos de refrões (R^{a1} a R^{a4}, R^{b1} a R^{b4}, R^{c1} a R^{c4} e R^{d1} a R^{d2}). denominamos, dessa maneira, as partes da canção e as proposições a fim de estabelecer referências diretas e mais visíveis em nossa análise.

5.2. Aplicação e análise

Enunciação	Proposição	Conceito - Semiótica	Movimento retórico
Estribilho Est ⁰	Amanhã vai ser outro dia, amanhã vai ser outro dia...2X	1 - Disjunção temporal Hoje x Amanhã - Debreagem Enunciva – ausência de marcas linguísticas referentes aos atores enunciadorees e enunciatários – - Isotopante amanhã -Eixo paradigmático – (dia – claridade)	1 - <i>Exórdio</i> – Preparação do auditório para a argumentação 2 - Gênero deliberativo – 3 - Estilo - <i>docere</i> 4 - <i>Lógos</i> – colocação da questão – hoje x amanha e suas implicações explicitadas a partir da narrativa iniciada na próxima proposição. Na enunciação das proposições Est⁰ + E^{a1} é colocada a questão do tempo, então, retoricamente a questão tratada é que amanhã será um dia diferente de hoje (dois isotopantes) 5- Introduz-se um isotopante eufórico a ser recoberto por figuras; chamamos a atenção, ainda, a essa parte da canção, pois no exórdio (Est ⁰) existe a entonação da voz com acordes predominantemente maiores.
	Estrofe A		
E ^{a1}	Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão, não	1 - Disjunção temporal - Amanhã x Hoje – passagem de espaço e tempo eufórico para disfórico – - Embreagem enunciativa – enunciatário “você” - Atores e actâncias: Adjuvante – (Orador) x Oponente - (Você) - Instalação de actâncias - Orador - Destinatador - - Você – destinatário Instalação Ator – Você; tempo – hoje; lugar – aqui (disfórico). 2- Você - modalizado na dimensão exógena - poder; e na dimensão endógena – querer - Orador – modalizado na dimensão endógena – saber – querer. - Contrato injuntivo – Espaço disfórico - Disjunção com o Objeto de Valor – Liberdade - Manipulação – provocação 3 – Opressão – não liberdade	1- Início da Narração + Demonstração 2 – Epidítico – censura a atuação do oponente e a consequente configuração social. 3- <i>Docere</i> em relação ao auditório e <i>move</i> em relação ao oponente. 4 – <i>Lógos</i> – “você” – recurso retórico (figurativização – ambiguidade temática) – Acordo com diferentes auditórios. Particularização de um auditório universal pela <i>dóxa</i> (negociação de sentido). O ator “você” pode ser entendido como alguém a quem um eu-lírico masculino se refere, elemento típico em canções populares ou se referir a alguma instância do, então, governo militar. - Argumentação assimétrica – - Oponente (Você) modalizado – Orador, ainda sem marcas linguísticas, não modalizado - Configuração de uma argumentação triipolar ²⁸ – orador x oponente (você) x auditório 5 – Invenção (tema) – Você (ambiguidade temática); disposição – inicia com o exórdio, captando a atenção do auditório, e parte para a ambiguidade temática; elocução – descreve o espaço disfórico e a

²⁸ Segundo Mosca (2007, p.296), configura-se uma argumentação tripolar em uma situação em que existe um debate entre oradores perante um público. Percebemos aqui, não um debate aberto ao público devido à ausência da participação do oponente, mas temos um convite à argumentação por meio de enunciados que encontraremos nas próximas proposições.

			atuação do você – respeitando a ambiguidade instaurada; em relação à “ação” nas estrofes E ^a e E ^b a entonação de voz é feita com acordes menores (sincretismo de elementos verbais e não verbais).
E ^{a2}	A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu	1 - Instalação- Ator – <i>minha gente</i> (sujeito coletivo) Actâncias: Adjuvante e sujeito - Destinatador – orador - destinatário – você 2- Modalização – <i>minha gente</i> endógena – querer-saber - Manipulação oponente: provocação	4- Figura de Comunhão do orador com o auditório “ <i>minha gente</i> ” – Constituição do <i>éthos</i> do orador– sujeito coletivo - por meio do <i>Lógos</i> –
E ^{a3}	Você que inventou esse estado e inventou de inventar toda a escuridão	1- Manutenção da embreagem enunciativa na reintrodução do ator você com as actâncias já instaladas. 2 - Tema – estado – Englobante âmbito social ou dimensão interoceptiva do sujeito 3 - Eixo paradigmático – Nível Fundamental - Escurecimento x Claridade (Opressão) (Liberdade)	2- Gênero Jurídico - prende-se ao passado e as atitudes do oponente na instauração de um “estado”. 4 - <i>lógos</i> – tema - Estado (figurativização) – recurso retórico da ambiguidade – dimensão pessoal (passional) ou social (política).
E ^{a4}	Você que inventou o pecado esqueceu-se de inventar o perdão	3- Eixo paradigmático – Nível Fundamental - - Discurso Bíblico– Figurativização dos temas- por uma isotopia: Pecado- trevas – escuridão – disjunção luz - Opressão X Perdão – claridade – conjunção luz - Liberdade	4 - Oposição escuridão x claridade (dialogismo – discurso bíblico) - E ^{a1} + E ^{a2} + E ^{a3} + E ^{a4} = <i>Páthos</i> - cólera do auditório (<i>minha gente</i>) em relação ao oponente (Você). Podemos dizer que se evidencia esse processo pelo uso do gênero jurídico. - O orador constitui um <i>éthos</i> negativo do oponente perante um auditório, instalando as actâncias Adjuvante – “ <i>minha gente</i> ” e Oponente – “ <i>Você</i> ”
	Refrão A		
R ^{a1}	Apesar de você, amanhã há de ser outro dia	1- Embreagem Enunciativa - Disjuntivo temporal e circunstancial – Apesar – amanhã - Espaço e tempo Eufórico 2- Amanhã – espaço Paratópico onde o ator “ <i>minha gente</i> ” e a individualização “ <i>eu</i> ” adquirem competências para a performance. - Modalização – você – exógena - não poder - endógena – querer - Orador e Auditório (<i>minha gente</i>) modalizado - Orador - Conjunção objeto de valor (liberdade) – Performance Eufórica	1- Início da Argumentação 2- Gênero Deliberativo-Epidictico 3- Estilo – <i>movere</i> em relação ao oponente e <i>docere</i> em relação ao auditório. 4- Oposição Figurativa - Hoje x Amanhã - Argumentação assimétrica – Orador x você 5- Ação – Entonação de voz com acordes maiores – Disposição – início da Argumentação – triunfo do ator “ <i>minha gente</i> ” e do orador individualizado “ <i>eu</i> ” (orador) na próxima proposição. Essa configuração eufórica é mantida em todos os tipos de refrão. Sendo o disjuntivo circunstancial “ <i>Apesar</i> ” e o disjuntivo

		<ul style="list-style-type: none"> - Espaço e tempo Eufórico - Dimensão proxêmica – entonação de voz com acordes maiores 3- Eixo paradigmático dia – clareza - liberdade 	temporal “amanhã” uma passagem do “disfórico” para o “eufórico” relatado nos refrões.
R ^{a2}	Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia	<ul style="list-style-type: none"> 1- Individualização Atorial-actancial - Minha gente – Eu - Instação actancial – Eu – Destinatador Você – destinatário 2- Modalização – minha gente exógena - poder - endógena – querer - saber - Manipulação – (Ator - você) provocação - Manipulação (auditório) sedução 	<ul style="list-style-type: none"> 4 - Individualização do orador – “minha gente” – “Eu” uma figura de comunhão seguida de uma figura de presença, respectivamente- <i>lógos</i> - pergunta argumentativa – traz em si uma orientação argumentativa provável resposta, convoca o oponente à argumentação, convocação, esta, reforçada pela proposição R^{a3}. - Orador – vencedor na argumentação
R ^{a3}	Como vai proibir quando o galo insistir em cantar	<ul style="list-style-type: none"> 2- Isotopia – iteração - Galo cantar – dia - clareza 	4 - Pergunta argumentativa
R ^{a4}	Água nova brotando e a gente se amando sem parar	<ul style="list-style-type: none"> 2 - Isotopia – iteração de elementos que configuram o espaço e tempo eufórico “água nova” “a gente se amando” - a gente – sujeito coletivo 	4- Figura de comunhão com o auditório “a gente” retomando o sujeito coletivo instaurado anteriormente
	Estrofe B		
E ^{b1}	Quando chegar o momento, esse meu sofrimento vou cobrar com juro, juro	<ul style="list-style-type: none"> 1- Disjunção temporal - Amanhã x Hoje - Espaço Disfórico 2- Manipulação – Intimidação - Dimensão proxêmica – entonação de voz realizada com acordes menores. 	<ul style="list-style-type: none"> 1- Demonstração + Argumentação 2- Gênero Deliberativo 3- Estilo <i>movere-docere</i> 4- Argumentação Assimétrica (Orador x você) 5- Ação – entonação da voz com acordes menores retorno ao tempo e espaço disfórico “hoje”
E ^{b2}	Todo esse amor reprimido, esse grito contido, este samba no escuro	<ul style="list-style-type: none"> 1- Debreagem enunciativa 3- Eixo paradigmático Samba no escuro x clareza 	4 – <i>lógos</i> iteração de figuras formando isotopias disfóricas para o isotopante “hoje”
E ^{b3}	Você que inventou a tristeza, ora, tenha a fineza de desinventar	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Embreagem enunciativa 2- Manipulação – provocação - Contrato permissivo – 	<ul style="list-style-type: none"> 2- Gênero <i>Epidictico - jurídico</i> 4- Reintrodução do Oponente “Você” deslegitimado - iteração de elementos disfóricos configurando a isotopia do isotopante “hoje”
E ^{b4}	Você vai pagar e é dobrado cada lágrima rolada nesse meu penar	<ul style="list-style-type: none"> 2- Manipulação – Intimidação - Contrato injuntivo 	1- Argumentação – assimétrica Orador x você
	Refrão B		

R^{b1}	Apesar de você, amanhã há de ser outro dia	Idem R^{a1}	Idem R^{a1}
R^{b2}	'Inda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria	1- Manutenção da embreagem enunciativa – articulando atores: “Eu” (orador) x “você” (oponente) x “minha gente” (auditório) 3- Eixo paradigmático Jardim florescer – claridade x escuridão	4- Articulação da argumentação tripolar – alternância “Eu” (modalizado) x você não modalizado. - Iteração de elementos eufóricos que se referem ao isotopante “Amanhã”
R^{b3}	Você vai se amargar vendo o dia raiar sem lhe pedir licença	3- Eixo paradigmático Dia raiar – claridade x escuridão – fim do hoje	4- Articulação da argumentação tripolar – alternância “você” (não modalizado) x Eu (modalizado).
R^{b4}	E eu vou morrer de rir, que esse dia há de vir antes do que você pensa. Apesar de você	2- Manipulação - provocação 3- Eixo paradigmático dia - claridade	4- Articulação da argumentação tripolar – alternância “Eu” (modalizado) x você (não modalizado).
	Refrão C		
R^{c1}	Apesar de você, amanhã há de ser outro dia	Idem R^{a1}	Idem R^{a1}
R^{c2}	Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia	2- Manipulação intimidação 3- Eixo paradigmático manhã renascer x escuridão	4- Iteração de elementos configurando a euforia do isotopante amanhã. - Oponente derrotado na argumentação, mero espectador do “Amanhã”
R^{c3}	Como vai se explicar vendo o céu clarear, de repente, impunemente	3- Eixo paradigmático céu clarear x escuridão	4- Por meio de perguntas argumentativas R^{c3} + R^{c4} o orador explicita a não modalização do ator “você” no espaço e tempo eufórico “Amanhã”
R^{c4}	Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente	2- nosso – objeto de valor coletivo figurativizado (liberdade) – Bem comum	4- Nosso – figura de comunhão do orador em relação ao auditório
R^{d1}	Apesar de você, amanhã há de ser outro dia	Idem R^{a1}	Idem R^{a1}
R^{d2}	Você vai se dar mal, etc. e tal, laraia, laraia	2- Fim do programa narrativo de uso com a performance eufórica do ator coletivo “Minha gente” com a conjunção com o objeto de valor e derrota do ator “você” com principal actância oponente	1- (d) conclusão – o orador conclui a argumentação realizada com o fim do “hoje” e seu oponente derrotado. 4- O orador fecha a argumentação por meio de um raciocínio <i>apodictico</i>

Além da descrição inicial, que realizamos no princípio de nossa análise, a abordagem das principais transformações ocorridas proposição a proposição e a categorização dos movimentos realizados, vale ressaltar, ainda, a relação de significação a partir de relações estabelecidas na canção. Destacamos, a seguir, os eixos paradigmáticos e suas representações semi-simbólicas que podemos encontrar na canção e

as relacionamos à significação, seguindo a relação isotópica de figuras recobrando temas em dois eixos sêmicos isotopantes: “hoje” e “amanhã”.

Isotopia - Espaço Disfórico (hoje)	X	Isotopia - Espaço Eufórico (amanhã)
Escuridão – não liberdade - opressão		Clareza – não opressão - liberdade
samba no escuro (E ^{b2})		outro dia (Est ⁰)
pecado (E ^{a4})		perdão (E ^{a4})
toda escuridão (E ^{a3})		galo cantar (R ^{a3})
		jardim florescer (R ^{b2})
		dia raiar (R ^{b3})
		manhã renascer (R ^{c2})
		céu clarear (R ^{c3})
Oposição dialética (articulação sêmica)		
lágrima rolada (E ^{b4})	x	água nova brotando (R ^{a4})
amor reprimido (E ^{b2})	x	a gente se amando (R ^{a4})
grito contido (E ^{b2})	x	coro a cantar (R ^{c4})
meu Penar (E ^{b4}) – meu sofrimento (E ^{b1})	x	morrer de rir (R ^{b4})
tristeza (E ^{b3})	x	euforia (R ^{a2})
não tem discussão (E ^{a1}) falando de lado (E ^{a2})	X	esbanjar poesia (R ^{c2})
	X	
Disforia - opressão - não liberdade	→	não opressão – liberdade - Euforia

6. Considerações finais

Podemos inferir que o orador, na canção abordada, busca configurar um *éthos* que preencha condições de credibilidade para a aceitação do público, podemos destacar figuras de comunhão “minha gente”, o objeto de valor “liberdade” como um Bem comum, as figuras de presença, por exemplo, “Eu”, realizando uma individualização do ator coletivo “minha gente”.

Vale ressaltar, ainda, em nossa análise, a negociação de sentido que, na canção, fica aberta a uma leitura polissêmica, instaurada a partir da instalação de um ator “você” que cria modelos cognitivos pela ativação do conhecimento prévio típico em canções populares. Normalmente, um “você”, no gênero popular da música é comumente interpretado como uma pessoa amada a quem um eu-lírico se refere. Em

nosso caso, essa leitura é feita por uma negociação de sentido que pode variar a partir da *Dóxa* que dá suporte à inferência do ouvinte e, conseqüentemente, ao sentido dado ao texto.

Além da figura “você”, podemos destacar ainda que o orador, na canção em questão, pelos mecanismos de actorialização, temporalização e espacialização, compõe isotopias que partem dos disjuntivos temporais “hoje” e “amanhã” que, retoricamente, figurativizam e são, respectivamente, isotopantes de um espaço e tempo disfórico e eufórico. Essas isotopias são reiteradas e geram percursos gerativos de sentido que, em um nível fundamental, podemos abstrair em temas relacionados à condição social e política no Brasil, opressão e não opressão, liberdade e não liberdade. Os temas figurativizados estão representados em eixos sêmicos distintos, conforme exposto em nossa 3ª tabela, podemos perceber a metaforização dos temas a partir dos espaços eufórico e disfórico. Os elementos figurativizados formam uma isotopia disfórica, para o isotopante “hoje” e uma isotopia eufórica, na disjunção temporal no isotopante “amanhã”. O texto em questão pode ser caracterizado como um texto figurativo e que utiliza a figuratividade para recobrir os temas a partir da ambigüidade de significações. Temos, então, um plano de expressão que recobre um plano de conteúdo, por meio de figuras que funcionam como um recurso necessário devido à época em que a canção foi composta e aos temas que nela se propõe tratar.

Dessa forma, percebemos que, no exórdio (Est⁰), o orador coloca a questão a ser tratada o “hoje” e o “amanhã” (isotopantes), preparando os ouvintes para a argumentação que irá iniciar; passa, então, à narração e à demonstração, a partir da primeira estrofe (E^a), descrevendo as configurações da sociedade atual de forma figurativizada em que o “você” em questão domina o “hoje”, temos, até este momento uma argumentação assimétrica na relação “Você X orador”; segue para a argumentação, a partir do primeiro refrão (R^a), espaço e tempo em que há o triunfo do orador referindo-se ao “amanhã”, fim do período de opressão, introduzido por um marcador argumentativo circunstancial “Apesar de você” com a utilização predominante do gênero deliberativo, temos, então, uma inversão na relação argumentativa para uma assimetria “Orador X você”, uma vez que nos refrões, temos uma argumentação em que se configura um espaço eufórico com o oponente não modalizado e o orador modalizado; faz a manutenção da argumentação juntamente com a demonstração na segunda estrofe, descrevendo a configuração social e argumentando sobre o fim dessa configuração (E^b); em seguida retorna à argumentação nos demais refrões; chega, por fim, a conclusão, fechando a argumentação com um raciocínio *apodictico* em que o oponente “vai se dar mal” na disjunção temporal “amanhã”. Ainda em nosso modelo de análise, podemos notar que o orador perpassa os gêneros retóricos *epidictico*, *judiciário* e *deliberativo*, além dos estilos *movere*, *docere* e *delectare*, a fim de alcançar seus objetivos comunicativos na situação retórica em questão.

Em relação aos componentes do edifício retórico, vale ainda chamar a atenção para a “ação”, pois percebemos que na canção a entonação de voz nas Estrofes (E^a e E^b), categorizadas como demonstração e narração de espaço e tempo disfóricos do isotopante hoje, é realizada predominantemente com acordes

menores. Em relação ao exórdio (Est⁰) e aos refrões, categorizados como demonstração, argumentação, e conclusão relacionados ao espaço e tempo eufóricos do isotopante amanhã, a entonação de voz é realizada com acordes maiores. Essa dimensão proxêmica da ação incide também no *páthos* e nas relações de significação de forma sincrética.

Podemos inferir, ainda, a partir de nossa análise, que o orador, por meio de figuras, forma isotopias que compõem percursos gerativos de sentido, recobrando os temas tratados, percursos que são utilizados para a movimentação retórica dentro da canção. Esses recursos retóricos são utilizados para uma produção de efeitos de sentido, estratégias que têm o objetivo de conduzir o auditório a uma perspectiva assumida pelo orador. Por meio dessa análise, ainda prévia, expusemos nosso modelo teórico-analítico e, a partir dele, percebemos, nessa canção, que os modos de orientação argumentativa e as intenções do enunciador estão subjacentes à enunciação, o que nos mostra que uma enunciação, e seu produto pressuposto, o enunciado, em uma determinada situação ou contexto, pode ter sentidos e tratar questões que só podem ser percebidos se discursivizados.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2007.
- FONTANILLE, J. **Sémiotique du Discours**. Limoges: Pulim, 1998.
- GREIMAS, A. J. **Maupassant: A Semiótica do texto exercícios práticos**. Florianópolis: UFSC, 1993.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix, 1966.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- _____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. **Filologia e Língua Portuguesa**, v. 2, p. 293-310, 2007.
- MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Questões de retórica: linguagem razão e sedução**. Tradução António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIETROFORTE, A. V. **Semiótica Visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.
- PLANTIN, Christian. **Argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A amplificação na canção popular brasileira

Álvaro Antônio Caretta²⁹

Resumo: Neste trabalho, investigamos a constituição da canção popular brasileira, compreendendo-a como um enunciado elaborado segundo as restrições e possibilidades instituídas pelo gênero discursivo. Partimos das concepções dialógicas de Mikhail Bakhtin a respeito dos gêneros, alcançamos as propostas de Todorov sobre a formação dos gêneros a partir de um ato de fala amplificado e chegamos às teorias de Maingueneau sobre a cena genérica e o ethos do enunciator. Estudando a enunciação através do sincretismo entre a fala e a melodia, pelo qual o cancionista transforma um ato de fala em um ato de canto, observamos as relações dialógicas estabelecidas com os gêneros primários e a constituição do enunciator no processo de amplificação da canção popular brasileira.

Palavras-chave: análise do discurso; canção popular brasileira; dialogismo; gênero discursivo; enunciação

1. Introdução

Os estudos acadêmicos da canção popular brasileira ganharam força nas últimas décadas. Pesquisadores de diversas linhas teóricas tomaram a canção popular como objeto, conscientes da importância de se estudar uma das principais representações da cultura brasileira. Os avanços das teorias linguísticas, como a Semiótica e a Análise do Discurso, contribuíram para que a canção popular fosse observada a partir de sua característica fundamental, a relação entre o componente linguístico e o musical; e compreendida em função de suas condições de produção.

Nesse contexto, as propostas de Mikhail Bakhtin podem contribuir para o avanço dos estudos sobre a canção popular brasileira, por oferecerem um arcabouço teórico que nos possibilita observar a constituição dialógica dos gêneros discursivos na comunicação social. Fundamentado no princípio dialógico do Círculo de Bakhtin, o teórico da literatura Tzvetan Todorov pensou a constituição dos gêneros como “amplificação” de um ato de fala, conceito que tomaremos como ponto de partida para nossas reflexões sobre o processo dialógico da amplificação da canção popular.

2. A amplificação

Em *Os gêneros do discurso*, Todorov (1980) defende que os gêneros têm a sua origem em um ato de fala, compreendido linguisticamente, discursivamente e pragmaticamente. A partir desse ato de fala, ocorre um processo de transformações que o teórico da literatura denominou amplificação.

²⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Semiótica e Linguística Geral (FFLCH-USP/CNPq), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Vicente Seraphin Pietroforte. E-mail: alcaretta@yahoo.com.br.

Como o processo enunciativo dialógico da canção apresenta uma complexidade que envolve diversas instâncias discursivas, para estudá-lo, seguiremos inicialmente as propostas de Todorov sobre a origem dos gêneros:

A questão de origem que eu gostaria de formular, no entanto, não é de natureza histórica, mas sistemática; ambas parecem-me igualmente legítimas e necessárias. Não é: o que precedeu os gêneros no tempo? Mas: o que preside, a todo instante, o nascimento de um gênero? Mais exatamente, existiriam, na linguagem (pois que se trata aqui de gêneros do discurso), formas que, embora prenunciem o gênero, ainda não o são? E se houver, como se daria a passagem de uns aos outros? Mas, para tentar responder a essas questões, é preciso primeiro se perguntar: que é, no fundo, um gênero? (TODOROV, 1980, p. 46).

Compreendidos como instituição, os gêneros funcionam como horizontes de expectativa do destinatário e como modelos de produção para os destinadores.

Estão aí, com efeito, as duas vertentes da existência histórica dos gêneros [...] Por um lado, os autores escrevem em função do (o que não quer dizer: de acordo com o) sistema genérico existente, aquilo que podem testemunhar no texto e fora dele [...] Por outro lado, os leitores lêem em função do sistema genérico que conhecem pela crítica, pela escola, pelo sistema de difusão do livro ou simplesmente por ouvir dizer; no entanto, não é necessário que sejam conscientes desse sistema (TODOROV, 1980, p.49).

A institucionalização do gênero estabelece a sua relação com os aspectos sociais e históricos. Cada época possui o seu próprio sistema de gêneros e, como qualquer instituição, os gêneros guardam as características da sociedade a que pertencem. É preciso observar também que, se cada sociedade estabelece quais os atos e instituições que correspondem a sua ideologia; a existência, a predominância ou a ausência de um gênero em determinada sociedade, revela aspectos importantes de sua ideologia. O gênero concebido como “codificação historicamente atestada de propriedades discursivas” (Todorov, 1980, p. 50) torna-o um objeto privilegiado nos estudos discursivos, pois ele passa a ser observado como o ponto de encontro entre as instituições sociais e os aspectos discursivos e linguísticos do texto.

Ainda que Todorov esteja se referindo aos gêneros literários, a intenção de tratá-los como gêneros discursivos permite-nos tomar suas considerações para estudar outros gêneros, como a canção popular. Inicialmente, é preciso ressaltar que, para o estudioso francês³⁰, o discurso é composto de enunciados, cujo processo de interpretação envolve tanto o elemento linguístico quanto o contexto de enunciação formado pelo locutor e pelo alocutário, num dado tempo, num dado lugar, em relação com discursos precedentes e subsequentes. Todorov (1980, p. 47) pressupõe que “[...] um discurso é sempre e necessariamente um ato de fala”.

Na comunicação social, determinadas recorrências discursivas são institucionalizadas, assim textos são produzidos e interpretados segundo normas estabelecidas pela prática discursiva de produção e codificação de enunciados. Todo gênero possui as suas propriedades discursivas que o singularizam frente

³⁰ Nascido em Sófia, na Bulgária, em 1939, Tzvetan Todorov mudou-se para Paris nos anos 60 e nacionalizou-se francês.

a outros gêneros³¹. Essas propriedades, observadas nos textos, dizem respeito ao seu aspecto semântico, sintático, pragmático e discursivo. Na concepção de Todorov (1980, p. 49), se a diferença entre um ato de fala e outro pode ser determinada por esses critérios; os gêneros, compreendidos como um ato de fala, também podem ser observados sob esses aspectos.

Partindo do pressuposto de que os gêneros se constituem a partir de atos de fala por meio de uma amplificação³², Todorov propõe que o ato de fala, núcleo dos gêneros discursivos, é inicialmente amplificado por elementos retóricos como a narrativização, a expansão temática e a representação verbal. Todorov (1980, p. 58) propõe que o estudo dos gêneros literários – e discursivos – deve conceber a origem dos gêneros nos atos de fala e “[...] perceber que não existe abismo entre o que é literatura e o que não é literatura, que os gêneros literários têm por origem, simplesmente, o discurso humano”.

3. A amplificação na canção popular

No caso da canção popular, as amplificações são bastante diversas e complexas. A inicial seria a instauração de um enunciador-cancionista que transforma um ato de fala em um “ato de canto”, ao elaborar um enunciado sincrético composto por elementos linguísticos relacionados a elementos musicais.

O cancionista mais parece um malabarista. Tem um controle de atividade que permite equilibrar a melodia no texto e o texto na melodia, distraidamente, como se para isso não despendesse qualquer esforço. Só habilidade, manha e improviso. Apenas malabarismo (TATIT, 1996, p.9).

Essas reflexões conduzem-nos, então, às propostas de Bakhtin (2003, p. 261) a respeito dos gêneros primários e secundários e dos processos de interação entre ambos. Frente à diversidade dos gêneros discursivos, o teórico russo propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, deve-se observar as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos elaborados cultural, artística e ideologicamente. Os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, mas nessa operação estes adquirem caráter especial por perderem o vínculo com a realidade. Os exemplos que Bakhtin cita são a carta e a réplica do diálogo, gêneros prosaicos, que no romance adquirem caráter artístico-literário. Como os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, para se estudar um gênero discursivo secundário, devem ser observadas as suas relações dialógicas com os gêneros do cotidiano, em especial da fala, que ele assimila.

³¹ Nas reflexões de Todorov, ressoam as propostas de Bakhtin para o estudo dos gêneros discursivos. Já no ano seguinte, 1981, seria publicado “Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique”, obra em que Todorov realiza um estudo das teorias dialógicas do pensador russo.

³² A amplificação é uma figura de retórica (*amplificatio*) que consiste no desenvolvimento de um fato ou de uma ideia, destacando as suas particularidades.

Um ato de fala, compreendido como um gênero primário da esfera prosaica da comunicação, sofre um processo de amplificação para transformar-se em canção, um gênero secundário da esfera artístico-musical. Para isso, o enunciador deve obedecer às coerções impostas pelo gênero como a forma, os temas, os recursos expressivos, tanto linguísticos quanto musicais, na composição de seu enunciado. No entanto, nessa transformação, o ato de fala perde a sua força ilocucionária.

Desse modo, Austin exclui dos atos ilocucionários certos usos “não-sérios” da linguagem que, segundo ele, estariam desprovidos de força ilocucionária. [...] Assim, o que Austin (e também Searle, 1981) parece preconizar é uma relação de intencionalidade constitutiva entre ato de fala e sujeito falante, o que não parece acontecer com os atos cometidos no âmbito de usos tais como os literários, literomusicais, dramáticos, humorísticos, da brincadeira, etc, que parecem dissimular propositadamente qualquer vestígio de intencionalidade (COSTA, 2005, P. 368-9).

No gênero canção, a intencionalidade ilocucionária do ato de fala perde-se na amplificação, principalmente devido à melodia, pois aquilo que é cantado tem uma finalidade lúdica e não prática como nos gêneros da língua falada.

No processo de amplificação, a relação estabelecida pelo enunciador entre o conteúdo, o material e a forma³³ é orientado pela forma arquitetônica do enunciado e pela avaliação axiológica do conteúdo. No caso da canção, a constituição da forma arquitetônica passa necessariamente pelos estilos musicais³⁴, ou seja, a maneira como o enunciador trabalha o material, o conteúdo e a forma está diretamente relacionada ao estilo musical escolhido. Por exemplo, o lírico é uma forma arquitetônica muito explorada no gênero samba-canção; o satírico, na marchinha; e o épico, no samba-enredo.

O enunciado da canção é sincrético, composto pela relação entre a linguagem verbal e a musical. Dessa forma, para analisar os processos que constituem a amplificação do ato de fala na sua enunciação, é necessário que primeiramente observemos os elementos que compõem a letra e a música e, o mais importante, como se estabelece a compatibilidade entre esses elementos.

3.1 A letra

Toda canção possui uma letra e toda letra apresenta um conteúdo³⁵. Apesar de ser compreendido na letra, o conteúdo é trabalhado pelo enunciador através da relação entre letra e melodia a fim de expressar a sua avaliação axiológica sobre esse conteúdo. Por exemplo, a canção *Luar do Sertão*, de Catulo da Paixão

³³ Remetemo-nos aqui às propostas de Bakhtin no texto “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (1993, p. 13-70).

³⁴ Usamos o termo “estilo musical” para nos referirmos aos gêneros musicais (samba, marcha, valsa, baião etc) a fim de não causar confusões com o termo “gêneros discursivos”.

³⁵ O conteúdo é geralmente conhecido como “tema”, no entanto não usamos este termo para não haver conflito com o conceito de tema na teoria bakhtiniana.

Cearense, tem como conteúdo a nostalgia do sertão. Em uma melodia passional, o sertão é valorizado em oposição à cidade, através de uma letra saudosista.

A letra sempre pressupõe uma situação de locução em que alguém está falando algo para alguém, pois a canção não pode prescindir do seu ato de fala original, sendo muito comum as letras de canções apresentarem gêneros de fala. Tatit (2004, p. 77) já observava que "Com inflexões similares às da linguagem oral cotidiana, essas melodias geralmente conduziam "letras de situação", aquelas que simulam que alguém está falando com alguém em tom de recado, desafio, saudação, ironia, lamentação, revelação etc."

Vemos, então, letras que são um diálogo, como *Eu dei*, de Ary Barroso; um lamento, como *Lamento*, de Pixinguinha e Vinícius de Moraes; um apelo, como *Volta*, de Lupicínio Rodrigues; um conselho, como *O Mundo é um moinho*, de Cartola; etc. A letra de uma canção pode ainda trabalhar com gêneros da língua escrita, como *Cordiais Saudações*, de Noel Rosa, que imita uma carta.

Os tipos de texto também definem a letra de uma canção. Determinadas canções são mais narrativas, como *A banda*, de Chico Buarque; outras mais descritivas, como *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso e outras mais argumentativas como *Desafinado*, de Tom Jobim e Newton Mendonça.

A letra de canção, apesar de possuir as suas peculiaridades, é um gênero muito próximo da poesia³⁶. No processo de amplificação do ato de fala, a versificação e a metrificação dos versos são elementos muito importantes. Ainda que crie uma impressão de que alguém está "falando", a letra não obedece à mesma estrutura da língua falada; pois, além de ser um gênero artístico, ela deve compatibilizar-se com o elemento melódico que lhe impõe métrica, ritmo, andamento e estabilização melódica.

As letras de canções exploram bastante as rimas, que são um recurso de coesão sonora muito expressivo³⁷. Além disso, a fim de trabalhar artisticamente com as palavras, as suas ideias e seus sons, o letrista lança mão das figuras de estilo como as metáforas, as inversões, as anáforas, as aliteraões, as assonâncias etc.

Todos esses aspectos são responsáveis pela amplificação do ato de fala na letra de uma canção.

3.2 A música

A canção é um gênero discursivo da esfera musical, logo a amplificação do seu ato de fala originário se dá também através de elementos pertencentes à linguagem da música.

Toda canção é construída tendo em vista um estilo musical que determina vários elementos como a melodia, a forma e a instrumentação. O samba é sincopado; a marcha não. Esta, frequentemente,

³⁶ Não discutiremos aqui as diferenças e semelhanças entre poesia e letra de canção. Sobre esse assunto pode-se consultar Costa (2007, p.309).

³⁷ Isso não quer dizer que uma letra não possa ser composta sem rimas.

apresenta um refrão; o samba-de-breque, um breque. O baião é interpretado com zabumba, sanfona e triângulo; o choro com flauta, cavaquinho e violão.

O aspecto rítmico de uma canção é determinado pelo estilo musical. Isso também acontece com o perfil melódico (a sequência das notas, seus intervalos e durações), como no samba-canção, em que a melodia apresenta grandes saltos intervalares e extensas curvas que expandem a tessitura; entretanto, a organização das notas musicais em uma melodia é regida pelo princípio da diferença, da originalidade; enquanto o ritmo é orientado pelo princípio da identidade conforme ao estilo musical.

Além de determinar vários elementos da melodia, o estilo musical sugere elementos da letra como o conteúdo e a escolha lexical. No baião, o tema do sertanejo nordestino é muito presente; no samba dos anos 30, o do malandro. Um samba-canção não faz uma crítica política; uma marcha, sim. Com relação ao léxico, uma valsa-canção explora o poético; o samba-de-breque, o prosaico.

Outros elementos musicais como a harmonia, o arranjo e a interpretação também são muito importantes nesse processo de amplificação. No entanto, devido a critérios metodológicos, vamos nos deter no aspecto fundamental que define uma canção: a relação entre a letra e melodia.

3.3 Letra e melodia

Para compreender como a enunciação na canção realiza o processo de amplificação do ato de fala, é preciso analisar os elementos linguísticos e os aspectos musicais. Entretanto, o mais importante é observar como o enunciador compatibiliza esses elementos. Para isso, podemos lançar mão das propostas do semiótico Luiz Tatit, que desenvolveu um modelo para o estudo da significação na canção popular brasileira fundamentado nas relações entre o componente linguístico e o melódico. Em linhas gerais, o modelo apresentado por Tatit propõe três tipos de estratégias persuasivas utilizadas na composição das canções: a passionalização, a tematização e a figurativização.

A passionalização propicia ao enunciador apresentar estados passionais na canção. Nela, a melodia explora o percurso melódico com grandes curvas e saltos ascendentes e descendentes, investindo na duração das notas que incidem nos sons vocálicos, recursos esses que desaceleram a melodia.

Assim, ao investir na continuidade melódica, no prolongamento das vogais, o autor está modalizando todo o percurso da canção com o /ser/ e com os estados passivos da paixão (é necessário o pleonasma). Suas tensões internas são transferidas para a emissão alongada das frequências e, por vezes, para as amplas oscilações da tessitura. Chamo a esse processo *passionalização* (TATIT, 1996, p. 22).

Na tematização ocorre o processo inverso, reduz-se a duração das vogais e promove-se a reiteração dos motivos rítmico-melódicos, produzindo uma progressão melódica mais veloz, segmentada pelos ataques das consoantes, investindo-se na modalidade do /fazer/. A tematização melódica é compatível com letras que descrevem sentimentos ou acontecimentos eufóricos. Ela também define gêneros musicais

como o maxixe, o samba, a marcha etc., tendo em vista as particularidades musicais de cada um desses ritmos.

Ao investir na segmentação, nos ataques consonantais, o autor age sob a influência do /fazer/, convertendo suas tensões internas em impulsos somáticos fundados na subdivisão dos valores rítmicos, na marcação dos acentos e na recorrência. Trata-se, aqui, da *tematização* (TATIT, 1996, p. 22).

Na figurativização, a melodia submete-se às inflexões da fala, e a letra estabelece a presença dos interlocutores por meio dos dêiticos de pessoa, “eu-tu”; de tempo, “aqui”; e de espaço, “agora”, que determinam o momento presente da enunciação.

Esse processo geral de programação entoativa da melodia e de estabelecimento coloquial do texto pode ser denominado figurativização por sugerir ao ouvinte verdadeiras cenas (ou figuras) enunciativas. Pela figurativização captamos a voz que fala no interior da voz que canta (TATIT, 1996, p. 21).

A figurativização é um processo em que a voz que fala se sobrepõe à voz que canta, criando um efeito de sentido de situação locutiva. É importante observar que esse processo está presente também nas canções temáticas e passionais. Como essas três estratégias persuasivas aparecerem em caráter dominante, recessivo ou residual; nas canções figurativas, a figurativização se manifesta de maneira dominante. Já nas canções passionais e temáticas, a figurativização está sempre presente como recessiva ou residual, predominando a voz que canta sobre a voz que fala.

3.4 O *ethos* do enunciador

Outro elemento importante no processo de amplificação da canção é a constituição da imagem do enunciador, o seu *ethos*. O conceito de *ethos* advém da retórica e designa a imagem que os oradores conferem a si próprios. Ele não se constituiu apenas pelos feitos e qualidades que o orador atribui a si, pois também é implicitamente compreendido na maneira como ele se expressa. O *ethos* estabelece-se, então, não apenas pelo que é dito, mas pela forma como é dito; é uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser.

A Análise do Discurso apreendeu e desenvolveu o conceito de *ethos*:

O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como *uma voz e um corpo*. O *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apóia em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 220).

Para Maingueneau (2001a, p. 138), o *ethos* é “a dimensão da cenografia em que a voz do enunciador se associa a uma certa dimensão do corpo”. A apreensão do *ethos* na análise do discurso é determinante

para que se compreenda como a cenografia administra a sua vocalidade, pois os diversos tons que o enunciado pode manifestar estão diretamente relacionados à cenografia e, conseqüentemente, ao *ethos*.

Esta perspectiva desemboca diretamente sobre a questão da eficácia do discurso, do poder que tem em suscitar a crença. O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem "idéias" que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao "dito" através de uma "maneira de dizer" que está enraizada em uma "maneira de ser", o imaginário de um vivido (MAINGUENEAU, 1997, p.48-9).

Por se tratar de uma dimensão da cenografia, o *ethos* se estabelece de acordo com as propriedades discursivas que a constituem.

A cenografia implica, desse modo, um processo *de enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria [...] (MAINGUENEAU, 2001b, p.87-88).

Da mesma forma que a cenografia, o *ethos* se configura segundo esse paradoxo constitutivo. À proporção que a imagem do enunciador ganha corpo através da enunciação, ela própria se estabelece por meio desse *ethos*, visto que a enunciação efetiva-se através do código linguístico, que só se torna eficiente se associado a uma imagem que lhe corresponda.

Com base nessas propostas, procuramos avançar no estudo da relação entre *ethos* e gênero discursivo. Discini (2003, p. 57) afirma que "Estilo é *ethos*, é modo de dizer, implicando esse *ethos* um policiamento tácito do corpo, uma maneira de habilitar o espaço social [...]", logo podemos considerar que o estilo do enunciador configura a sua imagem frente ao co-enunciador.

O gênero exige do enunciador um estilo que corresponderá a um determinado *ethos*. Por exemplo, no gênero aula, deve predominar um estilo claro, bem organizado, exemplificativo etc.; características que determinam uma *ethos* didático. Como esse gênero possibilita ao enunciador uma liberdade na escolha de seu "modo de dizer", permitindo-lhe optar por um ou outro estilo, uma ou outra cenografia para realizar a sua enunciação, ele pode assumir *ethé* diversos, como intolerante, compreensivo, humorístico, disciplinador etc.

Seguindo esse raciocínio, propomos designar "inerente" o *ethos* exigido pela cena genérica e "assumido" aquele pelo qual o enunciador pode optar na cenografia. Compreendemos também que, a fim de constituir o *ethos* inerente, o enunciador orienta-se pelo princípio da identidade em direção ao núcleo genérico, respeitando as regras impostas pelo gênero no que diz respeito à constituição textual e ao estilo. Entretanto, em gêneros que permitem uma liberdade de estilos, ao assumir *ethé* diversos, o enunciador

adota o princípio da diferença e caminha em direção à instância textual determinada pela prática discursiva.

3.5 O *ethos* na canção

Pressupondo-se que o *ethos* é uma modo de dizer que remete a um modo de ser, o modo de dizer do enunciador nas canções estabelece-se pela manipulação dos componentes linguístico e melódico. Do ponto de vista discursivo, poderíamos entender que o *ethos* do enunciador constitui-se de forma passional, como no samba-canção; temática, como no samba-enredo; ou figurativa como no samba-de-breque. No entanto, na canção, a relação entre o modo de dizer do enunciador com o seu *ethos* apresenta algumas peculiaridades próprias desse gênero discursivo.

A cenografia na canção é constituída por um gênero da fala. Esse aspecto faz da canção um enunciado que apresenta duas instâncias enunciativas. A primeira, determinada pela cena genérica, é estabelecida pela relação entre um enunciador (cancionista) e um co-enunciador (ouvinte) através de um enunciado (canção). A segunda, presente na cenografia da letra da canção, ocorre entre um destinador que fala algo para um destinatário. Tatit (1987, p.6) mostrou que "Por mais que uma canção receba tratamentos rítmico, harmônico e instrumental, o ouvinte depara, entre outras coisas, com uma ação simulada ("simulacro") onde alguém (intérprete vocal) diz (canta) alguma coisa (texto) de uma certa maneira (melodia).

Esse processo de análise que executamos ao distinguir essas duas instâncias tem como finalidade demonstrar que o *ethos* do enunciador na canção é consequência da interação entre as instâncias do gênero e da cenografia. Dessa forma, os conceitos de *ethos* inerente e *ethos* assumido são pertinentes para compreendermos a formação da imagem do enunciador na canção, visto que nos permitem discernir a constituição do *ethos* na instância genérica e cenográfica.

Como propusemos anteriormente, o *ethos* inerente é a imagem que o enunciador cria de si para o co-enunciador, tendo em vista as exigências do gênero. A canção, por pertencer à esfera artística, exige que o enunciador apresente um *ethos* inerente musical, criativo e poético para que possa validar a sua enunciação frente ao co-enunciador ouvinte.

A imagem que o destinador cria para si frente ao destinatário em uma situação de fala encenada na cenografia propusemos designá-la como *ethos* assumido. Como a canção é um gênero que permite a liberdade de escolha da cenografia, o enunciador pode criar inúmeras outras imagens para si no discurso. Ele pode, por exemplo, apresentar-se apaixonado como em *Carinhoso*, de Pixinguinha e João de Barro, em que é utilizada a estratégia da passionalização, produzindo um modo de dizer sentimental; pode ser suplicante e desesperado, como em *Volta*, de Lupicínio Rodrigues, que enfatiza ao extremo os aspectos

passionais; ou pode ser também sutilmente malicioso, como na marcha *O teu cabelo não nega*, de Lamartine Babo e irmãos Valença, que trabalha a estratégia da tematização para exaltar a mulata brasileira.

4. Estudo de caso

Para exemplificarmos como se constitui o processo de amplificação da canção, apresentamos uma análise da marchinha *Dá nela*³⁸, de Ary Barroso.

Dá Nela

Essa mulher há muito tempo me provoca
Dá nela, Dá nela
É perigosa, fala que nem pata choca
Dá nela, Dá nela.

Fala, língua de trapo
Pois da tua boca eu não escapo

Agora deu para falar abertamente
Dá nela, Dá nela
É intrigante, tem veneno e mata a gente
Dá nela, Dá nela

Vencedora do primeiro concurso de música carnavalesca organizado pela Casa Edison em 18 de janeiro de 1930, essa marchinha, do então emergente compositor Ary Barroso, gravada por Francisco Alves, foi a mais cantada pelos foliões no carnaval daquele ano.

Um incidente de rua em que populares gritavam “dá nela”, ameaçando bater em uma mulher, acabou fornecendo o mote para Ari Barroso escrever esta marchinha, vencedora do concurso de músicas para o carnaval de 30. Embora longe de ser um primor de composição – foi escrita às pressas, no dia do concurso –, “Dá nela” caiu logo no gosto do povo, sendo aproveitada num espetáculo de revista a que deu o nome (SEVERIANO E MELLO, 1998, p.99).

A canção *Dá nela*, como todo enunciado, é um elo na cadeia discursiva, logo constitui-se dialogicamente em relação aos enunciados anteriores que contribuíram com a sua realização e aos posteriores que ela propiciou.

O episódio relatado acima mostra que, após ouvir a expressão “dá nela”, proferida por um grupo de populares, Ary Barroso compôs essa marchinha que foi cantada por muitos foliões. Assim, o processo de enunciação nessa canção constitui-se dialogicamente pelo resgate de uma expressão pertencente à esfera prosaica do cotidiano, amplificada por meio de recursos próprios do gênero canção.

O primeiro elemento que observamos nesse processo de amplificação é a escolha do estilo musical. O incidente de rua e a expressão “dá-nela” são trabalhados pelo enunciador de forma satírica em uma

³⁸ Essa canção pode ser ouvida no site [www. aochiadobrasileiro.webs.com](http://www.aochiadobrasileiro.webs.com)

marchinha, estilo musical carnavalesco, próprio para a enunciação dessa forma arquitetônica. Esse estilo musical determina a forma composicional da canção. Na primeira parte, o enunciador apresenta uma narrativa, em primeira pessoa, na qual relata um conflito com uma mulher. Nessa narrativa, intercala-se, na forma de refrão, a voz dos populares, apontando a atitude que deveria ser tomada para a resolução do conflito. Na segunda parte, o enunciador dirige-se direta e ofensivamente à mulher.

A compatibilidade entre a letra e a melodia é estabelecida pela estratégia da tematização, que trabalha com a reiteração dos motivos melódicos, próprios para despertar efeitos somáticos nos ouvintes, coerentemente com as festividades momescas. A repetição da expressão “dá nela”, atribuída aos populares, é estabilizada melodicamente³⁹ em um refrão que instiga os foliões a interagir com a marchinha.

A narrativa, conforme a norma do gênero canção, é apresentada em um texto versificado e rimado. A letra possui um estilo bem prosaico, próprio das marchinhas, desde a expressão “dá nela”, passando por metáforas pejorativas como “pata choca” e “língua de trapo”.

No arranjo musical, é importante atentar para a introdução, um elemento indispensável nas marchinhas carnavalescas, cuja função é prenunciar aos foliões a entrada da canção.

O *ethos* do enunciador é constituído pela relação entre o *ethos* inerente, exigido pelo gênero, e o *ethos* assumido, apresentado na cenografia. Para efetuar a comunicação, o enunciador precisa convencer o co-enunciador apresentando um enunciado “feito nas regras da arte”⁴⁰, uma marchinha carnavalesca alegre, popular e satírica. Ele precisa também seduzir o co-enunciador e, para isso, cria uma cenografia em que um destinador “eu” dirige-se a dois destinatários, primeiramente aos populares e depois à mulher. Nessa cenografia ele assume um *ethos* ofensivo, agressivo e punitivo. A imagem do enunciador é constituída pela fusão desses dois *ethé*, o carnavalesco e o violento, porém o tom satírico do *ethos* inerente sobrepõe-se ao tom agressivo do *ethos* assumido, visto que a marchinha é um estilo musical carnavalesco em que predominam o humor, o deboche e a alegria, enfim, a carnavalização.

5. Considerações finais

O conceito de amplificação mostra-se bastante produtivo para a observação de enunciados do gênero canção. Seu princípio dialógico, que parte do pressuposto de que todo gênero tem sua origem em um ato de fala, permite a identificação do gênero primário que subjaz à canção e, a partir daí, a análise de seu processo de amplificação, primeiramente pela decomposição dos elementos linguísticos e musicais; e,

³⁹ A tonalidade da marcha *Dá nela* é E (Mi maior) e a passagem “*Dá nela, Dá nela*” aparece com as seguintes notas: Sol# Si Fá#, Sol# Fá# Mi.

⁴⁰ Como canta Noel Rosa em *Quem dá mais?*: “Quem dá mais?/ Por um samba feito nas regras da arte...”

a seguir, pela compatibilização entre a letra e a melodia. Nesse processo, o enunciador instala-se discursivamente através de seu *ethos*, constituído na cenografia em função das referências estabelecidas pelo estilo musical, nesse caso, marchinha carnavalesca.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)**. 5.ed. Trad. Aurora Bernardini e outros. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. **Estética da criação verbal**. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 1.ed. Trad. Fabiana Komesu (Coord.). São Paulo: Contexto, 2004

COSTA, Nelson Barros da. A canção e o problema da ludicidade discursiva. In: COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos (org). **Cultura Lúdica, discurso e identidades na sociedade de consumo**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, pp 367-380.

_____. O gênero canção em livros didáticos. In: COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; RODRIGUES, Veriana de Fátima; COSTA, Nelson Barros da (org). **Modos de brincar, lembrar e dizer: discursividade e subjetivação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007, pp. 299-321.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **O contexto da obra literária: Enunciação, escritor, sociedade**. 2.ed. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 1. ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2001b.

SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza Homem de. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras (Vol. 1)**. São Paulo: Editora 34, 1997.

TATIT, Luiz. **A canção: eficácia e encanto**. São Paulo: Atual, 1987.

_____. **O Cancionista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **O Século da canção**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

_____. **Todos entoam: ensaios, conversas e canções**. São Paulo: Publifolha, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. 1.ed. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *In this paper, we studied the formation of brazilian song, understanding it as a utterance prepared within the constraints and possibilities imposed by discourse genre. We start from Mikhail Bakhtin's dialogical conceptions about genres, achieve proposals for Todorov on the formation of genres from a speech act amplified and the theories of Maingueneau about the scenenography and the ethos of the enunciator. Studying the enunciation through of syncretism between lyric and melody, by which the songwriter makes a speech act an act of singing, look at the dialogical relations established with the primary genres and the constitution of the enunciator in the process of amplification of brazilian song.*

Keywords: *discourse analysis; brazilian song; dialogism; discourse genre; enunciation*

Para a análise das canções de António Variações e além: semiótica da canção, crítica literária e identidade nacional portuguesa

Carlos Rogério Duarte Barreiros⁴¹

Resumo: Neste texto, são levantadas dificuldades de análise encontradas na investigação da obra do compositor português António Variações. Se, por um lado, a análise semiótica das canções, nos termos propostos por Luiz Tatit, é uma das referências teóricas fundamentais para a análise, por outro, a literatura, a crítica literária e os estudos de cultura e canção popular portuguesa também são essenciais para a compreensão da obra de Variações. Nela, serão investigadas isotopias que a fazem dialogar com as tradições da literatura e do fado e com as reflexões literárias sobre a identidade nacional portuguesa. Portanto, a hipótese que se pretende debater é a de que a palavra-síntese da identidade portuguesa – saudade – é termo complexo dessa identidade, porque subsume os termos contrários dor-comprazimento, ausência-presença – que podem ser considerados os extremos pelos quais transitam a literatura e a canção portuguesas.

Palavras-chave: canção popular portuguesa; literatura portuguesa; semiótica da canção; António Variações; saudade

1. Introdução

No final da década de 70 – nos anos imediatamente seguintes, portanto, à Revolução dos Cravos – e no início da década de 80, António Variações compôs, gravou e a apresentou ao público português aquilo que se pode considerar a gênese da música pop portuguesa contemporânea. A carreira artística foi meteórica: da gravação do primeiro *single*, com apenas duas canções, em 1982, à morte infelizmente prematura, que lhe interrompeu o sucesso que se avizinhava, em 1984, correram apenas dois anos, período curto, mas suficiente para alterar a rota que a canção de consumo tinha tomado até então em Portugal.

Não é difícil entrever a relação que a literatura portuguesa tem com a obra de António Variações: enquanto naquela verificam-se, ao longo de todo o século XX, tentativas de, nos termos propostos por Eduardo Lourenço (2007, p.23), rever “o irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses se fazem de si mesmos”, esta parece sintetizá-las todas na exata medida em que abre as janelas da canção portuguesa à brisa algo revigorante dos gêneros cancionais pop e rock, da Europa e dos Estados Unidos, sem abandonar temas e imagens tradicionais da canção e da literatura portuguesa, numa combinação que ainda serve de ponto de partida para muitos compositores portugueses contemporâneos.

⁴¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Literatura Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Marlise Vaz Bridi. E-mail: rogerioduarte@usp.br.

Neste texto, serão levantadas algumas rápidas hipóteses a respeito dos principais pontos de contato entre a literatura portuguesa e a obra de António Variações, de maneira tal que se possa observar o impulso renovatório desta, utilizando-se recorrentemente de temas e imagens daquela para constituir-se.

2. Pressupostos e algumas hipóteses

Partimos do pressuposto de que a leitura atenta de *O cancionista: Composição de Canções no Brasil* (TATIT, 2002) permite a seguinte inferência, que, em certa medida, extrapola as afirmações do próprio Luiz Tatit: cada país, a partir das dicções de seus cancionistas mais ouvidos, alcançará uma determinada *identidade cancional* ou, se quisermos, uma *dicção cancional nacional*, por mais que a trajetória da canção de consumo contemple diferentes fases determinadas, principalmente, pela evolução da indústria fonográfica e dos meios de comunicação de massa. Em *O Século da Canção* (Idem, 2004), o percurso da canção brasileira é investigado a fundo, desde as reuniões nas casas das tias, passando pelo problema da autoria, no início do século XX, pela era das grandes vozes do rádio, na década de 40, chegando à Bossa-Nova – o grau zero da canção –, no final da década de 50, e daí à canção de protesto e, finalmente, à Tropicália – o grau dez –, nos anos 60 e 70, alcançando finalmente, o fim do século XX. As duas obras, de certa forma, compõem uma verdadeira *Formação da Canção Popular Brasileira*, em dois volumes, se quiséssemos comparar a obra de Tatit e a *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido (1975). A aproximação, embora fácil e atraente na aparência, precisa ser feita de forma cuidadosa, devido às diferenças entre os objetos de análise de Luiz Tatit e Antonio Candido. Trata-se de tarefa que vai além dos limites desta apresentação, mas que serve à fundamentação teórica que lhe é necessária.

Parta-se, pois, do pressuposto de que, da mesma forma que a literatura, a canção experimenta um processo de *formação de tradição*, em que autores, obra e público estão envolvidos, numa espécie de transmissão da tocha – a metáfora é de Antonio Candido (1975, p.24) – em que *temas, imagens e língua* (no caso da canção, incluiríamos, inicialmente, a *entoação ou dicção*) se manifestam, são adotados, mais ou menos aceitos, depois abandonados e, eventualmente, retomados, de modo a culminar em uma *tradição*, que delinea a cultura literária, agora cancional, do país em que se forma. Note-se que não nos referimos, apenas ao Brasil – exatamente porque acreditamos que, feitas as adaptações necessárias de acordo com o objeto de análise, é possível transpor esse aparato teórico à literatura e à canção portuguesas, pelo menos.

Feita, ainda que superficialmente, a aproximação entre os processos de formação literária e formação cancional, resta declarar que é pressuposto deste trabalho a afirmação de que teoria literária e teoria semiótica não se excluem, ao contrário: podem concorrer de modo que críticos literários e semioticistas dialoguem de forma fértil para ambos.

Aos olhos de um teórico da literatura, talvez um semiótico seja, antes de tudo, um *reductor*: o modelo de análise semiótica tem a *pretensão* – a palavra é arriscada, mas parece explicitar bem o ponto de vista do crítico literário – de ajustar a apenas um modelo de análise uma infinidade de textos de diferentes gêneros e épocas, desconsiderando, na maioria das vezes, determinações de toda sorte que acabam por interferir na criação literária – deixemos de lado, aqui, textos não-literários. Para um leitor sectário de Antonio Candido, por exemplo, terá poucos méritos a análise que desconsidera, de saída, os pontos de contato entre o texto analisado e a tradição em que ele se insere – ainda que, nos termos propostos pelo próprio Antonio Candido, a análise do texto em si preceda a exploração daqueles pontos de contato. Por outro lado, na perspectiva de um semiótico, o crítico ou teórico da literatura talvez seja, antes de tudo, um *obscurantista* – a despeito de toda a erudição que possa ter – porque sua postura analítica não é, no final das contas, científica. Em termos gerais, o semiótico observa o trabalho do crítico com ceticismo, porque este se estende em divagações que não podem ser feitas a partir da leitura do texto, ou em ilações que, por mais interessantes que pareçam, não dizem respeito ao objeto analisado. *Falta método à teoria literária* – ao menos, na medida da semiótica.

Deixando de lado exageros e intransigências, os dois pontos de vista têm muito de verdadeiro. De fato, leitores assíduos e pesquisadores de crítica literária sentem falta, nas análises da semiótica, de uma investigação que vá além do texto, não para que sejam feitas afirmações que nada têm que ver com ele, mas para que se possa verificar a formação daquela tradição que comentamos acima; igualmente, frequentadores de cursos e textos de semiótica terão percebido, nas análises dos teóricos da literatura, muita página gasta sem análise de textos, muita erudição solta ao vento, talvez apenas pelo gosto de celebrizá-la ao público acadêmico.

Neste texto, teremos a pretensão de usar a teoria semiótica para fundamentar as hipóteses a respeito da literatura e da canção portuguesas, sempre respeitando o método da semiótica para alçar voos que, eventualmente, transcendam os textos analisados, sempre com a perspectiva construída a partir deles – os pés nas canções e nos textos, com os olhos na tradição literária e cancional, investigando-lhes os temas e figuras comuns, alcançando conclusões que permitam verificar os rumos de duas manifestações culturais diversas, mas imbricadas. Assim, tomando partido dos teóricos da literatura, que utilidade terá a análise semiótica isolada de uma canção, com a descrição detalhada de seus temas, figuras, actantes, programas narrativos e cifras tensivas – sem que se possa investigar a tradição que ordenou toda a construção da letra e da melodia e observá-la em outros textos, do mesmo autor, ou de outros? Mas, ficando do lado dos semióticos, que valor tem a digressão excessiva a partir de um verso ou apenas uma palavra isolada, sem que se considere que ela faz parte de uma unidade de sentido que lhe motiva a significação e o papel que assume dentro do texto?

Nossa proposta é, portanto, a identificação, por meio de um texto de crítica de literária, daquele que talvez seja o *termo complexo* da literatura e da cultura portuguesa.

3. Saudade: termo complexo da literatura portuguesa

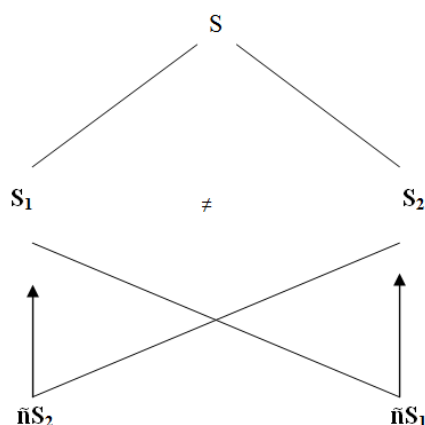
Nas primeiras linhas do terceiro capítulo de *A cultura em Portugal*, A. J. Saraiva (2007, p.77) afirma: “Partimos da hipótese de que uma cultura nacional tem uma certa identidade e uma certa permanência no tempo, qualquer que seja a razão disso”. Trata-se do ponto de partida que dá as linhas gerais de todo o capítulo, em que são investigadas as “feições persistentes da personalidade cultural portuguesa”, com base, entre outros “índices”, na “literatura e nas artes, onde se exprimem sonhos e tendências subjetivas, que nem sempre chegam a ter expressão material e social” (SARAIVA, 2007, p.78). Depois de comentar brevemente aspectos linguísticos e históricos de Portugal, o autor alcança um ponto inevitável em qualquer texto a respeito da identidade nacional portuguesa: a análise da palavra “saudade”. Ao fazê-lo, afirma:

O sentimento chamado saudade caracteriza-se pela sua duplicidade contraditória: é uma dor da ausência e um comprazimento da presença, pela memória. É um estar em dois tempos e dois sítios ao mesmo tempo, que também pode ser interpretado como uma recusa a escolher: é um não querer assumir plenamente o presente e o não querer reconhecer o passado como pretérito. Do ponto de vista da actividade, é um acelerador combinado com um travão simultâneo, se é possível usar imagens mecânicas em matéria de tanta subtileza qualitativa. De qualquer forma, é um sentimento complexo, mesclado, doce-amargo, pouco propício à acção, e não deve ter contribuído pouco para que a personalidade portuguesa apareça a observadores estrangeiros como desnorteante e paradoxal. (SARAIVA, 2007, p.84)

O mero levantamento do léxico do parágrafo transcrito acima já chamará a atenção de um semioticista. “Duplicidade contraditória”, “acelerador”, “travão simultâneo”, “imagens mecânicas”, “subtileza qualitativa”, “sentimento complexo”, “acção” e “desnorteante e paradoxal” são termos que poderiam perfeitamente ter sido extraídos de um texto teórico de semiótica tensiva – e que sugerem, portanto, que a análise de A.J. Saraiva tenha alguma penetração nos *níveis profundos ou tensivos*, emprestando à semiótica esses termos, da “personalidade cultural portuguesa”. Ao apresentar, em *Análise semiótica através das letras*, os rearranjos teóricos propostos pela semiótica tensiva ao quadrado semiótico greimasiano, Tatit explora o conceito de termo complexo,

a categoria que subsume S_1 e S_2 e que sempre foi prevista pelo enfoque semiótico baseado nas pesquisas do dinamarquês V. Brøndal. A complexidade contém dentro de si as tensões da descontinuidade e da continuidade, o que explica o fato de essa categoria compreender ao mesmo tempo um termo e seu contrário. (TATIT, 2001, p.23-24)

Com base no seguinte diagrama:



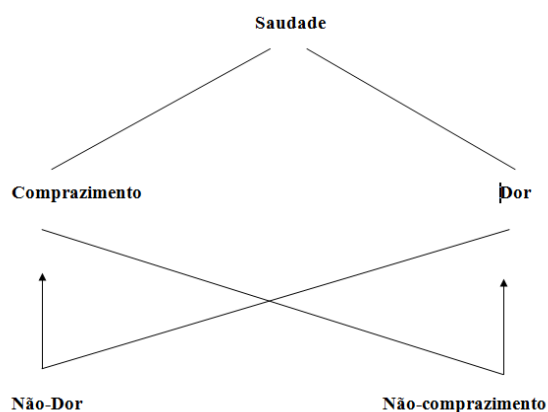
As semelhanças entre os dois textos impressionam. Note-se, por exemplo, que Saraiva caracteriza a saudade como uma “duplicidade contraditória”, enquanto Tatit explica o termo complexo como categoria que compreende “ao mesmo tempo um termo e seu contrário”. Em Saraiva, a saudade “é um acelerador combinado com um travão simultâneo”; em Tatit, o termo complexo “contém dentro de si as tensões da continuidade e da descontinuidade”.

Se seguirmos adiante na leitura de Tatit, verificaremos que o exemplo por ele apresentado é ainda mais esclarecedor:

se chamarmos o termo complexo S de universo emocional, e os termos simples S₁ de prazer e S₂ de dor, a complexidade determina que a noção de prazer só fará parte deste universo emocional se encontrar algum parâmetro de equilíbrio com a noção de dor, independentemente do grau de dominância de uma sobre outra. Em alguns casos, a categoria complexa permite uma verdadeira coalescência dos termos contrários, anulando de tal forma suas diferenças que em lugar das relações exclusivas, exhaustivamente empregadas no estruturalismo, conformam-se as relações participativas já previstas por Hjelmslev nos anos trinta. (TATIT, 2001, p.24)

Mais uma vez, a semelhança entre os textos surpreende: segundo Saraiva, a saudade é “uma dor da ausência e um comprazimento da presença” – e a diferença, aqui, resume-se, primeiramente, ao termo “comprazimento” – mas que guarda o mesmo radical de “prazer”, usado por Tatit para criar o termo que se opõe a “dor”. Além disso, o termo complexo escolhido por Tatit é “universo emocional”, não “saudade” – mas entendemos que, no texto de Saraiva, esta pode ser entendida como termo complexo da “personalidade cultural portuguesa”. Finalmente, o que Tatit chama de “coalescência dos dois termos contrários”, cujas relações são participativas, parece estar exemplificado no texto do pensador português com as expressões “estar em dois tempos e em dois sítios ao mesmo tempo” ou “sentimento complexo, mesclado, doce-amargo” – adiando aqui, propositalmente, a análise das “imagens mecânicas”, que extrapolaria os limites desta apresentação.

Todas as aproximações apontadas acima parecem conspirar para que alcancemos o seguinte diagrama da “personalidade cultural portuguesa”, imbricando os dois textos:



E é esse diagrama que servirá de ponto de partida para a análise das canções de António Variações. Nelas, de forma geral, por pertencerem ao *rock* ou ao *new wave* do final dos anos 70 e início dos 80, predomina a tematização.

Não será arriscado afirmar que no fado, manifestação cancional portuguesa por excelência, predomina a passionalização, devido ao andamento desacelerado, aos saltos intervalares e às transposições de registro. Deixamos aqui a hipótese de que, lançando mão de um gênero cancional estrangeiro – o *new wave*, ou pós-punk, ou *rock*, como se quiser classificá-lo, com os arranjos concentrados em sintetizadores, adquirindo os timbres que caracterizaram muitos sucessos radiofônicos da Europa no início dos anos 80 –, António Variações propunha, de certa forma, uma *renovação da canção popular portuguesa*. Note-se, aqui, que chamamos de *canção popular portuguesa* a manifestações não apenas de cunho folclórico ou tradicional, mas também os gêneros diretamente associados à indústria cultural da canção – aqueles a que Theodor Adorno chamaria pejorativamente, no texto "O fetichismo na música e a regressão da audição" (2005), de "música ligeira". Introduzir arranjos de *new wave* na canção portuguesa talvez já seja, por si só, um gesto bastante significativo para uma cultura que se via extremamente asfixiada por décadas de ditadura e de fechamento aos desdobramentos da cultura pop da Europa e dos Estados Unidos. Se quiséssemos, apenas a título de provocação, poderíamos afirmar que o gesto de António Variações é, na cultura cancional portuguesa, *tropicalista*, no sentido que Tatit dá a esse movimento na cultura cancional brasileira, isto é, o gesto de assimilação de diversos elementos que, estrangeiros ou não, fazem parte da cultura portuguesa. Como já afirmamos, essa hipótese merece investigação mais cuidadosa, mas não deixa de chamar a atenção o fato de o próprio Saraiva (2007, p.96), no texto já largamente citado acima, observar "a tendência para a miscigenação [dos portugueses] com outros povos" – característica também marcante no Brasil. Traçar os paralelos entre as culturas brasileira e portuguesa, sobretudo no que diz respeito aos pontos de contato nas origens e desdobramento de suas canções populares: eis aí um desafio a enfrentar quando se pretende pesquisar a canção de António Variações.

Mas não é apenas no arranjo e na opção pela tematização que se destaca a canção – e a obra como um todo – de António Variações; também ela se destaca pela valorização do presente, como se poderá

observar na análise atenta de letra e melodia de muitas canções, sobretudo *Estou Além*. A literatura portuguesa, como demonstram os estudos literários, tem certo gosto, às vezes mórbido, pelo passado glorioso das navegações, imortalizado na figura emblemática de Luís de Camões e seus *Os Lusíadas*. No mesmo texto de Saraiva, afirma-se que esse período histórico e a idealização em torno dele contribuíram de forma determinante no traço do perfil cultural português, fundado na *saudade* e em desdobramentos desse termo complexo – o messianismo, a obliquidade das relações entre as pessoas, o gosto pela tristeza, a religiosidade misturada com a terra dos vivos, a forte presença popular na arte, entre outros (SARAIVA, 2007). A obra de António Variações, seja por meio dos arranjos, seja por meio das entoações, seja, finalmente, por meio da letra, parece ressignificar a tradição cultural portuguesa, inserindo-a no século XX.

4. Considerações Finais (com base em breves apontamentos sobre *Estou Além*)

Primeira Parte:

- (01) Não consigo dominar
- (02) Este estado de ansiedade
- (03) A pressa de chegar
- (04) Pra não chegar tarde
- (05) Não sei de que é que eu fujo
- (06) Será desta solidão?
- (07) Mas por que é que eu recuso
- (08) Quem quer dar-me a mão?

Primeiro Pré-Refrão:

- (09) Vou continuar a procurar a quem eu me quero dar
- (10) Porque até aqui eu só

Primeiro Refrão:

- (11) Quero quem
- (12) Quem eu nunca vi
- (13) Porque eu só quero quem
- (14) Quem não conheci
- (15) Porque eu só quero quem
- (16) Quem eu nunca vi
- (17) Porque eu só quero quem
- (18) Quem não conheci
- (19) Porque eu só quero quem
- (20) Quem eu nunca vi

Segunda Parte:

- (21) Esta insatisfação
- (22) Não consigo compreender
- (23) Sempre esta sensação
- (24) Que estou a perder
- (25) Tenho pressa de sair
- (26) Quero sentir ao chegar
- (27) Vontade de partir
- (28) Pra outro lugar

Segundo Pré-Refrão:

(29) Vou continuar a procurar o meu mundo, o meu lugar
(30) Porque até aqui eu só

Segundo Refrão:

(31) Estou bem
(32) Aonde não estou
(33) Porque eu só quero ir
(34) Aonde eu não vou
(35) Porque eu só estou bem
(36) Aonde não estou
(37) Porque eu só quero ir
(38) Aonde eu não vou
(39) Porque eu só estou bem
(40) Aonde não estou

A análise da canção *Estou Além*⁴², (cuja letra foi transcrita acima) de certa forma, por exemplo, aponta que o enunciador geral do texto opta por estar *além*, fora dos padrões e limites, se se quiser fazer uma das afirmações que extrapolam a canção em si. Talvez não seja imprópria a hipótese de que o destinador-manipulador em *Estou Além* tenha sido omitido, isto é, não tenha concretude semântica, exatamente porque o sujeito “eu” que canta essa canção, embora dialogue com os conteúdos que são inerentes ao perfil cultural português, opta por estar fora deles, isto é, opta pela celebração da falta sem o ranço passional da saudade nos fados tradicionais, por exemplo. O destinador-manipulador poderia ser entendido, nesse caso, como a *tradição cultural portuguesa*, espécie de destinador transcendente que dá movimento ao “eu” de *Estou Além*, “eu” que quer, em certa medida, *fugir* à tradição – mais especificamente a encampada pelos órgãos de propaganda do governo salazarista, em que era valorizado o português rural, humilde e religioso, das aldeias, isolado da Europa e do mundo, passadista, concentrado exploração das terras africanas – portugueses “orgulhosamente sós”, na expressão do próprio Salazar (TORGAL, 2001, p.399). O sujeito de *Estou Além* responderia, assim, à persuasão de um anti-destinador, o da *modernização da cultura portuguesa*, também transcendente, por espelhamento em relação a seu antípoda, o da *tradição*. Rompendo o contrato com este destinador-manipulador ligado à tradição, o destinatário-manipulado, que no texto é o sujeito “eu”, escolhe *estar além e ir além*, nos pré-refrões, com a procura do outro amado e de si mesmo, nas figuras “meu mundo, meu lugar”. Este mundo ou lugar que está além e que precisa ser encontrado retoma, se quisermos, as viagens ao desconhecido levadas a termo pelos portugueses, mas elas estão, agora, ressemantizadas e determinadas pela debreagem enunciativa do

⁴² A análise foi apresentada ao Professor Luiz Tatit no trabalho de conclusão do curso *Semiótica: Teoria e Aplicação na Canção Brasileira*, no segundo semestre de 2009, cursado na FFLCH da USP. O trabalho obteve a nota máxima, e a análise minuciosa da letra e da melodia da canção seria bastante elucidativa neste texto, mas excederia, e muito, os limites propostos nas Normas de Apresentação do II Eped. Assim, o fragmento final, intitulado “Considerações Finais (com base em breves apontamentos sobre *Estou Além*)”, contém apenas as conclusões a respeito da canção. Fica o compromisso, pois, de apresentar, na próxima edição do Encontro, a análise completa dessa ou de outra canção de António Variações.

“eu”, “aqui” e “agora”, que deixa para trás o *peso do passado e da tradição* – que levou, como demonstram os estudos literários, a algumas tentativas históricas de modernização da literatura, da cultura e da sociedade portuguesas, como as observadas nas gerações e nas obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, ou em diversos momentos da prosa portuguesa do século XX.

Note-se, finalmente, que, apesar das observações feitas no parágrafo anterior, o sujeito de *Estou Além* não abandona por completo os elementos da tradição cultural portuguesa, mas dinamiza-os, de modo que estes sejam atualizados e ressignificados – a saudade e o afã pela descoberta de outros espaços, características tão portuguesas, estão na letra e na melodia da canção, mas são relidas por meio das especificidades que ganham nas canções da obra de António Variações: é esta a hipótese que norteou a redação deste trabalho.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Lourenço, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Lisboa: Gradiva, 2007.

Saraiva, António José. **A Cultura em Portugal**: Teoria e História. Livro I. Introdução Geral à Cultura Portuguesa. Lisboa: Gradiva, 2007.

Tatit, Luiz. **Análise semiótica através das letras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **O cancionista**: composição de canções no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O Século da Canção**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Salazarismo, Fascismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2.ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *In this search in progress report, the presenter intends to discuss the main difficulties which are being found in the research about the work of the Portuguese music composer António Variações. If, on the one hand, the semiotic analysis of songs, just in the way it is proposed by Luiz Tatit, is one of the fundamental theoretical references for the forwarding of the doctoral thesis, on the other hand, this presenter believes that literature, literary review and studies of Portuguese culture and folk song are fundamental to the understanding of Variações' work. Within his production, there will be probed isotopias that do dialogue with the traditions of fado and literature reflections about the Portuguese national identity. Therefore, the assumption to be discussed, investigated and improved, and which guides this submission is that the word-summary of Portuguese identity – "saudade" – is a complex term of it, insofar as they subsume the contrary pain-complacency, absence-presence, spirit-flesh – which can in turn be considered extremes through which pass the Portuguese literature and song.*

Keywords: *Portuguese folk song; Portuguese literature; semiotics of song; António Variações; saudade*

Publicidade em revista do mundo dos negócios: o entrelaçamento teórico nas produções argumentativas

Cleonice Men da Silva Ramos⁴³

Resumo: Este artigo objetiva mostrar mecanismos argumentativo-persuasivos de que se vale o orador (enunciador) ao produzir o texto anúncio publicitário. Qualquer texto é passível de conter estratégias argumentativas, em maior ou menor grau, mas o anúncio publicitário pode superar qualquer outro porque especialmente desenvolvido para “vender” algo. Os postulados teóricos das disciplinas Retórica (clássica), Nova Retórica, Semiótica (francesa, de Greimas) e Análise do Discurso serão adotados e tratados em interdependência. Pela prevalência da linguagem não verbal (visual) na produção do texto, serão considerados estudos advindos da semiótica plástica, com o exame das relações entre categorias do plano da expressão e do conteúdo: o semissimbolismo. O texto publicitário é usualmente sincrético, porque detentor de mais de uma linguagem produzindo efeitos de sentido. Recorre-se, desse modo, às linguagens verbal e visual em sincretismo.

Palavras-chave: argumentação e persuasão; anúncio publicitário; semissimbolismo e sincretismo; revista impressa do mundo dos negócios.

1. Introdução

Qualquer texto é passível de possuir estratégias argumentativas, em maior ou menor grau. O anúncio publicitário pode superar qualquer outro. Na produção desse texto, há estratégias para espelhar, fundamentar ou “criar” o real: tudo para provocar a “venda” do que se está oferecendo, quase sempre por meio de aflorar a carência do *outro* para fazê-lo querer “comprar”. Assim, esse texto privilegia o *páthos* – imagem da disposição que o orador (enunciador) faz do auditório (enunciatário). O orador suscita emoções (paixões) no auditório com seu discurso ao se centrar em aspectos afetivos, em encantos e emoção, essenciais à persuasão. Evidencia-se, portanto, no discurso, a tríade *docere*, *delectare* e *movere*, ou seja, o produtor desse texto *instrui* e *agrada* para *comover*, incitar o *outro* a “comprar”.

Publicidades veiculadas em mídia impressa são usualmente dotadas de linguagem verbal e não verbal (visual). Com isso, trazem mecanismos argumentativo-persuasivos e efeitos de sentido ímpares a considerar. Assim se posiciona Mosca: “No discurso persuasivo são mobilizados todos os recursos retóricos para a produção de **efeitos de sentido**, isto é, com vistas a um determinado fim, havendo pois um caráter manipulador em seu funcionamento” (2004, p. 22). Assim, justifica-se o observar inquieto e atento do analista do discurso, que, ao desconstruir os textos, ponto de partida do olhar analítico, busca reconstruí-

⁴³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: cleonicemen@usp.br.

los para depreender efeitos de sentido e mostrar como neles se produzem as estratégias manipulativo-persuasivas utilizadas pelo orador (enunciador) para seu auditório (enunciatário-leitor). Nesse processo, importa conhecer para quem especificamente o texto foi produzido – o enunciatário-leitor, que se configura no auditório particular –, respectivamente utilizando-nos de terminologias da Semiótica e da Retórica/Nova Retórica.

Elegemos para análise o anúncio publicitário veiculado na p. 69 da revista *Época NEGÓCIOS*, ed. 26, de abril de 2009. Esse texto é materialização de *gênero textual*. Conforme Fiorin (2004), os gêneros são organizações relativamente estáveis caracterizadas por uma temática, uma forma composicional e um estilo, sendo o estilo o conjunto de marcas linguísticas exigidas pelo gênero. A *Época NEGÓCIOS*, publicação impressa mensal da Editora Globo, foi lançada em março de 2007. Ao observarmos o projeto gráfico da revista, constata-se um visual inovativo, com desenhos coloridos e “chamativos” de formas abertas e despretensiosas. Ela própria conclama repetidamente ser inovador o discurso que apresenta. Acima do logotipo *negócios*, lê-se o seguinte *slogan*: “INSPIRAÇÃO PARA INOVAR”. A carta que acompanha a primeira edição, assinada pelo Diretor de Redação, traz: “Como uma publicação que se pretende inovadora, nossa preocupação foi dotá-la de um design capaz de refletir esse espírito”. A carta do editor (p. 8), acompanhada de uma foto do “time afinado que mescla diferentes idades e especialidades”, ratifica o espírito inovador que a revista visa transmitir. Diz a carta: “Nós acreditamos em muitas coisas. Acreditamos, repita-se quantas vezes forem necessárias, na inovação”. Em caracteres de tamanho agigantado, o título destaca: “Inovar, inovar e ainda inovar”, em boa sintonia com a “repetição”, figura de presença citada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (cf. 2005) cujo efeito aumenta o “sentimento de presença”, importante na argumentação.

2. Pressupostos teóricos

Reconhece-se que a teoria semiótica, da Escola de Paris iniciada por A. J. Greimas, pelos seus modelos e atributos de rigor e solidez incedíveis, tem-se fortalecido e proposto metodologias eficazes na busca dos efeitos de sentido a depreender. São primordiais para essa teoria os efeitos de sentido depreendidos das linguagens verbal e não verbal (visual) de um texto, especialmente ao considerar a abrangência da teoria da enunciação. Para a Análise do Discurso, em estreita interação com a Semiótica, são notadamente fundamentais as produções verbais do discurso, evidenciando suas nomenclaturas e definições. Considerando a teoria semiótica e caracterizando o semissimbolismo, os efeitos de sentido são depreendidos dos textos quando uma categoria do significante (plano da expressão) se relacionar, por homologação, a outra do significado (plano do conteúdo). “Como signo, o texto apresenta um plano da expressão e um plano do conteúdo: aquele veicula este”, diz Discini (2005, p. 345), ao sintetizar a tradição teórica da Semiótica.

Os semioticistas Greimas e Floch ensinam que, no plano da expressão, é possível reconhecer formantes figurativos e formantes plásticos, que se resumem a objetos visuais que norteiam a leitura por meio de estratégias progressivas de produção com traços argumentativos e efeitos de sentido. Os objetos visuais predominantes do texto anúncio publicitário costumam ser fotos, desenhos, símbolos ou ainda caracteres tipográficos. Lucia Teixeira, estudando semiótica visual relacionada à semiótica plástica, afirma que “a observação dos objetos plásticos poderá selecionar critérios que considerem, hierarquicamente ou isoladamente, ou ainda conjuntamente, as categorias plásticas cromáticas, eidéticas e topológicas” (1999, p. 5). A teoria semiótica chama de *sujeitos semióticos* aqueles cujas imagens são construídas no discurso: são sujeitos pressupostos no discurso. Denominados especificamente *destinador-(manipulador)* e *destinatário-(leitor)* ou, ainda, *narrador* e *narratário-(leitor)*, no nível narrativo do *percurso gerativo de sentido*, e *enunciador* e *enunciatário-(leitor)*, no nível discursivo, configuram duas instâncias do discurso, constituindo simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. Para a teoria retórica ou nova retórica, as denominações são *orador* e *auditório*, respectivamente.

À Retórica é essencial a argumentação e a persuasão, depreendidas especialmente da linguagem verbal dos textos, já que essa disciplina se pauta pela ação do homem sobre o homem, mostrada no discurso. Assim, dessa linguagem, observam-se, essencialmente, os recursos retórico-argumentativo-persuasivos relacionados às teorias da argumentação, quer as advindas da Retórica tradicional, quer as da Nova Retórica: a perelmaniana. Importa-nos o conceito do auditório particular, caro a Perelman e Olbrechts-Tyteca, estudiosos que, pelas pesquisas envolvendo o universo retórico-argumentativo, chegaram a preceitos análogos aos sistematizados por Aristóteles. Sobre o auditório particular, o Mestre sintetiza: “O melhor e mais eficaz de todos os meios para poder persuadir e aconselhar com sabedoria é conhecer todas as constituições e distinguir seus costumes, instituições e tudo quanto traz vantagem a cada uma delas” (ARISTÓTELES, 2002, p. 67). Perelman, consonante às concepções aristotélicas, esclarece que, se se busca plena adesão por meios argumentativos, é no auditório particular que se obtém eficácia discursiva, já que “a argumentação retórica depende essencialmente do auditório a que se dirige” (2004, p. 71). Consideramos ser a *Época NEGÓCIOS* dotada de auditório particular, já que formada por um grupo social específico: homens e mulheres de negócios. Especialmente, interessa-nos, do anúncio publicitário ora em análise, observar produções argumentativas e persuasivas nas linguagens verbal e visual sincretizadas.

3. Análise do texto anúncio publicitário

Em busca de eficácia persuasiva para obter maior adesão de “compra”, o texto publicitário é produzido mais para grupos específicos (auditório particular) do que para generalizados (auditório

universal). Para o primeiro grupo, o produtor se vale de *lugares*, de premissas de ordem especialmente peculiares, buscando valores e hierarquias consagradas desse grupo social *especializado*. Reboul (cf. 2004, p. 86) lembra os lugares mais conhecidos modernamente: sedução, saúde, prazer, *status*, diferença, natureza, autenticidade, relação qualidade/preço. A publicidade em análise, com mais enfoque nos lugares *saúde* e *prazer*, dispõe de força argumentativo-persuasiva tanto na linguagem não verbal (visual) quanto na verbal, com prevalência da primeira. Mostremos o anúncio, que reproduz um casal tomado como “modelo”:



Fig. 1 – Anúncio publicitário, Época NEGÓCIOS, ed. 26, abril de 2009, p. 69.

Começamos pela linguagem visual, plano da expressão, com a categoria topológica ligada à posição. Vê-se no centro do anúncio uma figura em destaque: a de um casal, cuja aparência remete à meia idade, comprovada, especialmente, pelos cabelos visivelmente grisalhos e rugas aparentes na face e pescoço do homem. Abraçados em posição frontal, a gestualidade mostrada sugere apego íntimo amoroso: o casal está prestes a se beijar. Todo o texto visual é sugestivo para essa ação iminente: há proximidade das bocas e os olhos da mulher estão quase fechados, sinal de espera do ato a ser consumado, que marca a intimidade.

A imagem do anúncio traz sensualidade e certo apelo erótico, com um elemento figurativo do visual: a fita vermelha que enlaça o casal. Comentemos a estrutura cromática. Uma das simbologias do vermelho no Ocidente é representar o fogo. Diz Guimarães que os tons verdes e azuis são “os elementos relacionados a resfriamento, água e ar”; e os tons vermelhos e amarelos são os elementos “relacionados a aquecimento,

fogo e sol” (2004, p. 80). De tonalidade considerada “quente”, a fita vermelha, cor simbólica da paixão, marca o “aquecimento” da união do casal pelo cromático.

Da categoria eidética – de *eidos*, “forma” – observam-se relações entre o reto e o curvo, que engendram, no anúncio, efeitos significativos de sentido a considerar. O arredondado da fita vermelha molda-se à curva dos quadris da mulher. Sobre as linhas curvilíneas, Gaston Bachelard nos dá uma definição significativa ao afirmar que a “curva tem calor” e “seu calor ordena que nos enrolemos, que nos embrulhemos”. E acrescenta: “Que fazemos demais se dizemos que um ângulo reto é frio e uma curva é quente? Que a curva nos acolhe e que o ângulo muito agudo nos expulsa?” (s.d., cf. p. 113-115). É sugestiva a ponta rija da fita vermelha, erguida no ar às costas do homem: orienta, visualmente, ao efeito de sentido que demarca a virilidade masculina. Temos a oposição *curvilíneo* (no lado da mulher) *versus* *pontiagudo/retilíneo* (do lado do homem) engendrando efeitos de sentido depreendidos também da categoria eidética, mantendo, portanto, a isotopia da intimidade e do erotismo. Observa-se que os contornos e a cor da fita se assemelham com o logotipo da empresa “Lilly”, mostrado na base do lado direito do anúncio.

Referindo-nos ao *percurso gerativo de sentido*, plano do conteúdo, podemos determinar, do nível fundamental, os valores abstratos do anúncio: /satisfação/ e /insatisfação/. Tracemos o percurso do quadrado semiótico: /Satisfação/, que se homologa à euforia (viver bem, situação prévia do casal), passando pelo eixo da /não satisfação/, (não viver mais bem), para afirmar-se na /insatisfação/ (viver mal). O polo/insatisfação/, que se homologa à disforia (viver mal), passando pelo eixo da /não insatisfação/ (deixar de viver mal), para afirmar-se, finalmente, na /satisfação/ (viver bem). Esse percurso foi depreendido da linguagem verbal com os enunciados: “Não deixe para depois. Volte a viver bem. Procure um médico. Seu problema tem solução”.

O enunciatário-leitor acompanha pelo verbal esse percurso axiológico igualmente mostrado no visual, representado nos quatro quadros que aparecem abaixo da figura principal do casal. Assemelhando-se a um rolo de filme, esses quadros exibem narrativamente o percurso transformador do casal. Com referência topológica da direita à esquerda, vemos setas que percorrem três quadros. Essas setas ensejam o efeito de sentido de movimento. As setas do primeiro quadro, de fundo claro e sem a presença da imagem do casal, são de cor cinza. Aceita culturalmente, a cor cinza é significativa porque reconhecida por simbolizar a “não vida”. É usual o entendimento “reduzir-se a cinzas” equivalendo a “extinguir-se, ficar sem vida”. As cinzas provêm do carvão frio, de cor preta, que simboliza a morte. O preto se opõe ao branco, à luz, que representa a “vida”.

Vemos no segundo quadro sinais de insatisfação. O casal é representado com lábios cerrados (insatisfeito, vivendo mal, em disforia). A gestualidade da mulher é de abraço de consolo. É ela que se aproxima por trás do homem e o enlaça, enquanto ele mantém os braços cruzados. A cabeça do homem está ligeiramente baixa e seu olhar meio perdido no vazio, em sinal de desconsolo. As setas, que dão

deslocamento sequencial no percurso, aparecem agora brancas. O efeito com a claridade no cromático é que a “situação vai clareando”, ou seja, ficando melhor. Floch (cf. 1993, p. 70),⁴⁴ em análise envolvendo a estrutura cromática, especificamente a claridade, afirma que “claro” também pode significar sereno ou tranquilo. É assim culturalmente aceito.

Voltando à imagem, o casal pode deixar de viver mal, insatisfeito, sugere o terceiro quadro. Ali, o casal aparece sorrindo, satisfeito, o que vale dizer que o problema foi resolvido. Nesse quadro, é o homem que abraça afetuosamente a mulher, sendo correspondido por ela. As setas se mantêm brancas. A satisfação, o voltar a viver bem, em plena euforia, está definitivamente marcado no último quadro. Vemos o casal com sorrisos francamente largos, agora abraçados frontalmente. Fechemos a análise do anúncio com o semissymbolismo, assim constituído pelas principais homologações entre as categorias cromática, topológica e eidética, do plano da expressão (PE) e com os valores do plano do conteúdo (PC):

(Polo 1)		(Polo 2)		
Escuro (setas)	vs.	Claro (setas)	}	(PE)
Cor fria	vs.	Cor quente		
Trás (abraço dorsal)	vs.	Frente (abraço frontal)		
Baixo	vs.	Alto (ponta da fita na vertical)		
Retilíneo	vs.	Curvilíneo		
/Insatisfação/	vs.	/Satisfação/	}	(PC)
disforia	vs.	euforia		

Com o semissymbolismo, homologando estruturas do plano da expressão (PE) e do plano do conteúdo (PC), e as linguagens verbal e visual sincretizadas, podemos depreender mecanismos argumentativo-persuasivos: tudo para levar o enunciatário-leitor a “comprar” o produto anunciado.

Falemos do casal reproduzido no anúncio. Considerados sujeitos semióticos do discurso, o homem e a mulher eleitos para aparecerem no anúncio servem de “modelos”, especialmente considerados e chamados com o propósito de ajudar a “vender” o produto do anúncio. Modelos se prestam à imitação e é para tanto que são introduzidos no discurso: para que suas ações sejam imitadas. “O modelo indica a conduta a seguir”, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 415), guiando-nos na teoria nova retórica. Nesse sentido, assemelham-se a sujeitos adjuvantes, “vozes” com o argumento de autoridade, buscados pelo narrador, que remete ao enunciador, para ajudar a tecer o discurso, como determina a teoria

⁴⁴ Tradução nossa.

semiótica. Discini (2005, p 337) diz que o argumento de autoridade “confirma o *outro* como o adjuvante, do nível narrativo; aquele que colabora para a construção da competência do próprio narrador, no sentido de viabilizar o poder e saber defender um ponto de vista”. Assim, a estratégia do enunciador da publicidade, ao trazer a imagem do casal “modelo”, que agora se mostra em união, “vivendo bem”, é para fazer com que o enunciatário-leitor aja, faça o mesmo: procure um médico, porque o problema de que trata o anúncio tem solução. Isso o enunciador enfatiza pelo verbal, com enunciados enfáticos, de valor imperativo: “Não deixe para depois. Volte a viver bem. Procure um médico. Seu problema tem solução”. O lexema “volte” indica que existia, para o casal “modelo”, a situação prévia de “viver bem”, situação que deixou de existir, mas, recorrendo a um médico, refaz-se como antes. O texto se firma de modo argumentativo-persuasivo fortalecido, inerente às especificidades discursivas do gênero textual *anúncio publicitário*. Por gozarem de prestígio, essas “vozes” de autoridade, que “falam” para um auditório particular (público eleito da revista) garantem ainda mais credibilidade discursiva.

De fato, servir de modelo é sinal de prestígio. Assim, a argumentação pela autoridade opera por meio de esquema implicativo (se A, então B), de relação causal, como bem diz Fiorin⁴⁵: “O argumento de autoridade está fundado na implicação, que só considera algo aceitável porque alguém autorizado o enunciou”. Essa relação implicativa opera de modo implícito, mostrado especialmente no visual. A autoridade do casal “modelo” serve de “caução a uma conduta adotada” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 415). Tem-se interpretado pelo destinatário-leitor, que vê o anúncio: Se o casal “modelo” passou a *viver bem* depois de ter procurado ajuda médica e ver resolvido seu problema, importa que eu faça o mesmo. Com isso, vemos configurada uma manipulação⁴⁶ por *tentação*, envolvendo imagem positiva do destinatário-leitor e a recompensa: o viver bem com a solução do problema.

Ao utilizar *modelos*, fica caracterizado o *lugar da essência*, o qual valoriza indivíduos como representantes bem caracterizados de uma essência, apoiando-nos ainda em Perelman e Olbrechts-Tyteca. O enunciador, ao produzir o texto anúncio publicitário, considerou os valores do auditório particular: mostra o casal “modelo” em euforia, “vivendo bem”, representando, na esfera social inerente, a *essência* dos casais de meia idade. Tão fortes são os traços específicos que a publicidade apresenta que se torna inevitável incluí-la no gênero discursivo *epidítico*, segundo o preceito de Aristóteles, já que vai enaltecer o bem viver do casal “modelo”. O enaltecimento gera força argumentativo-persuasiva para “vender” o produto anunciado.

⁴⁵ FIORIN, José Luiz. “Justiça da Cruz”. In: *Língua Portuguesa*, n. 4, agosto de 2009, p. 22-23.

⁴⁶ Para detalhamento da tipologia da manipulação, cf. BARROS, 2002, p. 28-33.

4. Considerações finais

Consideramos que o fazer argumentativo-persuasivo intensificado é inerente ao texto anúncio publicitário. Da tríade argumentativa defendida por Aristóteles, *éthos*, *páthos* e *logos*, o *páthos*, centrado no emocional, é o elemento estruturante do discurso mais considerado. O orador, ao produzir o texto, considerou os valores do auditório particular: trouxe o casal de meia idade “modelo”, de “voz” com o argumento de autoridade, buscado especialmente para ser “imitado”. O destinatário-leitor vai querer passar pelo processo de transformação da disforia à euforia do casal “modelo” e, para isso, parte para a ação: “comprar” o produto que o anúncio está oferecendo. Para tanto, mecanismos argumentativo-persuasivos foram utilizados, com as linguagens verbal e visual sincretizadas e com o semissimbolismo, homologando estruturas do plano da expressão (PE) e do plano do conteúdo (PC).

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antônio P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.
- DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ÉPOCA NEGÓCIOS, São Paulo: ed. Globo, n.26, Ano 3, abr. 2009.
- FIORIN, José Luiz. **Gêneros e tipos textuais**, 2004. Cópia xerogr.
- FLOCH, Jean-Marie. **Semiótica, marketing y comunicación**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.
- GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- GREIMAS Algirdas L. e COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, L.S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____ & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. A Nova Retórica. Trad. Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TEIXEIRA, Lucia. **Leitura de textos visuais na escola**. Comunicação apresentada no III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999. mimeo.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper aims at showing argumentative-persuasive strategies utilized by orator (enunciator) in producing the text advertisement. Any text is susceptible of possessing argumentative strategies, of higher or lower intensity. Advertisements can surpass any other because especially developed to “sell” something. In this work, the basic theoretical principles of Classical Rhetoric, New Rhetoric, Semiotics (The French, branch developed by Greimas) and Discourse Analysis will be adopted and treated interdependently. Due to the prevalence of non verbal (visual) language in the text production, plastic semiotics studies will also be considered in examining the relation between categories of plane of expression and plane of content: the semi-symbolism. The advertisement is usually a syncretistic text since it holds more than one language producing meaning effects. In this way, the verbal and visual languages will be considered in syncretism.*

Keywords: *argumentation and persuasion; advertisement; semi-symbolism and syncretism; business printed magazine.*

Letramento e ideologia: jogo de sentidos no discurso do Direito

Dionéia Motta Monte-Serrat⁴⁷

Resumo: *O discurso do Direito pretende igualar a todos perante a Lei e na “transparência” da linguagem exclui o discurso de sujeitos menos letrados. As teorias do Letramento (TFOUNI, 2005) e da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988) mostram o percurso social ideológico e psíquico do sentido e a imposição de um sentido dominante pelas instituições. A língua, sujeita ao equívoco, constitui o sujeito em sua relação com o sentido e este não é único. Questiona-se a possibilidade de ultrapassar a incompatibilidade entre o discurso jurídico e o discurso do Direito, pois, quando o sujeito jurídico emerge, há a produção de atos falhos, que se contrapõem às qualidades que regem o sujeito de direito. Equívocos na elaboração dos termos de audiência, fazendo descompassar o que foi falado e o que foi escrito, e sentenças sem o formato silogístico dado pela lei, revelam um sujeito jurídico constituído fora da “ciência régia” (PÊCHEUX, 2002).*

Palavras-chave: *letramento; análise do discurso; psicanálise; discurso jurídico e sujeito.*

1. Introdução

Pesquisar o evento de uma audiência (depoimentos perante o juiz) permite questionar o fato de a língua, tida como “transparente”, coexistir com a necessidade de intermediação do juiz nas falas. Teriam essas intervenções finalidade de evitar “ambiguidade”, “distorção”, “mal entendido”? A audiência, evento de letramento, apresenta posições discursivas de sujeito influenciadas pela ideologia e, ao se propor a aplicar uma lei “igual para todos”, instala um lugar em que são ignoradas as desigualdades sociais. Além da audiência, são também objeto deste estudo sentenças judiciais que se apresentam com estrutura de poesia e não com a estrutura silogística imposta pela lei. Para Tfouni (2005), o raciocínio silogístico da sentença é um meio pelo qual o magistrado tem de decidir sobre uma realidade, mas, ao mesmo tempo, dela se afasta. Como se dá esse jogo de sentidos no discurso do Direito?

A determinação da lei, sobre as intervenções do juiz nas falas em audiência e sobre a forma silogística de o juiz proferir a sentença, mostra a dimensão jurídica da língua, sua efetividade social. O discurso jurídico ultrapassa o ambiente forense e envolve a questão da constituição do sentido dos enunciados e discursos. Essa percepção trouxe a diferenciação entre sujeito de direito e sujeito jurídico, ainda não encontrada em literatura especializada.

A articulação das teorias do Letramento e da AD pêcheutiana ao discurso jurídico trouxeram nova maneira de compreender o que se passa na instância jurídica, uma ordem de sentidos que constitui a memória do dizer, determina as relações sociais. A ordem do “dever ser” do discurso do Direito traz consigo noções de obrigação e de imperativo que trabalham a materialidade da língua e a origem do dizer

⁴⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Educação (FFCLRP-USP), sob a orientação da Profª Drª Leda Verdiani Tfouni. E-mail: di_motta61@yahoo.com.br.

de sujeitos fora de um lugar de livre escolha, sob o controle da lei: o Estado impõe-se sobre os particulares autoritativamente (sic) para solucionar o conflito de interesses em que estão envolvidos (CINTRA, 1981, p.7). Segundo as teorias do Letramento e da Análise do Discurso acima mencionadas é possível observar uma irreversibilidade pré-determinada nos papéis assumidos pelos sujeitos inseridos no contexto jurídico, que vai constituir o sentido e que vai dar autoridade ao juiz para interpretar o que o autor ou o réu diz e transferir isso para documento escrito. Essa competência, que a lei dá ao juiz, de fazer recortes evitando “ambiguidade”, “distorção”, “mal entendido” (SILVA, 1987, vol. I, p. 145), nos causou estranhamento, pois não seria necessária em uma língua imutável, transparente.

O momento do depoimento oral do autor e do réu, perante o magistrado, abriga gestos de interpretação em que o sujeito se relaciona com a língua marcando-a com sua subjetividade (ORLANDI, 2004), ponto de partida para compreender o que vem a ser determinação e assujeitamento pela lei, ou seja, que os discursos não são neutros, mas que o contexto faz parte deles determinando os sentidos. Segundo Pêcheux (1988, p. 299), buscamos “discernir o que falha” para “tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça”, finalidade maior do Poder Judiciário.

Sob o aspecto científico e não mais tomando a relação entre Direito e sociedade de maneira estanque, sentimo-nos incomodadas a refletir sobre o sujeito determinado e assujeitado pelo jurídico de um lado, em confronto com o real e o papel da história, de outro, que permitem diferentes respostas do sujeito a essa determinação. O estudo da relação desse sujeito com a linguagem permite tornar visíveis os funcionamentos discursivos que trabalham a materialidade da língua. Tentamos compreender, segundo a AD e o Letramento, como os sentidos transitam entre o visível e o invisível e se há alguma maneira aperfeiçoar a prestação de justiça pelo Poder Judiciário para alcançar o que Althusser chama de “*status do ‘e’*”⁴⁸, e Zizek (1996, p. 29), “o meio comum da polaridade ou pluralidade de elementos”.

2. Discurso do Direito versus discurso jurídico

Para melhor compreender a relação entre juiz, autor e réu, contexto de onde foi coletado material para este estudo, é preciso abordar o conceito de poder e seus efeitos sobre o sujeito; as relações de poder em que se insere este último; e, por fim, como tudo isso se materializa no discurso, como o sujeito é afetado pela lei e reproduz isso no seu falar. O discurso do Direito, segundo a visão dos juristas e supostamente “neutro”, não é tomado como base para a análise dos dados desta pesquisa. As falas dos depoentes se dão no ambiente forense, formal, permeado da ideologia da coerção, segundo procedimento imposto pela lei, Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL, [1973], 2007) e são dirigidas pelo juiz. Nesse

⁴⁸ Para Althusser (apud ZIZEK, 1996, p. 29), o “e” funciona como uma categoria teórica que divide uma unidade inicialmente ambígua, diante do confronto entre sua “efetividade ideológica” e sua “especificação”, para que “comece a funcionar como não-ideológica”.

contexto e antes de aprofundar alguns conceitos da Teoria do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e da AD (PÊCHEUX, 1988, 1990 e 2002), vemos necessário o esclarecimento, de modo breve, de como se desenvolveu o processo histórico das relações coercitivas do Estado em relação ao indivíduo, levando à emergência do sujeito de direito.

Estabelecemos diferença entre discurso do Direito e discurso jurídico. Este último é, aqui, tomado como a aplicação formal da Lei em contextos institucionalizados, em que as relações interpessoais são marcadas por relações de poder e se inscrevem numa esfera de tensão denominada juridismo (LAGAZZI, 1987). O discurso do Direito (BRASIL, [1973], 2007), por sua vez, determina como se dá uma audiência, os poderes e deveres do juiz e das partes; é nosso ponto de partida na percepção dos sentidos que circulam no discurso científico e supostamente neutro. No que diz respeito ao discurso do Direito restringimo-nos à Teoria Geral do Processo, pequena parte da Teoria Geral do Estado.

O discurso jurídico - entendido como efeitos de sentido que circulam dentro do Poder Judiciário do Estado, e, mais especificamente, dentro do funcionamento de uma audiência em que o cidadão comum vai reclamar ao juiz seus direitos e pedir uma solução – é o objeto deste estudo, ou seja, o meio pelo qual podemos vislumbrar o funcionamento do jogo de sentidos do discurso do Direito. Não nos detemos, portanto, na análise do conteúdo das falas em audiência ou das sentenças, pois a articulação com a AD e o Letramento ao adotarem a postura científica do dado indiciário (GINZBURG, 1989), trazem o conhecimento opaco dos dados e põem em relevo o contexto em que foram produzidas as falas e as sentenças (TFOUNI, 1992).

Creemos estar aqui a contribuição teórica essencial para o desenvolvimento do conceito de discurso jurídico: o advento do paradigma indiciário para as ciências humanas, trazido pela AD, pelo Letramento e pela Psicanálise, torna possível o vislumbre do paradoxo de um sujeito “livre para se obrigar”, paradoxo este encoberto pelo discurso do Direito. Entender como se dá o funcionamento de uma audiência é importante para compreender este último. Por esse motivo detemo-nos no relato de algumas restrições que a lei (BRASIL, [1973], 2007) lhe impõe: a) a utilização do Poder Judiciário para resolver conflitos é obrigatória; se dá por meio de um instrumento chamado processo, com várias fases e, entre elas, a fase de produção de prova oral, denominada audiência, para a qual o autor e o réu são intimados. O depoimento prestado não é um ato espontâneo, mas um dever a ser realizado com dia e hora marcados; b) a lei impõe uma série de requisitos para ouvir o depoimento da testemunha. Entre eles está o de que o sistema para inquiri-la não é direto, cabendo à parte formular sua pergunta ao juiz para que este, analisando a pertinência e a relevância da questão, a submeta à testemunha.

Além das audiências, acrescentamos a este estudo sentenças proferidas por juiz de direito e estruturadas como poesia, a fim de, nelas, observar o mecanismo do discurso jurídico sob imposição do discurso do Direito. O desafio torna-se maior, pois essas sentenças, no modo como foram produzidas, levam a questões mais intrigantes sob o aspecto psicanalítico.

As audiências e as sentenças expressam uma parte do funcionamento do Poder Judiciário, situam-se dentro do que se chama de “Teoria Geral do Processo”, que, por sua vez, constitui uma parte da Teoria Geral do Estado. Dentro da Teoria Geral do Processo cabem as afirmações de que: o Estado impõe-se sobre os particulares autoritariamente; o processo é instrumento do Estado para prestar a jurisdição e tem, como finalidade, estabelecer o que determina a lei, e não solucionar o conflito entre as partes; o juiz, como destinatário das provas feitas no processo, deve analisar a relevância e pertinência delas e proferir sua sentença final sendo-lhe vedada a decisão pelo conhecimento próprio dos fatos em litígio; o depoimento das partes não é espontâneo, mas é um dever com dia e hora marcados.

Esse breve resumo mostra o Direito como uma ciência que se diz neutra, apagando as origens históricas de suas imposições. No entanto, com a articulação das teorias do Letramento (TFOUNI 2005) e da AD (PÊCHEUX, 1988), utilizamos essas mesmas origens históricas para buscar o modo como se constituem os sentidos no jurídico. A AD busca entender como surgiu a ciência “neutra” do Direito propondo que esta seja enxergada sob uma perspectiva epistemológica para além da idéia de transparência e do idealismo jurídico, ou seja, entende o Direito como modo de reprodução de um funcionamento social que reproduz o Estado, e que, ao mesmo tempo, quer ser visto desvinculado dos fenômenos sociais. Essa afirmação é comprovada pela pesquisa de Alves (2008), que ganhou o Prêmio Capes de Teses, num estudo sobre a assistência judiciária nos Estados Unidos, França e Brasil, em cuja conclusão há uma advertência para o risco do surgimento de uma postura corporativista em que a promoção dos interesses das classes mais pobres fica em segundo plano.

Uma visão crítica sobre o discurso do Direito (MIAILLE, 1979, TFOUNI, 2005, PÊCHEUX, 1988, HAROCHE, 1992), permitiu observar que ele perde sua unidimensionalidade, sua suposta neutralidade, quando fica à mostra o fosso entre teoria jurídica e sua prática. A coação inerente às normas traz a impressão de transparência, transforma-se num obstáculo que faz o foco sair da realidade e ir para as idéias (MIAILLE, 1979). A ciência jurídica positiva se faz “neutra” ao conceituar Estado, juiz, justiça sob um proceder objetivo, trazendo a idéia de estar fora de um contexto social em que tudo parece se equivaler. A ciência do Direito, no entanto, deve ser vista como um produto da sociedade integrado à estrutura econômica (MIAILLE, 1979, p. 66). As instâncias jurídica, política e ideológica, embora autônomas, não são independentes, têm “uma causalidade estrutural” (idem, p. 74).

Com esses pressupostos, pode-se compreender que a noção de sujeito de direito tem um caráter artificial, e que, juntamente com a noção de Estado, representam “as formas jurídicas necessárias a uma sociedade dominada pelo capitalismo e não a qualquer sociedade abstrata” (MIAILLE, 1979, p. 107). O modo de produção capitalista supõe, como condição do seu funcionamento, a ‘atomização’, a representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres: o sujeito de direito (MIAILLE, 1979, p. 111). Segundo Mialle (op. cit.), dentro da visão histórica da categoria sujeito de direito não há liberdade, nem igualdade, e o Estado ocupa o pilar do sistema jurídico, sob a forma sociopolítica dentro da

qual a classe dominante exerce o seu poder (op. cit., p. 128). Estado e sujeito de direito só podem ser compreendidos quando tomados como conceitos históricos: nascidos em determinada sociedade, num momento determinado e com uma função determinada (op. cit., p. 132).

Pode-se afirmar, então, que o sistema jurídico reproduz o Estado e o sujeito de direito. Para questioná-los é preciso deslocá-los da lógica jurídica e submetê-los ao corte epistemológico, enxergar a lógica jurídica como algo que divorcia direito e fatos (PÊCHEUX, 1988, p. 196; MIAILLE, 1979, p. 170). A relação econômica depende da relação política e social; a formação social não é um lugar de justaposição, mas de uma unidade, mesmo que contraditória (MIAILLE, 1979, p. 198). O Direito, por ter hegemonia no sistema de comunicação capitalista, traz, na norma, a idéia de “troca equivalente” e, sendo marcado pelo idealismo, esconde, sob as “relações livres e iguais”, a relação entre proprietário do capital e proprietário da força de trabalho.

3. Modos de produção do sentido e do sujeito no discurso

Ao tentar relacionar as falas - realizadas durante audiência e transcritas - com o termo de audiência, que contém ditado do juiz a respeito do que ouviu, começamos a questionar a suposta necessidade dos recortes, feitos pelo juiz, na fala do depoente. Deparamo-nos, também, com sentenças, proferidas por juiz, estruturadas como poesia, que contrariam a imposição legal do raciocínio silogístico (BRASIL, [1973], 2007) para sua elaboração. O que têm em comum essas sequências de enunciados? Há neles um não dito? As teorias do Letramento e da AD possibilitam conhecer os modos de produção do sentido e do sujeito; permitem a observação da relação sujeito-grande Outro, que esse corpus representa, para além do “achar” do pesquisador, pois relacionam o discurso, efeito de sentidos, de recortes desse corpus, com o exterior da língua, até chegar à compreensão do processo de produção do discurso jurídico.

Para melhor compreensão da metodologia adotada explicamos que os sujeitos pesquisados são os que ocupam a posição, alocada pela lei, de autor, de réu, de juiz, de escrevente de sala, no contexto de audiência em Vara Cível da Justiça Estadual e, também, a posição do sujeito juiz ao proferir sentença. Interessam as formações discursivas que influenciam esses sujeitos naquilo que podem ou devem dizer, a partir da posição que ocupam em seu discurso determinado pelo jurídico; as falas partem da lei e a ela retornam. Também o juiz, que profere sentença, deve utilizar raciocínio silogístico, imposto pela lei. É no campo da linguagem que o sujeito se constitui, o que permite o estudo do assujeitamento dos sujeitos. As condições de produção, na AD, são as condições em que foram produzidas as enunciações; fazem parte do discurso, influenciam efeitos de sentido do dizer. Ao enunciar, o sujeito se constitui em sujeito do discurso e é assujeitado pelas circunstâncias de sua enunciação. Os sentidos que circulam são determinados pela ideologia (PÊCHEUX, 1988) inerente ao Poder Judiciário e pela constituição psicanalítica do sujeito (LACAN [1949][1960]1998, [1953-1954]1986, [1954-1955]1987, 1992, [1957]1998). O contexto imediato é o da

audiência em Vara Cível do Poder Judiciário estadual. O contexto sócio-histórico e ideológico diz respeito ao fato de que o Poder Judiciário é instituição do Estado: impede que se faça justiça pelas próprias mãos; leva o sujeito à prática de uma série de atos regulados por lei, que formam o procedimento judicial; dentro de uma fase deste (audiência), organiza práticas e ritmos das falas, da escrita influenciando a prática discursiva (a lei prevê o que pode e o que não pode ser dito ou escrito); dentro da fase decisória, determina a forma da sentença. Também é condição de produção a memória, que sustenta o dizer.

As falas em audiência gravadas e, depois, transcritas formam um conjunto de textos produzidos em condições estáveis que permitem partir da superfície linguística, objeto empírico, onde se situa uma “dupla ilusão” (PÊCHEUX, 1988), a de que o sujeito pensa ser a origem do sentido e a de que está no controle do sentido. A anulação do esquecimento nº 2 (pré-consciente, no nível do imaginário) e do esquecimento nº 1 (inconsciente), segundo lição de Pêcheux (op. cit.), permite a compreensão de como se forma o processo discursivo. Estudar o conceito de poder e seus efeitos sobre o sujeito, as relações de poder em que se insere este último e como essas relações de poder se materializam no discurso, tudo isso nos levou a investigar a superfície linguística do corpus em seus funcionamentos específicos, pois para a AD e para o Letramento, o sujeito não nasce nem se desenvolve, mas se constitui, e essa constituição abarca, também, o sujeito do inconsciente articulada ao plano social (ELIA, 2004, p., 36).

Na teoria psicanalítica, sujeito é “ato de resposta” (ELIA, 2004, p. 41) relacionado ao grande Outro, que “convoca o sujeito, exige o trabalho do sujeito em sua constituição” (idem, p. 40) e esse encontro “cria o passado” que passa a atuar como “anterioridade determinante” (idem, p. 43-44). Sob esses pressupostos básicos procuro articular o discurso jurídico a conceitos da psicanálise sobre a constituição do sujeito de modo a compreender melhor a relação entre sujeito e Estado, proveniente da articulação necessidade, demanda e desejo, na experiência do sujeito. Assim, associando a teoria materialista dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1988) à teoria psicanalítica do sujeito do inconsciente (FREUD, 1996; LACAN [1949][1960]1998; [1953-1954]1986; [1954-1955]1987; 1992; [1957]1998), podemos afirmar que, no discurso jurídico, o sujeito é, nos termos de Lacan (in DOR, p. 146), o sujeito “do desejo do desejo do Outro”. Na demanda por justiça, é levado a aceitar algo que lhe é proposto sem que tenha buscado, pois se vê colocado num universo de comunicação (universo do discurso jurídico) onde a intervenção do outro constitui uma resposta à sua demanda. O Estado inscreve-se junto ao sujeito (pequeno outro) como um outro privilegiado (Outro) e o assujeita ao universo de seus próprios significantes, pois lhe oferece solução para sua suposta demanda. A mediação da nomeação da linguagem nesse processo introduz uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito e aquilo que se faz ouvir desse desejo na demanda. O desejo por justiça fica então, para o sujeito, como “falta a ser para além da demanda” (DOR, 1989, p. 147), e inscreve esse sujeito numa relação indestrutível com o desejo do Outro (Estado).

A AD parte do discurso enunciado, buscando as formações discursivas a que se filia, chegando à formação ideológica que revelará, por fim, a formação social que a determinou. Língua e psicanálise se

entrecruzam neste estudo, pois, “o fato de que haja língua tem a ver com o fato de que haja inconsciente” (MILNER, 1987, p. 42).

Resumindo: o discurso do Direito – “ciência régia”, segundo Pêcheux (2002) -, “fornece-impõe” a realidade, e, juntamente com ela, o seu “sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 164); ao encobrir o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988, p. 160) fornece a imagem do sujeito de direito. Se, no entanto, restar dissipada, dentro do discurso do Direito, a evidência da transparência de linguagem, “o que é” e “o que deve ser” do sujeito de direito, é possível observar emergir o sujeito jurídico, assujeitado, num “jogo de efeitos ideológicos” (PÊCHEUX, 1988, p. 153), presente em todo discurso. O sujeito jurídico, encontrado dentro do discurso jurídico, assujeita-se aos efeitos de sentido sob a “forma plenamente visível da autonomia” (PÊCHEUX, 1988, p. 159).

A teoria do Letramento (TFOUNI 1992, 2005) contribui para esta pesquisa ao estranhar a estabilidade e a transparência da escrita. Aplicada às falas, permitiu relacionar os depoimentos das partes (autor ou réu), ou das testemunhas, aos recortes que o juiz faz sobre essas falas (ao fazer paráfrases de ditos das partes ou das testemunhas), transformando seu ditado em documento denominado termo de audiência. Ao fazer a comparação das falas gravadas e transcritas com o conteúdo delas fixado no “termo de audiência”, pode-se observar, segundo o Letramento (TFOUNI, 2005), que existe uma aparente autonomia dos depoentes e há a evidência de que a participação mais eficaz é a dos indivíduos que dominam a escrita. O poder das práticas escritas no judiciário está em que o discurso do Direito é monológico, não admite outras leituras, criando uma barreira linguística. A lei impõe ritualização nas falas em audiência e introduz noções de valor que tornarão naturais as intervenções do juiz na administração dos sentidos para remover “obscuridades” e “suprir deficiências”, na crença de que existe uma língua universal, homogênea, que igualaria a todos perante a lei. O ditado do juiz (função determinada pela lei), resultante dessas intervenções, reflete uma hierarquização na escrita de natureza ideológica e, ao mesmo tempo, dá à parte (autor ou réu) ou à testemunha, a sensação de que tem autonomia ao prestar seu depoimento. As falas partem da lei e a ela retornam. Ao discurso que só leva em conta a forma da linguagem, opomos o discurso letrado (TFOUNI, 1992, 2005), que não se atém ao conjunto de regras gramaticais e leva em conta o contexto social e histórico. Ao tomar a audiência como evento de letramento, pode-se observar que as práticas sociais da escrita têm maior eficácia quanto maior for o grau de letramento do indivíduo dentro do continuum desenvolvido por Tfouni (1992, p. 26). Para essa autora, o discurso do Direito, ao priorizar uma linguagem “transparente”, com um só sentido, produz discursos totalizantes (op. cit., p. 100). O discurso do Direito (lógica jurídica para MIAILLE, 1979) vai além da gramática, é constitutivo do pensamento, pois, por meio da abstração, elimina o conteúdo concreto para o qual remete, e trabalha para uma unidade que exclui contradições. A imposição de padrões de dizer e fazer, na audiência, levaram ao surgimento de atos falhos, lapsos. O raciocínio lógico-verbal imposto pelo discurso do Direito o afasta o juiz da materialidade discursiva e silencia outros sentidos possíveis.

Como discurso alternativo ao discurso lógico-verbal, Tfouni (2004) propõe a narrativa, que possibilita a inserção da subjetividade e permite ao sujeito deslocar-se para outra região discursiva, significando de outro modo. Para a autora (TFOUNI, 2008), a função poética traz um referencial discursivo e psicanalítico e permite, em função da introdução das noções de equívoco e deriva, questionar a afirmação de que “comunicar é informar”. Tfouni (2007) observa que “existe uma tensão constante entre alíngua e língua” e os atos falhos são “momentos mal sucedidos” nessa tensão (TFOUNI, 2008). Refletir sobre o sujeito jurídico, segundo a teoria do Letramento, seria considerar a possibilidade de haver rupturas no processo de produção de sentidos do discurso, admitir a possibilidade de inserção da subjetividade. Compreender como se dá o discurso jurídico e observar o que se pode empreender do sujeito jurídico – como por exemplo, os efeitos sobre sua estruturação em contraposição à estrutura rígida do sujeito de direito - é compreender que esta última tem poder formador sobre o sujeito jurídico discordante.

A análise discursiva das falas em audiência e de sentenças, proferidas por juízes sob a estrutura de poesia, tem, como finalidade, argumentar sobre alguns fatos linguístico-enunciativos que, desprezados pelo sistema jurídico, tornam-se relevantes, evidenciando, ao contrário do que estabelece o Direito - língua transparente e o sujeito mensurável e predizível - que a língua é opaca e o sujeito, falho, conforme afirmam as teorias do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005), da AD (PÊCHEUX, 1988), e a psicanálise lacaniana (LACAN [1949][1960]1998; [1953-1954]1986; [1954-1955]1987; 1992; [1957]1998). A articulação entre essas três teorias faz parte das atividades do grupo AD-interfaces, coordenado pela Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni, e pode ser observada nas pesquisas de membros desse grupo e orientandos da referida professora: Marcella M. Laureano, Anderson de Carvalho Pereira, Paula Chiaretti, Alessandra Carreira, entre outros. A linguística tradicional distancia-se do contexto e leva em conta apenas a forma, razão pela qual dela nos afastamos ao utilizar o arcabouço teórico do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005), de modo a não nos determos, nas análises, ao conjunto de regras gramaticais, e poder, assim, observar o contexto social e histórico em que se originam as falas dos depoentes e as sentenças proferidas pelo juiz. Tomar o Poder Judiciário como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1999) tem importância fundamental, dentro da teoria materialista dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1988), para a apreciação do material colhido e para desenvolver uma teoria sobre o conceito de discurso jurídico. Por fim, é importante para a análise o fato de que, ao longo da obra de Lacan, se observa além da dimensão social e lógica, a dimensão política do grande Outro (ZARKA, 2004, p. 129).

A entrada da teoria psicanalítica nesta pesquisa permitiu a compreensão da dimensão política do sujeito dentro da proposta do estudo da relação entre o Estado e a constituição do sujeito jurídico a partir do texto “o estádio do espelho” de Lacan ([1949]1998), em que a constituição do sujeito se dá a partir da imagem especular; em que o estatuto do objeto do olhar é o de causador do sujeito. Na imagem especular o sujeito se vê como o outro vê, algo do funcionamento do sujeito fica recalcado. “No sujeito jurídico, o amor ao Estado se diz na necessidade de não contradição” (ORLANDI, 1996). Para Lacan, a imagem

especular supõe um aparato que condiciona a constituição da imagem. (MELENOTTE, 2006) e, nesta pesquisa, associamos esse aparato à relação Estado-sujeito abordada a partir do relato (LACAN [1949]1998) sobre um bebê, que se reconhece no espelho “totalmente estreitado por algum suporte humano ou artificial”. O grande Outro é aquele a partir do qual o discurso se constitui; nem a imagem do corpo, nem o corpo “próprio” possuem individualidades prévias (esse episódio é constitutivo). O Outro tem, então, além da dimensão social e lógica, a dimensão política.

Tomar o estádio do espelho como abordagem estrutural (etapa em que a criança se individualiza, delimitando fronteira entre si e o exterior) significa afirmar que o eu se reconhece no Outro (Estado). Os referenciais do conhecimento especular não são da ordem visual, mas vêm do fato de o sujeito ser objeto do olhar do outro, a unidade não é da ordem da percepção do sujeito, é dada de fora, é simbólica. Há relação de dependência - não contratual, como preconiza o Direito (Teoria Geral do Estado) - entre o meio e o indivíduo.

Na visão dos juristas, o que dá unidade ao Estado é sua autoridade soberana. Com essa noção de Estado surge a de sujeito de direito: “submetido à autoridade soberana”, “ser para a Lei” (HAROCHE, 1992). Pêcheux (1988), em sua teoria materialista dos processos discursivos, descreve como se dá a constituição do sujeito de direito: os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) estabelecem a ideologia dominante, que, materializada nas relações de desigualdade-subordinação na vida social, produz, por sua vez, um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito e, ao mesmo tempo, dissimula essas relações (pela própria ideologia e pelo inconsciente) através dos dois esquecimentos: o sujeito se constitui a partir do esquecimento daquilo que o determina, quando se identifica com uma formação discursiva dominante e reinscreve, em seu próprio discurso, elementos do “já dito”, que “fornece-impõe a ‘realidade’ e seu sentido” (PÊCHEUX, 1988). É na linguagem que o sujeito se constitui; na articulação desejo-linguagem-inconsciente, o sujeito se torna sujeito do “desejo do desejo do Outro” (DOR, 1989). O sujeito busca o Estado para a solução de um conflito; o Estado se inscreve, em relação a ele, como um sujeito privilegiado (Outro) e o assujeita ao universo de seus próprios significantes. Há uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito e o que se faz ouvir desse desejo na demanda. O desejo do depoente fica como “falta a ser para além da demanda” e o inscreve numa relação indestrutível com o desejo do Outro (ibidem).

A ligação entre ideologia e inconsciente é um dos desafios deste estudo. Pêcheux (1988) diz que ideologia e inconsciente são “estruturas-funcionamento”, que dissimulam sua própria existência na constituição do sujeito. A interpelação vincula aparelho repressivo e aparelho ideológico de Estado, vincula sujeito de direito e sujeito ideológico, mostrando que “se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 1988). No interdiscurso, além do efeito de encadeamento do pré-construído, há a constituição do sujeito em sua relação com o sentido (articulação) (PÊCHEUX, 1988). Assim, pode-se afirmar que a transparência e linearidade da língua trazem imperativos do poder jurídico: o Estado, ao impor a Lei, justifica os recortes do juiz nas falas e o formato silogístico para as sentenças.

Na inscrição do Estado junto ao sujeito (outro), como um outro privilegiado (Outro), a liberdade de escolha e a autonomia estão no “signo *imagem de a*” (LACAN, 1992), na imagem de sujeito de direito oferecida pelo Estado (Outro), na posição de espelho “A”, do esquema ótico de Lacan ([1960] 1998). O assujeitamento do sujeito linguístico e jurídico se dá a partir dessa imagem; o ideal do eu é uma introjeção simbólica (LACAN, 1992). A Lei traça o caminho do desejo; o Estado tem função essencial na determinação do sujeito, aparecendo, para este, como “signo *imagem de a*”, imagem especular desejável, destruidora.

4. O sentido no jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito

O recorte abaixo se refere a uma audiência em que se pode perceber o discurso do depoente (T1) dando abertura a outros sentidos que não os impostos pelo discurso do Direito, dando lugar à deriva, ao deslize:

- (91) **J (juiz)** ((indagando a testemunha)): E lá nesse outro endereço da rua (*omissis*) ... o que é (92) que existe lá?
(93) **T1**: Existe um barracão ... tá fechado mas tem uns vãos que dá pra ver que todos os (94) equipamentos estão lá dentro ... tem uns negócios de poste ... eu acho que eles (95) trabalham também com negócio de::: esses postes de padrão ... de luz
(96) **J (juiz)** ((ditando)): É::: viu que o imóvel da rua (*omissis*) se constitui num barracão ... no (97) qual são produzidos postes
(98) **J (juiz)** ((indagando a testemunha)): Residenciais ... é isso?
(99) **T1**: É ... desses postes ... tem um monte de equipamento de poste lá dentro eu não sei
(100) se é
(---) **J (juiz)** ((indagando a testemunha)): Pra casa, pra residência?
(101) **T1**: É

É possível perceber que há busca de estabilidade nos sentidos dessas falas, pois o texto que compõe o “termo de audiência” (ditado pelo juiz para o escrevente de sala) tenta bloquear o movimento significativo das falas de T1, tenta manter estável o sentido: “[...] Viu que o imóvel da rua se constitui num barracão no qual são produzidos postes residenciais”.

Nos recortes de termos de audiência surgem, também, o que Haroche (1992, p. 133) denomina “inserções incidentes”, em que o escrevente de sala digita trechos que não foram enunciados pelo depoente, como, por exemplo: “Aos de costume disse nada. Ausentes os impedimentos legais, presta compromisso. Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob advogado da autora, respondeu...”. Esse recorte, acrescentado pelo escrevente de sala e que não foi ditado pelo juiz, traz a idéia de que o escrevente tem como referência de sua escrita, “um modelo ideal” (HAROCHE, 1992, p. 134); ele elimina termos ditados pelo juiz e os substitui por outros (o juiz dita: “reiterando os argumentos iniciais”; e o escrevente digita no termo: “Reiterando os argumentos expendidos na fase postulatória”. O escrevente age com base no modelo que a lei dá ao procedimento relativo à audiência. Esse modelo legal tem a ver “com um ‘outro’ de que o sujeito relata os propósitos” (HAROCHE, 1992, p. 129), e, esse outro, no caso, é o Estado, como

grande Outro. No que diz respeito às sentenças proferidas por juiz e com estrutura de poesia, observa-se que não seguem a estrutura silogística (BRASIL, [1973]2007, art. 458) imposta pela lei e, ao mesmo tempo, trazem juízo de valor do sujeito que as profere, como, por exemplo: “Vejo a realidade social./O tempo em que julgo./A sociedade em que vivo./A lei que se aplica./A justiça que se procura./Abomino o jogo./Mas não vou condenar uma, talvez até, pobre coitada/Todos ou nenhum” (recorte de sentença publicada pelo Poder Judiciário). No ato decisório do juiz encontram-se determinantes ideológicos, hermenêuticos, que influenciam no resultado final (ROSA, 2010). Quando esses determinantes não estão presentes, como é o caso da sentença-poesia acima, a decisão judicial é destituída de seu valor. É o que se observa na crítica que o relator do Acórdão⁴⁹ faz ao juiz prolator da referida sentença: “[...] a r. sentença é nula por falta de fundamentação” . A lei impõe proibição à realização do desejo do sujeito (FREUD, 1996). Pode-se afirmar que a articulação dos conceitos de alteridade e discurso jurídico se dá devido à percepção de que existe entre a linguagem e o campo da visão, algo que vem regulamentar um percurso do olhar, que faz o discurso “entrar [...] na categoria do mesmo” e rejeitar “como desvios do olhar, todas as zonas de instabilidade, de dispersão, de contradição” (COURTINE, 2006, p. 25). A sentença deve ser proferida de um lugar em que o discurso não admite falhas - o discurso do Direito - e, por esse motivo, não pode trazer consigo o prazer estético comum à função poética.

O sujeito jurídico se constitui na enunciação feita em audiência e, também, quando da elaboração, pelo juiz, de uma sentença. O discurso do Direito, científico e racionalista traz consigo o recalque, o silenciamento, de modo a colocar o discurso jurídico “como resíduo” (TFOUNI 2008). Esse “objeto recalcado” retorna sob a concepção de um sujeito-falante “que seria a fonte e a origem do dizer, colocando o inconsciente (ideologia e desejo) como pré-condição para que esse dizer se concretize” (TFOUNI 2008). O discurso narrativo é o lugar onde se instala essa subjetividade, o modo pelo qual o sujeito organiza sua simbolização particular. A esse sujeito chamamos de sujeito jurídico, que emerge nos depoimentos narrados e transcritos e nas sentenças com estrutura de poesia, contrárias ao silogismo imposto pela lei.

A teoria da materialidade discursiva (PÊCHEUX, 1988), ao aproximar a evidência do sujeito e do sentido, imposta pela ideologia, permite compreender a dificuldade existente no jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito. Pêcheux (1988), ao fazer compreender como trabalha a dissimulação da “intersubjetividade falante” torna visível o modo como a história se inscreve no discurso do sujeito e como se constitui o sujeito jurídico, em sua enunciação, no contexto de uma audiência. Esse jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito, que constitui o paradoxal sujeito “livre” e, ao mesmo tempo, “assujeitado”, pode ser compreendido por meio do funcionamento do inconsciente psicanalítico descrito por Elia (2004), em que a sujeição do sujeito ao inconsciente se dá sem seu arbítrio e, ao mesmo tempo,

⁴⁹Decisão proferida por órgão colegiado de instância superior. Em virtude de exigência do Comitê de Ética da FFCLRP-USP, não é possível fornecer a identificação do autor.

com sua escolha, no ato mesmo em que se faz sujeito do inconsciente (criando a produção de atos falhos, lapsos, sintomas e chistes). Tem-se, então, que a fala é determinada de fora da vontade do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1990), que o discurso é produto do interdiscurso e o sujeito ignora isso ao crer que é a fonte de seu discurso. O “eu forte” é uma ilusão que as ciências produziram para o sujeito. A AD (PÊCHEUX, 1988) e o Letramento (TFOUNI, 2005) neste estudo permitem observar a constituição do sujeito jurídico ao levarem em conta a materialidade da língua: o sujeito jurídico se distancia do “eu forte” do sujeito de direito ao apresentar o equívoco, a falha.

Creemos que o assujeitamento ideológico (PÊCHEUX, 1988) e a constituição psicanalítica (LACAN, 1998) do sujeito podem ser tomadas como coisas que se aproximam nos processos de “imposição-dissimulação” (PÊCHEUX, 1988) que constituem o sujeito, na tese em que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos livres, para que livremente se submetam às ordens do Sujeito. Assim, compreendemos o Estado como uma evidência anterior ao sujeito, como uma evidência anterior à luta entre duas forças, como espaço, terreno dessa luta, de modo a produzir-reproduzir sujeitos de direito como “evidências naturais” (PÊCHEUX, 1988). Acreditamos haver diferença entre sujeito de direito e sujeito jurídico. Entendo que, no “Estado do sujeito de direito”, o assujeitamento é do sujeito jurídico. O “sujeito de direito” seria, pensamos, o “*signo imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), que o Estado, como “A”, no esquema ótico de Lacan ([1960] 1998, p. 653), oferece ao “assujeitamento do sujeito”.

Para Pêcheux (1988) a constituição do sentido e a constituição do sujeito juntam-se na figura da interpelação, em que ficam vinculados sujeito ideológico e sujeito de direito e, ao mesmo tempo, fica dissimulada a subordinação-assujeitamento ao grande Outro (Estado) sob a forma da autonomia (estrutura discursiva da forma-sujeito). Pensamos, portanto, a determinação do sujeito pela Lei (Estado) em dois momentos que ocorrem simultaneamente: pela determinação histórica (teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux) e pela determinação constitutiva (em que a libido do eu estaria investida na imagem do Estado como grande Outro, imagem esta esterilizante, que leva à passagem do [eu] especular para o [eu] social) (LACAN, [1949]1998). Propomos a utilização metafórica do esquema ótico completo de Lacan ([1949] [1960] 1998), para dar ao Estado a função de “A”, espelho plano, de modo a proporcionar a formação do ideal do eu “como um campo organizado de uma certa maneira no interior do sujeito” (LACAN, 1992). Nessa elaboração do Estado como espelho (A), penso, o sujeito teria sua função preenchida pela imagem de sujeito de direito, à imagem e semelhança do Estado como o grande Outro. A lei é a própria possibilidade do desejo que irrompe (CHNAIDERMAN, 2010). Os referenciais do conhecimento especular não são da ordem visual. O sujeito advém do objeto do olhar de um outro.

Há ainda desafios no sentido de que a psicanálise lacaniana pode trazer novas dimensões de sensibilidade sobre o sujeito jurídico e linguístico ao permitir distanciamento do fetichismo do Direito, romper a lógica convencional do jurídico e trazer a possibilidade de observar como opera o inconsciente na determinação do sujeito com a alteridade. Se emerge o sujeito jurídico é porque, como ensina Lacan

([1972-1973]1985, p. 20), “o que diz respeito ao ser, ao ser que se colocaria como absoluto, não é jamais senão a fratura, a rachadura”.

Referências bibliográficas

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**, Campinas: Ed. Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, In **Um mapa da ideologia**, Slavoj Zizek org., Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142, 1999.

ALVES, C. F., **A estruturação dos serviços de Assistência Judiciária nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no acesso à Justiça**, Premio Capes de Teses, Direito, 2006. Disponível em http://www.capes.gov.br/avaliacao/premio_capesteses.html. Acesso em 16 de julho de 2008.

AUTHIER-REVUZ, J., **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**, in. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: UNICAMP/IEL, jul.-dez., p. 26-36, 1990.

BRASIL, **Código de Processo Civil**, Lei 5869, de 11.01.1973, In NEGRÃO, T. e GOUVÊA, J., 39ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

CHNAIDERMAN, M., **Lei, estado e desejo**. Acesso em 12 de março de 2010. Disponível em <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pes03/ChnaidermanLei.htm>

CINTRA, A.C., GRINOVER A. e DINAMARCO C., **Teoria Geral do Processo**, 3ª ed, São Paulo: RT, 1981.

_____, **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública, trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho, São Carlos: Ed. Claraluz, 2006.

DOR, J., **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem, Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, p.139-147, 1989.

ELIA, Luciano, **O conceito de sujeito**, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar , 2004.

FREUD, S., Totem e tabu, In **Obras psicológicas completas**, Trad. Jayme Salomão, Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII, p. 21-162, 1996.

GINZBURG, Carlo, **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.

HAROCHE, Claudine, **Fazer dizer, querer dizer**, São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

_____, **Seminário I. Os escritos técnicos de Freud, (1953-1954)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____, **O seminário – livro 2 – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____, A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957), In LACAN, J., **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949), In LACAN, J, **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 96, 1998.

_____, Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade” (1960), In LACAN, J., **Escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 653, 1998.

_____, **O seminário livro 20**: mais ainda, (1972-1973), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____, **O seminário, livro 8**: a transferência, trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

- LAGAZZI, S., **O juridismo marcando as palavras**: uma análise do discurso cotidiano. Dissertação de Mestrado pelo programa de Pós-Graduação em Linguística, IEL-UNICAMP, 1987.
- MELENOTTE, G., **Sustancias del imaginário**, trad. de Silvia Pasternac, México: Epeeel, 2006.
- MIAILLE, M. **Uma Introdução Crítica ao Direito**, trad. Ana Prata, Lisboa: Moraes Editores, 1979.
- MILNER, J-C, **O amor da língua**, porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MONTE-SERRAT, **Letramento e Discurso Jurídico**, pró-forma da tese apresentada para o exame de qualificação, junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia e Educação de FFCLRP-USP, abril, 2009.
- ORLANDI, Eni. P., _____, **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____ **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, 4 ed., Campinas: Ed. Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, Michel, **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio, Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- _____ **Por uma análise automática do discurso**, Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- _____ **O Discurso**: estrutura ou acontecimento, Campinas: Ed. Pontes, 2002.
- PHILIPPI, J., **Observações sobre as possibilidades de redifinição da categoria *Sujeito de Direito***. Acesso em 12 de março de 2010. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/sequencia/article/viewFile/1201/1197>
- ROSA, A., **Decisão no Processo Penal como *Bricolage de Significantes***, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Acesso em 11 de março de 2010. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/1203/1/0%20%202004%20Alexandre%20Rosa%204.pdf>
x
- SILVA, D. P., **Vocabulário Jurídico**, 10ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.
- TFOUNI, L.V., **Letramento e Analfabetismo**. Tese de livre-docência, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, 1992.
- _____ **Letramento e alfabetização**, 6ª ed., São Paulo: Ed. Cortez, 2004, 2005.
- _____ Mensagem e poesia. A atualidade de Saussure e Jakobson, ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In Gaspar, N. M. & Romão, L. M. S. **Discurso e texto**: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação. São Carlos: EDUFSCAR 2008.
- TFOUNI, L. & CARREIRA A., **O sujeito submetido à linguagem**, Revista Investigações da Universidade Federal de Pernambuco, vol. 20, n. 2, jul., Pernambuco, 2007.
- ZARKA, Y., **Jacques Lacan. Psicoanálisis y política**, Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.
- ZIZEK, S., O espectro da ideologia, In ADORNO, T., org., **Um mapa da ideologia**, Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *Legal discourse intends to make everybody equal in the face of the law and within the idea of “transparency” of language naturalizes the inequalities within social formations and put apart subjects with low literacy degree. The theories of Literacy (TFOUNI, 2005) and Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1988) bring into focus the social, ideological and psychological path of the discourse, as well as the ritualized means of hegemonic subjugation. In these theories, the subject of discourse is an effect of language, and there is not only one possible meaning. We examine, in this article, the possibility of surpassing these incompatibilities through the concept of juridical discourse, which permit the emergency of errors and failures. Our data examines misconceptions between sentences dictated by the judge and the testimony given by the parts, as well as sentences given without the logical syllogistic reasoning required by the law, which reveal a juridic subject constituted outside the “royal science”(Pêcheux, 2002). (FAPESP proc. n° 09/54417; CNPq)*

Key words: *Literacy, discourse analysis, psychoanalysis, juridical discourse, subject*

Análise do Discurso e Argumentação: procedimentos teórico-metodológicos para exame do jornal impresso

Eduardo Lopes Piris⁵⁰

Resumo: Neste artigo, apresentamos breves considerações sobre o problema da metodologia de pesquisa científica em *Análise do Discurso*. Descrevemos e discutimos os procedimentos teórico-metodológicos, os critérios para delimitação do corpus e as categorias de análise da nossa pesquisa que visa a análise discursiva e argumentativa dos jornais brasileiros durante o período militar. A discussão apóia-se em Coracini (1991), Orlandi (2005), Mazière (2007), entre outros autores. A pesquisa assume os pressupostos teóricos da *Análise do Discurso* proposta por Maingueneau (1991, 1994, 1997 [1987], 2007 [1984]), adotando a concepção de argumentação postulada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), em seu *Tratado da Argumentação*, e por Plantin (1996, 2008 [2005]), Amossy (2006, 2007) e Mosca (1997, 2007).

Palavras-chave: metodologia científica; discurso; argumentação; jornal impresso

1. O problema da metodologia científica em *Análise do Discurso*

Uma das muitas questões que se colocam ao analista do discurso, sobretudo àquele envolvido com a pesquisa em pós-graduação, diz respeito à metodologia em *Análise do Discurso*. A discussão sobre esse tema é muito interessante, pois, se, de um lado, a *Análise do Discurso* (como outras disciplinas modernas) rejeita o método científico de inspiração positivista, de outro lado, os procedimentos que legitimam a atividade de pesquisa na pós-graduação se apresentam ao analista do discurso como um elemento de coerção discursiva que lhe impõe, de uma forma ou de outra, o modo legítimo de fazer ciência, que é o que chamamos de metodologia do trabalho científico ou de procedimentos teórico-metodológicos.

Dentre tantas questões a se discutir, o problema que estamos tentando apontar aqui é o da legitimação do fazer científico de uma disciplina pós-moderna. É por essa razão que este trabalho tem por objetivo apresentar, ao mesmo tempo em que justifica e descreve, os procedimentos teórico-metodológicos de nossa pesquisa, que está em andamento.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a imposição da terceira pessoa no texto científico, embora aparentemente superada no meio acadêmico, ainda se faz presente graças à concepção positivista de que o pesquisador é um observador, que deve apagar-se diante dos fatos e dos fenômenos estudados por ele. Todavia, como mostram Christian Laville & Jean Dionne (1999):

⁵⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: eduardopiris@usp.br.

Na realidade, o pesquisador não pode, frente aos fatos sociais, ter essa objetividade, apagar-se desse modo. Frente aos fatos sociais, tem preferências, inclinações, interesses particulares; interessa-se por eles e os considera a partir de seu sistema de valores (LAVILLE & DIONNE, 1999, p.34).

Em seu *Curso de Linguística Geral*, Saussure mostra-nos que é o *ponto de vista que cria o objeto*, colocando em xeque aquela concepção positivista acerca do pesquisador observador. E, no âmbito dos estudos discursivos, isso não é diferente, levando-nos a dizer, com Laville & Dionne (1999), que “o pesquisador é mais que um observador objetivo: é um ator aí envolvido” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p.34). Ademais, devemos sublinhar que essa questão extrapola a discussão sobre o efeito de sentido de “objetividade”, uma das características da escrita do discurso científico, pois, se estamos falando de um pesquisador ator, estamos entendendo que, agindo, ele exerce influência sobre seu objeto de pesquisa e, daí, sobre seus procedimentos de análise e seus resultados também. Assim, tendo em vista que o pesquisador é um ator envolvido na pesquisa, é preciso que o analista do discurso reflita sobre o seu lugar nesse fazer científico.

A esse respeito, é importante recuperar as orientações de Eni Orlandi (2005). Para a autora, o lugar do pesquisador, do analista do discurso, não seria o da neutralidade ilusória ou o da militância ideológica, mas sim um lugar relativizado, que seria o lugar da interpretação:

A construção desse dispositivo [teórico] resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. [...]. Por isso é que dizemos que o analista do discurso, à diferença do hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições (ORLANDI, 2005, p.61).

O problema colocado pela autora consiste em que o que ela chama de interpretação compreende dois momentos: (1) a interpretação já é um traço constitutivo do próprio objeto de análise (“o sujeito que fala interpreta”); (2) o analista deve **descrever** esse gesto de interpretação, o que implica numa outra **interpretação**, uma que dê conta da opacidade da linguagem, da determinação dos sentidos pela história, da constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente (ORLANDI, 2005, p.59). E é por essa razão que se torna necessário o emprego de “um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa” (ORLANDI, 2005, p. 60-61):

[...] não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que consistem, ambas, o processo de compreensão do analista (ORLANDI, 2005, p.62).

Consequentemente a essas orientações, o que temos notado é que os trabalhos apresentados em Análise do Discurso e em outras teorias do discurso obedecem a um roteiro já bem recorrente: discorrem sobre os conceitos e as noções centrais, elegem e discutem suas categorias de análise, apresentam o

corpus e passam à análise. Geralmente, constrói-se um discurso em que o arcabouço teórico sustenta a análise, ao mesmo tempo em que o resultado da análise corrobora o modelo teórico, restando à descrição dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa um lugar implícito na redação do trabalho.

O problema que estamos tentando colocar é que a Análise do Discurso apresenta-se como uma disciplina que se afasta da metodologia de pesquisa de inspiração positivista, ao mesmo tempo em que se insere – por meio da ação de seus pesquisadores – no modelo de produção científica tal como recomendado pelas agências de fomento à pesquisa e, em última instância, pela instituição “Academia” (numa concepção foucaultiana), instaurando-se aí sérios inconvenientes, sobretudo no momento em que o analista do discurso deve apresentar projetos e relatórios de pesquisa às instâncias burocráticas.

Nossa intenção, ao apontar este problema, não é reclamar a legitimidade das teorias discursivas no cenário científico nem o estabelecimento de uma metodologia em Análise do Discurso que sirva de modelo para todo e qualquer tipo de trabalho nessa área, mas sim de sugerir ao analista do discurso que ele discuta sobre o seu próprio fazer científico nesse atual contexto pós-modernista de ciência, tal como conclui Coracini (1991) em seu artigo “Análise de Discurso: em busca de uma metodologia”:

Parece, então, que a metodologia em Análise de Discurso que privilegia as condições de produção como norteadoras de sua análise [...] está mais apta a assimilar uma visão pós-modernista de ciência que, apesar de reconhecer “o peso das instituições que impõem limites aos jogos de linguagem e assim restringem a inventividade dos parceiros em matéria de lances” (Lyotard, 1988, p.31), entende que é possível romper com as regras pré-estabelecidas “se os limites da antiga instituição forem ultrapassados” (op. cit., p.32) (CORACINI, 1991, p.352).

Assim, sob essa perspectiva, o que pretendemos neste artigo é, basicamente, expor os procedimentos teórico-metodológicos que norteiam nossa pesquisa, apresentando os fundamentos teóricos, os critérios adotados para constituição do *corpus* e suas categorias de análise.

2. Sinopse da pesquisa

Nossa pesquisa visa à análise dos discursos dos jornais impressos *Correio da Manhã* e *O Globo* sobre o golpe de estado brasileiro de 1964, examinando aí as primeiras páginas das edições de abril de 1964 desses jornais. A análise incide sobre as noções discursivo-argumentativas de *ethos* e de *pathos*, voltando sua atenção para o papel dessas duas noções nas estratégias discursivas e argumentativas de construção (1) dos efeitos de identificação entre os jornais e seus leitores, (2) da identidade discursiva desses jornais e (3) da legitimação da enunciação de seus discursos, os quais emergem da polêmica entre *apoiadores* e *opositores ao Golpe de 64*.

Elemento decisivo para o jornal conquistar a adesão do leitor e legitimar a enunciação de seu discurso, o *ethos* discursivo é uma noção de recobre o modo de enunciação de um discurso (cf.

Maingueneau, 2007 [1984]), que, no contexto de nossa pesquisa, refere-se à maneira de dizer e de ser do jornal no mundo da informação jornalística. Ao lado do *ethos*, o *pathos* aparece, nessa perspectiva, como uma noção que recobre a maneira de sentir do jornal. E, como não se constrói um ponto de vista sem a ele associar um afeto (cf. Plantin, 2008), a relação entre o posicionamento discursivo do jornal, o seu *ethos* e o seu *pathos* afigura-se como fenômeno privilegiado para o exame dos procedimentos discursivos e argumentativos presentes no jornal impresso.

Trata-se de contemplar não apenas as estratégias de uma intenção argumentativa caracterizadora de certos tipos e gêneros de discurso, mas, antes, a dimensão argumentativa subjacente a toda produção discursiva (cf. Amossy, 2006, 2007). Para dar conta desse fenômeno, assumimos uma perspectiva teórica própria à condução de uma análise discursivo-argumentativa. Apoiamo-nos, então, nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, tal como vem sendo desenvolvida por Maingueneau (1991, 1994, 1997 [1987], 2007 [1984]), adotando a concepção de argumentação postulada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), em seu *Tratado da Argumentação*, e por Plantin (1996, 2008 [2005]), Amossy (2006, 2007) e Mosca (1997, 2007), seus continuadores.

Para abarcar as especificidades do *ethos* e do *pathos*, recorreremos a Aristóteles (1998, 2000 [1989]), Meyer (2000 [1989], 2007), Amossy (2005 [1999]), Maingueneau (1997 [1987], 2005 [1999], 2006 [2002]) e Charaudeau (2007a, 2010 [2000]). E, para discutir a questão do discurso e dos gêneros jornalísticos, embasamo-nos em Bakhtin (2003), Bonini (2003, 2008), Mosca (1990), Marcondes Filho (2002), Grillo (2004, 2009), Maingueneau (2004) e Charaudeau (2007).

Além de definir o objeto e orientar os objetivos da pesquisa, a construção desse quadro teórico permitiu, também, a organização dos princípios de análise do *corpus*, a saber:

- A compreensão do interdiscurso como objeto de estudo;
- O estudo da inter-relação dos gêneros jornalísticos no hipergênero “primeira página de jornal”;
- A descrição da cena de enunciação passional como noção para apreensão do *pathos* discursivo;
- O exame das marcas de enunciação e da cenografia para apuração do *ethos* discursivo.

3. Pressupostos teóricos: Análise do Discurso e Argumentação

Aristóteles (1998) mostra que o tipo de raciocínio desenvolvido pela Retórica não é o demonstrativo, tal como o é na Dialética, mas sim o argumentativo, pois a arte retórica versa sobre aquilo que é provável, que é do âmbito da opinião, apresentando, como ponto de partida, premissas verossímeis ao invés de verdadeiras.

Até a contemporaneidade, a arte retórica viveu um longo período de desprestígio e somente foi recuperada em 1958 com a publicação de duas obras que recolocaram em cena os estudos retóricos: *Tratado da argumentação - A nova retórica*, de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]); *The uses of argument*, de Toulmin (2006 [1958]). Segundo Plantin (1996, p.10), essas são duas obras com horizontes teóricos distintos, mas dotadas de um mesmo objetivo, pois seus autores “pesquisam, no pensamento argumentativo, um meio de fundar uma racionalidade específica, em favor das relações humanas”⁵¹. Assim, temos aí o início da revitalização da abordagem de uma argumentação fundada sobre o verossímil, ou seja, uma argumentação que busca convencer seu auditório no âmbito da negociação e que destaca a dimensão intersubjetiva do discurso.

A partir desses estudos, a argumentação despertou o interesse de estudiosos filiados a correntes teóricas diversas nem sempre convergentes. A multiplicidade dos enfoques acerca desse objeto de estudo levou, dentre tantas outras consequências, à polissemia do termo “argumentação”. A esse respeito, Plantin (1996, p.18) alerta que há duas acepções bem distintas para o termo argumentação:

- Argumentação enquanto orientação dirigida a uma conclusão, em que se analisa a propriedade semântica da frase, considerada fora de contexto;
- Argumentação enquanto fato de discurso, associada à prática da linguagem em contexto.

Para ilustrar essa segunda acepção do termo “argumentação”, retomemos o artigo de Maingueneau (1994) intitulado “Argumentation et Analyse du Discours (Réflexions à partir de la seconde Provinciale)”, em que ele critica um estudo de Oswald Ducrot (1971) consagrado à análise da argumentação da *Segunda Provinciale*, escrita por Pascal em 1656.

Em linhas gerais, o autor da *Provinciale* discute a posição dos dominicanos sobre a “graça suficiente”, apresentando aí três teses: a dos jesuítas, a dos jansenistas e a dos próprios dominicanos. Segundo Maingueneau (1994, p.269), o método de Ducrot (1971) “consiste em mostrar que o raciocínio de Pascal se traduz com exatidão no formalismo do cálculo dos predicados, e que essa surpreendente tradução tornou-se possível por meio de uma interpretação lógico-matemática do adjetivo *suficiente*”⁵².

Maingueneau (1994) entende que, embora Ducrot aplique corretamente os cálculos de predicados e daí conclua que Pascal cometera um erro, do ponto de vista da análise do discurso, o autor da *Segunda Provinciale* utiliza-se de uma linguagem de não especialista, para criar a imagem de um homem de bom senso que dirige sua fala a outros homens de bom senso, o que caracteriza não um erro, mas o uso de um recurso argumentativo voltado à construção da identificação do autor com seu leitor.

⁵¹ No original: “Ils recherchent dans la pensée argumentative un moyen de fonder une rationalité spécifique, à l’œuvre dans les affaires humaines.” (PLANTIN, 1996, p.10).

⁵² No original: “[...] consiste à montrer que le raisonnement de Pascal se laisse traduire avec exactitude dans le formalisme du calcul des prédicats, et que cette surprenante traduction est rendue possible par une interprétation logico-mathématique de l’adjectif *suffisant*” (MAINGUENEAU, 1994, p.269).

É por essa razão que Maingueneau (1994, p.265) afirma que “quando o analista do discurso se volta para a argumentação, não é com a intenção de estabelecer o modelo dos processos de validação, mas de relacioná-los a um gênero do discurso histórica e socialmente situado”⁵³.

Igualmente preocupada com essa questão da argumentação situada na dimensão sócio-histórica do discurso, Amossy (2007, p.123) defende uma perspectiva de estudo da argumentação e do discurso “que relaciona a fala a um lugar social e a instâncias institucionais”. Assim, para a autora, a argumentação “depende das possibilidades da língua e das condições sociais e institucionais que determinam parcialmente o sujeito, fora dos quais a orientação ou a dimensão argumentativa do discurso não pode ser apreendida com discernimento” (AMOSSY, 2007, p.128).

Afora isso, a análise da argumentação como fato de discurso volta-se também para a questão da enunciação. Nesse ponto, Maingueneau (1994) e Plantin (1996) destacam o papel da enunciação, reafirmando seu caráter concreto de realização num dado contexto sócio-histórico. Maingueneau (1994, p.278) argumenta que “não poderíamos, portanto, estabelecer o texto como um conteúdo independente das condições de sua enunciação, nem reduzir a argumentação ao estatuto de meio a serviço de uma persuasão”⁵⁴. Complementarmente a esse pensamento, Plantin (1996, p.18) afirma que “**toda fala é necessariamente argumentativa**. É um resultado concreto da enunciação em situação”⁵⁵.

Para concluir este tópico, vale dizer que há, ainda nessa perspectiva de argumentação no discurso, dois aspectos da argumentação: um, que seria constitutivo da linguagem e inerente a qualquer tipo de produção discursiva; outro, que caracterizaria apenas os discursos explicitamente argumentativos. Segundo Amossy (2006), o primeiro aspecto da argumentação seria recoberto pela ideia de “dimensão argumentativa”, enquanto o segundo, pela ideia de “intenção argumentativa”. Dessa maneira:

Um discurso de defesa tem uma clara intenção argumentativa: ele apresenta como objetivo principal fazer admitir a inocência do indiciado que o advogado tem por tarefa de defender, ou apresentar circunstâncias atenuantes que diminuirão sua pena. Uma descrição jornalística ou romanesca, ao contrário, pode ter mais uma dimensão do que uma vontade argumentativa (AMOSSY, 2006, p.33)⁵⁶.

Essa distinção deve ser considerada, sobretudo, para orientar os procedimentos de análise da argumentação no discurso, pois as características da materialidade a ser examinada acabam exigindo do

⁵³ No original: “quand l’analyste du discours se tourne vers l’argumentation, ce n’est pas dans l’intention de modéliser des processus de validation mais pour les rapporter à un genre de discours historiquement et socialement situé” (MAINGUENEAU, 1994, p.265).

⁵⁴ No original: “On ne saurait donc poser le texte comme un contenu indépendant des conditions de son énonciation ni réduire l’argumentation au statut de moyen au service d’une persuasion” (MAINGUENEAU, 1994, p.278).

⁵⁵ No original: “**Toute parole est nécessairement argumentative**. C’est un résultat concret de l’énonciation en situation” (PLANTIN, 1996, p.18).

⁵⁶ No original: “Une plaidoirie a une nette visée argumentative: elle se donne comme objectif premier de faire admettre l’innocence de l’inculpé que l’avocat a pour tâche de défendre, ou de présenter des circonstances atténuantes qui diminueront sa peine. Une description journalistique ou romanesque, par contre, peut avoir une dimension plutôt qu’une volonté argumentative” (AMOSSY, 2006, p.33).

analista a eleição de determinadas categorias de análise e não de outras. Neste trabalho, por exemplo, a proposta é descrever as características hipergenéricas da primeira página jornalística e apontar os efeitos de sentido de identificação entre jornal e leitor construídos pela composição da página. Trata-se aqui de explorar, sobretudo, a dimensão argumentativa de um tipo de discurso que propõe um contrato de informação, e não as estratégias argumentativas de um tipo de discurso cuja finalidade é o convencimento e a persuasão.

4. Definição do objeto de estudo da pesquisa

Em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau (1997 [1987]) anuncia que trabalha com uma Análise do Discurso em que:

Sustentar que o espaço pertinente para as regras é da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p.119).

Dessa maneira, se a nossa pesquisa tomasse o discurso do *Correio da Manhã* e o discurso d'*O Globo* como seu objeto de estudo, considerando-as como duas grandezas isoladas, estaria negligenciando aquilo que constitui a própria natureza desses discursos: a interdiscursividade.

A constituição de uma formação discursiva está longe de ser um processo isolado, pois, considerando o primado do interdiscurso (cf. Maingueneau, 2007 [1984]), o que se pode indevidamente chamar de fechamento ou de fronteira de uma formação discursiva não se caracteriza como algo estanque, mas como algo instável, uma vez que a identidade de uma formação discursiva somente é construída na relação com o Outro. Assim, podemos dizer que o *discurso dos opositores ao novo regime instaurado após a deposição do presidente João Goulart* somente se sustenta graças ao *discurso dos seus apoiadores* e vice-versa, ou seja, um só existe em razão do outro.

Portanto, o objeto de estudo de nossa pesquisa consiste na relação interdiscursiva entre duas formações discursivas constituídas de maneira diametralmente opostas, chamadas aqui de (1) *apoiadores* e de (2) *opositores ao novo regime*. Trata-se efetivamente de um recorte metodológico, pois, segundo Maingueneau (1997 [1987]), o resultado desse recorte é o *espaço discursivo*: uma abstração necessária ao trabalho do analista que deve eleger, no interior de um *campo discursivo*, um subconjunto de formações discursivas pertinente à sua proposta de análise.

E, como tal objeto somente pode ser apreendido por meio da análise de enunciados concretamente produzidos em um dado contexto sócio-histórico, constituímos nosso *corpus* com base nas edições de abril de 1964 dos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, mais especificamente as suas primeiras páginas. Detalhem os critérios que determinaram a constituição desse *corpus* no item seguinte.

5. Constituição do *corpus* da pesquisa: selecionando jornais e gêneros

Primeiramente, é interessante notar que, embora tenhamos prometido em nossa introdução apresentar um artigo teórico, a análise já se faz presente desde a definição do objeto da pesquisa, tal como pudemos observar no item 4. *Objeto de estudo da pesquisa*. Ademais, a constituição do *corpus* da pesquisa, também, afigura-se como parte do procedimento de análise do discurso. E, a esse respeito, Eni Orlandi (2005) afirma que “[...] a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas [pois] decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2005, p.63). Assim, conforme a autora:

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza (ORLANDI, 2005, p.64).

É preciso ter em conta que as propriedades discursivas anotadas pelo analista desde as primeiras etapas de construção do *corpus* obedecem à fundamentação teórico-metodológica adotada por ele. Ao introduzir sua discussão a respeito da relação entre língua, discurso e *corpus*, Francine Mazière (2007) faz a seguinte advertência sobre os posicionamentos teóricos do analista do discurso no momento de definir seu *corpus*:

O estabelecimento de um *corpus* mobiliza a posição do analista sobre a língua e seu funcionamento (escolha das formas de língua a referir e analisar), sua posição acerca dos falantes e seu grau de autonomia (configuração de enunciados de arquivo, ou de interlocuções), sua posição diante das pressões impostas pelos gêneros de fala (*corpus* homogêneo ou heterogêneo) (MAZIÈRE, 2007, p.14).

Mais adiante, Mazière (2007) coloca que a proposta de construção de *corpus* em Análise do Discurso é definida com base nas “redes de memória” (cf. Jean-Jacques Courtine, 1981), o que remete, assim, a “uma construção dinâmica de *corpus*, móvel, gerida em interação com a progressão da análise” (MAZIÈRE, 2007, p.59-60). Enfim, conclui a autora que:

[...] o *corpus* não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscurso (MAZIÈRE, 2007, p.59-60).

É evidente que não se trata de buscar incessantemente novos textos que proveriam o analista a cada vez que ele vislumbrasse uma nova possibilidade de interpretação de seu *corpus*. O ponto defendido é que o analista do discurso lança outro olhar sobre os “textos” ou os enunciados que formam seu *corpus*, pois, compreendendo o seu discurso e os discursos que o constituem aí, ele vê caírem as fronteiras da superfície material e física que se lhe apresentam à primeira vista em seu *corpus*, extrapolando, portanto, aquela ideia estanque de um *corpus* dado *a priori*.

De forma mais concreta, essa concepção de *corpus* aplica-se à nossa pesquisa à medida que nos propusemos a analisar a presença dos *discursos contrários e favoráveis ao Golpe de 64 e à implantação do*

regime militar nos discursos dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã* publicados no mês de abril de 1964. Se os enunciados analisados emergem sob a rubrica desses dois enunciadores institucionais, os jornais, o *corpus* da pesquisa é construído a partir do recorte operado sobre esses dois jornais; todavia, é esse diálogo dos jornais com uma série de discursos alhures que solicita do analista outro olhar sobre esse *corpus*, tornando-o, dessa maneira, dinâmico e móvel, tal como ressalta Mazière (2007).

Assim, o processo de construção do *corpus* é marcado pelo trabalho do analista sobre o *corpus*. Não obstante, Marisa Grigoletto (2002) apóia-se igualmente nas formulações de Courtine (1981), para concluir que o *corpus* discursivo não é:

[...] um conjunto aleatório de textos que existem de forma estruturada previamente à ação do analista de discurso sobre ele; ao contrário, é o trabalho do analista, com base nas suas hipóteses de pesquisa, que constitui o *corpus* (GRIGOLETTO, 2002, p.63).

Em consonância, Sheila Grillo (2002) orienta que a constituição de um *corpus* de pesquisa em Análise do Discurso deve ser realizada a partir do “recorte efetuado pelo analista na superfície discursiva o qual elabora uma seleção de formas, vistas como capazes de revelar o modo de delimitação de uma formação discursiva” (GRILLO, 2002, p.2).

Assim, a primeira etapa de construção do *corpus* de nossa pesquisa deu-se com base no acontecimento discursivo acerca da deposição do presidente João Goulart e a consequente tomada do poder pela junta militar em abril de 1964. Desse acontecimento, emergiram, sobretudo, *discursos contrários e favoráveis ao Golpe de 64*, os quais se manifestaram em diferentes campos de atividade humana. A partir daí, encampamos a segunda e a terceira etapas da construção do *corpus*, ou seja, definimos que o estudo iria voltar-se para a polêmica entre os discursos *favoráveis* e *contrários* àqueles acontecimentos manifestados no domínio jornalístico. O critério aí adotado baseou-se na preocupação pelo exame das formações discursivas que foram constituindo-se, mutuamente, em torno da polêmica em torno do golpe. Quanto ao discurso jornalístico, sua escolha se deve ao fato de ele possuir estatuto privilegiado na construção cotidiana do real por meio da linguagem.

A quarta etapa do processo de constituição do *corpus* definiu-se com base na seleção do espaço discursivo (cf. Maingueneau, 1997), o qual se deu por meio da determinação do segmento de mercado. Escolhemos os jornais de grande circulação nacional, em razão do grau de importância desse segmento na formação da opinião pública no cenário nacional daquela época. Jornais como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, entre outros, disputavam a mesma fatia do mercado que *O Globo* e *Correio da Manhã*, pois pertenciam à chamada grande imprensa, ou seja, mantinham grande tiragem, circulação nacional, colunistas renomados e público formador de opinião: fatores importantes para um jornal influenciar a opinião pública. Todavia, ainda foi preciso delimitar um pouco mais esse espaço discursivo. Assim, desse rol, dois jornais fluminenses foram escolhidos devido à influência política ainda exercida pela antiga capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro.

Com base no posicionamento discursivo, a quinta etapa consistiu na seleção dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã*, pois pudemos eleger, de um lado, um jornal notoriamente conhecido pelo tratamento favorável que receberia do governo militar que estava se instalando no poder em decorrência do Golpe de 64 e, de outro lado, um jornal que se caracterizou como uma das poucas vozes da imprensa comprometidas com a campanha antimilitar. Nossa pesquisa começa, então, a reunir condições favoráveis para observar a materialização discursiva da polêmica gerada a partir da deposição do presidente João Goulart e a assunção do poder pelos militares.

Na sexta etapa, definimos o período abrangido pelo acontecimento observado. Optamos por estudar todo o mês de abril de 1964, pois foi nesse ínterim que o Brasil assistiu à queda de João Goulart, à posse do presidente interino Mazilli Raniere, à disputa presidencial entre Castelo Branco e Gaspar Dutra, à eleição e à posse de Castelo Branco, à edição do primeiro Ato Institucional e, por fim, à instalação definitiva do regime militar e sua campanha repressiva contra os direitos civis.

A sétima etapa foi presidida pela definição do(s) gênero(s) de discurso. Escolhemos a primeira página jornalística, já que ela suscita questões teóricas que merecem esclarecimentos, bem como não há estudos suficientes na área de concentração sobre esse hipergênero discursivo.

A oitava e última etapa de composição do *corpus* de nossa pesquisa consistiu no recorte da superfície discursiva com base nos gêneros constitutivos da primeira página dos jornais em estudo, em que os enunciados foram transcritos jornal por jornal, edição por edição, gênero por gênero, coluna por coluna.

6. Procedimentos para a análise discursivo-argumentativa dos jornais

Após a delimitação do *corpus*, concluída com a transcrição dos enunciados conforme descrito no final do item 5. *Constituição do corpus da pesquisa*, passamos à análise dos discursos do *Correio da Manhã* e *d'O Globo*.

Pormenorizando, as etapas de análise compreendem quatro momentos, a saber: (1) exame de cada gênero que compõe a primeira página de cada edição e (2) reexame do hipergênero “primeira página”, estabelecendo as relações entre os sentidos apreendidos gênero a gênero, (3) descrição dos *ethé* e os *pathé* que emergem, assim, de cada edição, para então (4) proceder à depreensão do *ethos* e do *pathos* de cada jornal no conjunto das edições de abril de 1964.

Essas quatro etapas de análise são orientadas, também, pela noção de interdiscurso, uma vez que a pesquisa concebe o discurso do *Correio da Manhã* e o discurso *d'O Globo* como duas identidades discursivas distintas constituídas interdiscursivamente a partir de duas formações discursivas numa relação polêmica: a dos *apoiadores* e a dos *opositores* ao regime instaurado após o Golpe de 64. Trata-se efetivamente de um recorte metodológico, pois, para Maingueneau (1997 [1987]), o resultado desse recorte é o espaço discursivo: uma abstração necessária ao trabalho do analista que deve eleger, no

interior de um campo discursivo, um subconjunto de formações discursivas pertinente à sua proposta de análise.

Tendo em vista essas categorias de análise, que definem os critérios e a própria metodologia de trabalho, a pesquisa volta-se, ainda, às noções de *ethos* e de *pathos*. Antes de continuar nossa exposição metodológica, é preciso definir essas duas noções discursivas herdadas da antiga retórica.

Partimos do princípio de que o *ethos* está associado à construção da imagem do enunciador pelo discurso e não corresponde a qualquer opinião prévia que se tenha sobre sua pessoa. E estar associado não significa ser equivalente, pois a noção de *ethos* não se satisfaz em recobrir a imagem do enunciador, mas extrapola isso, ao remeter à idéia do fiador do discurso, daquele que garante o que é dito, legitimando seu discurso pelo seu modo de dizer.

A análise também terá em conta a construção do *anti-ethos* ou dos *anti-ethé* e sua relação com a incorporação do *ethos* pelo co-enunciador, no sentido de que a construção de um *ethos* x acarreta a construção de um *anti-ethos* não x e é esta correlação que se apresenta ao co-enunciador para a incorporação do *ethos*. A noção de incorporação é proposta por Maingueneau (2005, p.72) para dar conta da relação entre *ethos* e co-enunciador ou, ainda, para designar a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Uma vez que o entendimento do processo de persuasão pelo *ethos* não se exaure na sua descrição em si, é preciso compreender que a enunciação, ao dar corpo ao fiador, possibilita que o co-enunciador incorpore, assimile o modo de se comportar desse corpo enunciante, tendo a ilusão de que ele faz parte de um corpo, um grupo social e ideológico. Assim, para Maingueneau (2005), o processo de incorporação está concluído quando o co-enunciador se vê como membro de “uma comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso” (op. cit, p.73). Desse modo, quando se fala em incorporação, está-se determinando o papel que a imagem do corpo do enunciador cumpre no processo persuasivo, mas não o corpo restrito a uma compleição física, e sim um corpo dotado de caráter e de reconhecimento sócio-histórico.

Já o *pathos* discursivo é concebido aqui como um conjunto de estratégias voltadas para a construção das emoções que o enunciador quer mostrar ao seu co-enunciador para fazê-lo (i) senti-las também, a fim de interferir em seu julgamento e conquistar sua adesão, (ii) e reconhecê-las, de modo a criar uma comunhão entre os sujeitos da enunciação, já que as emoções também pertencem a uma *doxa*, a um conjunto de saberes partilhados entre membros de uma dada comunidade discursiva. Complementarmente a isso, o *pathos* tem parte na qualidade de *ethos* que é construído pelo discurso, pois as emoções estão imbricadas a modos de falar, de enunciar, logo a modos de ser e de se comportar no mundo.

O *pathos* discursivo será apreendido por meio do exame de categorias de análise, para que o levantamento dos efeitos passionais observados pelo analista expresse o resultado de um trabalho de apuração, e não de mera intuição. Por essa razão, uma contribuição que esta pesquisa pretende oferecer é a de formular uma categoria de análise que ajude a apreender o *pathos* discursivo. Assim, está em

desenvolvimento a noção de cenário passional, que é uma cena enunciativa que se soma às três cenas enunciativas apresentadas por Maingueneau (1997 [1987]) e se inspira no que Aristóteles (2000) entende por três pontos de vista sobre as paixões, a saber: (1) a disposição do sujeito-fonte da paixão; (2) a disposição do sujeito-alvo da paixão; (3) os motivos e as razões que suscitam a paixão. Em outras palavras, a análise do *pathos* discursivo passa aqui pelo exame do cenário passional, ou seja, pela compreensão da relação entre o sujeito que desperta a paixão, o sujeito que sofre a paixão e as razões que desencadeiam a paixão.

O movimento final de análise deve recuperar o resultado do exame do *pathos* e associar os efeitos passionais à qualidade de *ethos* que foi apurada em cada texto. Esse procedimento envolve a análise de valores e de hierarquização dos valores (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) e, por isso, deve considerar fortemente a dimensão interdiscursiva de cada enunciado estudado, tendo em conta também as coerções impostas pelo próprio gênero do discurso.

7. Considerações finais

Para concluir essa exposição sobre os procedimentos teórico-metodológicos adotados em nossa pesquisa, parece-nos que tão importante quanto apresentar definições teóricas seja discutir os próprios métodos de análise em torno desse objeto de pesquisa que não é somente o discurso, mas o interdiscurso.

Em linhas gerais, tentamos esboçar os pressupostos teóricos da abordagem discursivo-argumentativa, situando-a na interface entre a Análise do Discurso e a Argumentação. Em síntese, tentamos mostrar que as principais consequências acarretadas pela abordagem teórico-metodológica de nossa pesquisa incidiram sobre a constituição do *corpus* e as categorias de análise, pois a escolha das primeiras páginas dos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* ocorreu, principalmente, em virtude de noções como interdiscurso, relação polêmica, espaço discursivo, gênero e hipergênero discursivo etc. (cf. Maingueneau), ao passo que a priorização do *ethos* e do *pathos* deve-se ao fato de que essas duas noções suscitam, necessariamente, aspectos discursivos e argumentativos. Se o enfoque teórico fosse outro, poderíamos pensar não em *ethos*, mas, por exemplo, em processos de subjetivação, identidades discursivas etc. Entretanto, como nossa pesquisa quer refletir, justamente, sobre os aspectos discursivos e argumentativos das instâncias subjetivas de enunciação, elegemos o *ethos* e o *pathos* como categorias de análise centrais para nossa pesquisa.

Por fim, o que se pretendeu aqui foi esboçar alguma reflexão sobre o fazer científico do analista do discurso, pois acreditamos que, nesse percurso reflexivo, nossa própria relação com a pesquisa ganha novos sentidos, ressignifica-se.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p.7-40.
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **L'argumentation dans le discours**. Discours politique, littérature d'idées, fiction. 2^e ed. Paris: Armand Colin, 2006.
- _____. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Trad. Adriana Zavaglia. **Filologia e linguística portuguesa, SP**, n.9, p.121-146, 2007.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- _____. **Retórica das paixões**. Trad.do grego Isis Borges B.da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, SC, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.
- _____. As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do “Projeto Gêneros do Jornal”. In: BRAGA, Sandro et al (Orgs.). **Ciências da linguagem: avaliando o percurso, abrindo caminhos**. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 21-45.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *Pathos* e discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a, p.240-251.
- _____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (Orgs.). **As emoções no discurso**. Vol.II. Campinas: Mercado de Letras, 2010, 23-56. [Original: Une problématisation discursive de l'émotion: à propos des effets de pathémisation à la television. In: PLANTIN, Christian; DOURY, Marianne; TRAVERSO, Véronique (Éds). **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires Lyon, 2000].
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Análise do Discurso: em busca de uma metodologia. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 07 (1), p. 333-355, 1991.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris: n.62, juin 1981.
- DUCROT, Oswald. À propos de la seconde Provinciale. **Langue française**, Paris: n.12, 1971.
- GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**. Discurso e colonização britânica na Índia. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Função dos gêneros e metodologia na constituição do *corpus* em Análise do Discurso. **Revista do 50º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2002.
- _____. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- _____. Enunciados verbo-visuais na divulgação científica. **Revista Anpoll**, (on line), vol.2, n.27, p.215-243, 2009.

- LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999
- MAINGUENEAU, Dominique. **L'analyse du discours**. Introductions aux lectures de l'archive. Paris: Hachete, 1991.
- _____. Argumentation et analyse du discours: réflexions à partir de la seconde Provinciale. **L'Année sociologique**, Paris, n.44, p.263-279, 1994.
- _____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. Diversidade dos gêneros discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato de (Orgs.). **Gêneros**: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFMG, 2004, p.43-57.
- _____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p.69-92.
- _____. Problemas de *ethos*. In: **Cenas da enunciação**. Orgs. Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006. [Original: Problèmes d'*ethos*. **Pratiques**, Metz, n.113-114, p.55-67, juin. 2002].
- _____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2007.
- MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007 [Original: MAZIÈRE, Francine. **L'analyse du discours**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005].
- MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: **Retórica das paixões**. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.XVII-LI (prefácio) [Original: Aristote. **Rhétorique des passions**. Postface de Michel Meyer. Paris: Éditions Rivages, 1989].
- _____. **A retórica**. Rev. Téc. Lineide Salvador Mosca. São Paulo: Ática, 2007.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. 2.ed. São Paulo, Hacker Editores, 2002.
- MOSCA, Lineide Salvador. **Subjetividade no editorial**: uma análise retórico-argumentativa da adjetivação. São Paulo, 1990. 406f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997, p.17-54.
- _____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. **Filologia e linguística portuguesa**, SP, n.9, p.293-310, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- PERELMAN, Chaïm & TYTECA, Lucie Olbrechts-. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Trad. De Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris : Seuil, 1996.
- _____. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008 [Original: *L'Argumentation – Histoire, théories, perspectives*. Paris: PUF, 2005].
- TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. 2.ed. Trad. de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006. [Original: **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge, 1958].

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *In this paper, we present short considerations about the problem of scientific methodology in discourse analysis. We describe and discuss the theoretical-methodological procedures, the criteria to delimit the corpus and the categories of analysis used in our research, which aims the discursive and argumentative analysis of two Brazilian newspapers sold during the military period. The discussion is based on Coracini (1991), Orlandi (2005), and Mazière (2007). The research assumes the theoretical principles of the discourse analysis, as proposed by Maingueneau (1991, 1994, 1997 [1987], 2007 [1984]), resorting to notion of argument conceived by Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), Plantin (1996, 2008), Amossy (2006, 2007) and Mosca (2007).*

Keywords: scientific methodology; discourse, argumentation, newspaper

Mário de Andrade: o léxico antropofágico e arlequim do poeta

Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira⁵⁷

Resumo: *Este artigo apresenta, a partir das escolhas lexicais de Mário de Andrade em sua obra poética de 20, a postura antropofágica e arlequim do enunciador. Consideramos, como Guiraud, que a escolha está associada à intenção do autor, caracterizando o seu estilo. Dessa forma, as criações lexicais eleitas pelo autor são estilísticas, carregadas de expressividade, traduzindo, ao mesmo tempo, uma escolha pela língua brasileira, ilustrada em sua diversidade e uma escolha por temas representativos da modernidade e da pluralidade étnica do Brasil. A nossa leitura e nossa interpretação parte do texto literário – a poesia da década de 20 de Mário de Andrade – e busca na língua os recursos estilísticos empregados pelo autor que contribuem para a expressividade do texto. Sob a ótica da Estilística Léxica e com auxílio da Semântica, analisamos algumas das criações lexicais resultantes da necessidade estilística que apontaram para a postura antropofágica.*

Palavras-chave: *estilística; léxico antropofágico; léxico arlequim; Mário de Andrade; poesia.*

1. Introdução

Pensar em Modernismo, em originalidade e em identidade nacional é obrigatoriamente falar de Mário de Andrade. O Brasil, os costumes, a pluralidade étnica do nosso povo foram retratados de forma original tanto em suas obras escritas em prosa quanto em verso.

Ao escrever a rapsódia Macunaíma, Mário de Andrade concretizou as propostas da Antropofagia (1928), movimento que propunha a deglutição das características positivas da cultura estrangeira e a sua respectiva fusão com a cultura nacional. Nessa rapsódia evidenciou-se a antropofagia a partir da faceta antropológica de Mário de Andrade: um estudioso das lendas, mitos e costumes das diversas regiões do nosso país. O tom bem humorado e a inventividade narrativa e linguística fizeram de Macunaíma uma das obras modernistas mais próximas das vanguardas do início do século XX.

No entanto, essa postura antropofágica macunaímica não nasce em 1928, ela tem antecedentes, começa a ser construída, podemos dizer, na obra poética marioandradiana da década de 20. É na chamada fase heroica do Modernismo, no período de ruptura com a arte tradicional, que a construção de uma identidade cultural, a constituição de uma identidade nacional se faz necessária para fazer valer, parafraseando Oswald de Andrade, a comemoração do centenário da nossa Independência.

Pensando então em produzir uma arte brasileira, alguns artistas assumiram uma postura xenófoba rechaçando tudo o que vinha de fora; outros valorizaram a diversidade cultural, entendendo que os

⁵⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Elis de Almeida Cardoso Caretta. E-mail: elianarofe@gmail.com.

imigrantes faziam parte de nossa formação. A obra poética de 20 de Mário de Andrade encaixa-se nessa última postura, a antropofágica, afinada com a ideia de um Brasil cujo território é multicultural.

É também na poética da década de 20 que vemos nascer a máscara do arlequim que se transformará no múltiplo Macunaíma na obra homônima em prosa. A ironia, os jogos de palavras presentes na poesia de 20, que constituem a brincadeira, o mote do arlequim, serão transformados, no modo de ser Macunaíma. Assim, o tupi que tange um alaúde na poesia de 20 transfigura-se no herói sem nenhum caráter na prosa do mesmo período.

Na diversidade de gêneros – prosa, poesia, música – Mário buscou a unidade através da modernização, do abasileiramento da nossa língua, atualizando-a com o falar “gostoso” do povo, como dizia seu amigo, Manuel Bandeira: “Língua certa do povo porque ele é que fala gostoso o português do Brasil” (Evocação do Recife, in Libertinagem). Visou à criação da nacionalidade, da nossa identidade a partir do contato com as diferentes culturas presentes em nossas raízes, em nossas histórias. Deixou clara essa postura no anteprojeto de criação da Enciclopédia Brasileira, como afirma Moraes:

Abranger a universalidade no traço que “singulariza e individualiza” o Brasil transformou-se em bordão do ideário do escritor, trazendo subliminarmente sua proposta de captar um ethos nacional. A Enciclopédia brasileira, tanto quanto o Dicionário musical brasileiro objetivam ainda esse intento de valorizar manifestações da expressão e da realidade nacional. (2003, p.640)

Dessa forma, ao escolhermos o poeta Mário de Andrade da década de 20 como objeto de nosso estudo, levamos em consideração a preocupação do poeta com a língua e a cultura brasileiras. A nossa leitura e nossa interpretação parte do texto literário e busca na língua os recursos estilísticos empregados pelo autor que contribuem para a expressividade do texto.

Selecionamos, para este estudo, trechos das três mais representativas obras poéticas de Mário de Andrade da década de 20: *Pauliceia desvairada* (PD); *Losango cáqui* (LC) e *Clã do jabuti* (CJ), em que se evidencia a postura arlequim e antropofágica do poeta.

2. A antropofagia arlequim

A etapa inicial do Modernismo, a fase heroica, além de ser caracterizada pela presença de humor, mostra-se efetivamente preocupada com a teorização da nova arte. São desse momento, o *Manifesto da poesia pau-brasil* (1924) e o *Manifesto antropófago* (1928), escritos por Oswald de Andrade, os quais serão determinantes para a caracterização da nova arte, cujo objetivo de contestação em relação à arte tradicional estava associado à análise crítica da sociedade.

O *Manifesto da poesia pau-brasil* enfatizava a elaboração de uma arte fundamentada nas características do povo brasileiro, valorizava a língua sem erudição, propunha a fusão do tradicional com o moderno, antecipando dessa forma a proposta antropofágica: “A língua sem arcaísmos, sem erudição.

Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos” (2002, p.327). E mais adiante: “A reação contra todas as indigestões de sabedoria. O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna” (2002, p.330).

O *Manifesto antropófago* acentua os pensamentos presentes no *Manifesto da poesia pau-brasil*, propondo explicitamente a devoração de tudo o que era estrangeiro e sua fusão com o nacional. A assimilação passiva da cultura estrangeira era questionada no manifesto, que orientava para uma digestão crítica, assimilando o que era considerado pertinente e regurgitando o que era indesejável. A sugestão de ver sem preconceitos, *ver com os olhos livres*, presente no *Manifesto da poesia pau-brasil* é reforçada no *Manifesto antropófago* pela oposição em relação à realidade opressora: “Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama” (2002, p.360).

Mário de Andrade, seguindo a linha dos manifestos citados, também se posiciona contra a realidade opressora, elegendo o *arlequim* como representante do poeta desvairado que se opõe à normalidade. Será ele, então, o louco brincalhão que subverterá a ordem e que será a presença constante nos poemas da década de 20: *Pauliceia desvairada*, *Losango cáqui* e *Clã do jabuti*.

Quanto à devoração exposta explicitamente no *Manifesto antropófago*, veremos a sua concretização na poética marioandradiana a partir da identificação antropofágica do poeta com o tupi que toca um alaúde – *Sou um tupi tangendo um alaúde* –; de referências à coexistência da novidade urbana com a morosidade rural, além da presença dos imigrantes na cidade que se metropoliza.

3. O léxico antropágico e arlequim presente nos poemas de 20

O poema *Sambinha* de *Clã do jabuti* retrata duas costureirinhas caminhando pela rua das Palmeiras, em São Paulo. O ritmo do poema parece justificar o título, na medida em que os passos das costureirinhas – apressados – aproximam-se dos passos do samba.

Vêm duas costureirinhas pela rua da Palmeiras.
Afobadas braços dados depressinha
Bonitas, Senhor ! que até dão vontade pros homens da rua.
(...)
Fiquei querendo bem aquelas duas costureirinhas...
Fizeram-me peito batendo
Tão bonitas, tão modernas, tão brasileiras!
Isto é...
Uma era ítalo-brasileira.
Outra era áfrico-brasileira.
Uma era branca.
Outra era preta. (CJ, p.175-6)

O poema mostra, numa tarde de abril, duas costureirinhas de origens diversas sendo admiradas pelos homens. Uma é *ítalo-brasileira*, remetendo à presença da imigração italiana e a outra é *áfrico-brasileira*,

criação por justaposição, empregada, provavelmente, para destacar a participação dos africanos na formação do nosso povo. Vale dizer que, embora a formação *afro-brasileira* já existisse, o poeta optou por uma nova formação em que a lexia *áfrico* se aproximasse mais explicitamente da lexia *África*. É possível também que a opção por *áfrico* tenha a ver com a preferência pelo mesmo número de sílabas de *áfrico* e de *italo*, sugerindo, talvez, a participação equivalente dos dois na constituição de nossa identidade, registrando, dessa forma, a diversidade.

Na obra *Pauliceia desvairada*, publicada em 1922, o trovador caracterizado como um *arlequim*, trajado de losangos coloridos, orienta para a ideia de diversidade cultural que será acentuada com a *expressão-mote* para o entendimento de sua obra - *Sou um tupi tangendo um alaúde!* (*O trovador*, PD, p.83) -, expressão, podemos dizer, antecipadora da antropofagia, já que funde universos distintos: o do tupi, local, e o do músico que toca o alaúde, cosmopolita.

O poema *O domador* apresenta o poeta-arlequim admirando a cidade de dentro de um bonde: o asfalto, a poeira, a avenida. Contrapõe o arlequinal e, portanto, colorido céu às sujidades trazidas pela urbanização e mostra, de forma satírica, o *clown*, heroico sucessor dos bandeirantes, aplaudindo o novo: o imigrante que doma o automóvel.

Alturas da Avenida. Bonde 3.
Asfaltos. Vastos, altos repuxos de poeira
Sob o arlequinal do céu ouro-rosa-verde...
As sujidades implexas do urbanismo.
(...)

Mas... olhai, oh meus olhos saudosos dos ontens
Esse espetáculo encantado da Avenida!
Revivei, oh gaúchos Paulistas ancestramente!
E oh cavalos de cólera sanguínea!
Laranja da China, laranja da China, laranja da China!
Abacate, cambucá e tangerina!
Guardate! Aos aplausos do esfusiante clown,
Heroico sucessor da raça heril dos bandeirantes,
Passa galhardo um filho de imigrante,
Louramente domando um automóvel! (PD, p.92)

A metáfora *arlequinal*, além de acentuar a oposição cromática entre o céu e a cidade que se construía, dá indícios de que o poeta-arlequim constata a rápida urbanização.

A obra *Losango cáqui*, publicada em 1926, é um diário em que a visão do poeta-soldado sobre a cidade e sobre o exército se faz presente. Ao lado do amor pela cidade, onde coexistem a novidade e o arcaico rural, ocorre uma sátira à rigidez do exército na figura dos tenentes, possivelmente, pela maneira germânica de comandar - que se contrapõe ao *jeito maxixe* dos soldados brasileiros. O cotidiano é retratado através das sensações, ideias, alucinações e brincadeiras de que fala o autor na *Advertência* da obra. O poeta-arlequim de *Pauliceia desvairada* apresenta-se em *Losango cáqui* como poeta-soldado sem, no entanto, deixar de mostrar a sua alma, a sua postura arlequinal. Salienta-se, inclusive, o resquício do traje

do arlequim no título, onde a figura do losango não é acompanhada da ideia de multicolorido, mas sim do monocromático *cáqui*. Deleineia-se, assim, a partir do título, o anúncio dos efeitos de tensão presentes ao longo da obra. A faceta arlequim está presente, no contraponto permanente cuja tessitura se anuncia no título.

O poema XXV apresenta o soldado como *o generalíssimo das tropas de terra-e-mar da humanidade*, postura reta, inflexível.

(...)
Tem dois soldados inda mais compridos que eu.
E a bizzarria?
E a nitidez dos gestos militares?
Finalmente o sargento compreendeu que eu era o Exemplo,
Me deu o lugar supremo!
Sou o generalíssimo das tropas de terra-e-mar da humanidade!
(...)

Tudo em mim são ângulos, retas.
Maquinismo inflexível.
Corpo metrônomo,
Allegro ma non troppo.

Abaixo as músicas românticas!
Sou uma fuga de João Sebastião Bach!

Porém os pés sarcásticos satíricos
Grita-gritam riso fino de picadas.
Cobras,
Espinhos,
Dores,
Cacos no caminho.

Calcei botinhas de febre!
Lamentações humilhações físicas insuportáveis!
Meus pobres pés martirizados!
Ah, os bálsamos deliciosos refrigerantes!
Perfumes raríssimos bíblicos!
Madalenas de mãos finas lentas imperiais!

Ela devia estar
Com as suas mãos lentas... (LC, p.140-1)

A metáfora *corpo metrônomo* sugere a ideia de regularidade, uma vez que metrônomo é um instrumento musical usado para estabelecer um padrão fixo para o ritmo musical. A expressão também musical *Allegro ma non troppo* ressalva que essa postura caracterizada como exata não é tão rígida assim, uma vez que esse andamento, além de indicar uma execução moderadamente rápida, sugere leveza e alegria. Assinala ainda o enunciador, usando sempre a música como forma de caracterização, que ele é *uma fuga de João Sebastião Bach*. Ao usar para compor a metáfora um estilo de composição que se caracteriza pela polifonia, podemos interpretar que o enunciador se apresenta como mescla de vozes, de comportamentos.

Mais adiante, o poeta-soldado, com os pés do arlequim apresentados pela sinédoque *pés sarcásticos satíricos*, vai pisar em *cobras, espinhos, dores e cacos no caminho*. Além da relação inusitada de conferir a uma parte, os pés, o comportamento do todo, o poeta, vemos que em meio aos substantivos concretos passíveis de serem esmagados pelas botinhas do soldado, há o abstrato *dores*, que pode ser interpretado como referência à dor causada pelas *botinhas de febre*. A locução adjetiva *de febre*, ao complementar as *botinhas*, quebra a isotopia, ao atribuir ao concreto um complemento abstrato.

O poema XXXVIII apresenta, na manhã sem nuvens, a tropa marchando. O Sargento reclama do alinhamento das armas, e o enunciador considera que ele ignora a influência do sangue latino, evidenciado pela *impaciência, mocidade, verso-livre, alegria*. A presença de *verso-livre* como característica do sangue latino parece querer ressaltar que o *poeta-soldado* prioriza a liberdade e se identifica com o ritmo inovador, na poesia e na vida, peculiar, segundo ele, aos brasileiros, desse tempo.

Manhã varaneja manhã que dá sustância,
Toda lisa sem nuvens
sem cuidados
cansaços...
Adiante o morro sacode o ombro indiferente.

Curiosidade de viver!
Cadência bem batida, regular.
Porém o sargento embirrou com o alinhamento das armas.
- "Alinhem essas armas, senhores!"

O Sargento ignora a influência do sangue latino.
Impaciência.
Mocidade.
Verso-livre.
Alegria grita em mim.

Curiosidade de viver!

- "Senhores, as armas!"
... e os barões assinalados
Que da ocidental praia lusitana...

Marco a cadência com versos de Camões.

Ineses fugitivas nas janelas e portas.
Amo todas as moças brancaranas ou loiras
E a manhã despertando nos telhados seus cabelos fogaréu...
Curiosidade de viver!

Sargento Vitoriano,
Sapeque o seu jamegão latino
Nesta desalinhada Companhia brasileira!" (LC, p.149)

A metáfora *verso-livre* parece querer ressaltar que o *poeta-soldado*, também arlequim, prioriza a liberdade e se identifica com o ritmo à vontade, peculiar, segundo ele, aos brasileiros. O sangue latino seria contrário à rigidez do exército.

O poema *XLIII* apresenta a desincorporação do poeta-soldado, a ideia da liberdade arlequinal.

Desincorporados.
Previsões tenebrosas,
Outra parada,
Revoluções futuras...
O Sr. presidente da República
Acredita na fidelidade dos seus súditos.
E TUDO ACABA EM DANÇA!
Por isso cabo Machado anda maxixe...

Nem sodade nem prazer.
Me inebriei de manhãs e de imprevistos.
Bebedeiras sentimentais...
Meu vício original.

Recordamos esquerdas – volver e meias – voltas...
Volta e meia vamos dar.
É certo que me alegra
Não ser obrigado a fingir mais olhar altivo pra frente,
Secretamente eu preferia o olhar quebrado do amor.
E a gente tem mais coisas que fazer.
(....)

Eis a vida.
V'lá Paris...
pan-bataclan
- Ordinário, marche,
Pros meus vinte-e-nove anos maravilhosos!
Afinal,
Este mês de exercícios militares:
Losango cáqui em minha vida.
... Arlequinal... (LC, p.155)

O poeta-soldado afirma não sentir saudade, nem prazer - *Nem sodade nem prazer* - e que o fato de não ter mais de fingir estar com o olhar altivo o alegra. Prefere como oposição ao *olhar altivo* o *olhar quebrado do amor*. Destaca-se a conversão do substantivo *maxixe* em advérbio ou adjetivo, designando a forma ou a característica brasileira e alegre de Cabo Machado andar, opondo-se à rigidez exigida nos exércitos. No final do poema retrata o mês de exercícios militares como um losango cáqui em sua vida: *Afinal, / Este mês de exercícios militares: / Losango cáqui em minha vida. / ... Arlequinal...*

Pode-se interpretar essa observação como o momento em que o arlequim, antes vestido de losangos multicoloridos, passa a usar a farda cáqui contra a sua vontade. Teríamos, então, a expressão *losango cáqui* como referência à farda/traje do arlequim e/ou como referência à tensão entre a vida livre e a disciplina hierárquica militar.

Podemos ainda considerar que o uso da lexia *arlequinal* talvez tenha sido uma forma de orientar para o parentesco entre o soldado e o arlequim, já que os dois poemas que seguem o poema *XLIII* e encerram *Losango cáqui*, não mais se relacionam ao universo militar.

A obra *Clã do jabuti*, publicada em 1927 apresenta poemas datados de 1923 a 1926 cuja tônica é a busca da identidade, da diversidade cultural do país. O poeta, como viajante e etnógrafo, mostra os costumes, a história do nosso povo. É importante destacar que nesse período do Modernismo há uma preocupação mais abrangente, não apenas literária, com os problemas culturais brasileiros, como afirma Lafetá:

Paulo Prado publicara três anos antes seu *Retrato do Brasil*, livro que – pode-se dizer – reflete fielmente a largueza da visão e a variada gama de preocupações que caracterizariam a revista da qual é um dos diretores. Outro diretor, Mário de Andrade, certamente também refletira muito sobre aqueles problemas, formulando-os literariamente em *Clã do jabuti* – espécie de “repertório do Brasil inteiro”, em que a dança do “Carnaval carioca” se mistura à meditação do “Noturno de Belo Horizonte”, o “Coco do Major”. Venâncio da Silva convive com a “Moda da cadeia de Porto Alegre” e com a cama paulista de Gonçalo Pires, ou, por fim, a escrivãzinha da Rua Lopes Chaves descobre em assombro o acreano “pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos”. Depois a reflexão vai além, passa os limites do repertório – embora já crítico -, e explode na sátira de *Macunaíma* de 27/28. (2000, p.187-8)

Com uma postura claramente devoradora, o poeta apresenta a diversidade cultural, caracterizando-se novamente com a metáfora *Sou um tupi tangendo um alaúde* que reforça o caráter antropofágico da obra. É importante dizer que o adjetivo *arlequinal*, usado como referência à diversidade cultural, está presente também em *Clã do jabuti*. No casco do jabuti, cujos polígonos com centro colorido remetem ao traje do arlequim composto de losangos multicoloridos, observamos que a face arlequim continua presente ainda que diluída na face folclórica do poeta.

Para mostrar a diversidade cultural, o poeta se apropria de expressões, lendas, quadrinhas, cantigas populares, registrando as paisagens, a história e os costumes brasileiros. O vocábulo *clã* cujo significado dicionarizado é aglomeração de famílias com ancestrais comuns (FERREIRA,1986) sugere a presença das vozes que compõem o Brasil e *jabuti* remete à mitologia brasileira. Souza, em seu estudo sobre a voz musical e folclórica dos poemas de *Clã do jabuti*, explica a significação do título da obra:

O título sugestivo do livro de poemas de 1927 anuncia o clã e seu totem. O clã, de que nos fala Mário, é a reunião das vozes que formam o Brasil, e o totem, o jabuti, símbolo da coletividade, é a ancestralidade do povo brasileiro. O jabuti, segundo Câmara Cascudo, aparece em histórias de índios do Mato Grosso, Amazonas e Pará, representando na mitologia do Amazonas, “o mesmo papel que a raposa na do Velho Mundo. Inofensivo e retraído, [...] [porém] vingativo, astucioso, altivo e cheio de humor”(CASCUDO,1952, p. 266), este ser mitológico inspira o poeta não só para compor versos como também para criar o herói rapsódico, Macunaíma. A casca do jabuti com desenhos em relevo permite ao escritor aproximar o animal totêmico à imagem arlequinal da mistura das raças, que une o Brasil, e que o poeta do *Clã* explora em versos. Knoll, em estudo sobre a obra de Mário de Andrade, retoma a lenda do “Jabuti no céu”, na qual a casca do jabuti transforma-se em mosaico quando o animal “despenca” do céu e cai na terra, a fim de comparar a destruição e a recriação da casca do animal à fragmentação e posterior reconstrução de um diálogo entre as culturas europeias, africanas e indígenas. (2006, p.21-2)

O poeta, que nas obras anteriores tinha como foco a cidade de São Paulo, amplia a sua visão e passa a retratar o Brasil como território multicultural. A partir do levantamento das criações lexicais da obra, vimos que muitas formações remetem à religião, língua, diversidade étnica, costumes do Brasil e ao poeta que encarnará essa multiplicidade antropofagicamente.

O poeta come amendoim (1924), dedicado a Carlos Drummond de Andrade, abre a obra *Clã do jabuti* anunciando a face do poeta etnólogo (folclórico) preocupado em mostrar a diversidade cultural brasileira. Assim, ao mastigar o *amendoim* - um indigenismo - o poeta vai apresentando um pouco da história do Brasil evidenciando a presença de índios, negros, migrantes na formação da nossa identidade, caracterizando a língua brasileira e o Brasil.

Essa multiplicidade cultural que orienta para a visão antropofágica marioandradiana é retratada predominantemente no poema citado a partir de formações metafóricas encontradas nos seguintes versos:

Noites pesadas de cheiros e calores amontoados (verso 1)

Os Caramurus conspiram na sombra das mangueiras ovais. (verso 7)

Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso onde Deus der... (verso 29)

(CJ, p.161)

O verso que inicia o poema, *Noites pesadas de cheiros e calores amontoados*, apresenta a concretização física da noite, dando uma forma a ela. Ao mesclar *noite*, substantivo que não possui forma, nem peso e que denota um tempo em que a ausência de luz é a característica fundamental, com *pesada*, adjetivo que remete a algo que tem forma e exige força física para ser carregado, notamos a presença de universos distintos, que levam ao inesperado, caracterizando uma metáfora. Outra criação estilística ocorre quando o poeta usa metonimicamente os *cheiros* e os *calores amontoados* no lugar de pessoas sugerindo a sensualidade e a pluralidade étnica.

O verso *Os Caramurus conspiram na sombra das mangueiras ovais* remete à presença da pluralidade étnica e à paisagem tropical brasileira. A lexia *Caramurus* é utilizada, possivelmente, para realçar a presença de outros povos no Brasil. Diogo Álvares Correia, chamado de Caramuru pelos índios tupinambás, foi um náufrago português que viveu no Brasil entre os índios, iniciando o processo de miscigenação, assim ao aludir à figura histórica, Caramuru, o poeta ressalta a diversidade étnica.

Em, *Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso onde Deus der*, o poeta ressalta a presença da diversidade, a *Pátria é acaso de migrações*, ou seja, o lugar para onde as pessoas convergem. Observamos que o poeta considera metonimicamente o espaço do trabalho, o lugar que nos alimenta, através da expressão o *pão-nosso* que dialoga com a oração pai-nosso.

Digno de nota nesse poema é o perfil do brasileiro traçado pelo poeta: miscigenado, religioso, engraçado, musical e pachorrento – características que serão apresentadas em sua obra em prosa *Macunaíma*.

O segundo poema da obra é *Carnaval carioca* que descreve a admiração do poeta em relação ao carnaval no Rio de Janeiro. Destaca a presença das diferentes etnias que compõem a nossa identidade, além de mostrar a sensualidade, a ginga, o ritmo do povo brasileiro. Nesse longo poema, Mário de Andrade, com os olhos do estudioso do comportamento humano, mostra o Carnaval como a festa onde há a liberação dos desejos, a inversão dos papéis e a igualdade entre as classes sociais, antecipando a visão do antropólogo Roberto Da Matta, a respeito do carnaval:

Carnaval, pois, é inversão porque é competição numa sociedade marcada pela hierarquia. É movimento numa sociedade que tem horror à mobilidade, sobretudo à mobilidade que permite trocar efetivamente de posição social. É exibição numa ordem social marcada pelo falso recato de “quem conhece o seu lugar”- algo sempre usado para o mais forte controlar o mais fraco em todas as situações. É feminino num universo social e cosmológico marcado pelos homens, que controlam tudo o que é externo e jurídico, como os negócios, a religião oficial e a política. Por tudo isso, o carnaval é a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade. (1997, p.78)

Salientamos que, apesar de todo o poema apresentar uma descrição do *ser brasileiro*, selecionamos apenas algumas partes que consideramos fundamentais para a caracterização do Brasil, para a devoração antropofágica. No trecho a seguir, primeira estrofe do poema *Carnaval carioca*, as lexias usadas para descrever o carnaval fazem uso dos sentidos.

A fornalha estrala em mascarados cheiros silvos
Bulhas de cor bruta aos trambolhões,
Cetins sedas cassas fundidas no riso febril...
Brasil!
Rio de Janeiro! (CJ, p.163)

Além de transmitir a sensação de calor intenso, através da lexia *fornalha* - cujo significado dicionarizado é forno grande - verificamos que esse verso é pleno de metáforas sinestésicas. As *bulhas de cor bruta* e os *cheiros* e os *silvos* mesclam audição, visão, tato e olfato – *bulha* refere-se a ruído, ou seja, pertence ao campo auditivo, mas é seguida da locução adjetiva *de cor bruta* que alude, respectivamente, ao campo visual e tátil. Os *cheiros* e os *silvos* – campo olfativo e auditivo, na devida ordem - constituem uma metáfora sinestésica, já que houve uma combinação de sentidos, em que características de um foram *emprestadas* a outro. O encontro dessas sensações criou um efeito expressivo para chamar a atenção do enunciatório.

O poeta descreve, no trecho a seguir, a partir de uma relação metafórica e de uma relação sinedócica, o momento do desfile carnavalesco em que as pessoas lançam as serpentinas dos carros.

Serpentinas que saltam dos autos em monóculos curiosos,
Este cachorro espavorido,
Guarda-civil indiferente,
Fiscalizemos as piruetas...
Então só eu que vi?
Risos. Tudo aplaude. Tudo canta:
- Aí, baiana faceira,
Baiana do coração!
Ele tinha nos beijos sonoros beijando se rindo
Uma ruga esquecida uma ruga longínqua
Como esgar duma angústia indistinta ignorante...
Só eu pude gozá-la.
E talvez a cama de ferro curta por demais...(CJ,p.164)

No trecho, o poeta mostra a inversão de papéis, marca do carnaval brasileiro, ao apresentar um caixeiro fantasiado de baiana pulando o carnaval. Para ressaltar a imagem da alegria, da descontração, o poeta atribui à boca musicalidade a partir da metáfora - *beijos sonoros* - os lábios são sonoros provavelmente porque as pessoas cantam ao pularem o carnaval.

O excerto a seguir apresenta os diversos tipos se divertindo durante o carnaval: *machos mulherizados, ingleses, argentinos, polacas, yankees, enfim a coiozada emproada se aturdindo*.

Todos cumprem suas promessas de gozar.
Explodem roncões roucos trilos tchique-tchiques
E o falsete enguia esguia rabejando pelo aquário multicolor.
Cordões de machos mulherizados,
Ingleses evadidos da pruderie,
Argentinos mascarando a admiração com desdêns superiores
Degringolando em lenga-lenga de milonga,
Polacas de indiscutível índole nagô,
Yankees fantasiados de norteamericanos...
Coiozada emproada se aturdindo turtuveando
Entre os carnavalescos de verdade
Que pererecam pararacas em derengues meneios cantigas, chinfrim de gozar! (CJ, p. 165)

Ao criar *coiozada* o poeta realçou a diversidade de pessoas presentes no carnaval. Não encontramos o registro da lexia *coiozada* no *corpus* de exclusão, daí termos considerado uma criação formada a partir da junção do sufixo *-ada* à base adjetiva *coió*. Para Rio-Torto (1998), quando o produto apresenta categoria gramatical diferente da base, a sufixação é heterocategorial, exatamente o que ocorreu aqui, já que a base adjetiva *coió* transformou-se no substantivo *coiozada*, configurando uma nominalização deadjetiva. O acréscimo desse sufixo à base acarretou, além da carga semântica de quantidade, o reforço da carga pejorativa, comprovada pelo contexto. A criação, por sufixação – *coiozada* – tem o caráter coletivo e pejorativo, confirmado, posteriormente, pelo verso *entre os carnavalescos de verdade*, já que explicita que esse grupo de pessoas, caracterizado como *coiozada*, não é carnavalesco de verdade. Essa lexia caracteriza o Brasil como espaço antropofágico, já que ela trata da pluralidade presente na festa brasileira mais popular.

Contribuindo para a concepção da diversidade brasileira, o poeta apresenta, no excerto a seguir, os negros, partícipes da nossa formação étnica, sambando ritmicamente.

Em baixo do Hotel Avenida em 1923
Na mais pujante civilização do Brasil
Os negros sambando em cadência.
Tão sublime, tão áfrica!
A mais moça bulcão polido ondulações lentas lentamente
Com as arrecadas chispando raios glaucos ouro na luz
[peluda de pó.
Só as ancas ventre dissolvendo-se em vaivéns de ondas
[em cio.
Termina se benzendo religiosa talqualmente num ritual.

E o bombo gargalhante de tostões
Sincopa a graça da danada.(CJ, p.167)

Ao utilizar *áfrica* como adjetivo, além de remeter à África, como local de origem dos negros, valoriza a presença deles no carnaval, usando o adjetivo *sublime* e convertendo o substantivo próprio *África* em adjetivo *áfrica*, possivelmente para enaltecer o ritmo do povo. Consideramos que a conversão categorial, como afirma Barbosa (1981, p. 236), é uma espécie de neologismo semântico, pois há mudança da categoria gramatical da palavra, mas não há alterações no seu significante. O emprego da conversão neste caso aumentou a expressividade contribuindo para enfatizar a pluralidade étnica no Brasil.

Reforçando a presença do negro, da sensualidade, o poeta faz uso da composição por justaposição *ancas ventre* que é complementada pela metáfora *dissolvendo-se em ondas de cio*, que acentua a força do desejo, da liberação sexual presente no carnaval. A composição *ancas ventre* formada a partir de dois substantivos em que o segundo determina o primeiro numa relação subordinativa, sugere a alteração do corpo feminino que passa de *ancas* a *ancas ventre*, remetendo à fecundação. Esse sentido poderá ser confirmado pela metáfora *dissolvendo-se em ondas de cio* que alude aos movimentos dos corpos que, na dança, assemelham-se ao estado de extrema excitação sexual, característico do cio. Vale dizer que o carnaval carioca, na perspectiva marioandradiana, é o momento da liberação das emoções, dos desejos, dos instintos.

3. Considerações finais

O léxico de uma língua reflete as mudanças dos costumes, dos valores de determinados grupos sociais em um dado momento, recebendo frequentemente novas lexias que surgem ou por necessidade denominativa ou por necessidade estilística.

Foram as criações lexicais, resultantes da necessidade expressiva, que recolhemos e analisamos neste trabalho. Entendemos que elas foram escolhidas por Mário de Andrade para acentuar a expressividade de

seu texto e procuramos demonstrar a existência de um léxico arlequim e antropofágico na poética marioandradiana de 20.

Para acentuar a modernidade e a brasilidade multicultural, Mário de Andrade incorporou em seus poemas os diferentes falares - do imigrante, do povo, do índio -, atestando com esses registros a preocupação em mostrar através da língua brasileira a nossa diversidade. Assim é que encontramos, por exemplo, a fala do imigrante turco vendedor de batatas: *Batat'assat'ô furnn!...*; a fala do povo: *B' as tarde, tio!*; o regionalismo: *piá*; o indigenismo: *curumim, taperá*.

Para trabalhar o inusitado, Mário explorou as criações sintagmáticas e abusou das criações semânticas, notadamente das metáforas. Aliás, a metáfora foi a base de seus poemas, a base de suas criações, foram elas que, de certa forma, orientaram para os temas da obra. Não haveria condição de interpretar seus poemas sem pensar nas duas metáforas-mote de sua produção poética antropofágica: a metáfora do *tupi tangendo um alaúde* e a metáfora do *arlequim* que perambula pelos poemas. Essas formações, ao romperem com o esperado, produziram efeitos de tensão que acentuaram a expressividade nos poemas, criando universos que aguçaram a curiosidade do leitor.

As escolhas lexicais presentes nas obras possibilitaram ao leitor acompanhar o percurso pela cidade e pelo país do poeta-enunciador cuja alteração de trajetória foi demonstrada pela mudança da cor e do formato dos retalhos do traje do arlequim. Inicialmente, o poeta se apresentou com a roupa de arlequim feita de retalhos, de losangos multicoloridos, espelhando a diversidade e a modernidade da cidade; depois o vimos com os retalhos do traje arlequinal alterados, de multicoloridos passaram a cáqui, cor mais adequada à seriedade, à uniformização, à rigidez do exército; posteriormente, nós observamos que os retalhos em forma de losangos haviam mudado de formato, haviam se tornado polígonos, incorporando a multiplicidade do Brasil no casco do jabuti, animal representativo do nosso fabulário nacional.

Apesar da alteração da cor e do formato dos retalhos, vimos que o arlequim permaneceu, não desapareceu dos poemas. Na brincadeira arlequinal da poesia mostrou-se como louco, poeta, soldado, dançarino... Insistiu em se caracterizar como o *tupi tangendo o alaúde*, resistiu e lutou pela liberdade, pela poesia, pela cidade, pelo país.

Nosso intuito foi apenas demonstrar de que forma os recursos estilísticos empregados pelo autor contribuíram para a expressividade do texto, para a caracterização da postura antropofágica em que o novo e o antigo; o rural e o urbano; a rigidez e o gingado; as criações lexicais e as formações tradicionais coexistiram.

Referências bibliográficas

- ALVES, I.M. **Neologismo** - Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.
- ALVES, I.M. Aspectos criativos da linguagem: a neologia lexical. In: **Aulas de português: perspectivas inovadoras**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANDRADE, M. **Poesias completas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2005.
- ANDRADE, M. **Cartas a Manuel Bandeira**. São Paulo: Ediouro, s/d.
- BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo**. São Paulo: Global, 1981.
- BAUDELAIRE, C. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2004.
- CARDOSO, E. A. A criação neológica estilística. In: **Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras/UERJ**. Ano 11, nº 16. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- DA MATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FERREIRA, A.B.H. **O novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GOLDSTEIN, N. S. **Verso, sons e ritmos**. São Paulo: Ática, 2006.
- GOMES, R. **Crítica da razão tupiniquim**. São Paulo: FTD, 1990.
- GUIRAUD, P. **A estilística**. São Paulo. Mestre Jou, 1970.
- GUIRAUD, P. **A semântica**. São Paulo: Difel, 1980.
- LAFETÁ, J. L. **1930: A crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- LOPEZ, T.A. **Mário de Andrade: ramais e caminhos**. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- LOPEZ, T.A. **Mariodeandrando**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORAES, M. A. **Correspondência de Mário de Andrade a Manuel Bandeira**. São Paulo: Edusp, 2001.
- RIO-TORTO, G.M. **Morfologia Derivacional**. Porto: Porto Editora, 1998.
- SCHWARTZ, J. **Literatura comentada**. Oswald de Andrade. São Paulo: Abril, 1980.
- SOUZA, G. M. **A ideia e o figurado**. São Paulo: Duas Cidades, 2005.
- SOUZA, C. R. **Clã do Jabuti: uma partitura de palavras**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This text shows, from de point of view of Mário de Andrade's lexical choices in his 20's poetic works, the antropofagic and arlequin's attitude of the author. We consider, like Guiraud, that the choice is associated to the author intentions, making it a feature of his style. In this way, the lexical creations elected by the author are stylistic ones, full of expressivity, meaning at the same time, a choice for the brazilian language, colorful in their diversity and a choice for important subjects of Brasil's modernity and ethnic plurality. Our reading and our intepretation comes from the literary text - the Mário de Andrade 20's poetry - searching in the language the stylistic resources used by the author wich contributed for the text's expressivity. Under the optics of Lexical Stylistics e with the help of Semantics, we analyze some of the lexical creations resulting from the stylistic needs wich pointed to the antropofagic attitude.*

Keywords: *stylistic, lexical antropofagic; lexicon harlequin; Mário de Andrade; poetry.*

O discurso figurado nas sátiras a religiosos atribuídas a Gregório de Matos Guerra: *tropos* e argumentação

Elizabete Enz Hubert⁵⁸

Resumo: Este artigo apresenta, nas relações discursivas das sátiras a religiosos atribuídas a Gregório de Matos (1623-1696), a forma com que o enunciador constrói seu discurso por meio de figuras, principalmente das metáforas, buscando a adesão e persuasão do auditório. Os procedimentos metodológicos consistem na seleção do corpus e observação das ocorrências, com base na Teoria da Argumentação da Nova Retórica e nos estudos do Grupo μ (Liège) sobre a Retórica da Poesia. Na Nova Retórica, as figuras são analisadas do ponto de vista da argumentatividade. Perelman e Tyteca propõem a classificação das figuras como sendo de escolha, presença e de comunhão, de acordo com sua função no texto. Já o Grupo de Liège apresenta as figuras em quatro categorias principais: metaplasmos, metataxes, metassememas e metalogismos conforme sua expressão e conteúdo. As análises apresentam o papel das figuras nas sátiras selecionadas e sua importância na construção do discurso persuasivo.

Palavras-chave: sátira; figura; metáfora; retórica, argumentação.

1. Introdução

O poeta Gregório de Matos Guerra foi, certamente, o maior escritor satírico da literatura brasileira, ainda que toda sua obra seja considerada atribuição, não havendo, segundo se sabe, registros oficiais de sua autoria. Sua forma de expressão, porém, tornou-se uma marca, um “estilo” frequentemente imitado. É esse discurso peculiar o objeto desta pesquisa, pois sua construção apresenta recursos argumentativos que merecem atenção e estudo.

A Nova Retórica estuda o discurso no laço entre o enunciado e o enunciador: o literal e o figurado, o que se diz, como se diz e o que se pretende dizer. A retórica não se limita a transmitir noções neutras, mas tem sempre em vista um determinado comportamento concreto da audiência. O texto poético também traz um argumento que suscita uma ação: neste trabalho veremos o argumento marcado especialmente nas figuras. Nas três sátiras selecionadas para este estudo, as figuras destacadas são retóricas porque sustentam um argumento que legitima uma conclusão. No caso da sátira, conquistar a adesão do auditório é ganhar sua simpatia, afinidade moral, similitude no sentir e no pensar. A comicidade então é um recurso facilitador.

As sátiras atribuídas a Gregório de Matos – vistas como ficção ou como parte do retrato da realidade – são muito persuasivas porque, inegavelmente, suscitam paixões no auditório. Causavam aflição ou

⁵⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: betehubert@usp.br.

alegria, amizade ou ódio. Dentro do contexto do Brasil-colônia, revelam valores, crenças, expectativas, ou seja, a *doxa*, como um conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico, que são tratados como verdades óbvias, evidentes e naturais.

Neste estudo serão analisadas as figuras segundo a proposta do Grupo μ e também segundo a teoria perelmaniana, em que as figuras se classificam como sendo de escolha, presença e comunhão. Vale lembrar ainda que as metáforas têm especial relevância nos textos do século XVII, no que se refere à “agudeza”, ou seja, a habilidade de relacionar conceitos distantes.

2. O discurso figurado

A figura sempre teve muita importância nos estudos discursivos, mas sua definição é controversa. A mais generalizada seria *desvio*: modificação de uma expressão primeira, considerada como normal. Mas muitas figuras são desvios apenas em relação a uma regra, que apesar de ser facilmente percebida, é dificilmente delimitada. A figura aparece quando o “uso da língua se distancia mais ou menos da expressão simples e comum” (CHAREADEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 237). Cohen (1987, p.67) afirma que “a poesia é definida como sistema de desvios, desconstrução da própria estrutura da linguagem.”

Segundo Mosca (2001, p.34), a figura constitui uma das questões basilares da Retórica e, por um período de sua história, a Retórica reduziu-se ao seu exclusivo estudo, chegando a um inventário exaustivo e a classificações detalhadas, razão que distanciou a Retórica de sua aceção plena. No mesmo sentido, afirmam Perelman e Tyteca:

Desde a Antiguidade, provavelmente desde que o homem meditou sobre a linguagem, reconheceu-se a existência de certos modos de expressão que não se enquadram no comum, cujo estudo foi em geral incluído nos tratados de retórica. Em consequência da tendência da retórica a limitar-se aos problemas de estilo e de expressão, as figuras foram cada vez mais consideradas simples ornamentos, que contribuem para deixar o estilo artificial e floreado. (PERELMAN E TYTECA, 2005, p.189)

Os manuais de retórica eram, então, uma vasta exploração das figuras no seu caráter ornamental. A quantidade elencada é extensa e suas denominações muito complexas. Apesar de a Retórica, por algum tempo, ter-se dedicado muito atentamente ao estudo das figuras, não se perderam de vista suas condições de emprego e sua eficácia discursiva. A Nova Retórica retoma os estudos das figuras em todos os gêneros do discurso, inclusive no poético e voltam-se agora, principalmente para a função da figura no texto e seu papel na argumentação, não como conjunto de desvios, mas na sua eficácia enquanto instrumento de persuasão.

Para nós, que nos interessamos menos pela legitimação do modo literário de expressão do que pelas técnicas do discurso persuasivo, parece importante não tanto estudar o problema das figuras em seu conjunto quanto mostrar em que e como o emprego de

algumas figuras determinadas se explica pelas necessidades da argumentação. (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 190)

O texto poético é, por excelência, o campo do sentido figurado, das ambiguidades, das ironias, das metáforas entre outras figuras. Seu caráter persuasivo, porém, não é menor, uma vez que a adesão se dá pela sedução, no que diz respeito a comover (*movere*) e a agradar (*delectare*). Com a Nova Retórica é possível estudar o texto poético também na sua função expressiva e conativa.

Nas poesias, a descrição das figuras ajuda a compreender e desvendar o texto, mas um trabalho voltado para a construção do discurso preocupa-se mais com sua função argumentativa e leva ao questionamento: é figura de estilo ou de retórica? Reboul (2004, p.113) afirma que “a figura só é de retórica quando desempenha papel persuasivo.” Nesse sentido, afirmam Perelman e Tyteca:

É certo, de todo modo, que só há figura quando se pode operar uma dissociação entre o uso normal de uma estrutura e seu uso no discurso, quando o ouvinte faz uma distinção entre a forma e o fundo, que lhe parece impor-se. Mas é quando essa distinção, percebida logo de início, se extingue em virtude do efeito mesmo do discurso, que as figuras assumem todo o seu significado argumentativo. (PERELMAN E TYTECA, 2005, p.191)

A figura é argumentativa, segundo autores acima, quando acarretando uma mudança de perspectiva, seu emprego parecer normal em relação à nova situação sugerida. Se não acarretar a adesão, será percebida como ornamento ou figura de estilo. Desse ponto de vista, ou seja, da adesão, mesmo as figuras de palavras (morfologia, harmonia) podem agregar valor argumentativo, deixando de ser figuras de estilo para ser de retórica.

O estudo das figuras traz ainda o conceito de *tropo*. Segundo Brandão (1989), tropo é uma palavra ou expressão que implica a significação de outra. Sua denominação refere-se à forma com que a primeira significação (a própria) se refere à segunda (a figurada) e tem-se, então, quatro formas básicas de relação: semelhança (metáfora), correspondência (metonímia), conexão (sinédoque) e contrariedade (ironia). (BRANDÃO, 1989, p. 19)

A metáfora é a mais estudada das figuras. Com ela tem-se uma relação de semelhança entre duas significações e a presença de um traço comum entre elas, de forma que uma pode ser substituída pela outra, causando efeito de comparação. Exemplo clássico de metáfora seria *Paulo é um leão*, sendo a *força* o traço comum aos dois.

A metonímia traz uma relação de correspondência. É o uso de uma palavra ou expressão fora do seu contexto semântico normal, mas numa relação objetiva de contiguidade e teria um valor mais qualitativo. Um bom exemplo de metonímia seria *cabelos brancos* em lugar de *velhice*, não havendo comparação, mas uma relação lógica de proximidade.

A sinédoque é um tipo de metonímia com valor mais quantitativo e “designa a relação de conexão ou inclusão entre duas significações de modo que a própria estivesse para a figurada assim como o todo está para uma de suas partes ou vice-versa” (BRANDÃO, 1989, p.20). Exemplo de sinédoque seria *é preciso*

pensar no brasileiro em vez de *nos brasileiros*. “É o que se dá quando empregamos a expressão *os mortais* para designar, não *a totalidade dos seres vivos*, que seria seu sentido próprio (isto é, o gênero), mas apenas *os seres humanos*, sentido figurado que designa a espécie (Id., p.20). A sinédoque é uma relação lógica de inclusão.

A ironia é a relação lógica de contrariedade em que a significação expressa remete a uma subentendida que lhe é exatamente oposta. Exemplo seria dizer *que maravilha de hotel!* quando se quer dizer que o hotel é ruim.

Essas quatro relações de significação abarcam quase a totalidade das figuras de pensamento, uma vez que, mesmo com toda especificidade nas classificações, essas relações de semelhança, contiguidade, conexão e contrariedade estão quase sempre presentes.

3. As figuras segundo o Grupo μ

Na década de 70, o Grupo μ , de Liège, Bélgica, (formado por Dubois, Edeline, Klinkenberg, Minguet, Pire e Trinson) propôs uma classificação das figuras em quatro domínios, segundo seu elemento constitutivo, bem como suas distinções fundamentais: o plano do significante e do significado.

Domínio dos *metaplasmos* seria o das figuras (desvios) que agem sobre o aspecto sonoro ou gráfico (significante), e das unidades inferiores à palavra, operação que altera a continuidade fônica ou da grafia da mensagem. Para exemplificar, podemos tomar a sátira *a certo frei ladrão*⁵⁹ (AMADO, 1999, p.255):

De fornicário em ladrão
se converteu Frei Foderibus
o lascivo em mulieribus,
o mui alto fodinchão:

Aqui temos o termo *Foderibus* alterado na grafia para fazer a rima com *mulieribus*, e *fodinchão* alterado para fazer rima com *ladrão*. Não se tratam de desvios apenas gráficos ou sonoros, pois a nova grafia acarretou também nova significação, reforçando o tom sarcástico e de conotação erótica.

A intenção do enunciador é mostrar o desvirtuamento no comportamento do religioso. Seu argumento é o de que um frei, segundo preceitos - tanto religiosos quanto civis - não deveria tomar um bem alheio e ainda, diante do insucesso, repetir o delito. A intenção do enunciador é expor o indivíduo ladrão e lascivo ao ridículo e atestar seu comportamento vicioso. Ele faz a vituperação ridícula, ou seja, a sátira “sem dor”, meramente cômica, risível, para fins de entretenimento.

Nesse sentido, as figuras de metaplasmo *foderibus*, *mulieribus*, *fodinchão* fazem rimas divertidas, que conduzem a analogias que prendem a atenção do co-enunciador.

⁵⁹ Sátira a certo frade, que querendo embarcar-se para fora da cidade, furtou um cabrito, o qual sendo conhecido da mai pelo berro o foi buscar dentro do barco, e como não teve efeito o dito roubo, tratou logo de furtar outro, e o levou assado.

Domínio das *metataxes* seria o das figuras que agem sobre a estrutura da frase. No texto poético, há uma ruptura natural nas orações, ou seja, os versos não obedecem à regra sintática e, portanto, são mais dificilmente reconhecidos como figuras. Nesse caso é preciso avaliar os graus de normalidade e de alteração. Podemos usar como exemplo os versos 11 a 20 da sátira ao mesmo Frei ladrão.

Mas a cabra esquiva, e crua
a outro pasto já inclinada
não quis fazer a jornada,
nem que a faça cousa sua
balou uma, e outra rua
com tal dor, e tal paixão,
que respondendo o mamão
alcançou todo o distrito
nas respostas do cabrito
o codilho do cabrão.

Os versos 14 e 15 provocam certa ruptura na ordem, como na figura do anacoluto e hipérbato, de forma que a decodificação, muitas vezes, fica comprometida. Toda figura é uma forma de reorganização dos componentes de significação, portanto isso tanto pode ser visto como estratégia argumentativa do autor ou como uma característica de seu estilo literário. Em se tratando de uma sátira do Barroco brasileiro, esses truncamentos são considerados característicos do período.

O domínio dos *metassememas* seria o das figuras que substituem um semema por outro. Um semema se manifesta sempre por meio de uma palavra. É uma linguagem em que elementos próprios de um dado discurso são substituídos por elementos anormais. É o caso das metáforas, metonímias e sinédoques. São os casos mais presentes e talvez mais interessantes da literatura. Na sátira *Aos capitulares do seu tempo* (AMADO, 1999, p.195), temos os metassememas assim marcados:

A nossa Sé da Bahia,
com ser um mapa de festas,
é um presépio de bestas,
se não for estrebaria:
várias bestas cada dia
vemos, que o sino congrega,
Caveira mula galega,
o Deão burrinha parda,
Pereira besta de albarda,
tudo para a Sé se agrega.

Temos aqui a sinédoque *Sé* em lugar de *igreja* e suas autoridades religiosas, de forma que um semema concentra várias outras idéias e conceitos. *Sé* é a parte de um todo que seria a instituição católica. A palavra *sino*, no verso 6, também concentra a idéia de igreja, mas aqui num processo de metonímia em que a sua forma física faz a conexão e suscita a idéia de local de proteção. As palavras *presépio* e *estrebaria* convergem metonimicamente para a idéia de Natal e representam não só o conceito de Família Sagrada, mas o de início da era cristã. *Mapa de festas*, no verso 2, é uma metáfora para os desvarios da sociedade católica, principalmente do clero. *Mula galega*, *burrinha parda* e *besta de albarda* seriam

metáforas ridicularizadas para os animais da cena do presépio e associa *Deão, Pereira e Caveira* a animais de menor valor.

Vê-se que a construção do argumento do “desvirtuamento da instituição católica” é construído por esses *tropos* que conduzem à conclusão esperada pelo enunciador.

Domínio dos *metalogismos* é o das figuras que modificam o valor lógico da frase. Os *metalogismos* remetem principalmente ao contexto. A ironia, por exemplo, é um *metalogismo* que só se pode compreender na situação comunicativa.

Na sátira *ao Frei da Madre de Deos*⁶⁰ (AMADO, 1999, p.210), o enunciador constrói todo o seu enunciado com base na figura da ironia e faz julgamento da conduta do Frei, inapropriada para os votos de pobreza, segundo os preceitos da igreja católica:

Sacro Pastor da América florida,
Que para o bom regímen do teu gado
(...)

Outros tua virtude esclarecida
Cantem: mas teu palácio por sagrado

Em resumo, o Grupo μ subdivide as figuras conforme o vocábulo e expressão (*metaplasmo*); vocábulo e conteúdo (*metassemema*); frase e expressão (*metataxe*); frase e conteúdo (*metalogismo*). Para este estudo, o grupo de maior interesse seria o do domínio dos *metassememas* e *metalogismos*, porque incidem na forma de dirigir o pensamento, de construir argumentos e novas relações de sentido.

4. Analogia e metáfora – atribuição e proporção

As figuras têm especial importância nos estudos de textos do século XVII porque nelas é que percebemos, mais claramente, o que se chamou de “engenho e agudeza”, tão caros à poesia do Barroco brasileiro. Segundo Hansen (2004), os bons poetas eram os que imitavam os melhores poetas antigos conforme decoro e verossimilhança, e acrescentavam seu engenho à obra. Era considerado engenhoso o poeta que, tomando o texto de algum autor antigo e consagrado, fosse capaz de somar à obra uma característica sua, de inteligência penetrante e perspicaz. A agudeza era tida, então, como faculdade do pensamento de prever relações inesperadas e artificiosas entre conceitos distantes, conforme as proposições do Tratado de Baltasar Gracián (1601-1658) *Agudeza y Arte de Ingenio*.

A agudeza do enunciador era medida pelas figuras, principalmente as metáforas que se construíam a partir de analogias, em que relações de semelhança entre elementos ou fatos distantes eram postos como hipótese a ser comprovada por indução. O enunciador tinha de desenvolver um raciocínio a partir de termos análogos. “A verossimilhança é o núcleo da adequação, na medida em que condiciona a agudeza ao

⁶⁰ *Ao ilustríssimo D. Fr. João da Madre de Deos mudando-se para o seu novo palácio, que comprou.*

concepto, tanto no plano lógico da argumentação, quanto no plano elocutivo dos afetos segundo a ação das figuras e tropos” (CARVALHO, 2007, p. 124).

A forma mais comum de analogia seria um termo A estar um termo para B, assim como um C estar para um D. Para ilustrar esse raciocínio, usa-se muito frequentemente o exemplo de Aristóteles: “o que a velhice é para a vida, a tarde é para o dia. Diremos, pois, que a tarde é a velhice do dia, e a velhice é a tarde da vida” (ARISTÓTELES, Poética, Cap.XXI, 13).

Hansen (2006) destaca dois tipos de analogia: a de *atribuição* e a de *proporção*. Na analogia de atribuição, um conceito principal é relacionado a outros termos análogos, de forma que haja uma coincidência de significação. Tomemos a sátira *Aos capitulares do seu tempo* (AMADO, 1999, p.195):

- 1 Sacro Pastor da América florida,
 Que para o bom régimen do teu gado
 De exemplo fabricastes o cajado,
 E de frauta te sene a mesma vida.
- 5 Outros tua virtude esclarecida
 Cantem: mas teu palácio por sagrado
 Cante Apolo de raios coroadado
 Na musa humilde de álamos cingida.
 Gusano a tua folha me alimente,
- 10 Tua sombra me ampare peregrino,
 Passarinho o teu ramo me sustente.
 Tecerei tua história em ouro fino,
 De meus versos serás templo frequente,
 Onde glórias te cante de continuo.

Temos exemplo de analogia de atribuição nos termos festa, presépio, estrebaria, sino em que se faz relação à festa natalina do nascimento de Cristo. Porém, nos termos besta, mula, burrinha tem-se uma analogia à mesma cena desvirtuada, depreciada, sem a afabilidade com que a original é propagada. No caso, as metáforas representam a visão do autor dos vínculos da igreja com clérigos serviçais que querem tirar proveito das benesses.

Na analogia de proporção não se tem um termo principal, mas sim relação das partes de um todo entre si ou entre cada uma delas. Os termos têm uma unidade, pensada logicamente de dois em dois. A sátira acima traz um exemplo: estrebaria está para presépio assim como mula (Caveira) e burrinha (Deão) estão para mapa de festas.

No verso 7 cante Apolo de raios coroadado, o enunciador constrói uma metáfora aguda associando o deus verdadeiro católico e o deus pagão. Cristo é o pastor do rebanho, Apolo é o deus do criador de gado, sem apresentar o termo comum aos dois: deus.

Tais analogias relacionam conceitos distantes e relacionam proporções que remetem a outra significação que não a sua própria. A metáfora, como derivação da analogia, é a resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema, em virtude da comparação que se dá na mente do receptor.

Como vimos, conceitos distantes são aproximados pela semelhança (também pode ser pela dessemelhança) de um atributo dominante, condição de aproximação entre os termos a serem transladados pela metáfora. Na poesia do século XVII, essas metáforas tinham vital importância, pois quanto mais distantes os conceitos, mais se atestavam a agudeza do escritor.

Tomemos, mais uma vez a sátira ao frei ladrão:

De fornicário em ladrão
se converteu Frei Foderibus
o lascivo em mulieribus,
o mui alto fodinchão:

As relações que podemos perceber são de contiguidade: *fornicário, fodinchão, foderibus, mulieribus*. A associação de *foderibus* com *mulieribus* não seria clara se a analogia não fosse construída termo a termo. Aqui a figura da aliteração é que conduz a analogia e, conseqüentemente, o argumento e a intenção do enunciador. Nos versos abaixo, temos outra analogia construída através das figuras da onomatopéia e da prosopopéia:

(...)
quando ele dizia mihi,
ele respondia mé.
Do mé desaparecido
foi logo o dono avisado,
que o Frade lhe havia achado
antes dele o haver perdido:

O enunciador associa *mihi* com *mé*, sendo os dois uma representação onomatopáica dos sons produzidos pelo animal. *Mihi* está para *mé*, que está para *mé* (com outro significado), que está para *desaparecido* e no verso seguinte *achado*. No primeiro caso *mé* é som, o berro do cabrito, no segundo é uma metáfora para o próprio animal.

A metáfora é a unidade e a qualidade da agudeza e nela, a composição lógica é essencial, não é jogo ornamental: a verossimilhança, o nexos e a harmonia entre as ideias são os pontos de partida da adequação.

5. A classificação perelmaniana: *escolha, presença e comunhão*.

As tentativas de reclassificação mostram cada vez mais os esforços das teorias modernas concentrados na avaliação da importância das figuras no discurso. Na Nova retórica, seu estudo é exclusivamente voltado para sua função no texto, para a força que dá à argumentação.

Perelman e Tyteca, no Tratado da Argumentação, apresentam as figuras como as da *escolha*, da *presença* e da *comunhão*. Essa classificação abarca todas as funções das figuras no discurso e mostra que uma mesma forma tem valores diferentes no contexto da comunicação, ou seja, “uma mesma figura, reconhecível por sua estrutura nem sempre produz necessariamente o mesmo efeito argumentativo” (PERELMAN E TYTECA, 2005: 194).

De forma bastante resumida, as figuras da escolha são definidas como as que caracterizam o objeto. As figuras da presença são as que mantêm na consciência o objeto do discurso, e as de comunhão seriam as que fazem com que o receptor participe da exposição.

As figuras da escolha, da caracterização apresentam aqui a antítese e a ambiguidade. De um lado, temos os adjetivos *sacro*, *sagrado*, *coroadado* e os substantivos *virtude*, *ouro* e *glórias* que apresentam os elementos de um cenário religioso, não desvirtuado. Já nos termos *américa florida*, *gado*, *musa humilde*, *gusano* temos o oposto, ou seja, escolhas que ironizam o cenário primeiro, fazendo dele um cenário “figurado”.

Na sátira ao *Frei João da Madre de Deos*, o substantivo *gado*, no segundo verso, é uma metáfora depreciativa para *rebanho*, que já é uma metáfora para *povo de Deus*. *Gado* remete à ideia de propriedade de valor material, enquanto *rebanho* são os fiéis que buscam proteção. Com essas analogias, o enunciador constrói os argumentos que concretizam sua intenção de fazer a antítese, as contradições, a ironia e, conseqüentemente, o protesto.

Outra escolha de caracterização é *musa humilde*, que aqui tem dois significados: um relacionado à mitologia, assim como *Apolo*, no verso anterior, outro relacionado à planta conhecida como bananeira.

No verso 13 o autor faz uma metáfora com *ouro fino* em que assemelha uma poesia aguda a um metal precioso, de valor inestimável.

As figuras da presença, nesta sátira, são as que mantêm o sentimento de indignação presentes na mente do receptor. Os termos *teu gado*, *teu palácio*, *mesma vida*, *tua virtude* sustentam essa inversão de valores. Como o texto também é bastante irônico, a presença se faz através dos implícitos. Aqui, o repúdio e o desprezo pela condição privilegiada do frei são marcados nas figuras da *cominação*, ou seja, ameaça ditada pela revolta, e também na *imprecação*, que é lançar maldição sobre pessoas ou coisas, ainda que a ameaça aqui seja velada, uma vez que *tecer versos*, *cantar glórias* não são promessas negativas.

A ameaça está no implícito e “o implícito está presente no discurso, ao mesmo tempo que o explícito, embora não seja manifestado como este por um significante específico. (...) há, não na língua, mas no discurso, significados sem significantes” (COHEN, 1987, p.43).

Figura de presença também se pode perceber nos versos 10, 11 e 12 na figura da acumulação, em que o autor faz junção de idéias similares: *tua folha*, *tua sombra*, *teu ramo*.

As figuras de comunhão são aquelas que sensibilizam o auditório e as que o enunciador usa para trazê-los para si. No verso 7, o enunciador usa a figura da alusão em *Cante Apolo*, que remete a um elemento contextual: na mitologia, Apolo era o deus do sol e o protetor dos pastores. Com esta alusão, o enunciador faz uma analogia entre o deus verdadeiro católico e o deus pagão: Cristo é o pastor do rebanho, Apolo é o deus do criador de gado. Assim ele afasta o frei do enunciador e de todos os que comungam o mesmo sentimento.

Nos versos do final do soneto, o enunciador faz uma promessa dirigida ao frei: *tecerei tua história, serás templo frequente*, mas tem como testemunhas e co-enunciadores todos aqueles que sentirem a mesma indignação. A promessa se estende ao auditório, que se sente representado na voz do enunciador.

Nesta sátira podemos perceber a intenção do enunciador de demonstrar sua indignação em relação à situação descrita na sátira, ou seja, a compra de um palácio por parte de alguém que fez voto de pobreza. Segundo o enunciador, o bem material não lhe é devido e isso justificaria o sentimento de indignação. Esse raciocínio é desenvolvido nos versos da sátira induzindo co-enunciadores a essa conclusão, persuadindo o auditório a compartilhar do mesmo sentimento.

Aristóteles trata a indignação como uma das *paixões*, e diz que é “sentimento de pesar por quem parece ser feliz imerecidamente” (Arte Retórica, Livro 2º, Cap. IX).

Na sátira ao Frei Ladrão, no segundo verso, temos uma figura de *comunhão* no verbo *converter*. Na acepção primeira, *converter* é transformar uma coisa, um estado, em outro. O sentido derivado, ou seja, o religioso (reconhecido quase como sentido primeiro) é transformar-se de não-crente a crente. *Converter*, aqui, é usado de forma irônica, uma vez que não houve conversão de vicioso a honrado, mas de vicioso a vicioso (*fornicário* em *ladrão*). Esse metalogismo remete a um argumento: o frei que já não guardava a castidade (como deveria) agora é desobediente a leis e padrões morais.

6. Considerações finais

Como vimos, as figuras estão presentes em toda forma de linguagem e, de modo especial, na produção literária. Desde a Antiguidade, essa forma de desvio foi a pedra angular dos estudos retóricos e continua sendo até hoje, porque desempenha papel crucial na argumentação e produz efeitos de significação que afetam diretamente a adesão.

Nas três sátiras apresentadas, podemos ver que o enunciador usa técnicas para o convencimento do enunciatário e, entre elas, estão as figuras que, usadas intencionalmente têm valor retórico e não ornamental, ainda que produzam efeitos de valor estético.

Nomear as figuras e classificá-las, como fizeram exaustivamente os estudiosos da Retórica, é importante para entender sua natureza, mas o principal é entender sua função no texto.

O Grupo μ reorganiza o quadro das figuras e as analisa em função do procedimento que lhes dá origem, o que facilita a visualização de como os desvios se apresentam no discurso e como devem ser analisados. A proposta da Nova Retórica em nada contradiz as classificações anteriores e acrescenta o valor da figura no discurso, na adesão do auditório, na persuasão. A classificação perelmaniana resume em escolha, presença e comunhão o ponto principal da argumentação, a intenção do enunciador.

As sátiras atribuídas ao poeta Gregório de Matos são um material especial para o estudo das figuras, principalmente no que diz respeito às metáforas, pois, como vimos, a partir de analogias inesperadas e distantes, podem-se perceber intenções do enunciador e sua técnica de sedução.

Referências bibliográficas

- AMADO, James. (org.) **Gregório de Matos Guerra**: crônica do viver baiano seiscentista. São Paulo: Record, 1999.
- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **As Figuras de Linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.
- CAMPOS, Geir. **Pequeno Dicionário de Arte Poética**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes. **Poesia de Agudeza em Portugal**. São Paulo: Humanitas, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick, e MAINGUENEAU Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- COHEN, Jean. **Estrutura da Linguagem Poética**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. **A Plenitude da Linguagem**: teoria da poeticidade. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.
- DUBOIS, Jacques *et alii* (Grupo μ de Liège). **Retórica Geral**. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1970.
- _____. **Retórica da Poesia**: leitura linear e leitura tabular. São Paulo: Cultrix e Edusp, 1977.
- HANSEN, João Adolfo **A Sátira e o Engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de Retórica Literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- MOSCA, Lineide Salvador. (Org.) **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 2.ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROTH, Wolfgang. **A Metáfora**: um conceito na encruzilhada das disciplinas filológicas. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org). *Discurso, Argumentação e Produção de Sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper presents, in discursive relations of the religious satires attributed to Gregorio de Matos (1623-1696), the way that the enunciator builds his discourse by using figures, especially metaphors, and seeks adhesion and persuasion of auditorium. The methodological procedures consist in the selection of the corpus and observation of events with basis in Argumentation Theory of the New Rhetoric and in studies of the Group μ (Liège) on the Rhetoric of Poetry. In the New Rhetoric, figures are examined from the standpoint of argumentativity. Perelman and Tyteca propose the classification of the figures as being of "choice, presence and communion", according to their function in the text. The Group μ , on the other hand, classifies figures in four main categories: metaplasms, metataxes, metasemes and metalogisms, according to their expression and content. The analyses show the role of the figures in the selected satires and their importance in the building of the persuasive discourse.*

Anexo 1

A CERTO FRADE, QUE QUERENDO EMBARCAR-SE PARA FORA DA CIDADE, FURTOU UM CABRITO, O QUAL SENDO CONHECIDO DA MAI PELO BERRO O FOI BUSCAR DENTRO DO BARCO, E COMO NÃO TEVE EFEITO O DITO ROUBO, TRATOU LOGO DE FURTAR OUTRO, E O LEVOU ASSADO.

1 De fornicário em ladrão
se converteu Frei Foderibus
o lascivo em mulieribus,
o mui alto fodinchão:
5 foi o caso, que um verão
tratando o Frade maldito
de ir da cidade ao distrito,
querendo a cabra levar,
para mais a assegurar,
10 embarcou logo o cabrito.
Mas a cabra esquiva, e crua
a outro pasto já inclinada
não quis fazer a jornada,
nem que a faça cousa sua:
15 balou uma, e outra rua
com tal dor, e tal paixão,
que respondendo o mamão
alcançou todo o distrito
nas respostas do cabrito
20 o codilho do cabrão.
Estava ele muito altivo
com seu jogo bem assaz,
porém, por roubar sem ás
perdeu bolo, cabra, e chibo:
25 porque sem pôr pé no estrivo
saltou na barca do Alparca,
e dizendo desembarca
saiu co filho a correr,
porque então não quis meter
30 com tal cabrão pé em barca.
O Frade ficou num berro,
porque temia o maldito
se não levasse o cabrito,
de achar, que lhe pegue um perro:
35 e por não cair nesse erro
num rebanho em boa fé
outro, a quem o Frei Caziqui,
quando ele dizia mihi,
ele respondia mé.
40 Do mé desaparecido
foi logo o dono avisado,
que o Frade lhe havia achado
antes dele o haver perdido:
e sendo o sítio corrido,
45 se achou, que a modo de pá
num forno o cabrito está,
que o Frade é destro ladrão
porém nesta ocasião
saiu-lhe a fornada má.

(Crônica do Viver Baiano Seiscentista, p.255)

Em torno do “Acordo luso-brasileiro” (1909): as práxis discursivas como (re)construção da nação nas revistas *O Ocidente* (1878-1914) e *Brasil-Portugal* (1899-1914)

Fernanda Suely Muller⁶¹

Resumo: Considerando os estudos de Van Dijk no âmbito da Análise Crítica do Discurso, pretendemos examinar, sob essa perspectiva, os artigos sobre o “Acordo luso-brasileiro” (1909) proposto por Consiglieri Pedroso, então presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, publicados nas revistas *O Ocidente* (1878-1914) e *Brasil-Portugal* (1899-1914). Com o objetivo específico de “estreitar os laços das nações irmãs”, a promoção de tal acordo pela imprensa luso-brasileira da época foi uma das inúmeras estratégias que a comunidade intelectual portuguesa tentou utilizar para a (re)construção da economia e do moral lusitanos nesse período tão delicado para o país, conforme demonstram os resultados parciais da nossa pesquisa. Nesse sentido e, a partir dessa proposta de leitura, esperamos esclarecer, dentre outras questões, qual foi o papel e a influência da imprensa nesse processo e qual o motivo maior por trás dessa aproximação.

Palavras-chave: Imprensa periódica literária; Relações luso-brasileiras; revista *Brasil-Portugal*; revista *O Ocidente*; Acordo luso-brasileiro.

1. Introdução

No início do século XX observamos que as relações estabelecidas entre Brasil e Portugal, um tanto quanto divergentes e conturbadas em muitos aspectos, refletem todos os embates políticos e ideológicos protagonizados por ambas as nações desde a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Especialmente após a Proclamação da República Brasileira (1889) e dos desdobramentos da Revolta da Armada Brasileira (1893)⁶², observamos um crescente arrefecimento de tais ligações que, se pelo lado brasileiro era muito almejado – pois caracterizava paulatinamente a autonomia da nova nação –, pelo lado lusitano era muito lamentado, já que esse distanciamento entre os países acentuava também o processo de decadência moral, política e econômica já há algum tempo instaurado na ex-metrópole.

Contudo, é também a partir do início do século passado que notamos uma espécie de “reação” dos intelectuais portugueses de modo a reverter tal situação, manifestada principalmente pela imprensa luso-brasileira do período (e, de modo particular, pelas revistas de cultura) e reforçada, na instância política,

⁶¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Literatura Portuguesa (FFLCH-USP/FAPESP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Annie Gisele Fernandes. E-mail: fersmuller@usp.br.

⁶² A Revolta da Armada foi um movimento deflagrado por setores da Marinha brasileira em 1893 contra o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto. Encabeçado pelo Contra-almirante Custódio de Melo e pelo Almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, o episódio expressou com clareza os interesses e as disputas políticas do início do período republicano e deu origem a um incidente diplomático que culminou com o rompimento das relações com Portugal por parte do governo de Floriano Peixoto.

pelos vários “acordos” e tratados⁶³ planejados pelos governos de Portugal e Brasil, como foi o caso do Acordo luso-brasileiro de 1909.

Ao que tange as pesquisas concernentes à Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), a imprensa sempre teve seu lugar de destaque como *corpus* privilegiado, especialmente porque um de seus principais meios de expressão – *mídia impressa*, como jornais e as revistas, sobretudo – se revela como um poderoso instrumento de manipulação e de formação de opinião. E assim, considerando portanto a ACD como um “campo fundamentalmente interessado em analisar as relações estruturais, transparentes ou velada de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem” (WODAK, 2004, p.225), objetivamos analisar tal imprensa luso-brasileira nesse momento tão particular de “construção” da identidade nacional especialmente a partir das reflexões de Van Dijk, um dos maiores especialistas nesse âmbito. Bem como afirma WODAK (2004, p.231):

Os trabalhos iniciais de Van Dijk em lingüística textual e análise do discurso (1977, 1981) já demonstravam seu interesse nos textos e nos discursos como unidades básicas e como práticas sociais. Como outros teóricos da lingüística crítica, ele traça as origens do interesse por unidades lingüísticas maiores que a sentença, e de como os significados dependem do texto-contexto. [...] Van Dijk se volta especificamente para o discurso da mídia, contribuindo não apenas com suas próprias reflexões sobre a comunicação na mídia de massa (Van Dijk, 1986), mas também reunindo as teorias e as aplicações de uma variedade de estudiosos interessados na produção, usos e funções dos discursos midiáticos (Van Dijk, 1985). Ao analisar criticamente uma série de discursos que codificam preconceitos, o interesse de Van Dijk é desenvolver um modelo teórico que explique os mecanismos do processamento cognitivo do discurso[...].

Assim sendo, o que propomos para este trabalho é uma leitura dos artigos que repercutiram o Acordo luso-brasileiro nas revistas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente* nos anos de 1909 e 1910, sob essa perspectiva da ACD. Para tanto, procuraremos apontar, sobretudo, as principais estratégias discursivas dos editores dos periódicos em fomentar a viabilidade do acordo e na insistência em ressaltar a relevância desse tratado para o desenvolvimento dos dois países já que, como veremos adiante, o cumprimento de tal “projeto” em quase nada beneficiaria o Brasil, principalmente se comparado às enormes vantagens que Portugal poderia obter com tal acordo. A reflexão sobre o escopo desse acordo promovido em tais periódicos também é importante na medida em que nos fornece importantes pistas de leitura para analisarmos, de modo geral, a pertinência dessa imprensa luso-brasileira na época e as verdadeiras intenções de tais veículos midiáticos no estreitamento da “amizade” entre a ex-colônia e a ex-metrópole, que é o objetivo maior de nossa pesquisa.

⁶³ Entre as principais iniciativas oficiais e *oficiosas* para o “reforço dos laços” entre os dois países nessa época, destacamos: a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), o Acordo luso-brasileiro (1909), o Inquérito Comercial luso-brasileiro (1916) e o projeto da “Confederação luso-brasileira” (1917).

Desse modo, mesmo sendo essa relação muito complexa e indireta de manipulação discursiva que envolve importantes conceitos de poder, história e ideologia, procuraremos desconstruir alguns mecanismos de controle e de influência articulado por tais jornalistas nos periódicos mencionados e através dos artigos coligidos. Ainda de acordo com VAN DIJK (2008, p.37), “o discurso midiático é a fonte principal do conhecimento, das atitudes e da ideologia das pessoas, tanto das elites como das classes populares” e a imprensa, embora não seja o único órgão envolvido nesse processo é, sem dúvida, o mais eficiente pois, de forma persuasiva, influencia de forma muito contundente seu público.

Vejamos agora, mediante um breve histórico das publicações supracitadas, qual a visão de mundo partilhada pelos veículos analisados, bem como a linha editorial que seguiam, antes de passarmos ao *Acordo luso-brasileiro* propriamente dito.

2. As páginas ilustradas de *Brasil-Portugal* (1899-1914) e *O Ocidente* (1878-1914)

Seguindo o gênero das publicações *ilustradas* tão em voga no Portugal no limiar do século XX, as revistas *Brasil-Portugal* (1899-1914) e *O Ocidente* (1878-1914) se destacaram nesse cenário por propagarem, com afinco, as propagandas dos supostos ideais luso-brasileiros vigentes da época.

A revista *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, foi publicada entre 01 de fevereiro de 1899 a 16 de agosto de 1914, totalizando 374 edições. Dirigida por Augusto de Castilho, Jaime Victor, Lorjó Tavares e mais tarde Augusto Pina, ao longo dos seus quinze anos de vida, manteve praticamente inalterável a direção original do periódico.

Criada com o propósito de “estreitar os laços entre Brasil e Portugal”, possuía em média 24 páginas (sendo a metade delas só de propagandas de anunciantes brasileiros e portugueses) e teve uma ótima circulação no Brasil, bem como nas colônias africanas. Ao que tange o programa editorial, notamos que o periódico refletiu em suas páginas duas fases distintas que tiveram como marco divisor a implantação da República Portuguesa: se até 1910 predominava a publicação de notícias em geral e efemeridades, após o acontecimento de 05 de outubro caracterizou-se como veículo de oposição ao novo regime.

Desde a sua primeira edição, a revista configurou-se como um produto refinado para as elites e, sobretudo, dirigido para as comunidades portuguesas coadunadas no além-mar (Brasil e colônias africanas). O periódico procurava cativar seu público no exterior através da variedade de textos e temas publicados em suas páginas – abordando desde assuntos como história, literatura, até religião e sociedade, por exemplo – sempre acompanhado de boas ilustrações.

Os assuntos da atualidade apareciam de forma variada nas páginas das revistas, mas havia a predominância das crônicas e das reportagens fotográficas. No foco das publicações da revista convergiam quase sempre as relações luso-brasileiras, que forneciam vasto material para as seções de vida efêmera, como: “Relações commerciaes de Portugal”, assinada pelo conselheiro F. Matoso Santos; “Questões

actuaes”, atribuída ao dr. Anselmo de Andrade e as “Cartas de Paris”, de Silva Lisboa, por exemplo. O grande enfoque na economia fez da *Brasil-Portugal* uma riquíssima fonte de informação sobre empresários e empresas, associações de classe e instituições, bancos e gestores financeiros. Desde o início de sua publicação apresentava algumas colunas fixas, como a “Crônica elétrica”, “Poetas e prosadores” (cotejo de duas poesias, sendo sempre uma de autoria portuguesa e a outra brasileira), a seção de folhetim, além de uma seção dedicada ao Teatro, que incluía o panorama teatral da época, a programação das casas de espetáculos e os bastidores das peças. Publicou também uma interessante série intitulada “Galeria da Imprensa”, com destaque à grandes empresas jornalísticas de Portugal e também do Brasil, bem como publicava regularmente uma seção denominada “Bibliografia”, com a resenha dos principais livros que eram publicados em ambos os países.

Já o periódico *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* foi publicado entre 1878 e 1914, com sede em Lisboa, ao ritmo de três números mensais e totalizou a incrível marca de 1296 números publicados ao longo dos seus 37 anos de vida. Tal longevidade, muito destoante na imprensa periódica da época, confirma o sucesso desse empreendimento editorial planejado principalmente por Caetano Alberto da Silva, gravador e principal capitalista da empresa *O Ocidente* e por Manuel de Macedo, desenhista ilustrador, os seus grandes fomentadores. Foi também uma revista muito diversificada e abrangente ao que tange aos conteúdos e publicava matérias que atendiam tanto o público masculino quanto o feminino.

A revista *O Ocidente* foi contemporânea a um período de mudanças intensas e suas páginas refletiram com maestria esse novo espírito moderno. Enquanto em Portugal a Monarquia Constitucional dava lugar à República, em outros cantos da velha Europa observava-se a revolução que se preparava em nome de uma sociedade socialista. Do outro lado do Atlântico, projetava-se a sombra cada vez maior dos Estados Unidos da América bem como a África que, nesse contexto, surgia mais do que nunca como território disputadíssimo e palco de conflitos. Até o público feminino tinha sido envolvido nesse processo, pois o periódico queria ouvir suas leitoras que eram sempre incentivadas a refletir e contribuir mais diretamente para uma sociedade melhor nessa nova configuração mundial.

De fato, toda a modernidade emergente desfilava em *O Ocidente*, através da feliz combinação conjugando a imagem e da palavra. A revista não deixava de privilegiar também, no final das oito páginas de cada edição, um espaço para a publicação da filigrana dos dias – as novidades editoriais, os espetáculos, a necrologia, a meteorologia e outras frivolidades.

Ao que tange o âmbito mais lato das reflexões sobre o mundo contemporâneo e, seguindo sempre a mesma característica de continuidade dos textos, – tal como observamos em outras revistas *ilustradas* da época – destacaram-se as considerações que D. Francisco de Noronha desenvolveu, a partir de 1900, sobre temas como, a origem do socialismo, a escravatura, a miséria, a propriedade, o trabalho, a família e o mundo infantil, publicadas sob o título *Questões Sociais*.

Não temos a exata informação quanto à sua tiragem, mas há indícios de que não seria superior a 1000 exemplares; com efeito, sua permanência no mercado editorial estava diretamente relacionada ao interesse e ao empenho dos homens que a idealizaram, bem como a fidelidade de seu público leitor. Após vinte e cinco anos de publicação, o periódico ainda contava com o respaldo de alguns de seus primeiros assinantes, fato ao qual aludiu com orgulho por ocasião da publicação de um artigo comemorativo pela revista. Em relação aos preços de lançamento, somente em 1881 houve um reajuste de valores, que ratificava o comprometimento pessoal da equipe dirigente e, possivelmente, até de alguns colaboradores. Nesse sentido, destacamos ainda que a empresa se empenhava para buscar fontes de renda alternativas para manter a publicação, como a veiculação de suplementos temáticos, sobretudo gravuras, a partir de 1880, e do *Almanach Ilustrado do Ocidente*, iniciada no ano de 1887 e, ainda, a venda de espaço destinada às inserções publicitárias a partir de 1902.

3. Em torno do “Acordo luso-brasileiro” (1909)

Não é uma utopia, nem é um sonho a aliança do Brasil e Portugal, como não seria um delírio ver no futuro o império português da África unido ao império português da América, estimulados pelo espírito da pequena terra da Europa que foi o berço de ambos. (Sívio Romero, **O elemento português no Brasil**)

No dia 10 de novembro de 1909 ganhou vez e voz, na sala de conferências “Algarve” da Sociedade de Geografia de Lisboa, a importante proposta de “aproximação amorável e definitiva dos dois povos que falam a língua portuguesa”⁶⁴ proferida por Zofimo Consiglieri Pedroso. Conhecido como “Acordo luso-brasileiro” tal projeto, apresentado pelo então Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa – que também acumulava na época os cargos de diretor do Curso Superior de Letras e de Deputado – elencava uma série de ações que se faziam necessárias para melhorar as relações entre Brasil e Portugal e “desfazer a obra de afastamento dos dois países”⁶⁵. Dentre as quatorze alíneas propostas, destacamos os “planos de ação” que previam:

- A realização periódica de congressos luso-brasileiros, “com o intuito de discutir todos os assuntos de ordem intelectual e econômica, que interessem em comum e exclusivamente as duas nações” (p.20);
- Um tratado de comércio, ou ainda melhor, “um largo entendimento comercial entre as nações [...] procurando-se à maneira que cada uma conceda à outra respectivamente vantagens especiais” (p.20);
- A promoção e a criação de uma linha regular de navegação entre Brasil e Portugal;

64 Cf. PEDROSO, Z. Consiglieri, **O acordo luso-brasileiro**, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1909, p.22.

65 PEDROSO, Z. Consiglieri, *Op. Cit.*, p.23.

- A fundação de entrepostos mútuos em Lisboa e Rio de Janeiro para o fomento do comércio luso-brasileiro;
- A unificação/ “harmonização” da legislação civil e comercial de ambos as nações;
- A “aproximação intelectual, científica, literária e artística dos dois países” (p.20);
- O estudo da viabilidade da fundação, em ambas ou quaisquer umas das então capitais federais, de “uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira” (p.21);
- A promoção das “mais íntimas e continuadas relações entre a imprensa brasileira e a imprensa portuguesa, pela troca de colaboração” (p.21);
- O fomento do intercâmbio entre as sociedades científicas, artística, de instrução, etc., bem como o de bolsas de estudos para a pesquisa luso-brasileira;
- O incentivo de uma “congregação” luso-brasileira no Brasil, seja por intermédio da Sociedade de Geografia ou do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que quisessem, “à semelhança da Sociedade de Geografia de Lisboa, a união dos povos” e a instauração de uma “liga luso-brasileira” (p.21);
- O reforço do engajamento da benemérita colônia portuguesa no Brasil como “a ativa intermediária da transformação moral dos dois povos [...], em duas pátrias fraternalmente enlaçadas, de vínculo inquebrantável à raça luso-brasileira”.

Após ter sido aprovada, “por aclamação, em sessão imponentíssima, o projeto de acordo luso-brasileiro” (p.43), a súmula da conferência foi publicada no opúsculo “O acordo Luso-Brasileiro” (*Op. Cit.*, 1909) pela editora Antiga Casa Bertrand no dia 30 de novembro do mesmo ano. Ainda pelo opúsculo, tomamos conhecimento que as ideias-base do “acordo” já tinham sido expostas anteriormente pelo próprio Consiglieri Pedroso num artigo publicado pela mesma revista *Brasil-Portugal*, há cerca de um ano antes, na ocasião da celebração do Centenário da Abertura dos portos brasileiros e da Exposição Nacional do Rio de Janeiro.⁶⁶

Percorrendo o texto integral de “O Acordo luso-brasileiro” percebemos, desde o início, o grande interesse por parte dos portugueses em legitimar tal projeto com a justificativa clara de estar fazendo uma grande benfeitoria também ao nosso país que, supostamente, também seria muito beneficiado com a viabilidade do acordo. Como forma de engajar a intelectualidade brasileira da época nesse processo, além de ter dedicado seu discurso ao Barão do Rio Branco⁶⁷, ou melhor, ao “alto espírito que inspirou tais

⁶⁶ PEDROSO, Z. Consiglieri, “A nossa melhor obra”, **BRASIL-PORTUGAL**, no. 231, 01 set. 1908, p.230-231.

⁶⁷ Na época, o senhor José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como *Barão do Rio Branco*, ocupava também o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil.

páginas [...] e que sem deixar de ser um grande brasileiro, tem sabido tantas vezes mostrar a sua simpatia pelos portugueses” (1909, p. 6), Consiglieri Pedroso também utilizara como epígrafe de seu projeto um trecho da conferência “O elemento português no Brasil”, proferida por Sívio Romero alguns anos antes (1902).

Com efeito, quando Sívio Romero pronunciara a famosa conferência no Rio de Janeiro em “favor” dos portugueses, o crítico defendia na verdade a presença lusitana no Brasil num contexto muito específico – ou seja, momento do grande aumento das correntes imigratórias estrangeiras no país como consequência da contratação massiva de mão-de-obra para a substituição do recém-extinto trabalho escravo. Em virtude da constatação de que tal presença estrangeira poderia inclusive, em alguns lugares do país, criar sub-comunidades que reproduziriam o *modus vivendis* de suas respectivas nações de origem sem se integrarem plenamente à cultura brasileira, Romero sustentou em seu discurso que a imigração portuguesa não deveria ser preterida em detrimento dos outros grupos de imigrantes, pois era a única colônia que não descaracterizaria drasticamente o ambiente no qual se inserisse, em razão da língua e das raízes culturais em comum com a ex-colônia. A partir de então e, sempre descontextualizada, tal conferência foi constantemente reiterada em todos os planos “efetivos” e já citados do governo português na aproximação dos dois países para justificar, ainda, uma espécie de “vontade oculta” e latente, por parte dos brasileiros, em tomar parte de tais projetos, como foi em 1909.

Como já era esperado, a imprensa luso-brasileira – e, especialmente as revistas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente* – repercutiu muito positivamente o “Acordo luso-brasileiro”. Dentre as várias matérias publicadas em ambas as revistas sobre o assunto, destacamos o artigo “O acordo luso-brasileiro”, publicado na *Brasil-Portugal* (edição no. 266, de 16 de fevereiro de 1910, p.22), assinado pelo próprio Consiglieri Pedroso (seguido de uma nota elaborada pela Redação reforçando a importância do projeto) e o editorial “O Congresso de Geografia Brasileira em São Paulo: os delegados portugueses”, publicado na edição no. 1139 da revista *O Ocidente*, de 20 de agosto de 1910 (p.188).

Começamos então nossa análise pelo artigo publicado na *Brasil-Portugal*. Como vimos, a revista tinha, no seu quadro seletivo de colaboradores, o ilustre “Deputado da Nação” Consiglieri Pedroso e já publicara em 1908, inclusive, os alicerces do seu “plano de aproximação” no já mencionado artigo “A nossa melhor obra”. Reiterando portanto as ideias do “acordo”, proferidas na Sociedade de Geografia de Lisboa no artigo homônimo publicado no dia 16 de fevereiro de 1910, Pedroso reforça a necessidade da realização do “pacto” para ambos os países e exalta ainda a sua relevância naquela conjuntura:

O acordo luso-brasileiro

Vai seguindo o seu caminho a ideia lançada pela Sociedade de Geografia, há pouco mais de três meses, para promover a **aproximação amorável e definitiva dos dois povos** que falam a língua portuguesa. Não vai tão depressa, é certo, como a impaciência do autor do projeto do acordo o desejaria. Vai, porém, como pode e como deve ir lenta mas

seguramente infiltrando-se na consciência pública de Portugal e no Brasil, ganhando todos os dias terreno, **conquistando a pouco e pouco novas e valiosas adesões**. É este o caminho das ideias que triunfam. E o acordo luso-brasileiro há de triunfar, porque está na **respiração latente das duas nações**.

É preciso que nos lembremos, para cobrar ânimo, que se trata de **desfazer a obra de afastamento dos dois países**, que há perto de um século se estão, pela vista curta dos governos, separando dia a dia um do outro. Trata-se de **emendar agora o erro fatal deste século de esfriamento mútuo**. E tão colossal empresa, que teve de escrever uma nova página, não só na história dos **dois países irmãos**, mas na história da nossa idade, não pode ultimar-se em horas ou mesmo em meses, embora de persistente trabalho e de diligência. Há de precisar de longos anos para se realizar na plenitude dos seus resultados benéficos. Isto mesmo previu o autor da proposta, quando a organizou com o caráter complexo, que lhe dá o verdadeiro valor.⁶⁸

Mais adiante, num trecho não assinado, temos o discurso de um “editorial” – e, portanto, a opinião direta dos diretores da revista sobre o tema –, reforçando a “lição moral” das palavras que o precedia, como um exórdio indispensável às nações:

Que sejam um estímulo e um ensinamento as palavras que aí ficam. Que os acontecimentos futuros, que **a realidade já agora por nós todos ambicionada** seja a **confirmação absoluta e consoladora deste patriótico anseio** de um estado melhor, deste **desejo convertido em necessidade nacional, política, social**, de que no futuro, **os dois povos que falam a língua portuguesa de tal maneira se identifiquem e estreitem em todas as manifestações do Direito, em todas as vibrações do sentimento, e na equitativa reciprocidade de todos os interesses, que as duas pátrias, sempre independentes e autônomas, formem uma pátria comum**. [...]

O governo pela voz de seu chefe, o Brasil pela palavra de seu representante, e a Sociedade de Geografia, cujos nobilíssimos fins o seu presidente mais uma vez pôs em foco, todos, como se esse momento solene antecipasse num **fraterno e íntimo estreitamento de pessoas o estreitamento vasto de duas nações**, todos os que falaram e os que aplaudiram, vieram demonstrar que já agora, **os destinos tem de cumprir-se, as ideias tem de tornar-se fatos, tem de transformar-se em acontecimentos as esperanças, o acordo dos corações será um dia o acordo dos interesses, e num futuro radiante, palpitará mais forte do que hoje, mais uníssona, mais vibrante, a alma de dois países!**

Desde o princípio já percebemos que o título do artigo, nesse contexto é, com efeito, um elemento importante para iniciarmos o desenvolvimento da análise das estratégias discursivas nele contidas, por ser um indicador fundamental sobre o tema principal a ser desenvolvido no texto, bem como já apontara alhures VAN DIJK (2005, p.67). Assim sendo, o título “O acordo luso-brasileiro” não só retoma a conferência homônima do mesmo autor do artigo – e também já de conhecimento público, não só devida à ampla divulgação da imprensa na época, mas especialmente divulgada pela própria *Brasil-Portugal* – como sugere ainda a ideia de que tal “acordo” era já um acontecimento real e articulado por Brasil e Portugal, a julgar pelo emprego da adjetivação. Tal como está, o título insinua que ambas nações “discutiram” previamente o assunto e concordaram em executar uma ação em comum que os beneficiaria igualmente quando, na

⁶⁸ PEDROSO, Z. Consiglieri, “O acordo luso-brasileiro”, **BRASIL-PORTUGAL**, no. 266, 16 fev. 1910, p.22, grafia atualizada (grifo nosso). O texto completo se encontra em anexo.

verdade, sabemos que tal “proposta” foi uma medida unilateral que a imprensa portuguesa tentava vender à comunidade luso-brasileira como iminente e imprescindível. Em outras palavras, a(s) revista(s) formula(m), endossa(m) um discurso em torno do “acordo luso-brasileiro” e o propaga(m) como a verdade absoluta, tornando assim tal articulação verossímil aos olhos de seus leitores. Ainda de acordo com VAN DIJK (2005, p.26):

A mídia não fornece somente histórias concretas, mas também opiniões (editoriais, artigos de opinião), dessa forma, em vez da aprendizagem pela experiência, o público pode inferir atitudes novas e ideologias do discurso da mídia por atalhos informativos sobre eventos internacionais, política, características estruturais da sociedade e informações sobre povos desconhecidos.

A adjetivação empregada também tem um papel relevante na construção desse discurso uma vez que, como bem afirmou WODAK (2004, P.1), a ACD contempla também um interesse especial pela linguagem, principal mediadora da ideologia. Nesse sentido, os sintagmas que sublinhamos na citação de um trecho do artigo nas páginas anteriores, tais como “respiração latente das duas nações”, “dois países irmãos”, “a realidade já agora por nós todos ambicionada”, “confirmação absoluta e consoladora deste patriótico anseio”, “desejo convertido em necessidade nacional, política, social”, “fraterno e íntimo estreitamento de pessoas o estreitamento vasto de duas nações”, entre outros, denunciam uma estratégia argumentativa que objetiva suscitar a emoção e uma espécie de “identificação” e “comunhão” emocional dos dois povos, que se traduziriam na concretização do projeto de Pedroso.

O artigo cotejado da revista *O Ocidente*, publicado alguns meses depois (20/08/1910), trata já da “execução” das medidas anteriormente elencadas na proposta original do “Acordo luso-brasileiro”, pois aborda a viagem de três delegados portugueses – conselheiro Ernesto de Vasconcelos, Coronel Abel Botelho e Lobo d’Avila Lima – que, designados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, participariam do Congresso de Geografia Brasileiro, realizado em São Paulo. Visto pelos editores da *O Ocidente* como uma oportunidade única dos portugueses de colocar em prática as ideias de Pedroso, assim foi noticiado o evento pelo periódico:

Depois da corrente tão bem lançada pelo professor sr. Consiglieri Pedroso, atual presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, nas suas conferências sobre a aproximação, cada vez mais íntima de Portugal e Brasil, numa reciprocidade de interesses naturalmente indicados pelas assimilações dos dois povos irmãos, vem agora uma missão portuguesa delegada ao Congresso de Geografia Brasileiro que se reúne na cidade de São Paulo, capital daquele Estado, a qual emissão tem por fim tornar conhecido do povo brasileiro, este velho país da Europa que entra numa fase de ressurgimento progressivo, que não pára, nas manifestações de uma grande força intelectual de que já se não pode duvidar.

Três são os delegados que compõem essa missão, que no dia 22 do corrente partem para as terras de Santa Cruz, não como os antigos navegadores portugueses em busca do desconhecido, mas, seguindo o caminho por aqueles traçado sobre os mares há quatro séculos, quando pela vez primeira ali aportaram. Já não vão fincar no solo a cruz nem

arvorar a bandeira das quinas entre os palmares, mas visitar o opulento país que é o nosso orgulho, numa civilização já adiantada, desputando primazias à velha Europa, com a qual tanto troca a riqueza dos seus produtos naturais como o avanço de ideias de um povo inteligente e ilustrado.

Os delegados são os srs. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, coronel Abel Botelho e dr. Lobo d' Ávila Lima. O sr. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, é uma das mais distintas figuras da marinha portuguesa, professor, antigo deputado e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, muito versado nas questões coloniais, conhecedor das colônias, sobre que tem feito várias conferências públicas, ilustradas com projeções luminosas que melhor fazem conhecer o país africano. É sobre a expansão colonial portuguesa que versarão as suas conferências, conforme declarou à imprensa.⁶⁹

Pelos trechos selecionados, além da constante reafirmação de que o “acordo” era um desejo mútuo, imprescindível aos dois países e que precisaria ser realizado a qualquer custo, avultam também outras questões emblemáticas, tal como a “propaganda” escamoteada do “Império Português” (que também incluiria o Brasil, caso alguns dos planos lusitanos tivessem tido êxito) pelos representantes da Sociedade de Geografia de Lisboa em São Paulo. Interessante também é observar que, a julgar somente pelo conteúdo das matérias publicadas em tais revistas, poderíamos inferir que a comunidade luso-brasileira do período vivia em plena harmonia quando, na verdade, alguns estudos sugerem justamente o contrário, e que o sentimento antilusitano no Brasil, não obstante todas essas “manobras”, era muito forte e também violento, principalmente no Rio de Janeiro.⁷⁰

Destarte, apesar da participação lusitana nesse Congresso realizado em solo paulistano, percebemos que a “visita diplomática” não rendera os frutos esperados pelos portugueses, talvez devido à não reciprocidade de interesses dos brasileiros em realizar tal acordo ou, ainda, pela morte prematura de Consiglieri Pedroso que, sendo seu principal idealizador, faleceu no mês seguinte à realização do evento (03 de setembro de 1910). Com efeito, após a morte de Consiglieri Pedroso, o tema de “estreitamento” das relações luso-brasileiras só foi “oficialmente” retomado após a eclosão da 1ª. Grande Guerra Mundial (1914) com o projeto de uma “Grande e Nova Lusitânia” ou, em outras palavras, “A confederação luso-brasileira” (1917), dessa vez gestada e fomentada pela revista *Atlântida* (1915-1920), que também integra o *corpus* de nossa pesquisa de Doutorado.

Consoante à WODAK (2004, p.237) quando afirma que, segundo a perspectiva da ACD, um texto nunca é o resultado do trabalho de apenas uma pessoa, ou seja, que o discurso, via de regra, representa uma elite ou grupo social que espera deter ou condicionar o conhecimento dos outros grupos a partir da sua visão de mundo, vemos que tais revistas foram utilizadas como uma espécie de instrumento do “poder

⁶⁹ CONGRESSO de Geografia Brasileira em S. Paulo: os delegados portugueses. **O OCIDENTE**, no. 1139, 20 ago. 1910, p. 186, grafia atualizada. O texto completo se encontra em anexo.

⁷⁰ Cf., por exemplo, os trabalhos de Gladys Sabina Ribeiro, como “**Cabras**” e “**pés-de-chumbo**”: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930), Niterói: UFF, 1987 e **Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**, São Paulo, Brasiliense, 1990.

simbólico” exercido pelos jornalistas lusitanos perante a comunidade intelectual luso-brasileira. Bem como atesta VAN DIJK (2008, p.45), ao reiterar as ideias de Bourdieu:

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de “elites simbólicas”, tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico” (Bourdieu, 1977, 1984 [...]). Esses grupos possuem relativa liberdade e, por essa razão, relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso dentro de seu domínio de poder e determinar tópicos, estilo ou forma de apresentação de um discurso. Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico.

Por conseguinte observamos que, se consideradas num conjunto, as revistas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente*, bem como todos os outros periódicos ditos *luso-brasileiros* que integram o *corpus* de nossa pesquisa de Doutorado, produziram e repercutiram um discurso *contínuo* e incontinente dos valores e do ideal de comunidade luso-brasileira que queriam propagar e que, não por acaso, serviria de “plataforma” para o re-estabelecimento da economia e do moral lusitanos nesse momento tão particular para o país. Assim, a concretização do “acordo luso-brasileiro” atenderia perfeitamente tais interesses, seja através das “linhas de navegação” e regulamentação de regras comerciais que favoreceriam a ex-metrópole e serviriam para “compensar” alguns dos prejuízos ocasionados com o “afastamento” das “duas nações irmãs” ou seja pela manutenção do *status quo* cultural que Portugal pretendia manter na ex-colônia ao oferecer – por meio da cultura e literatura, principalmente – um modelo de *raça* e *povo* que o Brasil deveria seguir, ou melhor, *continuar*. Amiúde, analisando outros artigos publicados nos periódicos mencionados acerca das relações brasileiras, percebemos como os portugueses daquela época realmente acreditavam que o Brasil só era “importante e desenvolvido” graças à sua origem na colonização portuguesa e como tal ideia alimentava ainda o mito do Portugal grande e profético que poderia ressurgir a qualquer momento.

4. Considerações finais

Como vimos, os postulados críticos e teóricos da ACD, bem como as considerações de Van Dijk acerca do conhecimento, ideologia e dominação através da mídia tem extrema relevância não só nos dias atuais – nos quais forças sociais, políticas, econômicas e culturais requerem a produção e a reprodução pública direta de ideologias – mas também se revelam como importantes instrumentos para uma revisão “histórica” e crucial de um momento tão particular para Brasil e Portugal, através das relações que estabeleceram entre si pela imprensa no período.

Se considerarmos ainda que a imprensa brasileira só se desenvolveu a partir e/para Portugal, na medida que só nos foi permitido a “fabricação” e “disseminação” de ideias pela palavra escrita após a chegada da Família Real no Brasil em 1808, percebemos que essa manipulação em favor da “metrópole” promovida pela imprensa dita *lusu-brasileira* cerca de um século depois, e num país considerado *livre* se torna mais contundente, pois o que notamos, através do discurso embutido em todos os artigos que analisamos, é que Portugal tentava a todo custo re-instaurar e manter no Brasil uma certa “hegemonia” cultural e econômica, valendo-se principalmente da imprensa como ferramenta de manobra para atingir seus objetivos.

Esperamos, desse modo, ter conseguido demonstrar, ainda que de maneira sucinta, algumas das estratégias de manipulação para a *re-construção* moral e econômica de Portugal utilizadas pela comunidade pensante lusitana através da imprensa luso-brasileira. Ao privilegiar alguns dos artigos publicados pelas revistas *O Ocidente* e *Brasil-Portugal* sobre o “Acordo luso-brasileiro” (articulado inicialmente pela Sociedade de Geografia de Lisboa e que previa, dentre outras coisas, o “estreitamento” dos laços entre os dois países) e ao os analisarmos, sob a ótica da ACD, almejávamos desconstruir alguns dos importantes mecanismos que perpassaram as relações entre ideologia, poder e história em tais textos nesse período. Muito relevante para a elaboração de um retrato fiel das verdadeiras relações luso-brasileiras no início do século XX, tal reflexão, à luz da ACD, nos forneceu igualmente subsídios significativos para avaliarmos melhor todo o conjunto de revistas e textos acerca desse tema tão complexo que constituem o *corpus* de nossa pesquisa de Doutorado em fase de conclusão e cujo resultados globais discutiremos melhor em outra oportunidade.

Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2008.

CONGRESSO de Geografia Brasileira em S. Paulo: os delegados portugueses. **O OCIDENTE**, no. 1139, 20 ago. 1910, p. 186.

FONSECA, Ana Margarida. Nacionalismo, pós-colonialismo, identidades: leituras ideológicas da narrativa de língua portuguesa. In: ABREU, José Machado; MIRANDA, Antônio José Ribeiro (coord.). **O Discurso em análise – actas do 7º. Encontro de Estudos Portugueses**. Aveiro: Universidade fr Aveiro, 2001, p.179-190.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2003, 3ª. edição.

PEDROSO, Z. Consiglieri. “A nossa melhor obra”. **BRASIL-PORTUGAL**, no. 231, 01 set. 1908, p.230-231.

_____. **O acordo luso-brasileiro**. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1909.

_____. “O acordo luso-brasileiro”. **BRASIL-PORTUGAL**, no. 266, 16 fev. 1910, p.22.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **“Cabras” e “Pés-de-Chumbo”**: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1987.

_____. Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROMERO, Sílvio. **O Elemento Português no Brasil: Conferência**. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902

VAN DIJK, Teun A. Discurso, notícia e ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

_____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm>. Acesso em: 15 mai. 2010.

Anexos

Anexo I – PEDROSO, Z. Consiglieri, “O acordo luso-brasileiro”, BRASIL-PORTUGAL, no. 266, 16 fev. 1910, p.22.

22

BRASIL — PORTUGAL

O accordo luso-brasileiro

Vae seguindo o seu caminho a idéa lançada pela Sociedade de Geographia, ha pouco mais de tres meses, para promover a approximação amovavel e definitiva dos dois povos que falam a lingua portugueza. Não vae tão depressa, é certo, como a impaciencia do auctor do projecto d'accordo o desejaria. Vae, porém, como pôde e como deve ir — lenta mas seguramente infiltrando-se na consciencia publica em Portugal e no Brasil, ganhando todos os dias terreno, conquistando a pouco e pouco novas e valiosas adhesões. E' este o caminho das ideias que triumpham. E o accordo luso-brasileiro ha-de triumphar, porque está na respiração latente das duas nações.

E' preciso que nos lembremos, para cobrar animo, que se trata de desfazer a obra d'alastamento dos dois paizes, que ha perto de um seculo se estão, pela vista curta dos governos, separando dia a dia um do outro. Trata-se de emendar agora o erro fatal d'este seculo de esfriamento mutuo. E tão colossal empreza, que teve de escrever uma nova pagina, não só na historia dos dois paizes irmãos, mas na historia da nossa idade, não pôde ultimar-se em horas ou mesmo em mezes, embora de persistente trabalho e de diligencia. Ha-de precisar de longos annos para se realizar na plenitude dos seus resultados beneficos. Isto mesmo previo o auctor da proposta, quando a organisou com o caracter complexo, que lhe dá o verdadeiro valor.

Não se trata nem nunca se tratou de uma unica questão concreta, contida n'um determinado instrumento diplomatico, que os dois governos tivessem de assignar.

Um accordo d'esses sobre um ponto unico, por importante que esse ponto fosse, seria forçosamente insignificante. Além d'isso como era obra exclusiva de chancellarias havia de tropeçar com as difficuldades, que em geral a burocracia costuma oppôr em todas as nações a qualquer ideia, que sae fóra da rotina consagrada pela inercia da tradição. O auctor do projecto de accordo luso-brasileiro conhece sufficientemente a historia, para não ter caído em semelhante erro. O alcance e a importancia da proposta da Sociedade de Geographia está exactamente em chamar para a realisação do estreitamento de relações entre Portugal e Brasil, não sómente os *dois governos* mas muito principalmente os *dois povos*. Muitas das questões, com effeito, a que se refere a proposta, não carecem para ser levadas á pratica da intervenção directa dos dois governos. Basta que elles as não contrariem. O resto competirá aos interessados. Mais tarde, quando nas duas nações existir uma forte corrente de opinião a favor de determinadas medidas governamentaes, para favorecer a approximação, é que os ministerios e os parlamentos de um e outro lado do Oceano serão chamados a colaborar na «grande obra», como órgãos da vontade nacional, que manifestará os seus desejos tanto mais imperativos, quanto mais consciente tiver sido a sua formação. E' esta a força incontrastavel do «accordo», e será esta a causa do seu inevitavel triumpho, cá e lá. O tempo, bem aproveitado, entende-se, por persistente e esclarecida propaganda, só pôde aproveitar-lhe.

CONSIGLIERI PEDROSO.

Que sejam um estímulo e um ensinamento as palavras que ahí ficam. Que os acontecimentos futuros, que a realidade já agora por nós todos ambitionado seja a confirmação absoluta e consoladora d'este patriótico anseio de um estado melhor. d'este desejo convertido em necessidade nacional, política, social, de que no futuro, os dois povos que falam a lingua portugueza de tal maneira se identifiquem e estreitem em todas as manifestações do Direito, em todas as vibrações do sentimento, e na equitativa reciprocidade de todos os interesses, que as duas patrias, sempre independentes e autonomas, formem uma patria commum.

Que formosas, que eloquentes e suggestivas palavras foram aquellas que em duas sessões, ambas já pertencentes á Historia, foram proferidas na sala Algarve da Sociedade de Geographia!

Na primeira foi o insigne presidente d'essa aggremação, por

tantos titulos benemerita, que em presença do ministro do Brasil, dos officiaes da armada brasileira, e de um publico escolhido e numeroso, em que o elemento portuguez fraternisava com o elemento brasileiro no mesmo caloroso entusiasmo, desenvolvendo lucidamente, superiormente, os intuitos e os fins do projecto que concebera e elaborara, o que a Sociedade n'uma grande comprehensão civica perfilhara immediatamente, arrancou, mais pela suggestão da idéa nobre do que da palavra eloquente, applausos estridentes, que eram a primeira etapa da consagração publica!

Veio depois essa sessão, memoravel tambem, em que o chefe do Estado, sentindo como portuguez o que de portuguez havia n'esse projecto, timbrando em provar que tivera a previsão lucida, de que, transformado em realidade, elle só bastaria para fazer de Portugal uma patria maior, de sua propria iniciativa, alli, no seio da Sociedade, veio allirmar a sua adhesão plena, prometter a sua alta coadjunção, e fazer votos pelo exito de tantas esperanças allí enunciadas e resumidas!

O governo pela voz do seu chefe, o Brasil pela palavra do seu representante, e a Sociedade de Geographia, cujos nobilissimos fins o seu presidente mais uma vez por um fôco, todos, como se esse momento solemne antecesse n'um fraterno e intimo estreitamento de possões o estreitamento vasto de duas nações, todos os que falaram e os que applaudiram, vieram demonstrar que já agora, os destinos temem de cumprir-se, as idéas temem de tornar-se factos, temem de transformar-se em acontecimentos as esperanças, o accordo dos corações será um dia o accordo dos interesses, e n'um futuro radiante, palpitará mais forte do que hoje, mais unisona, mais vibrante, a alma de dois paizes!



Conselheiro Miguel Martins d'Antas
Embaixador de Portugal junto da Santa Sé
(a 2 de Fevereiro de 1910)

O sr. conselheiro Miguel Martins d'Antas ha pouco fallecido em Roma onde desempenhava as funções de embaixador de Portugal junto da S^{ta} Santidade, era o decano dos membros do corpo diplomatico portuguez em exercicio, tendo passado durante a sua larga e honorosissima carreira pelas legações de Madrid, Paris, Londres, Bruxellas, Haia, Vienna, Rio de Janeiro e Washington.

O illustre extinto era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Academia de Historia de Madrid e da Academia das Sciencias da Belgica; ministro e secretario d'estado honorario; habilitado com o curso do Real collegio militar; gran-cruz e commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo; commendador da ordem de S. Thome (do merito scientifico, litterario e artistico); gran-cruz dos ordens de Leopoldo da Belgica, de Carlos III de Hespanha, do Leão Nederlande dos Paizes Baixos; commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia e grande official da Legião de Honra.

Anexo II – CONGRESSO de Geografia Brasileira em S. Paulo: os delegados portugueses. O OCIDENTE, no. 1139, 20 ago. 1910, p. 186.



lino, o que já não é nada feio, mesmo na opinião d'aquelles a quem o jogo horrifica.

O dinheiro que, além este, entra em Monaco, e que lá é gasto em hotéis, divertimentos, luxo de toda a espécie, avalla-se em sommas que attingem o espantoso. Propriedades que ha trinta annos valiam all doze libras por hectare, valem hoje cinco mil, pela mesma unidade de superficie.

Dis-se que em parte nenhuma do mundo se joga mais honradamente que em Monte Carlo. O jogador não corre o menor risco de fraude, tendo apenas contra si a pequena percentagem em favor da banca. Em caso de discussão entre dois jogadores sobre a propriedade de uma parada, a banca é tão leal que chega a pagar a cada um d'elles a somma disputada. Tem-se a impressão de que a honestidade chegou all — e parou.

Em Portugal jogou-se sempre, apesar de todas as prohibições administrativas. Quando a prohibição aperta, joga-se clandestinamente, sem que a beneficencia publica aproveite, como acontece em Franca, onde se joga por todas as praias e estações thermais, cobrando porém a administração uma boa parte da receita e applicando-a aos serviços da beneficencia.

Porque não se ha de pois acabar de uma vez para sempre com esta comedia de prohibir hoje para consentir amanha, sendo certo que em nenhum dos casos se deixa de jogar? Ao menos, se se trata de um mal inevitavel, que se procure reduzir, tirando-lhe a capa de hipocrisia que o reveste, e aproveitando-o no bem de alguma coisa.

Regulamentado o jogo pelo Estado, sem que a lesão social seja maior por isso, dar-se-ha ás nossas praias e thermas uma intensidade de vida que ellas estão longe de ter. A população estrangeira que nos procura, o para a qual o jogo é uma distracção necessaria, não quer ser vexada nem importunada pela policia e sujeita-se á prohibição da primeira vez que cá vem. Mas no anno immediato vai procurar em outras terras meios rigoristas o direito de gastar o seu dinheiro como melhor entender e muito bem quizer.

Ha quem insista na opinio de que os estrangeiros hão de vir sempre trazer-nos o seu ouro atrahidos pela belleza do clima e da paisagem, bastando para isso que aqui encontrem asseo, conforto, urbanidade, policiamento, boa educação, facilidade de communicacões, hospedagem camerada, diversões inoffensivas. E que não é preciso o jogo para os atrahir. A Suissa, diz-se, não precisa do jogo para chamar a si os viajantes.

Ora por amor de Deus! Pois ha poverura comparação possível entre a Suissa e Portugal como países de turismo? E a diversa situação geographica em que se encontram estes dois países, não vem nada para o caso?

A Suissa não precisa do jogador para alimentar as suas cidades e villas de prazer, porque está a dois passos de cada facilidade, e offerece-se por preços reduzidos, em viagens de breves horas, a todo o excursionista europeu que lá vá sem mais embaraços do que qualquer de nós pôde ir á Outra Banda.

Ao passo que, para vir do meio da Europa a Portugal, precisa-se possuir, indiscutivelmente, o animo da aventura. E a não ser algumas velhas senhoras inglesas com que a Agencia Cook nos brinda mais a meudo, só o jogador, que é sempre um aventureiro, nos procurará de bom grado.

João Prudencio.

Congresso de Geografia Brasileira em S. Paulo

Os delegados portugueses

Depois da corrente tão bem lançada pelo professor sr. Consiglieri Pedroso, actual presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa, nas suas conferencias sobre a aproximação, cada vez mais intima de Portugal e Brasil, numa reciprocidade de interesses naturalmente indicados pelas assimilações dos dois povos irmãos, vem agora uma missão portugueza delegada ao Congresso de Geographia Brasileiro que se reúne na cidade de S. Paulo, capital daquelle Estado, a qual missão tem por fim tornar bem conhecido do povo brasileiro, este velho país da Europa que entra numa fase de resurgimento progressivo, que não pára, nas manifestações de uma grande força intelectual de que já se não pôde duvidar.

Tres são os delegados que compõem essa mis-

são, que no dia 22 do corrente partem para as terras de Santa Cruz, não como os antigos navegadores portuguezes em busca do desconhecido, mas seguindo o caminho por aquelles traçado sobre os mares ha quatro seculos, quando pela vez primeira all aportaram. Já não vão fincar no solo a cruz nem arvorar a bandeira das quinas entre os palmares, mas visitar o opulento país que é nosso orgulho, numa civilização já adiantada, disputando primazias á velha Europa, com a qual tanto troca a riqueza dos seus productos naturaes como o avanço de ideias de um povo intelligente e illustrado.

Os delegados são os srs. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, coronel Abel Botelho e dr. Lobo d'Avila Lima. O sr. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, é uma das mais distinctas figuras da marinha portugueza, professor, antigo deputado e secretario perpetuo da Sociedade de Geographia de Lisboa, muito versado nas questões colonias, conhecedor das colonias, sobre que tem feito varias conferencias publicas, illustradas com projecções luminosas que melhor fazem conhecer o país africano. E' sobre a espanção colonial portugueza, que versarão as suas conferencias, conforme declarou á imprensa:

«Na conferencia, que realizará em S. Paulo, occupar-se-ha em primeiro logar das colonias africanas, especialmente das duas grandes possessões de Angola e Moçambique. Referir-se-ha á sua importancia commercial, e falará largamente dos seus portos, da sua significação, das obras que nelles se estão fazendo á custa de grandes sacrificios da metrópole. Não esquecerá igualmente as vias de communicacão fluvias e terrestres. Aos caminhos de ferro portuguezes daquellas paragens está reservada no futuro uma altissima missão civilisadora, e, com effeito, é por elles que se ha de operar um dia a drenagem — podemos exprimir-nos assim — de toda a Africa Central. Por outro lado, o caminho de ferro do Lobito ha de, num futuro não muito remoto, ligar a costa occidental á oriental, reunindo-se, quer com o caminho de ferro da Beira, quer com o de Lourenço Marques. Essa linha ferrea, ligando o Indico ao Atlantico, como o transamericano liga o Atlantico ao Pacifico, vai simplificar extraordinariamente o problema de penetração no interior. E' preciso notar tambem que Lourenço Marques, em communicação directa e rapida com o Transvaal, é o porto por excellencia do Oceano Indico.

Todos estes assuntos o conselheiro Ernesto de Vasconcelos ha de tratar nas suas conferencias, não esquecendo tambem as colonias portuguezas no Extremo Oriente e na Oceania e tencionando falar tambem da importancia militar da nossa posição no Atlantico, do triângulo estratégico com o vértice nos Açores, da alliança com a Grã-Bretanha...

Defenderá igualmente o estabelecimento, por accordo entre o Brasil e Portugal, de vários entrepostos brasileiros nos Açores, no continente, e mesmo em Lourenço Marques, porque o comércio do Brasil ha de invadir tambem mais tarde o Oceano Indico. Esses entrepostos seriam como que uma compensação á diminição de movimento marítimo dos portos brasileiros depois da abertura do canal de Panamá, que é de grande alcance para o nosso país.

O conselheiro Ernesto de Vasconcelos, que realizará tres conferencias, duas em S. Paulo e uma no Rio de Janeiro, fará resaltar sempre o espirito colonizador no nosso país e o papel que a Sociedade de Geographia de Lisboa tem desempenhado no moderno movimento colonial.

O sr. Abel Botelho, é coronel do Estado Maior, antigo jornalista, critico de arte e romancista; actualmente desempenha o logar de chefe da primeira repartição do ministerio da guerra. Nas conferencias que vai fazer demonstrará como «Portugal é hoje um elemento apreciavel a contar da evolução progressiva da humanidade, como elle trabalha, desperta, avança, enriquece e se expande, integrando-se na civilização, renascendo com alma para a vida.» Neste sentido, tratará, diz o sr. Abel Botelho, da nossa lingua e «do nosso caracter, que são modalidades essenciaes na vida de um país; e logicamente, d'esse caracter farei resaltar, entre outras cousas, a persistencia do fundo étnico do nosso lirismo...» Falará dos nossos artistas.

O sr. dr. Lobo d'Avila Lima, foi estudante laureado da Universidade de Coimbra, onde ha pouco concluiu sua curso, e logo alcançou o logar de lente da mesma Universidade. Este facto basta para dar a medida de seu valor. As suas conferencias versarão sobre as condições economicas, sociaes e juridicas da vida portugueza.

Assim é composta esta missão portugueza, que vai defrontar-se com o que ha de melhor da mentalidade brasileira, e que se esforçará para bem corresponder á gentileza do convite que Portugal recebeu para se fazer representar neste congresso.



CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

Ação de Puebla de Sanabria

10 d'Agosto de 1810

Quando Massena em cidade Rodrigo se preparava para cumprir as ordens de Napoleão realisando a terceira invasão dos francezes em Portugal, dispunha Wellington a defeza, levantando em segredo as celebres formidaveis linhas de Torres Vedras, fazendo gunnecer toda a fronteira ameaçada e intimidando os habitantes das Beiras e Extremadura para que abandonassem á aproximação do inimigo as suas terras, recolhendo-se a dentro das linhas. Deviam, porém, deixar devastadas as colheitas, arrazados os moinhos e aenhias, para que de cousa alguma podessem aproveitar-se os invasores.

Tinha Wellington o seu quartel general em Celorico; o de Beresford, general em chefe das tropas portuguezas, e que commandava a segunda linha, de Fornos d'Algodres passara para a Lagiossa. Ao norte, corpos de milicias guarneciam a fronteira.

Na sua antiga organização, o exercito portuguez compunha-se de tropas de linha, milicias e ordenanças, no que se assemelhava ao actual exercito allemão com as suas *Landwehr* e *Landsturm*. Beresford tornou rigorosa a disciplina das milicias e ordenanças, que ficaram durante a guerra sujeitas ás mesmas leis e regulamentos das tropas de linha, conseguindo assim o general inglez ter mais de 400.000 portuguezes em armas.

Os milicianos do Minho estavam sob o commando do brigadeiro inglez Miller, os da Beira Alta e Traz-os Montes sob o do marechal Silveira general das armas de Traz-os Montes, os das outras provincias estavam ás ordens do coronel portuguez Lecor e do coronel inglez Trant.

Era commandante geral das milicias o general portuguez Manuel Pinto Baccallar, que tinha o seu quartel general em Lamego.

As forças do general inglez Hill guardavam o Alentejo.

Assim estava preparado o exercito anglo-luso para a defeza.

Loison abriu as hostilidades n'um reconhecimento sobre Almeida. A 24 de julho o 6.º corpo francez commandado por Ney passou a fronteira. O inglez Crawford, que commandava a divisão ligeira, e irrequieto e ardente ansiava hater se, passara temerariamente o Côa com os seus 4.000 homens, dos quaes 1.200 eram portuguezes; atacado defendeu bravamente a passagem da ponte, oppondo uma brilhante resistencia, mas teve de retirar com graves perdas ante os 10.000 homens de Ney, deixando aberta a fronteira e prejudicando os planos de Wellington que vigiava a praça d'Almeida. Esta, cercada pelo exercito de Massena e defendida pelo brigadeiro inglez Cox, rendia-se a 27 depois d'uma terrivel explosão que em parte a desmantelou.

Ao passo que Massena tentava por este ponto a invasão, o 2.º e 8.º corpos francezes estendiam-se até Caria, a cavallaria percorria os postos avançados da nossa fronteira leste, ao norte a divisão Bonnet em Astorga, ameaçava a Galliza e o Minho, e a divisão Serras em Benavente, ameaçava Traz-os Montes.

O marechal Silveira vigiava attentamente n'este ponto as operações.

Silveira era um habil e valente cabo de guerra. Capitão de cavallaria em 1801, cooperava com Gomes Freire na victoriosa acção de Monterey, procurando lavar as afrontas d'aquella infeliz campanha. Na insurreição de 1808 obrigara Loison a hater em retirada nos Padrões de Teixeira. Encarregado em 1809, já brigadeiro, do governo das armas de Traz-os Montes, a sua attitude durante a invasão de Soult collocou-o no primeiro plano entre os generaes portuguezes seus contemporaneos.

A rapida e decisiva empresa da retomada de Chaves, em março de 1809, chamou logo sobre elle a attenção de Soult, cujos planos a perda de Chaves transformara cortando-lhe a communicacão com Orense. Este empreza ganhou tambem ao general Silveira a confiança dos portuguezes

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *Considering the Van Dijk studies in the Critical Discourse Analysis circle, we want to exam, by this way, the articles about the “Luso-Brazilian accord”(1909) proposed by Consiglieri Pedroso (President of the Lisbon’s Geographic Society in that age), published at O Ocidente (1878-1914) and Brasil-Portugal (1899-1914) reviews. With the specific aim of “to tighten the ties from the sisters nations”, the promotion of this “treaty” by the luso-brazilian press in that period was one of the uncountable strategies that the Portuguese intellectuals community used for re-building a Lusitan economy and a Lusitan moral. So, by this view point, we expect to highlight, among others questions, what was the press role in this case and what was the realy reason behind this approach.*

Keywords: *Literary periodic press; Luso-Brazilian relationship; Brasil-Portugal review; O Ocidente review; Luso-Brazilian accord.*

Aprender a língua francesa na universidade: uma proposta a partir de gêneros textuais

Mariana Casemiro Barioni⁷¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a caracterização de um dos gêneros textuais que foi escolhido, em nossa pesquisa de iniciação científica, para o ensino da língua francesa para alunos universitários iniciantes. Fundamentamo-nos nos pressupostos teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo (BROCKART, 2003). Para a utilização de um gênero textual como objeto de ensino é necessária sua caracterização, a produção de seu modelo didático (BRONCKART, 2003; MACHADO, 2009), ou seja, um “objeto descritivo e operacional, construído para apreender o fenômeno complexo da aprendizagem de um gênero e, assim, orientar suas práticas” (DE PIETRO et alii, 1996- 1997, apud MACHADO, 2009, p. 100). É somente a partir do modelo didático do gênero que a sequência didática - “conjunto de atividades organizadas de maneira sistemática, em torno de um gênero textual” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004) - será elaborada, explicitando como se fará o ensino da língua francesa a partir do gênero escolhido.

Palavras-chave: Gêneros Textuais; Interacionismo Sociodiscursivo; Modelo Didático; Ensino-aprendizagem; Francês Língua Estrangeira.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar a caracterização de um dos gêneros textuais que foi escolhido, em nossa pesquisa de iniciação científica, para o ensino da língua francesa. Sendo assim, este trabalho insere-se em uma pesquisa maior que consiste, primeiramente, na seleção de gêneros textuais encontrados na internet que sejam considerados adequados para o ensino da língua francesa junto a alunos universitários iniciantes, do 1º semestre de aprendizagem; em seguida, a pesquisa visa à elaboração de uma sequência didática para ensino de um desses gêneros em sala de aula.

2. Pressupostos Teóricos

Este estudo baseia-se nos pressupostos teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo, tal como apresentado por Bronckart (2003) sobretudo no que diz respeito à questão dos gêneros textuais e às características linguístico-discursivas dos textos. Também fundamentamo-nos nos trabalhos que exploram o uso de gêneros textuais para o ensino de língua materna (francês) no contexto da Suíça francófona (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004) e utilizamos, principalmente, as aplicações dessa perspectiva teórica para a língua estrangeira, dando especial atenção às suas realizações no Brasil (CRISTÓVÃO, 2002; ABREU-TARDELLI, 2007).

⁷¹ Bolsista CNPq de Iniciação Científica, sob a orientação da Profª Drª Eliane Gouvêa Lousada, do Programa de Pós-Graduação de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês (FFLCH-USP). E-mail: mariana.barioni@usp.br.

Um dos conceitos teóricos que orienta nossa pesquisa é a noção de gênero textual proposta por Bakhtin e retomada por Bronckart (2003) e Dolz & Schneuwly (2004):

A cada tipo de atividade humana que implica o uso da linguagem correspondem enunciados particulares, os gêneros do discurso. Enquanto que os gêneros são relativamente estáveis, os textos que os materializam são extremamente variáveis e maleáveis.” (BRONCKART, 1999; SCHNEUWLY & DOLZ, 1996, apud LOUSADA, 2002, p. 74).

Bronckart (2003), ao retomar essa concepção de gênero, propõe a terminologia gênero de texto e guarda para o termo discurso um outro significado⁷². A partir da afirmação bakhtiniana de que sempre nos comunicamos através de um gênero, Schneuwly observa que a comunicação humana seria praticamente impossível com a inexistência dos gêneros textuais (SCHNEUWLY, 1994, apud MACHADO, 2002, p.139). Sendo assim, podemos concluir que “como cada situação de uso da língua se realiza verbalmente através de um gênero, a capacidade de comunicação depende do maior ou menor domínio que se tem do gênero em questão” (SCHNEUWLY & DOLZ, 1996, apud LOUSADA, 2002, p.75).

O ensino de uma língua estrangeira, em questão a francesa, atrelado ao uso de gêneros textuais, possibilita a oportunidade de se observar na língua tanto a oralidade como a escrita em seus usos culturais mais autênticos (MARCUSCHI, 2002, p.22), já que os gêneros são produzidos por membros de um determinado contexto social, histórico e cultural (ABREU-TARDELLI, 2007, p.374). Desse modo, ao se aprender a língua por meio dos gêneros textuais, estamos também aprendendo, além de sua estrutura linguística, aspectos contextuais, discursivos e culturais da sociedade em que foi produzida.

Sendo os gêneros artefatos linguístico-culturais concretos (MARCUSCHI, 2002, p.19) o trabalho com eles é uma extraordinária oportunidade de lidar com a língua-alvo em seus mais diversos e autênticos usos no dia-a-dia, mostrando-a para o aluno como algo vivo, que está em constante movimento.

3. A noção de Modelo Didático

Todo indivíduo de uma comunidade linguística, ao agir com a linguagem, é exposto desde seu nascimento a um universo de textos pré-existentes organizados em “gêneros”. Essa exposição contínua vai construindo nele um conhecimento intuitivo das regras e das propriedades específicas dos diferentes e inúmeros gêneros textuais que existem (BRONCKART, 2003, apud MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p.127), mesmo que de forma inconsciente (LOUSADA, 2010). Esse conhecimento intuitivo nos ajuda a produzir textos pertencentes aos gêneros adequados à situação de comunicação em que nos encontramos, principalmente aqueles com os quais tivemos mais contato durante a vida. (LOUSADA, 2010). Tais regras e “fórmulas” dos gêneros, ao serem apropriadas pelo indivíduo, acabam por sofrer modificações constantes – como acontece em todos os processos de aprendizagem social (MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p.127).

72 Ver Bronckart 2003.

Bakhtin ao definir os gêneros como sendo “tipos relativamente estáveis de enunciados” reconhece a existência dessas alterações. Assim, todo texto - sempre pertencente a um gênero textual - apresenta propriedades genéricas que resultam da escolha do gênero textual que adapta-se à situação, “mas tem especificidades sempre únicas, que derivam das escolhas do produtor em função de sua situação de produção particular.” (BRONCKART, 2006, apud LOUSADA, 2010). Concluímos assim que os textos pertencentes aos gêneros podem apresentar uma notável heterogeneidade, “sobretudo quando pertencentes a gêneros que permitem uma maior liberdade do produtor.” (MACHADO, 2002, p.140).

É no que concerne às características em comum que possuem os textos pertencentes a determinado gênero textual e ao que é particular a cada um – resultante das transformações introduzidas pelos indivíduos produtores – que se faz presente a noção de “modelo didático” (também sendo chamado de “modelo de gênero”). O modelo didático é “um objeto descritivo e operacional, construído para apreender o fenômeno complexo da aprendizagem de um gênero e, assim, orientar suas práticas” (DE PIETRO et alii, 1996- 1997, apud MACHADO, 2009, p.100). Diante da diversidade teoricamente ilimitada de gêneros e a variabilidade de sua manifestação concreta (BRONCKART, 2003, apud MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p.129), é necessário classificar e identificar as características centrais – ou genéricas – dos gêneros textuais para que somente em seguida seja possível realizar a “transposição didática dos conhecimentos científicos sobre os gêneros para o nível dos conhecimentos a serem efetivamente ensinados” (MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p.129) – efetuar o ensino da língua francesa a partir do gênero em questão.

O modelo didático aponta “os elementos a serem ensinados, ou melhor, o que pode ser objeto de ensino-aprendizagem dentro de uma situação de comunicação específica” (CRISTÓVÃO, 2002, p.96). Sendo assim, para a utilização de gêneros textuais como objeto de ensino é necessária a caracterização do gênero escolhido, onde analisa-se quais são as características particulares de cada texto do *corpus* coletado pertencente ao gênero e quais são as características próprias do gênero em questão, presentes em todos os textos. Sem essa caracterização, não é possível elaborar a sequência didática - “conjunto de atividades organizadas de maneira sistemática, em torno de um gênero textual” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 97) - explicitando como se fará o ensino da língua francesa a partir do gênero textual escolhido.

Para a construção de um modelo didático do gênero, deve-se

conhecer o estado da arte dos estudos sobre esse gênero; as capacidades e as dificuldades dos alunos ao trabalharem com textos pertencentes ao gênero selecionado, as experiências de ensino/aprendizagem desse gênero, assim como as prescrições presentes nos documentos oficiais sobre o trabalho docente (SCHNEUWLY & DOLZ, 1998, apud MACHADO & CRISTOVÃO, 2009, p.138).

É necessário examinar um conjunto de textos que se considera pertencente ao gênero para ser possível chegar nas suas características centrais. Para tal análise, usamos o modelo de análise de textos proposto por Bronckart (2003), o qual é aplicado ao *corpus* recolhido de textos pertencentes ao gênero em

questão, procurando chegar às características comuns que seriam, assim, as características do gênero. (LOUSADA, 2010).

Considerando esse modelo de análise de textos, deve-se analisar primeiramente o contexto de produção físico e sociossubjetivo no qual o texto foi produzido - a situação de ação de linguagem que deu origem ao texto (BRONCKART, 2003) - levantando hipóteses sobre: quem é o emissor/enunciador, em que papel social se encontra, a quem se dirige, em que papel se encontra o receptor/destinatário, em que local é produzido, em qual instituição social se produz e circula, em que momento, em qual suporte, com qual objetivo, em que tipo de linguagem, qual é a atividade não verbal a que se relaciona, qual o valor social que lhe é atribuído, etc. (MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p.136). A análise desses parâmetros “pode se constituir em um poderoso auxiliar na classificação de um texto como pertencente a um ou outro gênero” (MACHADO, 2002, p.140)

Após o exame do contexto de produção físico e sociossubjetivo, passamos ao folhado textual (BRONCKART, 2003). Bronckart concebe a organização de um texto como um folhado constituído por três camadas superpostas: a infra-estrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. (BRONCKART, 2003, p. 119). A infraestrutura geral do texto é composta pelo *layout* do texto, plano global dos conteúdos temáticos, pelos tipos de discurso e pelas sequências. Ao analisarmos o *layout* do texto, verificamos como é a organização visual do texto, como seus elementos textuais e visuais estão configurados. O plano global dos conteúdos temáticos corresponde ao resumo dos conteúdos que aparecem no texto. Os tipos de discurso correspondem a mundos discursivos contruídos na produção textual.

Os tipos de discurso podem ser entendidos como pertencentes a dois eixos principais: narrar e expor. O eixo do narrar (disjunção), pode ser implicado ou autônomo, ou seja, pode apresentar ou não implicação em relação ao ato de produção (através de dêiticos espaciais, temporais e de pessoa). O eixo do expor (conjunção) pode também ser implicado ou autônomo. Sendo assim, dentro desses dois eixos, há uma outra divisão que dá origem aos tipos de discurso: narrar – disjuncto e autônomo (tipo de discurso narração); narrar – disjuncto e implicado (tipo de discurso relato interativo) e expor – conjunto e implicado (tipo de discurso interativo) e expor – conjunto e autônomo (tipo de discurso teórico)⁷³. (LOUSADA, 2010).

Ainda na infra-estrutura geral do texto, examinamos os tipos de sequência, que podem ou não estar presentes no texto e aparecem geralmente combinadas. As sequências classificam-se em: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal. Além disso, o autor apresenta o grau zero da sequência narrativa, “na qual não há intriga, tensão, que seria o script e o grau zero das sequências argumentativa e explicativa, a esquematização, mobilizada quando não há a necessidade de explicar algo

73 Para maiores explicações sobre os tipos de discurso, ver Bronckart (2003).

de difícil compreensão ou argumentar em favor ou contra algo que pode ser contestável⁷⁴.” (LOUSADA, 2010, p.4).

A segunda camada do folhado textual é constituída pelos mecanismos de textualização, compostos pela conexão - ou seja, as relações entre os níveis de organização de um texto; sendo explicitada pelos organizadores textuais (LOUSADA, 2010) – e pela coesão nominal e verbal.

No terceiro e último nível do folhado textual, encontramos os mecanismos de responsabilidade enunciativa que dão a clarificação dialógica do texto (BRONCKART, 2008 apud LOUSADA, 2010) – os mecanismos enunciativos. Neles, estão presentes as vozes, explicitando as instâncias que assumem ou se responsabilizam pelo que está sendo dito (LOUSADA, 2010); as modalizações que são as “responsáveis pelas diversas avaliações do enunciador sobre um ou outro aspecto do conteúdo temático” (LOUSADA, 2010) e as escolhas lexicais realizadas pelo emissor/enunciador do texto ao produzi-lo.

Assim, a partir da observação minuciosa das categorias de análise presentes nos textos do *corpus* coletado, espera-se – após a comparação dos resultados dos estudos – concluir o que são características particulares de cada texto e o que é comum ao gênero. É preciso observar que “ao encontrarmos outros elementos que sejam fundamentais para a caracterização de um determinado gênero, eles têm de ser necessariamente considerados” (MACHADO & CRISTÓVÃO, 2009, p. 137).

4. Modelo didático do gênero: Petites Annonces

Os Anúncios Classificados⁷⁵ foi um dos gêneros textuais que foram selecionados em nossa pesquisa. Na verdade, o critério para a seleção dos gêneros a serem ensinados no primeiro semestre foi a adequação dos conteúdos comunicacionais e linguísticos a serem ensinados num primeiro momento de aprendizagem de língua francesa. A opção por utilizar gêneros textuais virtuais (encontrados na internet) no ensino da língua francesa e a decorrente escolha feita dos anúncios classificados vem ao encontro das necessidades atuais dos alunos, os quais estão inseridos em contextos e cenários onde a internet é presença garantida. Tais gêneros adaptam-se ao perfil dos alunos e a suas práticas de linguagem, trazendo-as para o ambiente educacional.

A metodologia de nossa pesquisa consistiu na coleta de diversos exemplares de anúncios classificados em dois sites francófonos (www.annonces-gratuites.be e web.lacroix.com) e análise de 3 textos de cada site, num total de 6 anúncios examinados. A estes 6 exemplares de textos pertencentes ao gênero em questão foi aplicado o modelo de estudo de textos proposto por Bronckart (2003); em seguida,

74 Para maiores explicações sobre as sequências e suas fases, ver Bronckart (2003).

75 O gênero textual Petites Annonces é característico das práticas sociais da França e de países que participam da francofonia. No Brasil, o gênero que mais se aproxima do mesmo são os “Anúncios Classificados”.

as análises foram comparadas e chegamos ao modelo didático do anúncios classificados, ou seja, características presentes em todos os textos pertencentes a este gênero.

Os exemplares dos anúncios classificados foram⁷⁶:

(1) Do site: web.lacroix.com

10/03/2010
RP - 78 ans mais paraît 15 ans de moins, retraitée, une femme en pleine forme physique et morale, blonde au regard azur et profond, une femme de principes, cultivée, raffinée, sociable, généreuse, rationnelle, tolérante, à l'écoute des autres donne beaucoup de son temps aux autres. Elle aime les voyages, la peinture, le théâtre, le cinéma, les musées. Epicurienne, elle aime les restaurants et les promenades. , Une personnalité très gaie et bonne vivante. Veuve, renc. H. 70 ans et + alliant gaieté et générosité envers autrui. Agence H@monies 01.56.68.06.95 ou 01.47.72.01.53.

(2) Do site: www.annonces-gratuites.be

ame soeur Expire le : 03/01/11
Catégorie : Contacts et Rencontres > Rencontre Bruxelles/Belgique
matrimoniale 

Description :

homme divorce vit seul bruxelles, 1m78, 82kg, allure jeune, physique et caractère agréable, joie de vivre et amour à offrir.
souhaite rencontre une femme entre 45 à 65 ans pour fonder une famille heureuse mon téléphone est le: 0486.29.20.63

Vivo - Celular Grátis
Faça um Plano Pós da Vivo e receba um Celular Gratuito na sua casa.

  Annonces Google

Détails - ame soeur

Référence de l'annonce : #63356	Prix : N.C. Ajoutée le : 03/01/09 Etat général : N.C.	Contact : bxlibre Inscrivez-vous gratuitement à notre site pour avoir plus d'informations sur cette annonce ! Cliquez : ici
Type : Recherche		
Lectures : 439		

A apresentação do modelo didático do gênero anúncios classificados inicia-se pelo seu contexto de produção. Em termos do enunciador dos textos, temos em (2) uma pessoa que fornece algumas características pessoais de si, falando primeiramente em 3ª pessoa e passando para a 1ª pessoa. Vemos, aí, que há um deslocamento no eixo da distância/proximidade. O enunciador começa falando de si como se falasse de uma 3ª pessoa, porém acaba passando para o falar de si, em primeira pessoa, o que contribui para aproximar o leitor do texto do enunciador. Nos exemplares coletados desse site, vimos que algumas vezes o enunciador começou o texto com alguma saudação (como “bonjour”, por exemplo), havendo o

⁷⁶ Mostramos, aqui, apenas dois anúncios, um de cada site.

embreamento da conversa pelo enunciado de abertura. Nesse caso, o texto não começa distanciado, ao contrário, o enunciador tenta aproximar o leitor desde o início. Em (1) é a uma agência matrimonial que fornece algumas características pessoais positivas de uma pessoa à procura de parceiros para um relacionamento afetivo, estando o texto localizado no lado mais distante do eixo da proximidade/distância, hipótese essa que é comprovada pelo fato de ao fim do anúncio não ter o contato da pessoa “anunciada”, e sim da agência matrimonial.

Os destinatários dos textos são pessoas que estejam buscando parceiros para relacionamentos afetivos, e o objetivo é encontrar uma pessoa que se interesse por suas características e que atenda à suas exigências. O lugar físico dos anúncios classificados é a Internet, sendo que o texto (2) foi coletado em um site de anúncios gratuitos da Bélgica que contém todos os tipos de classificados. Nele, qualquer pessoa que queira pode publicar seu anúncio gratuitamente, sendo necessário apenas preencher uma pequena ficha de cadastro online. Existe um controle sobre o que vai ser publicado e normas as quais os textos tem que se adequem para não serem excluídos. Este anúncio classificado foi encontrado na Sessão: *Contacts et Rencontres*: sub-seção: *Rencontre Matrimoniale*, sendo essa uma sessão mais séria do que seções de outras fontes de anúncios devido à palavra “matrimoniale”, que remete a casamento, compromisso sério. O texto (1) foi encontrado no “La croix”, jornal católico francês, na sua versão virtual. O anúncio, que é pago, é publicado por um dia no jornal “La Croix” impresso e fica online na sessão “Annonces” (na sua respectiva categoria) do jornal online por 14 dias. O preço do classificado é definido pela quantidade de linhas, sendo que eles consideram que 1 linha possui 40 caractères. Este anúncio estava na sessão “Agences Matrimoniales” e, assim como em (2), há a associação da palavra “matrimoniale” a casamento e compromisso sério.

É importante ainda fazer algumas observações acerca desse anúncio. Tendo a formatação muito semelhante à de um jornal impresso, é possível que ele seja publicado online da mesma forma que foi publicado na versão impressa do jornal. O fato do jornal “La Croix” ser um produto da mídia católica exerce grande influência na seriedade dos anúncios classificados. Pode-se observar que todos os exemplares coletados nesse jornal transmitiam uma maior intenção de relacionamento sério (devido às escolhas lexicais realizadas pelos produtores dos textos) quando comparados a outros anúncios.

Quanto ao momento de produção dos anúncios classificados, sua data de publicação sempre aparece. A data de validade em (2) está sempre presente, sendo que seu prazo de validade é variável. Já (1) tem o prazo de validade fixo a partir de sua publicação, sendo desnecessária a demonstração de sua data de expiração. Ambos foram publicados na internet, meio que é caracterizado pela inserção veloz de informações, como aponta Paiva (2005). A rapidez de inserção e publicação de informações que são característicos da internet deixam traços que podem ser percebidos nos anúncios, como por exemplo os

erros de ortografia que são constantes em (2) mas ausentes em (1), já que no site do jornal “La croix” os anúncios são primeiramente publicados no jornal impresso⁷⁷.

Segue abaixo um quadro com o contexto de produção do gênero sintetizado.

Quadro 1: Contexto de Produção	
Emissor/Enunciador	→ Agência matrimonial que fala em nome de outra pessoa → Pessoa que fornece algumas características pessoais
Receptor/Destinatário	Pessoas que estejam buscando parceiros para relacionamentos afetivos.
Objetivo	Encontrar uma pessoa que se interesse por suas características e que atenda às suas exigências.
Lugar Social	<u>Internet</u> → Site: web.lacroix.com - jornal com sessão de anúncios “agence matrimoniale” → Site: www.annonces-gratuites.com - site de anúncios com sessão “recontre matrimoniale”
Momento	A data de publicação sempre aparece (a validade pode aparecer ou não).

Em relação ao folhado textual (BRONCKART, 2003) dos anúncios classificados, no que concerne à infraestrutura geral dos textos, foram encontradas características diversas. O layout de (2) é composto por título, categoria pertencente, validade e cidade do enunciador, os quais estão destacados em um quadro colorido. Em seguida há o corpo do anúncio pequeno, em parágrafo único, podendo ele ser maior, dividido em 2 ou 3 parágrafos. Pode aparecer à esquerda ou não foto pessoal do enunciador. Em seguida, existe um anúncio *google*, terminando o texto com um quadro com informações, contendo: data em que o anúncio foi publicado, número de acessos até o momento e o perfil na internet (link) do enunciador. O layout de (1) é bem diferente, já que é compacto, sem nenhuma forma de espaçamento entre as informações, lembrando o anúncio da sessão “classificados” de um jornal impresso. Nunca há foto. Levantamos a hipótese do anúncio online ter a mesma formatação que ele teve no jornal impresso.

Examinando o plano global dos conteúdos temáticos dos anúncios, vimos que em (2) estão presentes a cidade e o país do enunciador, o título do anúncio que pretende interessar o destinatário e em seguida a categoria a que ele pertence (“rencontre matrimoniale”). O corpo do anúncio é composto por características iniciais que o enunciador julga que vão interessar o destinatário e que o persuadam a fazer

⁷⁷ É importante trazer à tona a discussão sobre os erros presentes nos anúncios e falar com os alunos sobre isso, mostrando que é o contexto de produção que determina a possibilidade ou não de cometê-los. Depois de uma primeira discussão, os próprios alunos podem procurar outras incorreções em outros anúncios, refletindo sobre elas.

contato. Aqui, vemos a construção do *ethos* (MAINGUENEAU, 2005, apud MARTINS, 2007, p.29) do enunciador. Segundo Martins (2007), o *ethos* refere-se ao aspecto ético ou moral que o enunciador deixa entrever em seu discurso, sendo um efeito do mesmo realizado por suas escolhas linguísticas e estilísticas. É uma questão identitária apoiada em “estereótipos sociais, ou seja, em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas” (MARTINS, 2007, p.30). O enunciador dos classificados escolhe para mostrar em seu discurso características pessoais positivas, julgando que estas irão interessar e persuadir seu destinatário a fazer contato, construindo uma identidade positiva e potencialmente interessante de si.

Na sequência, há características do parceiro desejado e, por fim, formas de fazer contato seguidas pela data em que o anúncio classificado foi publicado e o contato do enunciador. O anúncio (1) não tem título específico e, como os outros que estão na mesma página do site, vem iniciados pela data na qual foram publicados na internet. O corpo do texto é um parágrafo único, o qual fornece informações sucintas: características iniciais pessoais do enunciador que ele julga que vão interessar o destinatário e que o persuade a fazer contato. Na sequência, seus gostos são expostos e depois vemos o tipo de pessoa que lhe interessa.

O tipo de discurso presente em (2) é o discurso interativo, ocorrendo entrada imediata no assunto. Em (1) está presente o discurso teórico, devido à ausência de implicação dos parâmetros da enunciação no texto, o qual provoca uma impressão de objetividade. Os tipos de sequência presentes são as mesmas em ambos os anúncios, a sequência descritiva, havendo uma enumeração de características pessoais: “uma mulher de princípios, culta, elegante, sociável (...)”⁷⁸ (exemplo presente em A). Segundo Bronckart (2003), trata-se do grau zero da descrição, pois há ausência das fases da sequência descritiva: temos o anúncio do tema título (personalidade) e em seguida uma simples enumeração de suas partes. O quadro a seguir demonstra os elementos da Infraestrutura geral do texto resumidos.

Quadro 2: Infraestrutura geral do texto	
<i>Layout</i>	→ Anúncio compacto, lembrando um jornal impresso → Destaque colorido de algumas informações, maior espaçamento entre elas
Plano Global do Conteúdo Temático	Local - Descrição de si - Descrição da pessoa procurada – Contato
Tipos de Discurso	→ Discurso Teórico → Discurso Interativo
Tipos de Sequências	Sequência descritiva

78 Trecho original: “une femme de principes, cultivée, raffinée, sociable (...)”

No que diz respeito aos mecanismos de textualização, classificados por Bronckart (2003) em coesão (verbal e nominal) e conexão, foram encontrados poucos elementos da última, sendo a ligação entre as ideias dada por uma justaposição de adjetivos e substantivos, podendo haver coordenação (realizada pela preposição “et”), como em (B) ou, em alguns casos em que não há a presença de conectivos, a “conexão” é dada pela pontuação, ou seja por vários pontos (.....). No que se refere à coesão nominal, há alta densidade nominal em todos os exemplares de anúncios coletados; em (2) o enunciador inicia o texto em 3ª pessoa e depois se mostra em 1ª pessoa, havendo o deslocamento do eixo da distância para a proximidade e em (1) o texto sempre está na 3ª pessoa. Existe pouca densidade verbal nos textos, mas os verbos presentes aparecem principalmente no presente do Indicativo. Temos também verbos no infinitivo e presente do Subjuntivo, neste caso relacionado à ideia da pessoa imaginária e desejada que é uma característica do modo subjuntivo.

Quadro 3: Mecanismos de Textualização	
Conexão	Pouca ou nenhuma conexão – justaposição de adjetivos e substantivos
Coesão Nominal	Alta densidade nominal
Coesão Verbal	Pouca densidade verbal Verbos no Presente do Indicativo; mas também no Infinitivo, e Presente do Subjuntivo (relacionado à ideia do parceiro imaginário e da pessoa desejada)

No nível dos mecanismos enunciativos, a voz encontrada em (2) foi a voz do enunciador que assume seu texto (1ª pessoa) embora sem colocar seu nome, mas podendo aparecer uma foto pessoal no corpo do anúncio; enquanto em (1) a voz do enunciador presente é a da agência matrimonial, através da qual fala um enunciador “escondido” que é a pessoa que colocou o anúncio. Esse procedimento indica maior distância em relação ao destinatário se comparado aos anúncios colocados na internet pelo próprio indivíduo. As modalizações presentes em todos os textos são apreciativas, realizando-se por meio de adjetivos qualificativos positivos. Por isso, pode-se dizer também que as escolhas lexicais são feitas por meio de adjetivos pessoais positivos. Além disso, vemos uma caracterização pessoal com o objetivo de incentivar encontros amorosos sérios.

Quadro 4: Mecanismos Enunciativos	
Vozes	→ Voz da agência matrimonial - maior distância em relação ao destinatário → Voz do enunciador que assume seu texto (1ªp.) embora sem colocar seu nome
Modalizações	Apreciativas com adjetivos qualificativos positivos.
Escolhas Lexicais	Feitas por meio de adjetivos pessoais positivos. Caracterização pessoal para encontros amorosos sérios.

5. Considerações Finais

Através do modelo didático do gênero textual anúncios classificados foi-nos possível chegar a suas características, aquelas que estão presentes em todos (ou a grande maioria) dos textos que pertencem a esse gênero textual. O gênero anúncios classificados é caracterizado por fornecer características pessoais positivas da pessoa “anunciada” com o objetivo de encontrar parceiros para relacionamentos afetivos sérios. O local do anunciador está sempre presente, assim como a descrição da pessoa procurada e ao final, formas de contato. Deste modo, vimos que estas características são os elementos ensináveis do gênero (CRISTOVÃO, 2002)

A partir do modelo didático produzido e das características centrais do gênero assinaladas será possível montar um “conjunto de atividades organizadas de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 97), a sequência didática, explicitando como se fará o ensino da língua francesa a partir do gênero textual escolhido.

A sequência didática para o ensino de gênero tem um significado abrangente: além de estarmos ensinando um conjunto de atividades planejadas para uma classe de alunos específicos, com o objetivo de ensinar determinado gênero, estamos também desenvolvendo três grandes tipos de capacidades de linguagem envolvidas na produção e/ou leitura de textos (MACHADO & LOUSADA, 2009). Assim, adotamos também a noção de gênero como ferramenta que atua no processo de aprendizagem (BRONCKART, 1997; SCHNEUWLY & DOLZ, 1996, apud LOUSADA, 2002, p.75), na qual o gênero é encarado como um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento dos três tipos de capacidade de linguagem: as de ação, as discursivas e as linguisticodiscursivas (LOUSADA, 2002, p.75). É importante ressaltar que essas capacidades, uma vez desenvolvidas, podem ser transpostas para a produção de outros tipos de gêneros textuais, para outras situações de comunicação (LOUSADA & ABREU-TARDELLI, 2010). Assim, “o gênero textual se torna, não apenas objeto e objetivo de estudo, mas também um meio para que o aluno possa desenvolver essas capacidades, que são necessárias em todas as outras produções textuais” (LOUSADA, 2007, apud BEATO-CANATO, 2008, p.49).

A partir da ideia de “gênero como (mega-) instrumento para agir em situações de linguagem” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p.52), afirmamos a importância do uso de gêneros textuais no ensino de línguas, em questão a língua francesa. Sem os gêneros textuais, é impossível comunicar-se. Para o aprendiz, é importante saber agir e interagir de forma satisfatória nas diversas situações de comunicação que ele encontrará durante toda sua vida, sendo capaz assim de assegurar seus direitos como cidadão. Com a competência discursiva dos alunos desenvolvida a partir do ensino de diversos gêneros textuais que circulam em diferentes ambientes discursivos da sociedade, os aprendizes da língua-alvo serão capazes de agir socialmente.

Referências bibliográficas

- ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Elaboração de sequências didáticas: ensino e aprendizagem de gêneros em língua inglesa. In: DAMIANOVIC, Maria Cristina (Org.) **Material Didático: Elaboração e Avaliação**. 1.ed. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007, p.73-85.
- BEATO-CANATO, Ana Paula Marques. Produção escrita em língua estrangeira à luz do Interacionismo Sóciodiscursivo. In: CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes (Org.). **Estudos da Linguagem à Luz do Interacionismo Sóciodiscursivo**. 1.ed. Londrina: UEL, 2008, p.35-52.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de Linguagem, Textos e Discurso: por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. 1.ed. São Paulo: EDUC, 2003.
- CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. O gênero quarta-capa no ensino do inglês. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p.95-106.
- LOUSADA, Eliane Gouvêa. Elaboração de material didático para o ensino de Francês. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p.73-86.
- LOUSADA, Eliane Gouvêa. Produção escrita em francês como segunda língua em nível universitário: uma experiência baseada em gêneros textuais. **Revista do GEL**. v.6. p.160-174,2009.
- LOUSADA, Eliane Gouvêa. Gêneros textuais no ensino do francês como língua estrangeira: instrumentos para os alunos, mas também para o professor (no prelo – 2010).
- LOUSADA, Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Por que ensinar resumos na escola. **Revista Carta fundamental**, v.01, p.48-51, 2010.
- MACHADO, Anna Rachel. Revisitando o conceito de resumos. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p.138-150.
- MACHADO, Anna Rachel. Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na universidade. In: MACHADO, Anna Rachel; ABREU-TARDELLI, Lília Santos; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes (Orgs.). **Linguagem e Educação: O Ensino e Aprendizagem de Gêneros Textuais**. 1.ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2009, p.93-121.
- MACHADO, Anna Rachel; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. A construção de modelos didáticos de gêneros: Aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. In: MACHADO, Anna Rachel; ABREU-TARDELLI, Lília Santos; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes (Orgs.). **Linguagem e Educação: O Ensino e Aprendizagem de Gêneros Textuais**. 1.ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2009, p. 123-151.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa. A apropriação de gêneros textuais pelo professor: em direção ao desenvolvimento pessoal e à evolução do métier. **Linguagem em Discurso**. (no prelo, 2010).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002 p.19-36.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. Ethos, Gêneros e Questões Identitárias. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v.23 (1), p. 27-43, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva. E-mail: um novo gênero textual. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carolos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.68-90.

SCHNEUWLY, Bernard. & DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 1.ed. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper aims at presenting the characterization of one of the genres of textes that has been chosen, in our research of scientific initiation, to the teaching of the French language to beginners university students. We were based on the theoretical framework of the Sociodiscursive Interactionism (BROCKART, 2003). To the utilization of a genre of texte as a teaching instrument, is necessary its characterization, the production of its Didactic Model (BRONCKART, 2003; MACHADO, 2009), in other words, a “descriptive and operational object, built to apprehend the complex phenomenon of the learning of a genre and, thus, to guide its practice” (DE PIETRO et alii, 1996 – 1997, apud MACHADO, 2009, p. 100). It is only from this didactical model of the genre that the didactical sequence – “complex of organized activities in a systematic manner, around a genre of texte” (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004) – will be elaborated, explicating how the teaching of the French language from the chosen genre will be done.*

Keywords: *Genre of texte; Sociodiscursive Interacionism; Didactical Model; Teaching-learning; French as a Foreign Language*

O Significado Acional na modernidade reflexiva: considerações teórico-metodológicas

Paulo Roberto Gonçalves Segundo⁷⁹

Resumo: Este artigo visa a apresentar os fundamentos que embasam uma análise sistêmico-funcional e crítico-discursiva aplicada a textos cujas condições de produção estejam cerceadas pela reflexividade institucional, característica da modernidade pós-tradicional. Nesse sentido, procura-se descrever os procedimentos analíticos que embasam tal abordagem, mostrando de que modo se coadunam às novas perspectivas sociológicas que marcam a contemporaneidade. O artigo enfoca basicamente quatro questões: a aplicação da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) para a análise de textos; a possível convergência entre esse aparato teórico e o modelo sócio-discursivo de Fairclough (2007); a convergência entre essas perspectivas e o referencial sociológico acerca da modernidade reflexiva (BECK, 1997; GIDDENS, 1997) e da Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2009); e uma breve exposição de critérios metodológicos fundamentais para o desenvolvimento de análises orientadas à dinamicidade genérica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Teoria da Estruturação; gênero discursivo; dinamicidade genérica; modernidade reflexiva; Linguística Sistêmico-Funcional.

1. Introdução

A sociedade contemporânea, especialmente no que se refere ao mundo capitalista ocidental, apresenta características singulares que a distinguem, em grande medida, das formas de organização humana vigentes nas diversas estruturas sociais que a precederam. Marcada pela democracia, pela possibilidade de mobilidade social, pela globalização, pela aceleração capitalista, pelas inovações nas tecnologias de transporte e comunicação, além da fundamental reestruturação e minimização do impacto fundante da tradição como mecanismo de garantia da segurança ontológica, substituída, em termos significativos, pelo conhecimento técnico-científico, a contemporaneidade pode ser concebida como um período que deu origem a uma sociedade *reflexiva*.

Giddens (1997) define reflexividade como um processo de autoconfrontação individual, por meio do qual os atores sociais são instados a posicionarem-se diante das representações, ações e identidades sociais com que travam contato pelo processo de socialização. Tal posicionamento, de caráter compulsório, obriga o ator social a construir-se e confrontar-se, processual e constantemente, diante dos seus valores, crenças e verdades — socialmente construídos de forma local, global e virtual —, o que acarreta o surgimento de um indivíduo fragmentado, contraditório, processual e compósito em termos identitários —,

⁷⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: paulosegundo@uol.com.br.

além de ontologicamente inseguro, em constante busca por diversas fontes de significação, advindas especialmente da mídia, capazes de garantir tal segurança.

Nesse sentido, as forças hegemônicas, de caráter fundamentalmente institucional, encontram-se em um momento histórico ímpar, uma vez que o processo reflexivo atinge diretamente o caráter de legitimação e normatividade das tradições constituídas, de modo que a dinamicidade e a alternatividade passam a ser constitutivas das interações e das práticas sociais. O embate entre as forças centrípetas da estabilidade, ligadas às ordens do discurso dominantes, e as forças centrífugas da alternatividade, ligadas a graus variados de resistência em relação aos padrões dominantes, acarretam uma maior necessidade de adaptação das instituições de poder e uma conseqüente elasticidade dos parâmetros coercitivos em termos linguístico-discursivos, de maneira que a análise das práticas sociais contemporâneas deve ser sempre entendida como intrinsecamente dinâmica e relativamente estabilizada ou estabilizável, em variados graus de *relatividade*.

O objetivo deste artigo é apresentar, sucintamente, os procedimentos metodológicos e apontamentos teóricos essenciais de uma abordagem do fenômeno discursivo e, em especial dos Significados Acionais — ou seja, dos gêneros discursivos —, que permitam abarcar a dinamicidade inerente às práticas sócio-discursivas vigentes na modernidade reflexiva.

2. A abordagem sistêmico-funcional

A Linguística ou Gramática Sistêmico-Funcional (LSF ou GSF) consiste em um modelo teórico-analítico que procura abarcar a realidade linguística em sua completude, buscando integrar em sua proposta categorias analíticas que consigam descrever tanto a língua em uso, na produção textual, quanto a língua em seu potencial de significação, como sistema.

Para Halliday (2004: 23), o próprio nome sistêmico, inerente à teoria, refere-se ao fato de que “a língua é um recurso para produzir significado, e o significado reside em padrões sistêmicos de escolhas”. Nessa perspectiva, sistemas são concebidos como padrões paradigmáticos, rede de escolhas caracterizadas por oposições, com diferentes graus de refinamento (*delicacy*).

Assim, textos configuram-se em produtos de uma seleção contínua e processual realizada no seio de uma vasta rede de sistemas, ao passo que a língua, como potencial de significado, é constituída, de modo bruto, na forma de redes de sistemas, que estabelecem padrões de ordenação sintagmáticas — as estruturas. Essas estruturas organizam-se em camadas ou níveis composicionais configurados a partir de uma relação de integração (‘ser parte de’), reguladas pelo princípio da exaustividade.

Além da organização estrutural e sistêmica, a teoria considera central o aspecto funcional — ou melhor, metafuncional — da linguagem. Segundo Martin e White (2005: 07)⁸⁰,

[...] a LSF é um modelo multi-perspectivo, designado para prover os analistas de lentes complementares para a interpretação da língua em uso. Uma dessas mais básicas complementaridades encontra-se na noção de tipos de significado — a idéia de que a língua é um recurso para concatenar significados ideacionais, interpessoais e textuais uns nos outros em virtualmente qualquer ato de comunicação.

Esses tipos de significado correspondem às metafunções postuladas por Halliday como intrínsecas à linguagem humana. De acordo com o autor, “a arquitetura completa de uma língua está organizada de acordo com essas linhas funcionais” (HALLIDAY, 2004: 31), cujos fundamentos encontram-se expostos na sequência.

Em primeiro lugar, a língua deve construir a experiência humana, nomeando, categorizando e rotulando as coisas (*things*, no original), além de ser capaz de relacionar tais elementos em sequências que imprimem nexos de sentido diferenciados, como tempo, causa, concessão, etc. Em outros termos, “a língua fornece uma **teoria** da experiência humana” (HALLIDAY, 2004: 29), dedicando uma gama de recursos discursivo-semânticos e léxico-gramaticais para o cumprimento dessa função, denominada *ideacional*.

Em segundo lugar, a língua deve ser capaz de representar os relacionamentos pessoais e sociais dos indivíduos em relação aos outros atores sociais, de modo que o enunciado seja entendido não apenas como representação — de um ponto de vista ideacional —, mas também como intercâmbio. Assim, a língua oferece recursos que permitem dar e demandar informações e bens e serviços, além de proporcionar meios para a construção da (inter)subjetividade dos atores sociais envolvidos em eventos sócio-discursivos. Trata-se, portanto, da função *interpessoal*.

Em terceiro lugar, a língua deve ser capaz de construir a experiência e estabelecer relações sociais de modo inteligível, por meio de sequências organizadas de discurso, permitindo, assim, um gerenciamento do fluxo discursivo, capazes de estabelecer coesão e continuidade ao longo da produção textual. Trata-se da concepção de enunciado como mensagem, o que configura a função *textual* da linguagem.

Assim, a arquitetura da linguagem deve ser capaz de estabelecer recursos discursivo-semânticos, léxico-gramaticais e fonético-fonológico-grafológicos, a fim de garantir o relacionamento do indivíduo com o mundo exterior, tanto em termos ideacionais quanto interpessoais. Tal imperativo faz da língua um sistema semiótico complexo e multi-estratificado (ou nivelado).

Tal perspectiva deve, portanto, considerar a língua não apenas em seu estatuto sistêmico, mas também a língua como texto, já que ela só se realiza, concretamente, por meio de produções textuais. O conceito proposto por Halliday (2004) para abarcar tal aspecto da linguagem humana é denominado *instanciação*.

⁸⁰ Tradução nossa.

Segundo Martin e White (2005: 23), “enquanto a realização consiste em uma escala de abstração, envolvendo a recodificação de um padrão de significados em outro [...], a instanciação constitui-se em uma escala de generalização, envolvendo nossa perspectiva sobre inércia e mudança”. Trata-se, portanto, de uma escala que envolve diferentes padrões de generalização e regularidades que, por sua vez, medeiam e filtram, reiterada e consecutivamente, o potencial de significado da língua até a sua atualização em textos.

Assim, na proposta sistêmico-funcional, o sistema de uma língua é instanciado em forma de texto. Por conseguinte, não se pode conceber, de modo independente e autônomo, a língua como sistema e como conjunto de textos. O sistema da língua deve ser concebido como uma ‘teoria’ que subjaz à produção dos textos, e não ao somatório de todos os textos possíveis. Em outros termos, o sistema representa uma entidade virtual, de caráter semiótico, a partir do qual se permite estabelecer certas propriedades com poder explicativo no que tange à comunicação humana e à produção de textos.

Nessa escala de instanciação, há, basicamente, cinco graus, que podem ser abstratamente definidos a partir da sequência abaixo, que parte do nível mais geral para o mais específico (MARTIN & WHITE, 2005)⁸¹:

Quadro 01: Níveis de instanciação linguístico-discursivos

1. sistema (potencial de significado generalizado) → 2. registro (subpotencial semântico) → 3. tipo de texto (real generalizado) → 4. texto (ocorrência real) → 5. leitura (significado subjetificado).

Dessa escala, dois conceitos são fundamentais: a *noção* de registro e a *noção* de *leitura* ou *reação*.

Para Halliday (2004: 27), “um registro é uma variedade funcional da linguagem [...] — os padrões de instanciação do sistema geral associados a um dado tipo de contexto (um **tipo situacional**)”. Nessa acepção, o registro pode ser representado como uma configuração particular de probabilidades sistêmicas.

Para Martin e White (2005), o registro consiste em um nível de análise mais abstrato que o discursivo-semântico, tendo em vista que ele envolve padrões de padrões discursivos e se refere diretamente às categorias contextuais de campo, relações e modo, as quais serão detalhadas posteriormente.

Nesse sentido, registros, como subpotenciais sistêmicos, derivados de categorias contextuais determinadas, envolvem configurações de padrões probabilísticos mais institucionalizados referentes a determinadas opções de recursos de construção de significados.

A *leitura*, por sua vez, refere-se ao olhar avaliativo do consumidor em relação a dado discurso. Mesmo que constituído a partir de múltiplos filtros do potencial de significado da língua, um único texto ainda é dotado de significações e sentidos suficientes para possibilitar múltiplas leituras a seu respeito, o

⁸¹ Deve-se ressaltar que, apesar da proposta de cinco patamares, o número exato de níveis de instanciação depende em última instância do grau de refinamento de padrões de recursos postulados pelo analista.

que, em geral, acarreta reações (ou atitudes responsivas) diferenciadas em função da identidade e das representações assumidas de cada consumidor textual.

Martin e White (2005) concebem as leituras como complacentes, táticas ou resistentes. Uma leitura complacente consiste naquela em que o leitor/ouvinte assume as representações, as avaliações e os argumentos do texto e se identifica com eles. Em geral, o leitor complacente coincide com o leitor ideal construído e evocado pela voz autoral em seu discurso. Uma leitura resistente, por sua vez, configura-se naquela em que o leitor/ouvinte rejeita as representações, avaliações e argumentos veiculados em determinado discurso, o que afeta diretamente a autoridade ou a credibilidade da voz autoral, em termos sócio-semióticos. Por fim, uma leitura tática constitui-se naquela em que o leitor/ouvinte consome o texto visando a objetivos diferenciados, como é o caso do analista textual, que lê textos jornalísticos, por exemplo, a fim de compreender seus processos de geração de significado, não assumindo o papel de consumidor visado pela instância produtora. Entretanto, considera-se aqui também um quarto tipo de *leitura*, a estratégica, que consiste naquela que filtra e seleciona aspectos das representações, avaliações e argumentos desenvolvidos em um texto — numa miríade compósita de posturas complacentes e resistentes —, levando em consideração sua compatibilidade em relação às representações e posicionamentos valorativos dos consumidores, o que parece ser mais natural de ocorrer, atuando como motor — gradual, processual, contraditório e compósito — da mudança genérica, identitária e representacional na sociedade contemporânea.

Por fim, a abordagem sistêmico-funcional trata das relações entre língua e contexto, desenvolvendo, desse modo, uma abordagem intrínseca e extrínseca do funcionamento linguístico. As categorias contextuais — campo, relações e modo — estão diretamente correlacionadas às metafunções linguísticas.

Tal elo e suas implicações podem ser resumidos do seguinte modo:

1. O *campo* consiste em uma categoria contextual que concerne a um conjunto de sequências de atividades orientadas em relação a algum objetivo institucional global. Essas atividades englobam participantes, processos, circunstâncias, locais, que são categorizados mediante as necessidades e exigências de cada campo e de seus integrantes. A concepção de *campo* está associada à noção de comunidades retóricas ou discursivas (CARVALHO, 2005). Comunidades discursivas categorizam o mundo a seu modo, representando-o de acordo com seus valores, suas opiniões, posições, avaliações, numa relação dialética que as aloca como fonte e resultado dos elementos que compõem o(s) campo(s) a que estão associadas. Assim, o *campo* pode ser entendido como uma recodificação de padrões discursivos da metafunção *ideacional*, dando origem a uma concepção de enunciado como *representação*. Por conseguinte, o principal sistema léxico-gramatical que lhe é associado é o da *transitividade*, que consiste na gramaticalização da construção da experiência de mundo por meio de um conjunto de tipos processuais, dos quais se destacam os *materiais*, os *comportamentais*, os *mentais*, os *verbais*, os *relacionais* e os *existenciais*.

2. O *modo* concerne à canalização da comunicação, ou seja, à textualização do fluxo informacional nos diversos meios semióticos, o que envolve, na contemporaneidade, as diversas tecnologias comunicativas (papel, SMS, e-mail, rádio, televisão, *sites*, etc.). Nesse sentido, relaciona-se também ao peso ocupado por cada modalidade semiótica em relação ao discurso produzido, assim como o grau de dialogicidade ou monologicidade⁸² inerentes aos tipos de interação em que os atores sociais se envolvem, o que está diretamente vinculado à tecnologia comunicativa envolvida, assim como fatores interpessoais, como poder. Por conseguinte, o *modo* recodifica os padrões da metafunção *textual*, acarretando uma concepção de enunciado como *mensagem*. Em termos léxico-gramaticais, tal nível assume como principal categoria a estrutura temática — tema-rema, dado-novo —, responsável pelo controle do fluxo informacional do enunciado.

3. As *relações*, por sua vez, envolvem o conjunto de relações sociais significativas entre participantes, tanto no que se refere a seus atributos permanentes quanto aos próprios papéis assumidos por eles em dada interação (HALLIDAY, 1978). Nesse sentido, as *relações* abarcam tanto os caracteres concernentes à autoridade, à credibilidade e ao comprometimento do ator social em relação aos outros e ao que enuncia quanto os dados específicos e pontuais de um dado evento social, em suas diversas etapas, como os papéis discursivos relacionados a dar ou demandar informações e bens-e-serviços. As *relações* envolvem duas variáveis-chave, de acordo com Martin e White (2005) — o *poder* e a *solidariedade* —, consideradas as dimensões vertical e horizontal das relações interpessoais humanas. Nessa perspectiva, tal nível é concebido como recodificador, no estrato contextual, dos padrões discursivos da metafunção *interpessoal*, que estabelecem uma concepção de enunciado como *troca* ou *intercâmbio*. Em termos léxico-gramaticais, destacam-se três sistemas: a *negociação propriamente dita*, o *envolvimento* e a *avaliação (avaliatividade)*.

3. A abordagem crítico-discursiva

Para Hodge e Kress (1993), o maior objetivo da Linguística deve ser a unificação, em uma única empreitada, de um referencial teórico e analítico que permita abranger as relações entre língua e sociedade, por um lado, e entre língua e mente, por outro. Nesse sentido, eles defendem que a língua seja vista como um agente vital para o processo de construção social da realidade.

De modo análogo, Fairclough (2007) concebe a linguagem verbal como um elemento irreduzível da vida social, tomando o discurso como uma prática inserida no seio de uma estrutura social, que permite a emergência de textos com efeitos causais, ou seja, capazes de proporcionar mudanças tanto cognitivas e valorativas, em termos de conhecimentos, crenças e posicionamentos individuais, quanto materiais, na medida em que discursos podem impingir os indivíduos à ação.

⁸² O termo *monologicidade* refere-se, aqui, à ausência de participação efetiva do outro em dada produção discursiva. Não nega, portanto, o dialogismo constitutivo das interações verbais.

Nesse sentido, o foco da Análise Crítica do Discurso (ACD) — área dos estudos linguísticos que abrange nomes como Gunther Kress, Roberto Hodge, Ruth Wodak, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Theo van Leeuwen, dentre outros — reside justamente na investigação de como elementos do sistema linguístico funcionam para a representação de eventos, para a construção de relações sociais e identidades e para a estruturação, confirmação e contestação de hegemonias no discurso.

Desse modo, trata-se de um modelo teórico-analítico que não se preocupa diretamente com a interioridade do sistema linguístico propriamente dito, mas sim, com a relação dialética entre língua e sociedade no que tange à atividade discursiva. Por conseguinte, coaduna-se a uma perspectiva funcionalista da linguagem, uma vez que esta postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas mesmas funções são as responsáveis pela organização interna da língua.

Para Fairclough (2007), a abordagem linguística que mais se ajusta às particularidades teórico-analíticas da ACD é a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Michael Halliday (1978).

Assim, o autor reformula a teoria hallidayana, configurando-a segundo os pressupostos da ACD. Concebendo também os textos como multifuncionais, Fairclough (2007) distingue três grandes tipos de significados discursivos: os gêneros, os discursos e os estilos — equivalentes, respectivamente, a modos de agir, representar e ser —, tomando-os como as três principais maneiras pelas quais o discurso se constitui em prática social. Assim, tem-se:

1. o Significado Acional (Action), que abarca, em termos discursivos, os recursos linguísticos concernentes tanto à função interpessoal de Halliday, tendo como ênfase a (inter)ação em eventos sociais e o estabelecimento de relações sociais, quanto à função textual, a qual Fairclough não considera separadamente;

2. o Significado Representacional (Representation), que abrange os recursos relativos à função ideacional da LSF;

3. o Significado Identificacional (Identification), que abarca os aspectos de constituição da identidade do sujeito no discurso, estando ainda ligado, portanto, à função interpessoal⁸³.

Por conseguinte, gêneros são concebidos como modos de ação; discursos, como modos de representação do mundo; e estilos, como modos de identificação. *Ação* está relacionada, em linhas gerais, à relação com os outros, à ação sobre eles e ao poder; *representação* diz respeito ao conhecimento, mas também ao controle sobre seres e bens materiais/objetos; enquanto *identificação* está ligada às relações individuais de cada um, à ética, ao sujeito moral.

Assim, discursos são instanciados em gêneros e inculcados em estilos, enquanto ações e identidades são representadas em discursos. Nesse sentido, os três tipos de significado apresentam entre si uma

⁸³ Deve-se ressaltar também que Fairclough (1997) subdivide a função interpessoal de Halliday (1978) em duas: a identitária, relacionada ao modo como as identidades pessoais e sociais são constituídas textualmente; e a relacional, que concerne à constituição discursiva das relações sociais entre os participantes de uma interação.

relação dialética constitutiva, e é justamente o modo de instauração singular dessa dialética que irá configurar uma determinada prática social.

A consequência mais imediata dessa concepção pode ser apreendida do fato de que o discurso⁸⁴ é concebido como um nível intermediário, mediador entre o texto em si e o contexto social. Para Fairclough (2007), o contexto social é constituído por aquilo que ele denomina *relações externas ao texto* — as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais. Nestes últimos, estão incluídas as ações e as relações sociais, a identificação das pessoas e as representações de mundo. O texto em si, por sua vez, é constituído pela semântica, pela gramática e vocabulário e pela fonologia/grafologia, conjunto que representa as chamadas *relações internas ao texto*.

Disso decorre o fato de que é no nível discursivo que relações externas e internas se imbricam, de modo que é a associação de elementos linguístico-textuais às determinações do contexto social que fazem emergir gêneros, discursos e estilos diferenciados. Nas palavras de Fairclough (2007: 37)⁸⁵,

Discursos, gêneros e estilos são tanto elementos textuais quanto sociais. Em textos, eles são organizados conjuntamente em relações interdiscursivas, relações nas quais gêneros, discursos e estilos podem ser ‘misturados’, articulados e textualizados de modos particulares. Como elementos sociais, eles são articulados conjuntamente em modos particulares de ordens de discurso — o aspecto linguístico das práticas sociais pelos quais a variação linguística é controlada.

Isso posto, cabe esclarecer de que modo o autor concebe a inter-relação entre esses elementos e sua atualização na produção textual. Para ele, há duas forças causais que constituem os textos: de um lado, as estruturas e práticas sociais; de outro lado, os agentes sociais, envolvidos em eventos sócio-discursivos.

Estruturas sociais são entidades bastante abstratas, que definem um potencial ou um conjunto de possibilidades. Eventos não são, por sua vez, um resultado simples e direto das estruturas sociais; eles são intermediados pelas práticas sociais, que podem ser entendidas como modos de se controlar a seleção de certas possibilidades estruturais, por meio da sua exclusão ou retenção através do tempo, em campos específicos da vida social (FAIRCLOUGH, 2007: 23-24).

Nesse sentido, as línguas, por definirem potenciais e possibilidades, são tomadas dentre as estruturas sociais e, por isso, constituem-se em elementos passíveis de incorporação nas práticas e eventos sociais, nos quais são realizadas atividades de depuração das possibilidades e potenciais de significado desta estrutura, tendo em vista os objetivos comunicativos dos indivíduos e as ordens do discurso pertinentes.

⁸⁴ É importante diferenciar o uso do termo ‘discurso’ como modo de representação, ao lado de gênero e estilo, como modos de ação e identificação, respectivamente, e de ‘discurso’ como uma prática social ou um momento de uma prática social, relacionada a uma estrutura social dada e ao potencial de atuação dos agentes sociais em um evento determinado. No caso, trata-se desta última acepção.

⁸⁵ Tradução nossa.

Como corolário, textos se configuram em eventos intermediados por essas ordens de discurso, que atualizam concretamente seleções do potencial numa materialidade linguística com objetivos determinados. Por isso, ordens do discurso não podem ser constituídas de elementos linguísticos propriamente ditos, como frases, lexemas, morfemas, etc., mas sim por gêneros, discursos e estilos, de modo a exercer um controle social sobre a variação linguística.

Os agentes sociais, por sua vez, referem-se aos indivíduos que se engajam em práticas discursivas, ou seja, que se envolvem em eventos sociais. Devido às coerções das estruturas e práticas sociais, eles não são totalmente livres, o que não implica afirmar que sejam totalmente subordinados ao social. Os atores sociais possuem seu próprio poder causal, sendo capazes de criar e mudar a realidade em seu entorno, ainda mais em uma sociedade global e definida pela reflexividade.

Toda prática social é constituída por quatro momentos — 1. discurso ou semiose; 2. atividade material; 3. relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e 4. fenômeno mental (crenças, valores e desejos – ideologia) —, de cuja articulação resulta a criatividade discursiva e, por conseguinte, o embate hegemônico e ideológico.

Assim, a estrutura social deve ser concebida de modo dialético em relação às práticas sociais, na medida em que consiste tanto no meio pelo qual estas se estruturam, mas também como resultado dos diversos gêneros, discursos e estilos atualizados nessas mesmas práticas. Tal processo é ainda mais acentuado e visível na globalidade contemporânea, em que decisões individuais podem impingir transformações na ordem global, enquanto essa atua como mecanismo de coerção das atitudes dos atores sociais posicionados, que acabam sendo responsáveis pela produção e reprodução ou pela transformação da organização social, processos estreitamente ligados a questões que concernem poder, ideologia e hegemonia, alvos primários dos estudos em ACD.

4. Estruturação e discurso: convergências teóricas

Ao tratar da Teoria da Estruturação, Cohen (1999: 402) aponta que

A ontologia estruturacionista está voltada exclusivamente para os potenciais constitutivos da vida social: as capacidades humanas genéricas e as condições fundamentais mediante as quais o curso e os resultados dos processos e eventos sociais são gerados e moldados numa multiplicidade de maneiras empiricamente discerníveis.

Nesse sentido, trata-se de uma teoria sociológica que pressupõe uma descontinuidade fundamental entre natureza e sociedade, enfocando tanto a capacidade transformativa dos agentes sociais quanto seu papel fundamental na reprodução das propriedades estruturais, de modo que, de acordo com o autor, seu único postulado fundamental consiste no fato de que todas as práticas e circunstâncias históricas estão sujeitas a mudança.

Um conceito fundamental para entender a proposta estruturacionista giddensiana consiste na noção de dualidade da estrutura. Segundo Giddens (2009), a estrutura em si não existe no espaço-tempo, uma vez que ela só se manifesta na instanciação de práticas sociais pelos agentes humanos, persistindo, de outro modo, apenas como traços mnêmicos na consciência prática e discursiva dos indivíduos. Ela é constituída por regras e recursos recursivamente organizados e é marcada pela ausência do ator social propriamente dito.

As regras apresentam um aspecto normativo e um aspecto semântico. Este se refere ao significado qualitativo e processual das práticas, associando localidades a desempenhos e a um conjunto de expectativas sobre resultados prováveis. Aquela concerne aos direitos e obrigações que estabelecem a legitimidade ou não dos modos considerados apropriados para a execução das práticas.

Recursos, por sua vez, constituem estruturas de dominação, e são divididos em duas categorias: alocativos e autoritativos (ou autoritários). Os primeiros são de ordem material (basicamente, matérias-primas, meios de produção e bens), enquanto os últimos são de ordem psicossocial (envolvem, grosso modo, oportunidades de vida, posicionamento espaço-temporal e organização e relação entre indivíduos).

Regras e recursos relacionam-se de modo dialético, uma vez que a mobilização de recursos envolve o conhecimento dos aspectos semânticos e normativos das regras que subjazem à instanciação de determinada prática em que eles se aplicam, do mesmo modo que os recursos fornecem os meios pelos quais essas mesmas regras devem ser aplicadas. Nesse sentido, a estrutura deve ser entendida como, simultaneamente, coercitiva e facilitadora.

No entanto, ela só existe, conforme já afirmado, na instanciação de práticas sociais. Giddens (2009) denomina sistemas as atividades localizadas dos agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço, como práticas sociais regulares em que a estrutura está recursivamente implicada. Assim, a estruturação deve ser entendida como a reprodução de relações sociais no espaço-tempo, tendo em vista as condições que governam a continuidade ou transmutação dos sistemas sociais e, portanto, das estruturas.

Nessa perspectiva, a reprodução social depende, em última instância, da monitoração reflexiva do ator social sobre sua atividade localizada e a integração dos agentes no fluxo de ação da vida cotidiana. Tal integração pode ser social, envolvendo indivíduos em co-presença, e sistêmica (ou de sistemas), abarcando atores fisicamente ausentes.

Os sistemas sociais tornam-se, portanto, o alvo primários dos estudos voltados a qualquer tipo de investigação de caráter social, uma vez que é por meio da pesquisa acerca das atividades dos agentes sociais que se poderão depreender as condições de estruturação e as regras e recursos envolvidas em dada estrutura. Giddens (2009) distingue três dimensões estruturais dos sistemas sociais: as estruturas de significação, dominação e legitimação. Dentre essas, o discurso encontra-se sobre o domínio da primeira e, por isso, deter-se-á sobre ela.

Primeiramente, deve-se ressaltar que as estruturas de significação devem ser sempre apreendidas em conexão com as estruturas de dominação e legitimação, uma vez que a dominação envolve interações de poder e recursos, elementos facilitadores da capacidade transformadora dos agentes sociais, e a legitimação, sanções e normas que autorizam determinados modos de ação social, revelando assimetrias estruturais de dominação, que, inegavelmente, influenciam na atividade de produção de sentido. Como estão ligadas a interações comunicativas, mediadas por esquemas interpretativos, definidos como “modos de tipificação incorporados aos estoques de conhecimento dos atores, aplicados reflexivamente na sustentação da comunicação” (GIDDENS, 2009: 34), as estruturas de significação estão diretamente associadas à monitoração reflexiva da ação e à validação e reprodução tanto das condições de emergência das práticas quanto da realização das práticas em si, constituindo o espaço de formação da ideologia, entendida como as assimetrias de dominação que ligam diretamente a significação à legitimação de interesses particulares e seccionais.

Nesse sentido, as ordens do discurso constituem as estruturas de significação por excelência, uma vez que elas condensam coerções estruturais relativas aos modos de ser (estilos), de agir (gêneros) e de representar (discursos) em dada localidade⁸⁶. Por coerção estrutural, Giddens (2009: 208) refere-se à “*fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância*”⁸⁷, o que não implica, de modo algum, um determinismo que castre a liberdade individual, uma vez que as condições anteriores e o processo de estruturação que estabelecem a continuidade com o passado consistem em apenas meios de *iniciação* da atividade humana, não havendo nenhuma garantia de que os atores sociais reproduzirão regularidades de conduta do mesmo modo que o fizeram anteriormente.

Como corolário, essa fixação de limites, garantida pelas ordens do discurso, especialmente em contextos institucionais e organizacionais, não assume um caráter restritivo global, totalitário e com capacidade de assujeitamento, embora o grau de coercitividade — e facilitação — devem sempre ser analisados de modo contingente e histórico. Na contemporaneidade ocidental, marcada pelo capitalismo, globalização, democracia, mobilidade social potencial, cientificismo e declínio das autoridades tradicionais, o grau de coercitividade torna-se — em muitas esferas, especialmente naquelas do capital simbólico, como a mídia —, aberto a uma maior flexibilidade. Dada a reflexividade institucional que se instaura na contemporaneidade, que permite ao ator social autoconfrontar-se e criar um projeto simbólico de identidade, as coletividades e instituições acabam sendo afetadas por uma natureza diferenciada de

⁸⁶ A Teoria da Estruturação define localidade por meio da junção entre procedimentos conversacionais, perceptuais, físicos e as circunstância materiais que envolvem a conduta social. Nesse sentido, refere-se “à maneira com que esses aspectos materiais dos cenários sociais são usados no curso das rotinas sociais”. Isso pressupõe que “as circunstâncias materiais podem ter uma influência variável sobre a transação da conduta” (COHEN, 1999: 429).

⁸⁷ Itálicos do autor.

demanda social, obrigando-as a buscar um espaço próprio e marcado no mercado simbólico, situado em um ótimo entre padrão e invocação, que vise à garantia de seus consumidores textuais.

Nesse embate, surgem grupos dominantes, que, dotados de maior capacidade de alocação de recursos e poder, acabam tornando-se hegemônicos e legitimando determinadas formas de agir, ser e representar como válidas, sancionando uma normatividade que fica implícita nas formas de significação, por meios ideológicos, controlando, em maior ou menor grau, os esquemas interpretativos.

No entanto, tal processo de legitimação não é sempre garantido e pode encontrar resistência de diversos grupos sociais. Tais processos de resistência, viabilizados pela capacidade transformadora dos agentes sociais e pela sua capacidade de mobilização de recursos segundo motivações diferenciadas a fim de atingir consumidores diferenciados, por exemplo, podem acarretar distanciamentos na formatação dos estilos, gêneros e discursos dominantes, levando a uma flexibilização das práticas como um todo, de modo que a sua regularização torna-se cada vez mais probabilística e dependente das identidades sociais e representações partilhadas. Tal mecanismo de confrontação dá origem à alternatividade interdiscursiva e consiste em um dos motores do processo de dinamização das ordens do discurso.

Como corolário, os gêneros devem ser concebidos como estruturas dinâmicas envolvidas na configuração do Significado Acional, que assumem, de maneira geral, um caráter compósito, do ponto de vista paradigmático, uma vez que se tornam resultado de uma demanda ou necessidade social motivada, atualizada probabilisticamente por determinados padrões de regularidades linguístico-discursivas, mediadas por esquemas interpretativos e pela monitoração reflexiva da ação. Nesse sentido, consistem em estruturas dinâmicas de significação, de composição estabilizável, mediante a capacidade de mobilização de recursos de dominação e legitimação de determinados grupos sociais. No entanto, encontram-se sempre abertos à mudança, na medida em que tanto consequências premeditadas como impremeditadas das ações humanas podem receber sanção avaliativa positiva dos grupos consumidores ou produtores e tornarem-se mecanismos centrífugos de configuração genérica, modificando sua formatação potencial e impingindo-lhes distribuições probabilísticas funcionais de recursos diferenciadas e possíveis novas teleologias.

Desse modo, torna-se necessário, para analisar a ação discursiva contemporânea, propor métodos de aproximação da realidade genérica que permitam abarcar a sua natureza compósito, a sua possível flexibilização teleológica e a coordenação e organização de padrões linguístico-discursivos a ela inerentes, tendo em vista uma convergência entre três modelos teóricos que enfoquem a atividade do agente social como o gatilho dos processos de estruturação social, em uma concepção que não é nem radicalmente determinista nem completamente libertária, ou seja, que não entende o agente social nem como plenamente assujeitado nem como completamente livre para agir, ser e representar como deseja.

5. Breve percurso metodológico para a análise do Significado Acional

5.1 Da escolha e da constituição do *corpus*

A análise do dinamismo do Significado Acional requisita uma abordagem quantitativa e qualitativa a fim de dar conta da multiplicidade e da heterogeneidade da construção do sentido no seio de um determinado gênero. Nesse sentido, torna-se necessário coletar um *corpus* que abarque uma pluralidade de produtores textuais — de diversos jornais, revistas, canais de TV, etc. — em uma quantidade significativa que permita, simultaneamente, depreender as coerções que atuam sobre os modos de agir discursivo em sua totalidade e as distinções advindas dos imperativos de inovação e individualização das práticas de cada instituição que atuam em determinado campo simbólico, político e/ou econômico.

Não há um critério exato que permita avaliar a representatividade do *corpus*. Tal tarefa cabe ao analista mediante os objetivos da pesquisa. Em geral, se o alvo da pesquisa constitui-se na depreensão dos mecanismos/padrões organizadores do dinamismo acional em determinado gênero, convém coletar um material que provenha de fontes distintas que pratiquem determinada ação discursiva no seio de uma mesma esfera de atividade humana. Em termos quantitativos, quanto maior o *corpus*, maior a probabilidade de que os dados resultantes da análise estatística correspondam à realidade empírica. No entanto — e esta ressalva faz-se essencial —, os resultados quantitativos apenas devem servir como norte para a análise qualitativa, que deve verificar em que medida os indicadores obtidos correspondem a algum padrão motivado e funcionalmente coeso de recursos linguísticos em um conjunto de textos.

5.2. Da depreensão de padrões

O contato com o *corpus* e uma análise prévia inicial permitirão ao analista depreender possíveis focos de desenvolvimento da dinamicidade genérica. Assim, torna-se possível que, em diferentes gêneros discursivos, estruturas ideacionais, interpessoais e/ou textuais embasem a faceta linguístico-discursiva do embate entre os modos hegemônicos e alternativos de ação discursiva, constitutivo da modernidade reflexiva, refratando, assim, as diversas coerções advindas da flexibilização de determinados parâmetros das ordens do discurso e as inclinações de múltiplas instituições associadas a um *continuum* identitário, ora complacente, ora resistente, no que concerne às formas hegemônicas.

Tendo isso em vista, o analista deve selecionar níveis de categorias linguístico-discursivas pertinentes em relação ao material selecionado e criar subsistemas paradigmáticos de opções linguísticas que lhe permitam identificar os nuances da *relatividade* genérica. Tais sistemas de categorias devem, preferencialmente, apresentar oposições de caráter discreto, uma vez que isso facilita a computação dos parâmetros quantitativos. No entanto, mesmo categorias contínuas podem constituir-se em alvo de análise quantitativa, desde que se façam ressalvas teórico-metodológicas para tal.

A própria teoria que embasa a abordagem do dinamismo abarca modelos sociológicos, discursivos e linguísticos que preveem sobreposições categoriais, contínuos entre estruturas, práticas e eventos sociais, assim como o caráter dialético dos elementos pertencentes ao interdiscurso — *gêneros, estilos e discursos* —, realizados por meio de opções nos níveis ideacional, interpessoal e textual da língua. Nesse sentido, a abordagem quantitativa de parâmetros contínuos pode ser realizada a partir da noção de *dominância*, o que, por sua vez, requisita do analista uma abordagem qualitativa de qualquer padrão quantitativo observável, na medida em que o trabalho com dominâncias exige um constante esforço de constatação e verificação da pertinência funcional dos padrões encontrados. Em outros termos, o analista deve questionar-se: os padrões quantitativos verificados apresentam, em termos qualitativos, alguma funcionalidade específica que ratifique sua pertinência no que tange a um aspecto da teleologia genérica?

Tal verificação deve ser sempre realizada em face de um outro tipo de parâmetro de análise: os parâmetros denominados *documentais* ou *textuais*, que se referem a aspectos gerais que englobam o texto como um todo, tais como *fonte midiática* de onde o texto se origina, a *temática* ou o *princípio de seleção temática*, a *época*, dentre outras possibilidades pertinentes em relação aos objetivos de pesquisa. É justamente o cruzamento entre os dados obtidos da análise quantitativa dos recursos linguístico-discursivos em relação a alguns parâmetros documentais que surgem as pistas iniciais da organização do dinamismo em determinado Significado Acional. Tais pistas, qualitativamente analisadas, constituem-se em mecanismos de mapeamento e foco de potenciais embates entre as formas alternativas e hegemônicas de determinado gênero, tendo em vista a pluralidade representacional e identificacional que caracteriza a contemporaneidade. Torna-se necessário exemplificar.

O subsistema abaixo consiste em uma possibilidade de análise do parâmetro *avaliatividade* (*avaliatividade*), segundo perspectiva de Martin e White (2005)⁸⁸.



⁸⁸ O gráfico referente ao subsistema da Avaliatividade foi criado a partir do *software UAM Corpus Tool*, vastamente utilizado por linguistas que adotam a perspectiva sistêmico-funcional.

Cada instância de valoração verificada em cada texto foi categorizada segundo o sistema acima apresentado. Ao final da inserção de dados, o programa é capaz de apresentar o total de cada índice do sistema considerado e cruzar sua relevância estatística comparativa em relação a dois parâmetros documentais quaisquer.

Como nem sempre o objetivo do linguista é depreender distinções matematicamente significativas, especialmente em uma perspectiva discursiva que considere dominâncias e categorias contínuas, opta-se, muitas vezes, por calcular o índice de ocorrências por texto ou por conjunto de palavras (/500, /1000, dentre outros), denominado aqui *densidade*. A partir desses dados, o analista pode criar gráficos que permitam depreender distinções na distribuição de recursos e buscar explicações e funcionalidades a esses padrões diferenciais, caso ocorram.

Desse modo, com base nas semelhanças e contrastes encontrados entre a distribuição dos recursos linguísticos e suas probabilidades de atualização, cabe ao analista verificar a pertinência de determinados padrões e interrogar-se a respeito das possíveis razões ou coerções associadas tanto às permanências quanto às modificações, buscando assim depreender e/ou propor parâmetros documentais que viabilizem uma compreensão mais acurada da dinamicidade em determinado gênero.

6. Considerações finais

Este artigo buscou, de modo sintético, expor algumas considerações teórico-metodológicas acerca da abordagem da constituição e da natureza do Significado Acional na modernidade reflexiva. Para isso, tornou-se necessário realizar uma convergência entre teorias e modelos linguísticos, discursivos e sociológicos capazes de viabilizar uma abordagem coerente do fenômeno.

Sem advogar a favor ou contra qualquer tipo de teoria relativa ao gênero discursivo, buscou-se mostrar de que maneira a abordagem quantitativa, apoiada em um corpus advindo de múltiplas instituições produtoras de texto, pode fornecer pistas e índices para análises qualitativas que visem a orientar-se pelo exame dos agentes e dos mecanismos que organizam a dinamicidade do Significado Acional, chamando atenção justamente para o embate hegemônico/alternativo que se instaura no mercado simbólico contemporâneo, tendo como base a necessária flexibilização dos parâmetros constitutivos das ordens do discurso modernas, pré-requisito para sua pseudo-estabilidade na sociedade pós-tradicional.

Além disso, procurou-se acentuar o elo, que se vê como indispensável, entre uma abordagem linguística do fenômeno discursivo, por meio de um modelo teórico funcionalista — no caso, o sistêmico-funcional — e de uma abordagem sociológica, e não apenas social, da produção discursiva, a fim de se poder aprofundar a relação língua-discurso-sociedade na análise da complexidade das ações discursivas em uma sociedade marcada pela reflexividade.

Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (Orgs.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, pp. 11-71.
- CARVALHO, Gisele de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, José Luiz, BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- COHEN, Ira. Teoria da Estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony & TURNEN, Jonathan (orgs.) **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: papers in the critical study of language**. London and New York: Longman, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2007.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (Orgs.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, pp. 73-133.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HALLIDAY, Michael. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, Michael. **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. London: Hodder Arnold, 2004.
- HODGE, Robert & KRESS, Gunther. **Language as ideology**. 2. ed. London and New York: Routledge, 1993.
- MARTIN, Jim & WHITE, Peter. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This paper seeks to present the foundations of a systemic-functional and critical-discursive approach and analysis towards texts whose production is associated with the institutional reflexivity parameters, which characterize de post-traditional modernity. Thus, this paper aims to describe the analytical procedures presupposed by this approach, showing in which way these two different theories can be combined with sociological perspectives towards linguistic and discursive analysis in contemporary society. The paper focuses primarily on four central aspects: the application of Systemic-Functional Grammar (HALLIDAY, 2004) towards textual analysis; the possible convergence between this theoretical frame and the discursive model proposed by Norman Fairclough (2007); the convergence between these perspectives and the sociological theories concerning the reflexive modernity (BECK, 1997; GIDDENS, 1997) and Structuration (GIDDENS, 2009); and a brief exposition of the main methodological criteria regarding the development of genre analysis oriented towards dynamicity.*

Keywords: *Structuration Theory; genre; genre dynamicity; reflexive modernity; Systemic-Functional Grammar.*

Processo referencial-metafórico e orientação argumentativa

Renata Palumbo⁸⁹

Resumo: neste artigo, o propósito de nossa pesquisa consiste em estender os estudos sobre a metáfora, de um ponto de vista discursivo-cognitivo, para as perspectivas da Referenciação e da Argumentação. Para tanto, observamos como a seleção de termos metafóricos associados a outras formulações linguísticas possibilita a construção discursivo-metafórica de realidades de maneira a constituir orientações argumentativas específicas, no campo da política internacional, particularmente, em discursos políticos oficiais. Nosso *corpora* compreende discursos proferidos pelo presidente da República Federativa do Brasil Luis Inácio Lula da Silva nas aberturas dos encontros da Organização das Nações Unidas (ONU), Nova Iorque, em 2004, 2005 e 2006.

Palavras-chave: metáfora; processos referenciais; argumentação; discurso político; cognição

1. Introdução

Pressupomos que a seleção de formulações metafóricas enquadra-se em uma dimensão social-cognitiva (Lakoff e Johnson, 1980; Gibbs, 2002), em que os falantes entram em contato com o extramental e, conforme a situação de uso (Cameron, 2003) e o repertório de experiências individuais e coletivas, apreendem-no, interpretam-no, constroem-no metafórico e discursivamente. A metáfora, por estar presente em nosso cotidiano, em nossas mentes e em nossos discursos, pode ser utilizada estrategicamente na tentativa de orientar olhares, de modificar contextos (imagens mentais) e, consecutivamente, de convencer e de persuadir um determinado auditório.

Conforme a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), os sujeitos criam cenários metafóricos que podem se fazer presentes nos discursos sociais. Partindo dessa teoria e relacionado-a aos estudos da Referenciação e os da argumentação, em nossa pesquisa, questionamo-nos como se estabelecem redes referenciais que colaboram para construções discursivo-metafóricas de realidades empíricas de maneira a orientar argumentativamente auditórios específicos no campo da política internacional.

A partir disso, nossa metodologia de pesquisa consiste em analisar a constituição de redes referencial-metafóricas recorrentes em vários discursos políticos presidenciais e seus efeitos argumentativos, levando-se também em conta o contexto e os entornos social, histórico e ideológico de cada discurso. Para este trabalho, nosso *corpora* compreende discursos do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva proferidos na ONU, em 2004, 2005 e 2006. Adotamos como referencial teórico: i) estudos sobre a referenciação, a partir de Mondada e Dubois (2003), Apothélos (2003), Marcuschi e Koch

⁸⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. E-mail: rpalumbo_07@ig.com.br.

(1998), ii) reflexões em torno da argumentação, em que se destacam os trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002), Charaudeau (2006) e Aquino (1997); iii) investigações sobre a metáfora, realizadas por Cameron (2003), Lakoff e Johnson (1980, 2003), Sardinha (2007a, 2007b, 2008), Charteris-Black (2005).

Para os propósitos apresentados, primeiramente, discutiremos alguns conceitos de metáfora a partir de estudos que versam sobre a (sócio)cognição, a argumentação e os processos referenciais. Posteriormente, analisaremos segmentos dos discursos proferidos por Lula nas aberturas dos encontros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, 2005 e 2006.

2. Perspectiva cognitiva da metáfora

De acordo com Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1993), que desenvolveram a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) a partir dos estudos de Reddy (1970), é devido ao nosso sistema conceptual que podemos nos relacionar com o mundo e com as situações diárias. Para os estudiosos, esse sistema é, em sua maioria, metafórico por natureza, ou seja, pensamos e percebemos o mundo metaforicamente e, assim, agimos sobre ele da mesma maneira. Em outras palavras, a metáfora está imbricada em nosso processo de interpretação e de percepção de realidades empíricas que pode ser percebido nos discursos sociais, pela observação de expressões linguísticas.

Conforme Lakoff (1993), os teóricos clássicos, desde Aristóteles, referiam-se à metáfora apenas no campo da literatura, utilizando, em seus estudos, somente exemplos de textos literários. Assim, para eles, não havia metáfora na linguagem do cotidiano. O fato de essa teoria clássica ter perpassado séculos possibilitou que se estabelecesse, de maneira geral, um conceito de metáfora da palavra, em que uma ou mais palavras seriam selecionadas fora de seu sentido convencional para expressar determinadas semelhanças. Para o autor (op. cit.), esses conceitos são generalizados quando pensamos em questões empíricas, pois, para ele, as metáforas não estão nas palavras, mas sim no pensamento, lugar em que se constituem mapas gerais entre domínios conceptuais que não se limitam à produção literária por estarem presentes no dia-a-dia do ser humano.

É nesse sentido que a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) contrapõe-se à visão lógico-positivista do mundo, já que esse estudo contemporâneo não parte da concepção de que há verdades absolutas, mas sim de que é pela cultura e pelas experiências humanas que os sujeitos constroem metáforas, as quais perpassam e afetam a constituição de posicionamentos ideológicos de certos grupos sociais. Dessa maneira, todos os dias, conceitos abstratos – como tempo, estados, sentimentos – tornam-se metafóricos e se fazem presentes em diversos discursos, em várias situações de interação, pois os sujeitos utilizam o mesmo sistema comum do pensamento.

Nessa perspectiva, Lakoff e Turner (1989) apresentaram uma proposta inovadora para os estudos sobre metáfora. Os pesquisadores demonstraram que muitas metáforas presentes na literatura, por vezes

novas, são oriundas de metáforas conceituais subjacentes, ou seja, presentes no dia-a-dia dos seres humanos.

Por tudo o que foi exposto, importa-nos salientar que, na TMC, o termo metáfora é utilizado de maneira diferente daquele dos estudos clássicos, enquanto nestes, ela é entendida como relação de semelhança, nas pesquisas da metáfora cognitiva, refere-se ao cruzamento entre domínios distintos – presentes em um grande sistema em que há milhares de mapeamentos cruzados – advindos da experiência humana e da natureza de nossos corpos físicos. Já em relação à realização linguística desses domínios, o termo utilizado consiste em expressão metafórica.

De maneira geral, a metáfora compreende a relação entre domínios de experiência distintos. Estabelece-se um cenário metafórico, cujos domínios distintos entrelaçam-se, formando uma imagem, uma compreensão de dada realidade social, que reflete nas concepções sociais da realidade – mapeamentos fixos de nosso sistema conceptual – o olhar individual do sujeito perpassado pela coletividade.

Embora versando sobre a concepção cognitiva da metáfora e, por conta disso, não privilegiando as situações de interação, Lakoff (1993) já afirmara a existência de inúmeras metáforas que não são universais, pois as experiências variam conforme a vivência de cada um, em determinada cultura.

3. Visão sociocognitivo-discursiva da metáfora

A partir das pesquisas de Lakoff e Johnson (1980), outros estudiosos da contemporaneidade (GIBBS, 1999; MUSSOLF, 2004; CHARTERIS-BLACK, 2004, 2005; CAMERON, 2003, 2008; entre outros) vêm se dedicando aos estudos da metáfora.

Esses autores seguem alguns pressupostos da TMC; entretanto, em algumas considerações, enveredam por outros caminhos. Nessa perspectiva discursiva e sociocognitiva, eles enfatizam a importância da análise da recorrência de seleções linguísticas em situações interacionais reais e específicas e partem do pressuposto de que a metáfora consiste em um fenômeno social, diferentemente, da Teoria da Metáfora Conceptual, em que a observam, de maneira geral, como um fator individual.

Se na Teoria da Metáfora Conceptual, a linguagem cumpre papel secundário, os teóricos da visão sociocognitiva e discursiva da metáfora vêm propondo uma relação estreita entre discurso e cognição. Nesse sentido, fatores sociais e cognitivos estão presentes simultaneamente nas práticas languageiras. O desempenho da metáfora (elaboração e entendimento) opera em sistemas dinâmicos, complexos e não-lineares (GIBBS E CAMERON, 2008).

Cameron (2003) afirma que, tendo em vista a língua em uso, a metáfora deve ser observada de maneira contextualizada, ou seja, deve-se levar em conta fatores físicos (características do lugar em que o discurso é produzido), sociais (relações entre os participantes, objetivo do encontro), interacionais (relações entre os processos de interação), linguísticos (uso da língua, seleções) e conceituais (pontos de

vista, conhecimentos prévios). A autora ressalta que o analista deve conhecer esses elementos contextuais devido ao fato de os mesmos fornecerem subsídios para o reconhecimento, a interpretação e a análise da metáfora. A partir disso, Cameron (2003) aponta três categorias básicas de análise: linguística (unidade de sentido que contém termos metafóricos), processual (interpretação metafórica) e conceptual (repertório de conhecimentos armazenados):

Três categorias – linguística, processual e conceptual – formarão a base do pensamento sobre metáfora no discurso. A exploração de relações entre as categorias contribuirá para reunir pensamento e linguagem. (2003, p.25) (Tradução nossa)

Ainda de acordo com Cameron (2008), a metáfora tem a sua existência em um complexo sistema dinâmico e dialógico do discurso, ela é ao mesmo tempo linguística e sociocognitiva, ou seja, acontece em tempo real, refletindo as condições específicas da prática languageira. Em outras palavras, a metáfora deve ser observada na interação discursiva, conforme as características dos participantes e como eles usam a língua e selecionam expressões metafóricas. Nessa perspectiva, a metáfora deixa de ser vista como um fenômeno meramente linguístico e passa a ser analisada como um fator sociocognitivo, interacional e discursivo.

A respeito da esfera política, segundo Charteris-Black (2005), as seleções de metáforas são também condizentes com a ideologia do orador; os discursos políticos são marcados pelo uso sistemático de metáforas que expressam posicionamentos ideológicos de maneira argumentativa, já que, nessas práticas languageiras, há uma arena repleta de propósitos argumentativos, orientações axiológico-semânticas peculiares da esfera de comunicação política e do posicionamento político assumido, no momento da enunciação. Sobre isso, de acordo com Sardinha (2007a, 2007b), o presidente da República Luis Inácio Lula da Silva seleciona de modo constante metáforas conceptuais relacionadas à noção de conquista. Esse procedimento, ainda conforme o autor, vai ao encontro tanto da trajetória de vida de Lula (de metalúrgico a presidente da República) quanto de uma ideologia marxista de luta de classes.

Por tudo o que expusemos, interessa-nos ressaltar, que nenhum dos estudos sobre a metáfora abrange, individualmente, toda a riqueza de significações que ela possui (SARDINHA, 2008), pois cada olhar enfatiza determinadas características e, concomitantemente, oculta outras. Apesar disso, todos os conceitos colaboram para entender uma parte desse fenômeno (sócio)cognitivo-discursivo.

De maneira geral, é possível afirmar que a metáfora faz parte de nosso cotidiano e, assim, tem papel significativo nas relações – linguísticas e cognitivas – que os seres humanos estabelecem uns com os outros e com o extralinguístico/extramental (GIBBS, 1994). E por ser encadeada por conceitos culturalmente estabelecidos – produtos de relações entre domínios distintos aceitos socialmente – a seleção metafórica pode encaminhar maneiras de ver o mundo, guiar nossas ações, organizar nossa experiência por meio de implicações e colaborar na construção discursivo-cognitiva de realidades. Isso nos faz acreditar que a

metáfora corresponde a um significativo elemento linguístico-cognitivo que pode ser selecionado estrategicamente para encaminhar efeitos de sentido e orientar argumentativamente.

4. Construção discursivo-metafórica da realidade e orientações argumentativas

Anteriormente, vimos que a seleção de formulações metafóricas enquadra-se em uma dimensão social-cognitiva (LAKOFF E JOHNSON, 1980; GIBBS, 2002), em que os falantes entram em contato com o extramental e, conforme a situação de uso (CAMERON, 2003) e o repertório de experiências individuais e coletivas, apreendem-no, interpretam-no, constroem-no metafóricamente e discursivamente. Discutimos também que a metáfora pode ser um recurso linguístico utilizado estrategicamente na tentativa de modificar contextos (imagens mentais) e, consecutivamente, de convencer e de persuadir um determinado auditório.

Dessa maneira, se damos sentido ao mundo e agimos sobre ele discursivamente, e se essa atividade linguística estrutura-se, em sua maioria, metaforicamente, em situações interacionais – contato com o mundo, com os outros e com si próprio – podemos afirmar que a língua, manifestada em discurso, não é transparente, pois ela possibilita a construção discursivo-metafórica de realidades extramentais, empíricas.

Essa perspectiva enquadra-se nos recentes estudos sobre a referenciação (MONDADA, 2001, 2002, 2005; MONDADA E DUBOIS, 2003; APOTHÉLOZ, 2003; MARCUSCHI E KOCH, 1998; entre outros), que vêm apresentando uma nova concepção sobre língua e mundo. Nesse quadro, os referentes, tidos como imagens mentais, são fabricados pela dimensão perceptivo-cognitiva dos interactantes na prática social, e a língua possibilita construções intersubjetivas de categorias avaliativas, que se modificam durante determinadas interações.

Assim, o referente textual não pode ser entendido como a própria realidade exterior e, nesse sentido, importa indicar a noção de referente conforme Mondada e Dubois (2003). Essas autoras denominam objetos de discurso, em oposição a objetos de mundo, os elementos do mundo empírico, mencionados no discurso.

Nessa perspectiva, os objetos de discurso são dinâmicos, ou seja, uma vez ativados (remissão), podem ser reativados (retomada) e, assim, (re)categorizados ou modificados. Essa progressão referencial, juntamente com a progressão tópica,⁹⁰ possibilita a progressão textual, ou seja, esta se torna possível pela oscilação de vários elementos os quais têm como base: o que já foi dito (anáfora), o que será dito (catáfora) e o que é sugerido (fusões, alusões etc.). A isso, Koch (2006) denominou “co-determinação progressiva”.

Ao dedicar-se aos estudos da progressão referencial, Koch (2005, 2006) destaca as expressões nominais, definidas e indefinidas, como significativas estratégias de referenciação com alto teor

⁹⁰ Entendemos Tópicos Discursivos como os assuntos que são abordados durante a atividade discursiva.

argumentativo, ao lado das pronominalizações. São denominadas expressões nominais definidas aquelas formulações linguísticas constituídas por, pelo menos, um determinante definido ou demonstrativo, antecedendo um nome. Já as expressões indefinidas precedem artigos indefinidos ao nome. Destacamos que ambas as expressões podem aparecer como: descrições, nominalizações, encapsulamentos e rotulações metadiscursivas, sendo que, por vezes, apresentam-se por meio de termos metafóricos.

Em descrições, o falante seleciona determinadas propriedades de um referente textual que ele julga importante ressaltar, de acordo com o seu projeto de dizer. Assim, a utilização de descrições tanto pode revelar opiniões, crenças e ações do sujeito falante, quanto pode presentificar características do objeto de discurso julgadas desconhecidas pelo interlocutor, isto é, a descrição aponta para certos traços do objeto, resultando em um recurso linguístico que colabora para a argumentação ou, mais especificamente, para o processo de orientação argumentativa.

Em relação ao encapsulamento, Koch (2005) afirma que há dois tipos. Aqueles que rotulam um segmento do enunciado, transformando-o em objeto-de-discurso e possibilitando a progressão textual, e aqueles que “realizam operações de nominalizações, por meio de nomes deverbais ou não” (2005, p. 39).

Já o rótulo metadiscursivo pode ser um recurso que o produtor do enunciado utiliza-se para avaliar ou para mostrar aproximação ou distanciamento em relação ao discurso rotulado. Isso se deve ao fato de a escolha da expressão metadiscursiva ser indicativa da opinião do enunciatador, tanto sobre o procedimento linguístico rotulado, quanto a respeito do próprio produtor desse enunciado e suas respectivas atitudes (sociais, linguísticas etc).

Em relação ao papel argumentativo da metáfora, destacamos, neste trabalho, os de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002). De acordo com esses estudiosos é na “função da teoria argumentativa da analogia que o papel da metáfora ficará mais claro” (1958, 2002, p. 453). Essa relação entre analogia e metáfora já era evidenciada na tradição dos filósofos, inclusive em Aristóteles, mas é na Nova Retórica que o conceito de analogia é aprofundado e a definição de metáfora é apresentada como sendo uma analogia condensada, ou seja, considera-se a união entre o “elemento do tema” com o “elemento do foro” (op. cit., p. 543). Assim sendo, a metáfora pode ser construída a partir de uma analogia ou até antes mesmo por meio desta.

Na utilização da metáfora, se as conclusões são direcionadas através do foro e das características recortadas deste, o recorte será associado ao tema, facilitando ao auditório perceber, por exemplo, um referente textual da maneira como ele é apresentado pelo orador, resultando, assim, em efeitos argumentativos. Um exemplo disso é o corpus analisado, em que Lula seleciona características de um contexto de guerra e as apresenta em um contexto de miséria mundial, construindo discursivamente a situação mundial em termos de guerra.

Os autores também afirmam que uma metáfora pode se desgastar, tornando-se não mais uma relação entre termos, mas um vocábulo de uso comum. Porém, esse estado pode ser transitório, pois,

dependendo da maneira como é utilizada, uma expressão metafórica volta a ser atuante e se apresenta novamente como metáfora.

Ainda é importante salientar que a relação entre domínios enunciada por meio da metáfora consiste num caráter vivo e variado que se encontra no campo da interação entre falantes. Desse modo, a metáfora também pode ser considerada como uma escolha do falante de acordo com suas intenções e posições assumidas. A seleção de um termo metafórico pode colaborar, juntamente com outras formulações linguísticas e com os conhecimentos partilhados entre falantes, no processo de construção do referente textual e, consecutivamente, direcionar o auditório a certas conclusões; ou seja, a metáfora ganha força argumentativa no contexto - tido aqui em seu sentido amplo, linguístico, situacional, cognitivo - pois leva à presença do interlocutor certas associações, ancoragens; em outras palavras, instaura-se um “laço” entre os termos introduzidos ou retomados, os conhecimentos linguísticos e os de mundo compartilhados.

5. Análise do *corpus*

Para os propósitos deste trabalho, detectamos algumas formulações linguísticas dos discursos do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, na ONU, que constroem um quadro de guerra. Primeiramente, examinamos as seleções que remetem aos alvos da guerra:

Quadro 01. Expressões linguísticas que indicam as ações propostas pelo orador
Expressões linguísticas que indicam as ações propostas pelo orador
Em 2004
Lutar pela paz
Deter a barbárie
Eliminar a violência
Enfrentar os agentes do ódio
Ação internacional contra a fome e a pobreza
Lutar contra a pobreza no mundo
Estratégias que combinem solidariedade e firmeza
Em 2005
Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos. O combate a esse flagelo exige firmeza.
O combate à violência irracional
Em 2006
Combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo
A luta contra a fome e a pobreza (por 2 vezes)
O combate à fome e à pobreza

Observamos, nesses segmentos, que os verbos selecionados – deter, lutar, eliminar, enfrentar – como outras formulações (ação internacional contra) indicam a necessidade de agir como em uma guerra, em que há alvos para eliminar/combater, como por exemplo: a barbárie, a violência, os agentes do ódio, a pobreza, a fome, a desigualdade.

As vítimas da guerra, construídas no discurso, podem ser examinadas por meio de algumas expressões referenciais:

Quadro 02. Expressões linguísticas que indicam as vítimas
Expressões linguísticas que indicam as vítimas
Em 2004
Os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança
O olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida. São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.
Em 2005
Inocentes e indefesos
1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome
Em 2006
Os países pobres
Os países em desenvolvimento
Os excluídos

A esse quadro, julgamos significativo ressaltar o seguinte segmento do início do discurso do presidente, na ONU, em 2004:

(1)

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer **a palavra do Brasil**. Carrego um compromisso de vida com **os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança**. A **eles**, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou **uma herança comum: 'Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome'**.

Em (1), podemos constatar que os objetos de discurso selecionados “a palavra do Brasil” e “os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança” já revelam os papéis assumidos, no e pelo discurso, por Lula: representante dos brasileiros no exterior e defensor das pessoas as quais vivem em situação de miséria e não podem se pronunciar.

Em relação a esse procedimento linguístico do Presidente da República, em específico a formulação “os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança”, interessa-nos retomar os estudos de Lakoff e Johnson (1980, 1992, 1993, 2003) que afirmam que a seleção de expressões metafóricas pode indicar os

valores assumidos pelo enunciador, ou seja, revela como ele compreende dada realidade empírica conforme a maneira de se referir a ela discursivo-metaforicamente. Dessa maneira, no exórdio desse *corpus*, já há pistas dos valores que serão defendidos pelo Presidente.

Ainda em relação ao exemplo (1), as palavras de Franz Fanon são rotuladas como “uma herança comum”. Esse rótulo metadiscursivo também é elemento indicativo do ponto de vista do orador: “os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança” têm destino certo dado por aqueles que, na história, detiveram o poder econômico: o de morrer de fome.

O posicionamento ideológico do orador também pode ser observado por meio das seleções referenciais que, embora não sejam, em sua maioria, expressões metafóricas, podem construir, no enunciado, a imagem de um mundo polarizado, dividido entre os pobres e os ricos. Observemos:

Quadro 03. Expressões linguísticas referenciais que indicam um mundo polarizado
Expressões linguísticas que indicam um mundo polarizado
<i>Em 2004</i>
O país mais rico e o mais pobre
Os antigos súditos ... devedores perpétuos do sistema econômico internacional
O mundo da escassez e o mundo do privilégio
Países em desenvolvimento (selecionado por duas vezes)
Países desenvolvidos
<i>Em 2005</i>
Países em desenvolvimento
<i>Em 2006</i>
Os países ricos... os pobres
Os países ricos... os países pobres ou as nações emergentes
Os países mais pobres
Os países pobres da África
Os países em desenvolvimento
Os países pobres e em desenvolvimento

Novamente, podemos examinar o posicionamento ideológico do presidente, quando, especificamente, ele constrói um mundo polarizado – o dos pobres e o dos ricos – de maneira a enfatizar que os responsáveis pela desigualdade social, os que devem (“devedores perpétuos”) aos mais pobres, correspondem aos “privilegiados”, “aqueles que sucederam ao domínio colonial”, os quais, atualmente, fazem parte do Conselho de Segurança da ONU (o auditório em questão). Já o presidente fala na posição dos silenciados, do mundo da escassez, dos mais pobres etc.

A seleção recorrente de objetos de discurso, com sentido antagônico, é indicativa dessa tentativa de polarizar o mundo. Examinamos que, no discurso de 2006, há as seguintes seleções:

1. países ricos (3 vezes);
2. países pobres (2 vezes);
3. países mais pobres (1 vez);
4. países desenvolvidos (1 vez);
5. países pobres e em desenvolvimento (1 vez);
6. países em desenvolvimento (3 vezes);
7. países pobres da África (1 vez).

A respeito disso, lembremos a afirmação de Charteris-Black (2005) sobre o fato de as seleções metafóricas serem condizentes com a ideologia do orador. Como também, torna-se significativo retomar os estudos de Sardinha (2007a, 2007b) que apontam a recorrência de seleções, apresentadas nos discursos do presidente Lula, de metáforas conceptuais relacionadas à noção de conquista as quais vão ao encontro de uma ideologia marxista de luta de classes.

Sobre esse último ponto, retomemos a formulação linguística, em (01), que se trata de uma metáfora (desigualdade, fome e desesperança são pessoas que agem sobre outras pessoas de maneira a silenciá-las, ou melhor, deixá-las sem direito à atitude perante uma situação). Nesse caso, juntamente com a construção de um mundo desigual, polarizado entre ricos e pobres, é possível examinar uma crítica de Lula àqueles cujas condutas não estão de acordo com os direitos humanos. Ressaltamos segmentos dos artigos 1, 2 e 25 da carta:

1. Todo os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição [...]
25. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação [...]

Observamos que as seleções linguísticas feitas por Lula – que remetem às declarações dos direitos humanos – são indicativas de uma estratégia argumentativa, principalmente, se pensarmos no auditório em questão (ONU), cuja função é de assegurar a paz mundial e a igualdade de direitos dos seres humanos, sem distinção de qualquer espécie, promover melhores padrões de vida etc. Ocorre, então, uma adaptação do discurso ao público. Fato que colabora com os propósitos argumentativos do orador; estratégia já

apontada por Aristóteles e, posteriormente, também por Perelman e Olbrechts-Tyteca como significativa para a argumentação (1958, 2002).

Além disso, Lula enfatiza a ideia de que há “comandantes” – “os antigos súditos”, devedores perpétuos do sistema econômico internacional” etc – ou seja, os responsáveis pela situação atual de um mundo em que os menos favorecidos são mortos e aprisionados pela fome. Os responsáveis pela polarização (desigualdade) do mundo possibilitam a atuação de alguns agentes:

Quadro 04. Expressões linguísticas que indicam os agentes
Expressões linguísticas que indicam os agentes
Em 2004
A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a Segunda Guerra.
O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança , da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.
2005
1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome
2006
A fome alimenta a violência e o fanatismo
A fome e a doença são irmãs gêmeas
A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças. Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia. Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem [...]

Ressaltamos que o presidente da República, ao selecionar as formulações linguísticas indicadas no quadro anterior, faz de modo a personificar entidades não-humanas. A partir disso, elementos abstratos, que, por vezes, são tidos como tópicos (fome, desigualdade, pobreza etc), tornam-se, no e pelo discurso, objetos de discurso que colaboram para os propósitos argumentativos do orador, já que são apresentados como dados que fortalecem a tese proposta: A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO É GUERRA, pois a situação de fome e de desigualdade social leva à morte, à opressão, à violência e a conflitos; o que faz com que os responsáveis tenham de agir como em uma guerra. Nessa construção discursivo-metafórica, também são apresentadas as armas do combate:

Quadro 05. Expressões linguísticas que indicam as armas
Expressões linguísticas que indicam as armas
Em 2005
No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos
Este mal (a fome) é a mais devastadora arma de destruição em massa
O legado devastador de miséria e regressão social que explode na agenda do século 21.

Examinamos que, se em alguns momentos do discurso, a fome é constituída como agente, em outros, torna-se “a mais devastadora arma de destruição em massa”, categorização extremamente negativa enfatizada pelo encapsulamento “este mal”. Nesse mesmo sentido, a formulação “o legado devastador de miséria e regressão social que explode” remete a características das bombas e, mais uma vez, direciona a construção de um quadro de guerra.

Em relação às expressões nominais apresentadas de maneira metafórica e não-metafórica, indicamos anteriormente, nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002), que a seleção de um termo metafórico associado a outras formulações linguísticas e aos conhecimentos partilhados entre falantes – lembremos dos principais objetivos da ONU que consistem em garantir os direitos humanos, preservar a paz etc – pode colaborar no processo de construção de objetos de discurso e, consecutivamente, direcionar o auditório a certas conclusões. Dessa maneira, é possível observar que o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva apresenta alguns objetos de discurso, metaforicamente, de modo a constituir, na rede referencial do texto, uma imagem da situação atual do mundo em termos de guerra. Isso ocorre, como já mencionamos, pela apresentação de algumas metáforas ontológicas, de personificação (1980, 1992): “o legado devastador explode”, “a falta de saneamento matou”, “o ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança”, “enfrentar os agentes do ódio”, “a fome, a desigualdade e a desesperança silenciam” etc.

Assim, selecionar específicas características de alguns objetos de discurso e levá-las à presença do auditório de modo a apontar um quadro de guerra e a despertar uma realidade que vai de encontro aos propósitos e aos valores assumidos pela ONU foram as ações examinadas nos discursos do Presidente; tudo indica, mais uma vez, que esse procedimento linguístico consiste em uma tentativa de orientar o olhar do auditório para a necessidade de uma atitude política por parte, principalmente, dos representantes da ONU, para mudar a situação de fome e de pobreza no mundo, pois, como discutimos anteriormente, tanto a metáfora quanto o próprio processo de referenciação podem ser selecionados como estratégias argumentativas, já que consistem em tentativas de modificar contextos (imagens mentais) e, consecutivamente, de levar à ação. Como também, a recorrência dessa construção discursivo-metafórica

de um mundo em guerra, nos três encontros, reforça a ideia de que se trata de uma estratégia argumentativa.

Julgamos significativo salientar que a construção discursivo-metafórica da realidade apresentada no discurso de Lula é constituída no cotexto e efetivada no momento da enunciação, ao ser transpassada pelos fatores físicos, interacionais, conceituais e sociais do encontro (Cameron, 2003). Os termos que remetem ao contexto de uma guerra, selecionados e associados ao de pobreza, possibilitam a ativação de lembranças, de sensações vivenciadas por um mundo que já passou, e ainda passa, por situações de conflitos armados e por suas consequências negativas que podem desestruturar desde países pobres a grandes potências. Dessa maneira, podemos afirmar que o procedimento linguístico em questão trata-se de uma metáfora nova, uma nova maneira de olhar dada realidade que privilegia os valores já enraizados na cultura dos participantes. Mais um fato que colabora para a argumentação do discurso.

6. Considerações finais

Os resultados permitem observar que a organização dos discursos do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, na Organização das Nações Unidas, apresenta uma construção discursivo-metafórica avaliativa da situação mundial (um quadro de guerra) na tentativa de apontar a necessidade de ações por parte dos representantes dos países-membro da ONU para diminuir a desigualdade social. Conforme esse procedimento recorrente de Lula, é possível afirmar que a construção discursivo-metafórica da realidade (empírica) pode consistir em estratégia argumentativa no campo da política.

Referências bibliográficas

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (org.). **Clássicos da Linguística 1**. Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

CAMERON, Lynne. **Metaphor in educational discourse**. London: Continuum, 2003.

_____. (2008). **Metaphor in real time: evidencial for affective models**. Rascunho de 13 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.dur.ac.uk/resources/mlac/research/metaphors_as_models/Cameron2.pdf. Acesso em 18 de janeiro de 2009.

CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. (2006). The emergence of metaphor in discourse. **Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press. p.671-690.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. **Politicians and Rhetoric: the Persuasive Power of Metaphor**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

GIBBS Jr., Raymond. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS Jr., Raymond; STEEN, Gerard. (ed.). **Metaphor in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 145-166.

- KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.
- _____. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luis Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA**. São Paulo, v. 14, número especial, p. 169-190, 1998.
- KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, Andrew. (ed.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: CUP, 1993, p.202-252.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- _____. *Metaphors we live by*. In: POTTER, Jonathan (org). **Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction**. London: Sage Publications Ltd., 2003, p.124-132.
- MONDADA, Lorenza. Gestion du Topic e organization de la conversation. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 41, p. 7-36, 2001.
- _____. **Cognition et parole-en-interaction**. Veredas. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-27, 2002.
- _____. L'exploitation située de ressources langagières et multimodales dans la conception collective d'une exposition. In: LAURENT, Filliettaz; BRONCKART, Jean Paul (org). **L'Analyse des actions et des discours en situation de travail: concepts, methods et applications**. Louvain-la-Neuve: Peers, 2005a, p. 135-154.
- _____. A Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES Anna Christina (org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 11-31.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (org.). **Clássicos da Linguística 1**. Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1958). **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SARDINHA, Tony Berber. Metáforas de Lula e Alckmin nos debates de 2006 em uma perspectiva da Linguística de Corpus. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 7. n.2, p. 139-164. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2007a.
- _____. Lula e a metáfora da conquista. **Linguagem em (Dis)curso**. v. 8. n.1, p.93-120. Universidade do Sul, 2007b.
- _____. **A metáfora**. São Paulo: Parábola, 2008.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *in this paper, the purpose of the our research is to extend the metaphor studies, from a discursive-cognitive point of view, to the Referentiation and Argumentation perspectives. We examine how the selection of metaphorical terms associated with other linguistic formulations allows the metaphorical discursive construction of reality of way the to constitute specific argumentative orientations, in the international political domain, particularly in a President of the Republic Luis Inácio Lula da Silva discourses in the United Nations Office (ONU), New York, 2004, 2005, 2006.*

Keywords: *metaphor; referential processes; argumentation; political discourse; cognition.*

Polêmica aberta e polêmica velada: Refrações discursivas em análise diacrônica do “Roda Viva”

Simone Ribeiro de Ávila Veloso⁹¹

Resumo: Criado em plena efervescência política delineada pelo processo de redemocratização no país, o programa Roda Viva da TV Cultura, porta como traço constitutivo um processo de interação verbal caracterizado pela presença de interlocutores de diversas esferas instituídas. O objetivo primordial deste artigo é explicitar aspectos teórico-metodológicos de nossa pesquisa cuja análise diacrônica contém em seu escopo edições veiculadas nas três últimas décadas com entrevistados cientistas. A pergunta que impulsiona nosso estudo é: quais discursos são refletidos e refratados em tal contexto? Com vistas a uma análise do programa realizado dia 14 de dezembro de 1987 com o cientista político Herbert de Souza, mobilizamos duas categorias discursivas: a polêmica aberta em relação aos discursos oficiais e a polêmica velada instaurada na contraposição entre resultados de pesquisas socioeconômicas.

Palavras-chave: polêmica; jornalismo; divulgação científica; Círculo de Bakhtin; dialogismo

1. Introdução

Não é com a palavra dicionarizada que nos deparamos cotidianamente nos mais diversos atos de comunicação, mas com asserções acerca de acontecimentos relacionados a uma sociedade, dúvidas que envolvem interlocutores, cujos papéis sociais configuram-se no processo sócio-histórico-cultural constitutivo de suas respectivas comunidades discursivas. Compreenderemos a palavra como *enunciado*, ou seja, *produto da interação de indivíduos socialmente organizados* (Bakhtin; Volóchinov, 2004[1929], p.112). Tal perspectiva requer uma abordagem investigativa que considere elementos do *horizonte social*⁹² amplo como inerentes aos usos sociais da linguagem. É esse horizonte que determina os contornos do discurso, uma vez que a hierarquia social estabelecida entre locutor e destinatário encontra-se intimamente vinculada ao contexto sócio-histórico de cada época e sociedade. Dessa forma, compor uma análise diacrônica do programa *Roda Viva* com entrevistados cientistas exige mais do que um olhar cuidadoso, restrito à superfície linguística.

Ciente de que o referido contexto não se constitui *cenário* dos enunciados, contudo, elemento inerente à construção de sentido, o presente artigo se propõe a expor as etapas teórico-metodológicas que fundamentam as análises diacrônicas de edições do mais antigo programa de entrevistas da TV brasileira. Para tanto, encontra-se dividido em três partes: na primeira, serão destacados os critérios metodológicos

⁹¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profª Drª Sheila Vieira de Camargo Grillo. E-mail: simoneveloso@usp.br.

⁹² Sob uma perspectiva sociológica, Bakhtin/Volóchinov (2004[1929]) compreende a noção de *horizonte social* como determinante da criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos.

adotados sob a perspectiva bakhtiniana; na segunda, ressaltaremos o contexto social amplo dos anos 80, de modo especial, o papel da TV Cultura como emissora pública no processo de redemocratização do Brasil, considerando os primeiros anos de surgimento do programa *Roda Viva* e, por último, efetivaremos uma breve análise tendo em vista as categorias discursivas apresentadas.

2. Aspectos teórico-metodológicos

Munidos de nossa pergunta de pesquisa “quais discursos são refletidos e refratados no programa *Roda Viva* nas décadas de 80, 90 e 2000, nas edições realizadas com entrevistados cientistas?”, o primeiro desafio apresentado foi selecionar um corpus que viabilizasse análises a partir de critérios científicos. Investigamos, inicialmente, por meio do portal www.rodaviva.fapesp.br todas as edições que situassem ao centro da arena pesquisadores, cientistas de todas as áreas e domínios científicos. Chegamos a um total de 160, considerando o período compreendido entre setembro de 1986 (data em que o programa foi ao ar pela primeira vez) e abril de 2009. O segundo passo caracterizava-se por delinear um corpus representativo que contemplasse as subesferas científicas mais recorrentes. A tabela abaixo nos oferece um resultado dessa fase inicial de nossa pesquisa:

Tabela 1
Presença progressiva dos domínios científicos no decorrer das três décadas:

Domínios	CEN	CET	CMS	CA	CS	H
Décadas						
1986-1989	1	-	3	-	1	2
1990-1999	5	-	11	-	27	13
2000-2009	17	2	12	1	42	23
Total	23	2	26	1	70	38

Legenda:

CEN: Ciências exatas e naturais

CET: Ciências da engenharia e tecnologias

CMS: Ciências médicas e da saúde

CA: Ciências agrárias

CS: Ciências sociais

H: Humanidades

Por esse levantamento inicial o que se evidencia é a crescente presença da divulgação da ciência na programação do *Roda Viva*, no decorrer das décadas. Crescimento que não se realiza de modo equitativo no referido período. Em outras palavras, enquanto na década de 80, houve reduzida representatividade de vozes de entrevistados cientistas, a década seguinte sinalizaria o tom assumido pelo programa: a

recorrência de especialistas oriundos da área das Ciências Sociais explicita uma intencionalidade⁹³ adotada pelo programa em se posicionar como *um centro de debates em torno de questões de caráter social*, em especial economia, sociologia e ciências políticas. Na década de 2000, CMS que, havia mais do que triplicado o número de ocorrências na década de 90, manteve-se estável em termos quantitativos, ao passo que temas de teor científico advindos da subesfera das CEN ganham expressividade nesse último decênio. Finalizamos a constituição de nosso *corpus* de pesquisa com seis programas, dois de cada década e representativos dos domínios científicos mais recorrentes proporcionalmente aos números apresentados:

TABELA 2

Áreas científicas e tecnológicas	Entrevistas selecionadas	Apresentador
Ciências exatas e naturais	1)11/02/2008 – Amit Goswami (físico)	Heródoto Barbeiro
Ciências médicas e da saúde	2)06/03/2006 – Miguel Srougi (cancerologista)	Paulo Markun
Ciências sociais	3)14/12/1987 – Herbert de Souza (sociólogo)	Antônio Carlos Ferreira
	4)17/04/1993 – Roberto Mangabeira Hunger (cientista político)	Jorge Escosteguy
Humanidades	5)10/12/1990 – Antônio Houaiss (filólogo)	Rodolfo Konder
	6)12/02/1996 – José Arthur Giannotti (filósofo)	Matinas Suzuki
Total		06 entrevistas

2.1 Categorias discursivas

Consideraremos cada programa em sua dimensão verbo-visual, como um enunciado concreto. Volóchinov (1981[1926]) destaca três aspectos a serem focalizados na análise do discurso: 1) o horizonte espacial comum aos locutores; 2) o conhecimento e a compreensão da *situação* igualmente comum aos locutores e 3) avaliação comum feita pelos mesmos⁹⁴. Não se trata apenas de focalizar o horizonte espacial

⁹³ Bakhtin (2006a, p.308) ressalta que dois elementos determinam o texto como enunciado: a ideia (intenção) e a realização dessa intenção.

⁹⁴ Por essa perspectiva, o enunciado é compreendido como formado por duas partes: uma verbalizada e outra subentendida. Essa última encarregada de portar o metalinguístico como elemento constitutivo do linguístico. Devemos ressaltar que o termo “metalinguístico” não deve ser entendido na acepção de Jakobson(2008), mas como relacionado ao extra-verbal.

imediatos em réplicas de um diálogo cotidiano. Seria possível considerar também horizontes mais amplos em que o subentendido seja analisado em diversos níveis: da família, da nação, da classe social, épocas contemporâneas ou passadas, etc.

A **entonação** se configura na expressão mais pura desse terceiro aspecto constitutivo do contexto extra-vebal e se apresenta, de acordo com Volóchinov (1981[1926]) orientada conforme duas direções: uma em relação ao ouvinte (cuja presença poderá ser física ou virtual), como aliado ou testemunha e outra em relação ao objeto do enunciado, como terceiro participante vivo. Toda palavra realmente pronunciada seria a expressão e o produto da interação social de três participantes: locutor, ouvinte e objeto/herói (sobre o que se fala).

Consideramos em nossa pesquisa duas formas de refração do discurso: *polêmica aberta*, quando o objeto de refutação é a própria fala do outro e a *polêmica velada*, caracterizada pelo embate de vozes que ocorre por meio do objeto referencial (Bakhtin, 1997[1963]). A partir dessa tipologia discursiva, destacamos duas categorias discursivas de análise:

Tabela 3

Tipologia discursiva	Categorias discursivas de análise
Polêmica aberta	1) Objeto de refutação: discursos oficiais sobre saúde pública.
Polêmica velada	2) Referencial polêmico: contraposição de resultados de pesquisas sócioeconômicas

Para análise da polêmica aberta identificamos três categorias linguísticas: a adjetivação/nomeação, o discurso citado indireto e o uso de conectivos de valor concessivo ou adversativo, bem como uma categoria extra-verbal: entonação (destacada com as falas em letras maiúsculas). No que tange à polêmica velada consideraremos, como elemento linguístico, o que denominamos paráfrase explicativa, momento em que há imbricação entre saberes oriundos da esfera científica e aqueles que circulam na ideologia do cotidiano.

Consideraremos, neste momento, o horizonte social amplo do programa veiculado dia 14 de dezembro de 1987, realizado com o cientista político Herbert de Souza.

3. A TV Cultura no incipiente processo de redemocratização do Brasil: o nascimento do programa *Roda Viva*

Construído no frágil terreno de uma economia capitalista dependente, o regime militar no Brasil assistia, em 1985, ao esfacelamento de suas ações repressivas diante de um país cuja imensa maioria de cidadãos pouco tinha a comemorar no que tange à conquista de direitos civis. A TV Cultura, a despeito de se constituir em uma emissora administrada por uma entidade de direito privado, denominada Fundação Padre Anchieta (FPA), sempre recebeu subvenções governamentais e, dessa forma, mostrou-se suscetível às variações ideológicas empreendidas pelas autoridades instituídas. Analisando a programação da TV-2 (doravante TV Cultura), Leal Filho (1988) constata a existência de quatro propostas básicas, intimamente articuladas especialmente no bojo de lutas ideológicas internas entre membros tutelares permeáveis às diretrizes do poder público e membros resistentes a esse poder.

A primeira proposta, denominada *elitista*, articula-se substancialmente ao contexto de formação da emissora, diretamente vinculada às aspirações políticas do chefe do executivo estadual, o então governador Roberto de Abreu Sodré, que, no auge da efervescência repressiva (vale lembrar que a FPA foi criada em 1967) ofertava o seu quinhão ao projeto militar de integração nacional por meio da criação de cursos de Madureza, cujos objetivos compreendiam, dentre outros, na expansão da educação básica com vistas à formação de mão-de-obra mais qualificada capaz de viabilizar o projeto militar de expansão industrial.

Concomitante à atuação da máquina repressora, cuja censura definia quais fatos jornalísticos deveriam ser transmitidos, havia a semente de uma força de resistência: diante da impossibilidade de competir com a audiência de emissoras do calibre da Globo, Leal Filho (1988) identifica um jornalismo inovador, com o objetivo de interpretar os fatos, o que se configura em uma empreitada corajosa para a época. Esse seria um exemplo da *proposta popular*, concretizada em programas como *Hora da Notícia* e, no início da década de 80, com o programa *Vox Populi*, precursor do *Roda Viva*.

Leal Filho (1988) denomina *populista* a terceira proposta que busca nas TVs comerciais a fonte inspiradora para uma programação de auditório e novelística. Presença marcante no governo de Paulo Maluf (entre os anos de 1979 e 1982) é concebida com vistas a ofuscar o autoritarismo embutido na proposta elitista. Identificado com os tecnocratas que a ditadura produziu nos anos 60 e 70, Maluf via a TV-2 como instrumento propagandístico (Lima, 2008) que poderia lhe conceder os frutos de uma vitória em uma eventual candidatura à presidência da república. A quarta proposta denominada *conciliatória* caracterizar-se-ia pela articulação entre a elitista e a populista, cronologicamente compreendida entre 1976 e 1979.

3.1 O nascimento do programa *Roda Viva*

O *corpus* analisado por Leal Filho (1988) considera a programação da TV-2 até julho de 1986. Podemos afirmar que o surgimento do *Roda Viva* em 29 de setembro desse mesmo ano se constitui no afloramento mais consistente da proposta denominada pelo autor de *popular* que congregava em si forças ideológicas de resistência ao *elitismo autoritário*. Ao acolher vozes de referência oriundas das mais diversas esferas de atividade humana, o novo programa de entrevistas se constituía em um gênero discursivo que suscitava o embricamento de posicionamentos axiológicos nem sempre pautado pela consonância ideológica, delineando-se sob a égide da Nova República.

Compreendido como *tipos relativamente estáveis de enunciados* (Bakhtin, 2006 [1952-53]) os gêneros dialogam com outros gêneros, uma vez que os enunciados se constituem em um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. Dessa forma, o *Roda Viva* nasce da ideia de outro projeto chamado *Vox Populi*. Tratava-se de um programa de entrevistas em que os entrevistados, personalidades do mundo cultural, político, respondiam a perguntas elaboradas pelo povo nas ruas.

O novo programa de entrevistas transmitido pela primeira vez em 1986 era compreendido (e continua sendo) por uma organização espacial específica: cerca de oito entrevistadores apareciam dispostos em uma bancada em formato de circunferência, juntamente com a presença de um mediador. O entrevistado colocava-se no centro da mesma, em uma cadeira giratória. Todos eminentes representantes de suas respectivas esferas de atuação. A despeito da multiplicidade de temas abordados nas edições produzidas, nossa pesquisa considera apenas aqueles provenientes do campo da divulgação científica, em clara imbricação entre as esferas científica e jornalística. Tal recorte se justifica na medida em que objetivamos investigar as relações dialógicas evidenciadas por meio da *polêmica discursiva* entabulada entre o discurso científico e outros discursos. O nosso desafio é descobrir quais discursos são polemizados aberta e/ou veladamente.

4. Análise do contexto imediato: aplicação das categorias discursivas

Consideremos, inicialmente, o *horizonte espacial comum* aos locutores configurado à guisa de arena: a escolha do entrevistado para compor o programa pressupõe a presença de saberes partilhados, o que determina *quem* serão os interlocutores imediatos. Volóchinov (1981[1930]) estabelece uma estreita relação entre as formas da linguagem e a organização socioeconômica da sociedade. A linguagem, sob tal perspectiva, reflete a luta de classes e, portanto, o embate entre discursos ideologicamente construídos no processo evolutivo da sociedade. Dessa forma, consideremos os *papéis sociais* dos interlocutores presentes no programa divulgado dia 14 de dezembro de 1987.

Antonio Carlos Ferreira, mediador, jornalista da TV-2

Demócrito Moura, repórter do Jornal da Tarde.

Umberto Pereira, editor do Globo Rural.

Maria Vitória Benevides, socióloga, professora da USP.

Inês Knaut, repórter da Folha de S. Paulo.

Ricardo Kotcho, repórter do Jornal do Brasil.

Vitalina Dias da Silva, pres. do Centro dos Hemofílicos de São Paulo.

Maria Carneiro da Cunha, escritora e jornalista.

Caio Rosenthal, médico infectologista do Hospital Emílio Ribas.

Herbert de Souza, cientista político⁹⁵.

Contatamos que a seleção dos entrevistadores passa pelo imbricamento de quatro esferas: 1) **a jornalística**, representada por uma subesfera de referência, marcada pela presença de instituições como *Jornal da Tarde*, *Globo Rural*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*; 2) **a acadêmica**, sob o olhar crítico de uma socióloga, professora da Universidade de São Paulo; 3) **estatal**, que mobiliza a visão de um importante centro de referência no combate a doenças infecciosas, mais precisamente, o Hospital Emílio Ribas e 4) **esfera superior da ideologia do cotidiano**⁹⁶, evidenciada pela atuação da representante do Centro dos Hemofílicos de São Paulo. Se considerarmos *o horizonte social amplo*, isto é, o contexto sócio-político-econômico constitutivo desta edição, verificamos que a escolha de tais interlocutores não se configura de modo aleatório: além do aprofundamento das desigualdades sociais, o regime militar provocou uma deterioração dos serviços públicos de saúde. Sem demonstrar maiores preocupações para com esse segmento social no que tange à oferta de infraestrutura hospitalar pública, o governo Sarney se viu diante da avassaladora AIDS.

Bakhtin (2010[1965]) defende a abordagem de um *corpus* de pesquisa, levando em consideração a base ideológica que subjaz à cultura de cada época histórica. Em outras palavras, enunciados que aos olhos contemporâneos podem ser compreendidos como “estranhos”, “caóticos”, uma vez que distantes no tempo e no espaço, portam sentidos delineados segundo experiências humanas desenhadas a partir de bases situadas historicamente, o que suscita diferentes posicionamentos axiológicos. Dessa forma, acreditamos que a contraposição velada aos discursos das autoridades constituídas já se instaura na

⁹⁵ A trajetória de Herbert de Souza seria marcada pela militância política. Durante o curso secundário ingressou na Juventude Estudantil (JEC) e depois, durante o período universitário, fez parte da Juventude Católica (JUC). Na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais fez parte do núcleo que fundou a Ação Popular (AP). Em 1962, formou-se em sociologia e engajou-se na luta pelas chamadas Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart.

⁹⁶ Bakhtin/ Volóchinov(2004[1929],p. 118) denomina “ideologia do cotidiano” a atividade mental centrada na vida cotidiana, distinguindo-a dos sistemas ideológicos instituídos. Tal ideologia é considerada em níveis determinados pelo contato que mantém com tais sistemas, quanto mais próximos, mais organizados e sensíveis às ideologias constituídas. O distanciamento dessas lhe configuraria um caráter desordenado.

própria seleção dos interlocutores que compõem o programa, a começar pelo próprio entrevistado: cientista político atuante junto a segmentos sociais marginalizados durante o regime militar, Herbert de Souza, além de estudioso do contexto social e político do Brasil, portanto conhecedor dos meandros do horizonte social da época, encontra-se infectado pelo vírus HIV. Ora, dar voz a Betinho, já sinaliza a tomada de um posicionamento no mínimo polêmico em relação ao contexto construído pelas elites emergentes pós-golpe de 64.

Mais do que um recurso organizacional do espaço, a disposição dos entrevistadores viabiliza, por parte de cada membro da bancada uma visão completa de todos os participantes, em um mesmo plano esférico, ou seja, nem mesmo o mediador se destaca, do ponto de vista espacial, do conjunto previamente selecionado:



Imagem 1: panorâmica do estúdio aos 2' 04''

As análises subsequentes consideram a edição (programa realizado dia 14 de dezembro de 1987) na condição de *enunciado concreto*, ou seja, como *unidade de comunicação discursiva* cuja conclusibilidade⁹⁷ aparece demarcada por elementos pertinentes à construção composicional: durabilidade da entrevista – 116'50''; papéis sociais desempenhados pelos participantes no próprio gênero – mediador, entrevistadores e entrevistador, o que define tacitamente o tempo que cabe a cada um falar (o entrevistado detém maior

⁹⁷ Conclusibilidade é entendida como espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso que ocorre, pois o falante disse ou escreveu tudo o que precisava dizer em determinado momento, de acordo com a situação constitutiva de determinado gênero (Bakhtin, 2006 [1952 -53]).

tempo de exposição de fala), bem como modo de expressão, evitando a interrupção brusca da fala do convidado situado ao centro da bancada.

É preciso observar, primeiramente, que há, nessa edição, dois referenciais do ponto de vista do contexto, constitutivos do horizonte social, que perpassam os *temas* abordados pelos interlocutores: em primeiro lugar, a *eminente epidemia de Aids* no país que expandia seu poder de destruição para além das fronteiras dos bolsões de pobreza e enveredava pelas camadas sociais privilegiadas e, em segundo lugar, a *elaboração de uma constituinte com vistas à produção de uma nova constituição* (a atual, datada de 1988).

Do ponto de vista composicional, o enunciado em questão é formado por duas partes: uma primeira que denominamos *introdutória* executada nos primeiros minutos do programa pelo mediador e uma segunda delineada pelo jogo de perguntas e respostas. Eis, inicialmente, a primeira:

Boa noite... nós estamos começando o programa Roda Viva que é transmitido simultaneamente pela rádio Cultura AM e retransmitido pelas TVs educativas de Minas Gerais... Mato Grosso do Sul... Bahia... Piauí e Espírito Santo... excepcionalmente hoje o programa será coordenado por mim... o titular de Roda Viva... o jornalista Augusto Nunes está viajando e volta na próxima semana... o entrevistado desta noite é o cientista político Herbert de Souza.. presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids... para entrevistar Herbert de Souza nós convidamos Demócrito Moura repórter da editoria de saúde do Jornal da Tarde... Umberto Pereira... editor-chefe do programa Globo Rural e diretor editorial da revista Globo Rural... Maria Vitória Benevides... socióloga, escritora, professora da Universidade de São Paulo e membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo... Inês Knaut... repórter da Folha de São Paulo... Ricardo Kotcho... escritor e repórter da sucursal São Paulo do Jornal do Brasil... Vitalina Dias da Silva... presidente do Centro dos Hemofílicos de São Paulo... Maria Carneiro da Cunha... escritora e jornalista... Caio Rosenthal... médico especializado em doenças infecciosas...o doutor Rosenthal atua no Hospital Emílio Ribas e no Hospital do Servidor Público de São Paulo... nós vamos contar também com a presença do cartunista Negreiros... que vai fazer alguns desenhos que serão mostrados ao longo do programa... a nossa plateia é composta por membros do GAPA... Grupo de Apoio e Prevenção da Aids e Membros do Centro de Hemofílicos de São Paulo... além de outros convidados da produção... lembro que os telespectadores poderão fazer perguntas ao entrevistado pelo telefone dois cinco dois meia cinco dois cinco através da Lúcia... da Maída e da Geane...((tem início, neste momento, a apresentação de dados biográficos do entrevistado)) Mineiro... cinquenta e dois anos... Herbert de Souza... o Betinho... é um homem de muitas lutas... suas primeiras batalhas foram políticas... militante da organização de esquerda Ação Popular... durante o regime militar foi obrigado a se exilar... ((entrevistado sempre com a cabeça baixa)) hoje é membro da Comissão Nacional pela reforma agrária e Secretário Executivo do Ibase Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas⁹⁸ ... não abandonou a política... portanto... mas obrigado a abrir uma nova frente de luta... contra a Aids... Hemofílico... uma doença genética que dificulta a coagulação do sangue... Herbert de Souza é portador do vírus da Aids... que pegou ao receber fatores coagulantes fabricados com sangue de doadores contaminados pela Aids... a doença não se manifestou nele... em pior situação estão seus dois irmãos... também hemofílicos e com a doença já manifestada... o músico Chico de Souza... e o conhecido humorista e escritor Henfil... Betinho... eu sei que as estatísticas da

⁹⁸ Betinho criou o Ibase em 1981. O principal objetivo dessa entidade era democratizar as informações sobre a realidade socioeconômica no Brasil.

contaminação de hemofílicos pela Aids são terríveis... você poderia... poderia nos dar um balanço desse quadro?⁹⁹ (fragmento 1)

Tal introdução revela, inicialmente, a intencionalidade do enunciador (produtores do programa) representado pelo mediador: fornecer ao telespectador e participantes informações institucionais acerca da elaboração do programa: transmissão, retransmissão para alguns estados brasileiros, identificação da titularidade do papel do mediador. Tais dados sinalizam o potencial de divulgação do programa, inaugurado há pouco mais de um ano na época. Na sequência, há a identificação do papel social do entrevistado, bem como dos entrevistadores e cartunista – Negreiros. O mesmo apresentador ainda orienta os telespectadores quanto à forma de participação. Em outras palavras, constatamos que a responsividade¹⁰⁰ daquele que assiste ao programa, por meio de *perguntas e comentários*, também se evidencia constitutiva do gênero em questão.

Ainda dentro da parte introdutória, identificamos a inserção de fatos relacionados à *biografia do entrevistado*, que não é identificado primeiramente por sua condição de cientista social, mas como “militante da organização de esquerda Ação Popular” e “membro da Comissão Nacional pela Reforma Agrária”, bem como “secretário-executivo do Ibase”. As demais informações relacionam-se à luta de Betinho contra a Aids contraída por meio de transfusão de sangue. Tais informações sinalizam a tônica da polêmica discursiva instaurada no programa, uma vez que essa luta é constantemente associada ao embate entre os *discursos oficiais* que promoviam a ideia de melhora nos indicadores sociais (relacionados à saúde e emprego, por exemplo) e o *discurso do cientista social* que, por meio de experiências pessoais e de pesquisas, se contrapõe aos mesmos.

Vale considerar, portanto, que quando o mediador ressalta tais papéis sociais do entrevistado, o mesmo já dimensiona o teor temático do programa, de modo que, apesar de ser ao vivo, permitindo a participação de telespectadores, a escolha dos interlocutores (entrevistadores e plateia – formada por membros do GAPA e Centro dos Hemofílicos de São Paulo) não se efetiva de maneira aleatória. Trata-se de uma temática que se encontra no âmbito da esfera da *ideologia do cotidiano*: saúde pública no Brasil, em especial as formas de contágio da AIDS. Bakhtin/Volóchinov (2004[1929], p. 118) considera esse o domínio da palavra não fixada num sistema instituído e que *acompanha os atos e gestos de cada um de nossos estados de consciência*. Ora, o programa absorve essa temática, transportando-a para a esfera jornalística, mais precisamente como elemento constitutivo do enunciado que possibilita a interposição de vozes de outras esferas: medicina, sociologia, níveis superiores da ideologia do cotidiano, representados pelo Centro dos Hemofílicos de São Paulo.

⁹⁹ O sinal de reticências (...) representa qualquer pausa dos interlocutores.

¹⁰⁰ Fazemos uma referência aqui ao que Bakhtin (2006 [1952-53], p.271) denomina de *ativa compreensão responsiva*, isto é, o ouvinte, ao perceber o significado (linguístico) do discurso, concorda, discorda dele, completa-o, etc, demonstrando, dessa forma, alinhar-se ideologicamente com determinados discursos. Nossa pesquisa também toma como objeto de estudo as *réplicas dialógicas* dos telespectadores. Limitar-nos-emos, entretanto, ao estudo das polêmicas aberta e velada.

4.1 A polêmica aberta contra os discursos oficiais sobre saúde pública

Consideraremos, nesse momento, a *tomada dos discursos oficiais sobre saúde pública* como objeto de refutação da polêmica aberta instaurada. Destacamos que diferentemente da fala do mediador, cujo tom expressivo da voz, na parte introdutória do programa, configura-se de modo equilibrado, gerando um *efeito de racionalidade* na exposição das informações, as falas dos interlocutores, nos pares de perguntas e respostas, apresentam *entonações*¹⁰¹ *expressivas* que serão registradas com letras maiúsculas. Na sequência, encontra-se a resposta do entrevistado à pergunta do mediador ainda realizada na parte introdutória do programa. Pergunta essa que compreendemos como *elemento de articulação entre ambas as partes*: “Betinho... eu sei que as estatísticas da contaminação de hemofílicos pela AIDS são terríveis... você poderia... poderia nos dar um balanço desse quadro?”

Herbert de Souza: Eu posso lhe falar mais especificamente do quadro do Rio de Janeiro... temo que o quadro não seja TÃO diferente no resto do Brasil...no Rio de Janeiro... existem mil cento e cinquenta hemofílicos cadastrados... destes... seTENTA por cento estão contaminados pela Aids...

Antônio Carlos Ferreira (mediador): E como foi que aconteceu esse **deSASTre**?

Herbert de Souza: **Esse desastre** tem muitas origens e muitas causas... **a primeira causa é a ausência quase absoluta... quase poderíamos dizer absoluta do controle da qualidade de sangue na história nossa do Brasil...** o sangue que é uma coisa tão vital... tão importante... é comercializado... ele tratado como mercadoria de uma forma absolutamente criminoso... e hoje a Aids veio só dramatizar isso porque na verdade através do sangue você pode ser contaminado por várias coisas GRAVES... às vezes até tão graves quanto a Aids... quanto a hepatite B... a doença de Chagas... não é... e VÁRIAS outras doenças...mas a Aids veio tornar a coisa absolutamente dramática... não é... porque o sangue... é através do sangue que:: a:: a:¹⁰² Aids se transmite... basicamente é através do sêmen contaminado... que também tem que entrar na corrente sanguínea e do sangue contaminado e dos fatores derivados do sangue... bom... é:: **apesar do discurso oficial de falar que existe controle do sangue no Brasil... não menos que setenta por cento dos bancos de sangue no Brasil não fazem controle... teste para essas enfermidades...** além do mais... mesmo algumas que fazem... estão fazendo e a gente tem notícia disso... através de um sistema de PULL ... isto é...pega dez transfusões e testa e faz um teste das dez... não é... ou em dez testa uma ((sinaliza com as mãos a singularidade do teste)) quer dizer... que é uma coisa absolutamente também sem rigor não é... sem precisão... resultado...no Rio de Janeiro... seTENTA por cento dos hemofílicos estão contaminados... mais de quarenta já morreram... só no último mês morreram eh:: TRÊS hemofílicos em situações dramáticas de asfixia... por asfixia SEM assistência hospitalar **porque lhes foi negado assistência hospitalar por um hospital dirigido por uma freira... da ordem de de São Vicente... irmãs...**¹⁰³ **o ordem chama Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo** dos três um menino de DEZ anos... um jovem de dezesseis anos e um adulto com trinta e cinco anos morreram com insuficiência respiratória aguda...

¹⁰¹ Para Volóchinov (1981[1930]) a *entonação* é a expressão fônica da avaliação social. Cada entonação exige a palavra que lhe corresponde, que convém. O que determina a entonação é a orientação social do enunciado.

¹⁰² O sinal de :: representa o prolongamento de vogal ou consoante como r e s.

¹⁰³ O sinal de / sinaliza um truncamento no ato de fala.

Ricardo Kotcho: Betinho... o que você nos contou até agora é um caso típico de crime de omissão... crime de responsabilidade... eu queria que você dissesse... sempre que tem um crime tem um autor... um responsável... quem são os criminosos nesta história?

Herbert de Souza: Olha... ((ri)) vai ser uma longa... e tenebrosa busca... no caso específico desses três casos nós entramos na.../com um.../ na décima oitava delegacia com pedido de inquérito policial por omissão de socorro e nós estamos acusando o hospital São Vicente de Paulo por omissão de socorro tendo como consequência a morte...

Ricardo Kotcho: Isso já no final da linha... e no começo da linha?

Herbert de Souza: No começo da linha eu acho que:: no caso do SANGue... existe TOda uma questão relacionada à saúde pública neste país... não é?... a minha... a minha visão é a seguinte... nos últimos vinte e tantos anos... ao longo de nossa história mas particularmente nos vinte e tantos anos houve um processo de deterioro quase que TOTAL do sistema de saúde pública... os hospitais públicos que no passado eram símbolo de excelência... hoje se transformaram em símbolo de decadência... com honROsas exceções... por exemplo... eu... quando era criança eu era tratado no Servidor... no Hospital do Servidor Público do Rio... e lá nos tinham os melhores hematólogos... melhor sangue... melhor tratamento... MESMO quando nos internávamos com dez quinze pacientes... mas o tratamento médico era o melhor... eu quando estava clandestino aqui em São Paulo... eu fui SALVO em mil novecentos e sessenta e sete com uma cirurgia... uma hemorragia de estômago no Hospital das Clínicas... e recebi no Hospital das Clínicas de São Paulo o melhor tratamento possível... sendo um indigente... porque eu tava clandestino... me internaram como indigente... e:: ((ri)) e assim eu me salvei... mas... ao longo desse tempo... né... a medicina não foi só privatizada como comercializada... como deteriorada... as universidades perderam a qualidade de ensino não é... e aquilo que deveria ser um patrimônio de todos acabou se transformando no privilégio de uns poucos... quer dizer... hoje se você tem que internar um Filho seu... se você quer o melhor... o que que você faz?... você busca a MELHOR clínica particular e interna o seu filho... antigamente você podia pegar o seu filho e levar para um hospital PÚBLICO... e o mais incrível é que essas clínicas particulares dos hospitais particulares... inclusive essa de São Vicente são mantidos... em grande medida... com dinheiro público... ESSA é que é a grande questão... por exemplo essa clínica São Vicente foi construída com dinheiro da Caixa Econômica Federal com dinheiro do fundo da Caixa Econômica Federal... que é dinheiro nosso... não é verDAde...? (fragmento 2)

Para análise da polêmica aberta instaurada no trecho acima, identificamos três **categorias linguísticas**: a adjetivação/nomeação, o discurso citado indireto e o uso de conectivos de valor concessivo ou adversativo, bem como uma **categoria extra-verbal**¹⁰⁴: a entonação. Na pergunta do mediador: “E como foi que aconteceu esse deSAStre?” contatamos que o locutor denomina “desastre” a informação apresentada pelo entrevistado de que 70% dos hemofílicos do Rio de Janeiro estão contaminados pela Aids. A entonação enfática revela **indignação** diante do fato apresentado. O mesmo termo é utilizado pelo entrevistado, o que sinaliza um compartilhamento de valores quanto ao mesmo dado levantado. O verbete “desastre”¹⁰⁵ é definido como *evento, acontecimento que causa sofrimento e grande prejuízo (físico, moral, material, emocional); desgraça, infortúnio*. Subjaz a tal denominação aspectos contextuais como: ausência

¹⁰⁴ Volóchinov (1981[1926]) observa que todo enunciado cotidiano considerado como um todo portador de sentido se decompõe em duas partes: 1) parte verbal atualizada e 2) parte subentendida. A avaliação determina a escolha das palavras e a forma da totalidade verbal através da entonação que estabelece uma estreita relação entre o discurso e o contexto extra-verbal.

¹⁰⁵ Disponível em < <http://houaiss.uol.com.br/> > Acesso em 22 de maio de 2010.

de políticas públicas de saúde que evitassem a propagação da doença e, portanto, uma contraposição ao discurso oficial quanto à sua existência e à suposta eficiência das mesmas.

Na posterior fala do entrevistado há a mobilização do discurso citado indireto em: “...apesar do discurso oficial de falar que existe controle do sangue no Brasil... não menos que setenta por cento dos bancos de sangue no Brasil não fazem controle... teste para essas enfermidades..”. No plano linguístico, a polêmica aberta torna-se evidente pela utilização do conectivo “apesar de”, o que revela um embate entre o que o discurso oficial defende (a existência do controle de sangue no país) e o discurso do cientista social. A subsequente pergunta de Ricardo Kotcho igualmente faz uso do recurso da nomeação, selecionando um termo ainda mais contundente: **criminosos** para os autores do que o então repórter do Jornal do Brasil denominava **crime de omissão, crime de responsabilidade**. Tal nomeação demonstra conceber de forma assertiva a recusa do atendimento no Hospital da ordem de São Vicente de Paulo como um “... caso típico de crime de omissão”. Kotcho parte do pressuposto de que tais “criminosos” encontram-se em diferentes níveis de responsabilidade: “...e no começo da linha?...”. O subentendido presente no enunciado refere-se ao papel do Estado como o responsável pela saúde pública no país.

4.2 Polêmica velada: refração discursiva instaurada na contraposição de dados de pesquisa

No fragmento a seguir constamos que, apesar do entrevistador jornalista inserir em seu discurso uma referência explícita ao discurso oficial representando pelo slogan governista do então presidente José Sarney, o que, no referido contexto, configura uma tonalidade polêmica aberta contra esse discurso, o entrevistado, ao contrapor dados de pesquisas diversas – uma oficial e outra não oficial -, efetua igualmente um embate em relação ao próprio discurso do poder instituído por meio de um objeto referencial: critérios de realização de pesquisa e, conseqüentemente, geração de resultados favoráveis à imagem do governo:

Ricardo Kotcho: (...)O que você sente quando você vê na televisão aqueles anúncios do governo anunciando... governo José Sarney... **tudo pelo social**... quais são os últimos medidores econômicos... sociais do Ibase que você trabalha... você dirige... **em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?**

Herbert de Souza: Olha... **eu acabei de ver exatamente NEsses dias dois estudos feitos... de um estatístico e outro de um economista... um deles chama Marco Antônio de Souza Aguiar... e ele faz um estudo da evolução da massa salarial brasileira... o estudo mostra... que NUNCA essa massa esteve tão baixa...** houve uma perda... do plano cruzado pra cá... de cerca de TRINTA por cento da massa salarial... e isso há que se reconhecer... quer dizer... a evolução da massa salarial no plano cruzado foi ascendente e por isso que ele foi tão bombardeado... desarticulado e acabou sendo destruída porque a massa salarial crescia... acaba o plano cruzado começa a abaixar... a:: a:: o poDER né...aquisitivo... não só o poder aquisitivo por causa do processo inflacionário mas também... a composição do salário na produção... começa a diminuir... que dizer... eu

tenho a impressão... que:: os nossos indicadores sociais ... eles são muito pobres... por exemplo... o IBGE nos dá uma taxa de desemprego...é:: MENOR que dos Estados Unidos... porque o IBGE não mede desemprego... nem emprego... ele mede atividade... então se você ta fazendo alguma coisa... se você ta se MEXENDO né... pro IBGE você ta empregado... então nós temos essa situação incrível não é de ter.../ uma vez por exemplo nós fizemos uma pesquisa base na Baixada... em Nova Iguaçu... e chegamos a uma taxa de DESEMPrego de vinte e oito por cento... porque nós medimos emprego e desemprego e não atividade... então você tem hoje uma situação éh:: social... totalmente... desarticulada... destruída ao longo desses anos e... nesse contexto o discurso do governo de que “tudo pelo social” passa como uma espécie de piada de mau gosto... realmente uma piada de mau gosto... (fragmento 3)

Após priorizar sintaticamente *o caráter de atualidade* em seu discurso de tonalidade polêmica, o entrevistado insere em sua fala o resultado dos estudos de dois pesquisadores: um “estatístico” e outro de um “economista”, fato que confere legitimidade às suas proposições, uma vez que oriundos do campo científico. A menção do nome de um dos cientistas possibilita a *referenciação bibliográfica*, bem como a determinação da fonte da pesquisa, o que permite a acentuação da credibilidade em relação às asserções que o entrevistado fará na sequência. E é tendo em vista essa referenciação, isto é, *atribuindo autoria* aos dados que Betinho insere os resultados pertinentes à pesquisa do economista. Resultados que estabelecem uma relação dialógica com a pergunta de Kotcho, uma vez que visam responder a questão: “... em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?”. Questão elaborada a partir do pressuposto: “o povo brasileiro é miserável”, ou seja, o que o jornalista problematiza não é o estado de miserabilidade dos brasileiros – tido como fato – *mas sim suscita um levantamento comparativo dessa miserabilidade numa escala temporal*, evidente na utilização do adjunto adverbial de tempo: “em alguma época da nossa história”. Pergunta que convoca a presença do intelectual, cientista social Herbert de Souza, uma vez que pressupõe a resposta de um especialista. Daí a pertinência do caráter de atualidade constitutivo do discurso do entrevistado.

No que tange aos resultados da pesquisa apresentada, o entrevistado destaca a evolução da massa salarial brasileira. O cientista social evidencia que “... NUNCA essa massa esteve tão baixa...”. A entonação expressiva utilizada na pronúncia do advérbio “nunca” também explicita o dissenso em relação ao discurso oficial embutido no slogan. A inserção do resultado da pesquisa mostra-se como prova que fundamenta cientificamente a polêmica. A afirmação do entrevistado quanto às causas que teriam levado ao fim o plano Cruzado, em função do crescimento da massa salarial, no período, sugere a existência de segmentos do poder instituído que criavam barreiras quanto ao aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas. O entrevistado, ao utilizar a voz passiva analítica, não identifica tais segmentos: “...a evolução da massa salarial no plano cruzado foi ascendente e por isso que ele foi tão bombardeado... desarticulado e acabou sendo destruído porque a massa salarial crescia...”. O horizonte social amplo da época contribui para identificação de quais discursos são refletidos e refratados no momento de utilização dessa construção sintática (voz passiva analítica): o plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas lançado em

28 de fevereiro de 1986, pelo então ministro da fazenda Dilson Funaro, fracassou mediante a tentativa de conter a inflação, ao determinar, por exemplo, o congelamento de preços de bens e serviços, bem como de salários. O fato é que, diante do insucesso desse plano, Funaro lança o Cruzado II, em 21 de novembro de 1986. Finalmente, a inflação foi contida e poder de compra dos salários cresceu. Entretanto, diante do crescimento da demanda consumidora, os fornecedores passam a cobrar ágio pelos produtos, o que provoca desabastecimento.

Consideremos, na seção seguinte, a análise de mais um fragmento tendo em vista a categoria que denominamos *paráfrase explicativa*.

4.2.1 Polêmica velada por meio da paráfrase explicativa

Compreendemos a *paráfrase explicativa* como a imbricação entre saberes oriundos da esfera científica e saberes da esfera jornalística e/ou da ideologia do cotidiano. No fragmento abaixo constatamos a reverberação da polêmica velada no momento em que o entrevistado oferece exemplos que ilustram as contraposições identificadas pelo cientista social nos critérios científicos adotados pelo IBGE na medição do desemprego:

Profa. Maria Vitória Benevides: Betinho... explica um pouco... pro IBGE o cara que ta tomando conta de carro na rua ta empregado...

Herbert de Souza: Tá empregado...

Profa. Maria Vitória Benevides: (É obvia a quantidade de desemprego...) ((superposição de falas))

Herbert de Souza: Eu vou te dar um exemplo... pai... mãe e filha... o pai é metalúrgico do ABC... a mãe é dona de casa e a filha é:: ta na escola... para o IBGE tem duas pessoas desempregadas e uma empregada... ta... só o:: operário é que ta empregado... ai o operário se desemprega... ele é despedido... a mãe passa a lavar roupa... e a filha vai vender bala na estação... por esse critério... dois estão empregados e um está desempregado... ((concomitância de falas)) (**fragmento 4**)

A entrevistadora prevê um virtual público telespectador urbanizado que conheça a realidade de “pessoas que tomam conta de carro”, de modo que o questionamento da socióloga problematiza o critério de pesquisa adotado pelo órgão público (IBGE). O tom de coloquialidade da professora, demonstrado por expressões como “...pro IBGE o cara que ta tomando conta de carro na rua ta empregado...” constitui recurso dialógico que considera a situação de comunicação imediata que vislumbra um público telespectador não especialista em temas da esfera científica. Dessa forma, a paráfrase explicativa não se limita a dizer com outras palavras o simples conteúdo temático relacionado à contraposição de critérios científicos apontados pelo entrevistado, mas se configura em um *novo enunciado* que intenciona aproximar o público-alvo do programa do revestimento polêmico velado.

5. Considerações finais

O presente trabalho visa contribuir com a análise das *polêmicas discursivas* que subjazem à composição do programa *Roda Viva*, em especial aqueles realizados com entrevistados cientistas. Consideramos aquele veiculado em 1987, com o cientista social Herbert de Souza, representativo de um leque estreito de programas realizados com cientistas nos anos 80. Atribuímos essa reduzida presença de cientistas nessa primeira década de vida do programa ao próprio contexto sócio-político-econômico: a recente abertura política, problemas com os altos índices inflacionários, efervescência social iniciada com a campanha pelas Diretas e, posteriormente, retomada com a elaboração de uma constituinte em prol de uma nova Constituição. Tais elementos do horizonte social mostram-se constitutivos do enunciado analisado, do ponto de vista temático, composicional (uma vez que define quais serão os interlocutores), e estilísticos, evidenciados pela escolha de termos que explicitam posicionamentos avaliativos em relação aos temas, objetos referenciais do debate.

A partir de uma tipologia discursiva apresentada por Bakhtin (1997[1963]), destacamos duas categorias discursivas: 1) *polêmica aberta contra discursos oficiais sobre saúde pública* e 2) *polêmica velada instaurada por meio da contraposição de dados de pesquisas socioeconômicas*. No que diz respeito à primeira dessas categorias, consideramos três elementos linguísticos: a nomeação/adjetivação, conectivos de valor adversativo ou concessivo e o discurso citado indireto, bem como uma categoria extra-verbal: a entonação. Constatamos a contundência com que essa polêmica se efetua, por meio de críticas à pseudo-política social do governo Sarney. Ao denominar “*piada de mau gosto*” o slogan “*tudo pelo social*”, o entrevistado não deixa cair no vazio a justificativa de sua denominação e, por meio da polêmica velada, apresenta dados de pesquisa que contradizem uma realidade forjada por órgãos do governo interessados em manter uma imagem positiva do mesmo.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovich. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. 2, ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997[1963].

_____. Os gêneros do discurso. In **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1952-53]. p. 261-306.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 7, ed. São Paulo: Hucitec, 2010 [1965].

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovich & VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo : Hucitec, 2004 [1929].

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2008.

LEAL FILHO, Laurindo. **Por trás das câmeras**: relações entre Cultura, Estado e Televisão. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, Jorge da Cunha. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

VOLÓCHINOV, Valentin **Le discours dans la vie et le discours dans la poésie**: contribution à une poétique sociologique In: TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine*: le principe dialogique. Paris: Seuil, 1981[1926]. p. 181 -214.

_____. La structure de l'énoncé. In : TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine**: le principe dialogique. Paris: Seuil, 1981[1930]. p. 287-316.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *Created in full politic movement outlined by process of democratization in the country, the program of TV Cultura, Roda Viva, port as a constitutive feature of verbal interaction process characterized by the presence of actors from various institutions. The goal of this article is to outline theoretical and methodological aspects of our research whose analysis contains in its diachronic scope issues aired in the last three decades, with scientists interviewed. The question that drives our research is: which discourses are reflected and refracted in such a context? Toward an analysis of the program two discursive categories: open controversy in relation to official discourse and the controversy brought on veiled opposition between socioeconomic survey results.*

Key-words: *controversy; journalism; scientific vulgarization; Bakhtin Circle; dialogism*

O modelo didático do gênero “notícia on-line” numa proposta sociointeracionista

Thiago Jorge Ferreira Santos¹⁰⁶

Resumo: Este estudo objetiva analisar alguns exemplares do gênero notícia on-line. Para o estudo, foram analisados 12 notícias de três diferentes sites de jornais on-line. Para a análise utilizamos a teoria desenvolvida por Jean-Paul Bronckart (1999), a qual entende que a organização do texto como um folhado constituído por três camadas superpostas. Primeiramente, analisamos a infra-estrutura geral do texto, que compreende os seguintes parâmetros: o tipo de discurso predominante e as sequências textuais. Depois, analisa-se os mecanismos textuais que compreendem as conexões, a coesão nominal e verbal. Por fim, analisamos os mecanismos enunciativos, onde são verificadas as vozes e as modalizações.

Palavras-chave: Interacionismo Sociodiscursivo; gêneros textuais; modelo didático; gênero notícia on-line; Análise do Discurso

1. Introdução

Esse artigo é resultado do nosso trabalho de iniciação científica que consistiu em construir o modelo didático do gênero notícia on-line a partir da análise de 12 notícias retiradas de três jornais franceses: “Le Monde”, “Le Figaro” e “Libération”.

Ao analisarmos várias notícias, objetivamos estudar o gênero textual notícia on-line em língua francesa, pois este pode servir de apoio para professores de língua estrangeira (LE) na preparação de suas aulas e para terem um estudo, em mãos, a partir do qual possam compreender como esse gênero textual é estruturado e organizado em suas características linguísticas e enunciativas. Em outros termos, estamos propondo a construção do modelo didático desse gênero textual, já muito conhecido por meio da mídia impressa e sobretudo pelo advento da internet. A denominação “modelo didático” surgiu em Genebra, Suíça, com o propósito definido de subsidiar o trabalho docente e favorecer o ensino/aprendizagem da compreensão/produção de textos, neste caso, o francês. De acordo com o grupo de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, para um ensino/aprendizagem de qualquer gênero de texto, faz-se necessário, antes, que as atividades em sala de aula sejam norteadas por um modelo didático do gênero. Os modelos didáticos são objetos descritivos e operacionais que, quando construídos, facilitam a apreensão da complexidade da aprendizagem de um determinado gênero. Eles permitem visualizar as características ensináveis do gênero em estudo e facilitam a seleção das dimensões ensináveis numa determinada etapa de escolarização ou o seu adiamento para etapas posteriores. (MACHADO; CRISTOVÃO, 2006).

Para tal objetivo, necessitávamos de um aparato teórico-metodológico que contemplasse o texto não somente nos seus aspectos linguísticos ou enunciativos, mas também em seu aspecto estrutural. Foi na

¹⁰⁶ Bolsista CNPq de Iniciação Científica, sob a orientação da Prof^a Dr^a Eliane Gouvêa Lousada, do Programa de Pós-Graduação de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês (FFLCH-USP). E-mail: thiago.jorge.santos@usp.br.

teoria do Interacionismo sociodiscursivo (ISD) que encontramos este modelo (a frente detalhado) completo para a análise estrutural, linguística e enunciativa dos textos. Na leitura desse modelo, percebemos a importância dada pelo ISD ao contexto de produção das notícias que, além de tornar a análise do gênero mais refinada, nos fez também pesquisar as obras dos *experts* da área do Jornalismo (LAGE, 1987; SOUZA, 2000) e do Jornalismo digital (FERRARI, 2007, 2008) para melhor construir o modelo didático do gênero notícia. Enfim, esperamos que este estudo possa contribuir para os estudos de gêneros textuais na perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart (1999) e, mais especificamente, propomo-nos a mostrar as características linguístico discursivas do gênero textual notícia. Nesse sentido, este estudo, visando a construção do modelo didático das notícias, soma-se a outros já feitos para a melhor compreensão desse gênero textual.

O ISD apoia-se no conceito de gênero desenvolvido por Bakhtin afirmando que a ação de linguagem é realizada pelo uso dos gêneros disponíveis em uma dada formação social. Nesse sentido, os gêneros textuais são *construtos históricos*, os quais se modificam na medida que as questões sociocomunicativas evoluem, ou seja, para o ISD os gêneros textuais não são formas fixas (BRONCKART, 1999, p.108):

[...] a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma nebulosa, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjunto de textos com contornos vagos e intersecção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes) (BRONCKART, 1999, p.74).

Assim, os gêneros textuais nascem, desaparecem ou modificam-se de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade e, devido a essa instabilidade dos gêneros, há muitos critérios tanto literários quanto linguísticos para os nomear e classificar. Cada falante de uma determinada língua conhece alguns gêneros textuais de sua formação social e sabe nomeá-los, mesmo que esse falante não conheça a estrutura linguística e enunciativa dos gêneros, ele os classifica pela extensão, pela estrutura etc. O falante sempre usará os gêneros textuais adaptando-os “aos valores particulares da situação em que se encontra” (MACHADO, 2004, p.25), quer dizer, os falantes não reproduzirão pura e simplesmente o modelo do gênero.

Bronckart (1999) entende que os gêneros textuais são artefatos históricos escolhidos no intertexto para a realização de uma ação de linguagem, que reúnem as representações de um agente sobre contextos de ação, em seus aspectos físicos, sociais e subjetivos. Schneuwly (1994), que trabalha essa mesma noção de gêneros e a aplica no âmbito do ensino-aprendizado de línguas, lembra que os gêneros textuais se constituem como ferramentas do agir, entendendo que a atividade humana envolve um sujeito que age sobre objetos ou situações, utilizando-se de objetos específicos sócio-historicamente elaborados.

Os gêneros podem ser classificados por vários critérios, como por exemplo, pelo suporte material em que são circulados. Nos gêneros classificados como gêneros textuais, verifica-se uma regularidade, ao

menos imparcial, em sua composição interna por marcas linguísticas, que são segmentos constitutivos semiotizados ou colocados em discurso (BRONCKART, 1999, p.75). Essas formas linguísticas estão associadas à construção das coordenadas de mundos virtuais diversos do mundo empírico do agente produtor (BRONCKART, 1999, p.92).

Na sequência, começamos a descrição do gênero notícia on-line utilizando o modelo de análise de textos proposto por Bronckart (1999). Esse modelo tem uma primeira preocupação em descrever o contexto de produção em que os textos estão inseridos e, em seguida, descrever a arquitetura interna dos textos. O produtor de um texto deve tomar decisões na execução da produção textual. Ele pensa em estratégias para melhor desempenhar a ação comunicativa de linguagem pretendida. Primeiramente, o produtor do texto deverá ter em vista o quadro contextual, ou seja, ele deverá refletir na situação de ação de linguagem em que ele está inscrito, o contexto de produção e o “assunto”, isto é, o conteúdo temático que o agente produtor quer produzir, de acordo com os parâmetros dos mundos físico e sociossubjetivo. Após essa primeira reflexão, o produtor do texto deve escolher um gênero textual, disponível no intertexto, para, a seguir, articular o plano geral do texto, os tipos de discurso que serão organizados através das sequências e ou outros tipos de planificação. A reflexão sobre o contexto, que compreende o quadro das escolhas referentes aos tipos de discurso e às sequências textuais, é chamado por Bronckart (1999, p.119) de infra estrutura geral de um texto, formando, segundo o autor, juntamente com os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos o folhado textual, isto é, três camadas superpostas que configuram a organização dos textos.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: apresentaremos primeiramente os resultados das análises das notícias, comentando-as a partir de nosso quadro teórico. Essa parte está subdividida segundo os níveis de análise propostos pelo ISD (BRONCKART, 1999).

2. Resultados das análises das notícias que compõem o corpus

Antes de abordarmos os níveis de análise do ISD, apresentaremos a análise do contexto em que as notícias escolhidas foram produzidas.

A opção por trabalhar com notícias tiradas da internet deveu-se a dificuldade de acesso impresso nessas línguas. Como já dito, os jornais escolhidos foram o “Le Monde”, “Le Figaro” e “Libération”, três jornais de grande circulação na França e muito conhecidos nesse país. Nas notícias analisadas percebemos que 11 delas não eram assinadas por jornalista, mas sim, por agências de notícias.

2.1. O contexto de produção das notícias analisadas

O contexto de produção do texto tem influência decisiva sobre a organização do texto que será produzido e também sobre as unidades linguísticas que serão mobilizadas no texto. Na verdade, ao pensar sobre o contexto de produção, o produtor do texto refletirá sobre a situação de interação ou de comunicação em que ele está. Esses conhecimentos vão exercer papel decisivo nas tomadas de decisão sobre a organização do texto (BRONCKART, 1999, p.92).

Como analisaremos o gênero “notícia”, julgamos essencial conhecer melhor o contexto de produção deste gênero. Segundo especialistas da área do jornalismo como Ferrari (2007) e Souza (1999), as notícias são produzidas em redações de jornais ou nas agências de notícias que funcionam como “atacadistas de notícias”, sendo que seu foco é divulgar as informações com muita rapidez, já que elas servem de fonte primária para outros veículos. O emissor deste gênero é geralmente um jornalista. Após o advento da internet ocorreu uma mudança na estrutura organizacional das redações, sendo que nas grandes redações os jornalistas são jovens, recém-formados, com facilidade para lidar com softwares, mas pouca experiência para tratar a informação.

Segundo Ferrari (2007), o caminho percorrido pela notícia, desde o surgimento da ideia na reunião de pauta (ou momento em que o editor acessa o site das agências de notícias até sua publicação na internet) demora, muitas vezes, dez minutos. Ainda segundo Ferrari (2008), os jovens de 18 a 25 anos são hoje os potenciais consumidores da nova mídia interativa. São eles que se sentem atraídos por vários recursos como compras on-line, homebanking, jogos e educação a distância.

Como já dito, 11 das notícias encontradas foram assinadas por agências de notícias, o que mostra a importância dessas instituições para o jornalismo. As agências surgiram no séc. XIX, com a fundação da primeira agência, a Havas, sediada em Paris, que, mais tarde, foi dividida em AFP e Reuters; 6 notícias analisadas são assinadas pela AFP e 3 pela AFP e Reuters. Durante a Guerra Civil Americana nos Estados Unidos os jornais de Nova York, os maiores, se juntaram formando a Associated Press (AP); 1 de nossas notícias foi assinada pela AP e 3 pela AP e AFP.

Essas instituições mantêm repórteres nas maiores cidades do mundo e terminais de computadores espalhados por vários países, “elas praticamente dominam o acesso à informação que move o capitalismo flexível, a sociedade líquida, a partir do trabalho de campo de suas equipes de reportagem e, principalmente, de sua rede de relacionamento com as fontes.” (NASCIMENTO, 2008, p.63).

2.2. A infraestrutura geral do texto

Na infraestrutura geral, aborda-se o texto em seu nível mais profundo, onde são focalizados, neste folhado, o plano geral do texto (refere-se à organização de conjunto do conteúdo temático); os tipos de

discurso (designa os diferentes segmentos que o texto comporta); as articulações entre os discursos; as sequências e formas de planificação.

2.2.1. Plano geral do texto

O plano geral de um texto pode ser entendido com um resumo, ou seja, a maneira pelo qual o produtor organiza o assunto que quer tratar. É no plano geral que identificamos os tipos de discursos utilizados e as sequências que compõem o texto. Para compreender o plano global das notícias, recorreremos novamente a especialistas em jornalismo para compreender a organização que é “esperada” no gênero notícia. Segundo Lage (1987), a estrutura de uma notícia, compreende:

- a) O título, ele tem a função de chamar atenção do leitor e devem conter ação
- b) Manchete, onde as notícias são resumidas. Abaixo da manchete temos um link onde podemos reagirmos a notícia relatada.
- c) *Lead* (ou lide), informa: o quê? Quem? Onde? Quando? Por que? Como?
- d) *Sublead*, equivale ao segundo parágrafo da matéria e contém informações menos importantes do que a do *lead* e objetiva disciplinar o ordenamento da notícia.
- e) Corpo da matéria, o modo como o assunto é desenvolvido.

Assim, o jornalista organiza o texto por meio da chamada pirâmide invertida, que consiste em responder no primeiro parágrafo, chamado de *lead* e no corpo da notícia, repostas as perguntas *o quê? Quem? Onde? Quando? Por que? Como?*. Esta técnica de redação é utilizada para segurar o leitor para este continuar a leitura da notícia, fornecendo-lhe informações importantes no início e desenvolvendo-as no decorrer do texto. As notícias encontradas seguem exatamente esta ordem podendo, em alguns casos, apresentar uma imagem abaixo da manchete e um ou dois vídeos no meio ou final do texto.

2.2.2. Tipo de discurso

Bronckart (1999), seguindo Weinrich (1973, apud Bronckart, 1999), toma a tese dos mundos discursivos propondo algumas mudanças. Weinrich opõe o mundo narrado ao mundo comentado, ou seja, os mundos do NARRAR e os mundos do EXPOR, referindo-se este às operações de construção das coordenadas que organizam o conteúdo temático num texto que são conjuntas à construção das coordenadas de mundo ordinário da ação de linguagem e aquele quando as operações de construção das coordenadas gerais são apresentadas de maneira disjuntas, isto é, quando o conteúdo temático se refere a fatos passados ou futuros.

No cruzamento das características dos dois mundos discursivos, do NARRAR e do EXPOR, Bronckart (1999) define quatro tipos de discursos: NARRAR implicado e o NARRAR autônomo e, EXPOR implicado e o EXPOR autônomo.

Para compreender os conceitos de implicado ou autônomo, é necessário remeter aos estudos de Benveniste (1976) sobre discurso e história. Baseando-se nesses estudos, Bronckart (1999) sustenta que o texto é IMPLICADO, quando ele implica os parâmetros de ação de linguagem, com referências dêiticas a esses parâmetros, integradas ao conteúdo temático, sendo que para compreendermos este texto devemos estudar as suas condições de produção. Quando o texto possui uma relação de independência com os parâmetros de ação de linguagem, Bronckart (1999) afirma que ele é AUTÔNOMO destes parâmetros e sua compreensão não requer que saibamos suas condições de produção.

Tendo estes dois subconjuntos (NARRAR e EXPOR/ IMPLICADO e AUTÔNOMO) em vista, podemos definir os quatro tipos de discurso segundo Bronckart (1999):

- o mundo do NARRAR implicado (relato interativo)
- o mundo do NARRAR autônomo (narração)
- o mundo do EXPOR implicado (discurso interativo)
- o mundo do EXPOR autônomo (discurso teórico)

A leitura das notícias analisadas mostra uma estrutura da ordem do NARRAR:

o mundo discursivo é situado em um outro lugar, mas esse outro lugar, entretanto, deve permanecer como um mundo parecido, isto é, um mundo que deve ser avaliado ou interpretado pelos seres humanos que lerão o texto. Esses mundos, ao mesmo tempo situados à distância e parecidos, podem, por isso, apresentar graus diversos de desvios em relação às regras em vigor no mundo ordinário (BRONCKART, 2003, p. 154).

Eis alguns exemplos:

(1) “**Silvio Berlusconi** a reçu un coup de poing au visage, **dimanche 13 décembre**, à l’issue d’un meeting à **Milan**. **Son** agresseur présumé a été arrêté et transféré à la préfecture de police. **Il** était soigné pour problèmes mentaux depuis dix ans, a annoncé l’agence italienne Ansa.” (Texto 2)

(2) “**Le chef du gouvernement italien, Silvio Berlusconi**, a été hospitalisé **dimanche soir** après avoir été frappé au visage à la fin d’un meeting électoral à **Milan** (nord). **Son** agresseur, apparemment un déséquilibré, a été immédiatement arrêté.” (Texto 10)

(3) “**L’inconnue**, vêtue d’une chasuble rouge, a été rapidement interpellée. **Elle** était interrogée **jeudi soir** par les gendarmes du Vatican. Il semble qu’**elle** souffre de troubles psychiques. **Elle** avait franchi les barrières de sécurité, qui séparent les fidèles de l’allée centrale de la basilique, pour s’approcher du pape qui conduisait la procession avec les cardinaux.” (Texto 8)

Verifica-se que esses segmentos não “são apresentados como sendo acessíveis ao mundo ordinário dos protagonistas da interação” (BRONCKART, 2003, p. 153). Se dissemos que o gênero textual notícia on-

line pertence à ordem do NARRAR, pois os exemplos 1, 2 e 3 estão disjuntos do mundo ordinário, agora temos que analisar quais tipos de discurso foram encontrados.

Começemos pelos exemplos 1,2 e 3 dados acima, que como já dissemos, estão em disjunção com o mundo ordinário, mas implicados em relação ao ato de produção. Isso quer dizer que encontramos, nas notícias, diversas unidades dêiticas (temporais, espaciais, verbais e pronominais), como podemos observar nos três primeiros exemplos; caso houvesse ausência de unidades dêiticas, ou seja, se os parâmetros físicos de ação de linguagem não estão explícitos, eles seriam implicados em relação à situação de produção, constituindo o tipo de discurso relato interativo.

Assim, todas as notícias do *corpus* analisado marcam, na maioria dos segmentos, autonomia com relação ao ato de produção, pois os organizadores linguísticos espaciais, temporais e as unidades pronominais [em negrito] não remetem diretamente ao espaço dessa interação ou o momento da interação. De tudo posto, podemos classificar como um dos tipos de discurso encontrado, *a narração*. Para Saito, Cristovão e Zorzo-Veloso (2005, p.5):

A notícia estará, geralmente, marcando implicação; pois suas unidades de segmento do texto remetem diretamente ao espaço dessa interação ou ao momento da interação; pelo estatuto dêítico dessas unidades, sua interpretação completa requer um conhecimento sobre os parâmetros físicos de produção.

Essa é uma questão relevante para o ensino desse gênero [gênero notícia] justo porque para que um acontecimento se torne notícia, precisam ser levados em consideração o caráter atual e a proximidade geográfica, social ou afetiva do fato ao leitor. Além disso, quanto mais implicados estejam os leitores nos fatos narrados, maior a reação desse público quando lê a notícia. Dessa preocupação em fazer parte do cotidiano das pessoas e implica-las no texto, vem o interesse por fatos que acarretam consequências, mesmo que não imediatas; fatos raros, pouco comuns, assim como conflitos e desastres, ou mesmo, descobrimentos e inovações científicas. Ou seja, quanto maior a ruptura com a norma ou com a estabilidade, maior será sua aceitação por parte do público; portanto mais apropriado para que dê a conhecer convertendo-se em notícia.

Segundo as autoras, para que o acontecimento se torne notícia, ele deve causar uma proximidade entre o fato em questão e o leitor, o que justificaria encontrar no gênero textual notícia unidades de segmento do texto remetem diretamente ao espaço da interação ou ao momento da interação. Observemos os seguintes segmentos:

(4) "Le chef du gouvernement italien, Silvio Berlusconi, frappé au visage dimanche soir à la fin d'un meeting électoral à Milan, doit être hospitalisé au moins jusqu'à mercredi. « **Nous ferons une nouvelle fois le point demain, (Mardi) puis nous déciderons s'il sort ou non. Les conséquences sont plus graves qu'on ne le pensait** », a indiqué son médecin personnel. « **Je pense pouvoir déjà anticiper que Silvio Berlusconi ne sortira pas de l'hôpital avant 36 heures** », a déclaré dans la soirée le docteur Alberto Zangrillo, de l'hôpital San Raffaele à Milan, où est soigné le chef du gouvernement italien."

(5) " Dans son homélie, Benoît XVI a dénoncé "**l'égoïsme, celui du groupe comme celui de l'individu**", qui "**nous tient prisonniers de nos intérêts et de nos désirs, qui s'opposent à la vérité et nous séparent les uns des autres**".

Observemos, nos dados segmentos, os trechos em destaque. No segmento (4), temos a fala do médico pessoal de Silvio Berlusconi sobre o estado de saúde do primeiro ministro italiano e de um médico do hospital onde Berlusconi foi internado. Já no segmento (5), temos as palavras de Bento XVI na homilia da missa de natal, após o papa ser derrubado por uma mulher. Nos trechos destacados dos dois segmentos, notamos que há ausência de unidades de espaço e tempo, o que mostra que as coordenadas do mundo discursivo não estão distantes das coordenadas do mundo ordinário da interação, ou seja, há uma aproximação do leitor com o mundo discursivo do expositor. Notemos também o uso da primeira pessoa do singular e plural que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal, diferentemente dos segmentos (1), (2) e (3), onde não há o uso da primeira pessoa e nem uma proximidade com o leitor, estabelecendo, desse modo, uma distância do mundo ordinário do leitor. Assim, o segundo tipo de discurso encontrado no gênero textual notícia é o *relato interativo*, que funciona com um discurso de prova para o leitor.

2.2.3. Tipos de sequência

Com relação às sequências textuais, Bronckart (1999) retoma e reformula o conceito de sequência de Adam (1992), que classifica cinco tipos de sequências textuais, ao passo que para Bronckart as sequências se distribuem em seis tipos, pois além da sequência argumentativa, dialogal, descritiva, explicativa e narrativa, ele inclui a sequência injuntiva. Segundo Machado (2005, p.247), as sequências textuais apresentam características em diferentes níveis:

- no nível semântico-pragmático, as sequências são modos do agente produtor do texto (re)construir, no mundo discursivo, os elementos do mundo ordinário, tendo em vista seus destinatários e os efeitos pretendidos;
- no nível morfosintático, elas se caracterizam por apresentar um número de fases, marcadas por unidades linguísticas;
- no nível psicológico, elas implicam operações discursivas desenvolvidas pelo produtor para organizar os conteúdos;
- no nível teórico, as sequências não são modelos imutáveis, mas sim construtos teóricos derivados de análises;
- no nível de sua relação com os tipos de discurso, elas são determinadas pelos *tipos de discurso*, sendo que em cada um dos tipos de discurso há o predomínio de determinadas sequências.

No caso da redação de uma notícia, o jornalista organiza o texto por meio da chamada pirâmide invertida, que consiste em responder no primeiro parágrafo, chamado de “*lead*” e no corpo da notícia, repostas as perguntas o quê? Quem? Onde? Quando? Por quê? Como? Esta técnica de redação é utilizada

para segurar o leitor para este continuar a leitura da notícia, fornecendo-lhe informações importantes no início e desenvolvendo-as no decorrer do texto. No *corpus* analisado encontramos, predominantemente, dois tipos de sequências: narrativa e o script.

Nos *leads* das notícias percebemos que, muitas vezes, as notícias são iniciadas pela fase da complicação da sequência narrativa, ou seja, pela perturbação da situação inicial, que não é narrada no texto, pois é pressuposta pelo jornalista e, justamente por se tratar de um desequilíbrio da situação inicial, é que o acontecimento, definido “de maneira restritiva como todo fato que está fora da ordem habitual” (Charaudeau, 2007, p.95) merece ser noticiado. Após a fase da complicação, segue-se, segundo Machado (1998), a fase das reações provocadas pela tensão criada, como foi notado em algumas notícias analisadas. O gênero textual notícia não segue todas as fases de uma sequência narrativa, restringindo-se a fase da complicação, das reações e, em alguns casos, da situação final.

Como já dissemos, além dos seis tipos de sequências, Bronckart (1999) apresenta mais dois tipos de sequência chamados de planificação pelo autor: *o script e a esquematização*. A planificação se caracteriza como uma sequência onde não se desencadeia nenhuma tensão, os acontecimentos são postos em ordem cronológica sem deflagrar nenhum distúrbio do que está sendo narrado. Este tipo de planificação é comum no gênero notícia, segundo as análises do *corpus*, pois, muitas vezes, a finalidade da notícia não é mostrar uma tensão, mas somente mostrar os acontecimentos, como em um exemplo de uma notícia em que o objetivo era noticiar uma reunião entre líderes de países para resolver assuntos climáticos.

2.3. Organização Interna

Conforme Bronckart (1999), a segunda camada do folhado textual refere-se aos mecanismos de textualização, que são séries isotópicas que contribuem para uma coerência temática, articulada pelo destinatário em grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto. Distinguímos três mecanismos de textualização: conexão, coesão nominal e coesão verbal (BRONCKART, 1999, p.263).

Os mecanismos de conexão servem para articular a progressão temática por meio de organizadores textuais. Esses organizadores podem marcar a transição entre tipos de discurso ou entre tipos de sequência ou outra forma de planificação, podendo, também, articular frases (BRONCKART, 1999, p.264)

Quando os conectores assinalam a transição entre tipos de discurso, assumem a função de “segmentação” e quando assinalam a transição entre tipos de sequências, têm função de “demarcação” ou “balizamento”. Os conectores ainda podem “explicitar as modalidades de integração das frases sintáticas à estrutura que constituiu a fase uma sequência ou outra forma de planificação (Bronckart, 1999, p.264), tendo assim, função de “empacotamento”. E por último, os mecanismos de conexão podem articular duas frases sintáticas em uma só frase, exercendo a função de “ligação” (coordenação) ou de “encaixamento” (subordinação).

As notícias analisadas mostraram que neste gênero é recorrente encontrar conectores com função de *ligação*, que juntam duas frases com sentido de adição e com sentido de oposição. Os conectores com função de *ligação* (6 e 7) são os de maior predominância juntamente com os conectores com função de *encaixamento* (8).

(6) « Il avait affirmé que Khamenei aurait dû se soumettre à des élections libres **et** être soumis à la critique. »

(7) « **Mais** il a conservé le titre de Grand ayatollah, restant ainsi une figure centrale pour de nombreux chiïtes.. »

(8) « M. Montazeri, **qui était âgé de 87 ans**, est décédé des suites de maladie, selon les mêmes sources. »

Os mecanismos de coesão nominal tanto podem introduzir temas e/ou personagens, quanto assegurar sua retomada ou substituição no desenvolvimento do texto, fazendo com que o produtor do texto organize as informações novas e as já fornecidas por meio de cadeias referenciais formada por sintagmas nominais e pronominais (BRONCKART, 1999, p.268). Vejamos como as cadeias referências se organizam no gênero notícia:

(9) « **Le grand ayatollah Hossein-Ali Montazeri**, ancien dauphin de l'imam Khomeiny, devenu très critique à l'égard du régime islamique depuis sa disgrâce en 1989, est mort samedi 19 décembre, à Qom, ont annoncé dimanche plusieurs agences. »

(10) « **Silvio Berlusconi** a reçu un coup de poing au visage, dimanche 13 décembre, à l'issue d'un meeting à Milan. Son agresseur présumé a été arrêté et transféré à la préfecture de police. Il était soigné pour problèmes mentaux depuis dix ans, a annoncé l'agence italienne Ansa. »

(11) « **Le pape Benoît XVI** est tombé jeudi soir au cours d'une bousculade à l'entrée de la basilique Saint-Pierre, alors qu'il s'apprêtait à célébrer la traditionnelle messe de Noël. Promptement secouru, le Pape s'est rapidement relevé et a pu rejoindre l'autel. C'est une femme "apparemment déséquilibrée" qui a tenté de s'approcher du Souverain Pontife, provoquant cette bousculade au cours de laquelle Benoît XVI est tombé, a indiqué un porte-parole du Vatican. »

Os segmentos acima são *leads* que, como já sabemos, servem para responder as perguntas o quê? Quem? Onde? Quando? Por quê? Como? Notemos pelos exemplos dados que as notícias geralmente começam introduzindo a resposta ao quem? Sendo, assim, a personagem introduzida que será a mais retomada pelo produtor do texto no desenvolvimento do conteúdo temático, ou seja, a maior cadeia referencial é a que se refere, nos exemplos acima, ao aiatolá Montazeri, a Silvio Berlusconi e ao papa Bento XVI, como vemos abaixo:

{Le grand ayatollah Hossein-Ali Montazeri, ancian dauphin de l'imam Khomeiny, \emptyset ¹⁰⁷, M. Montazeri, Théologien respecté, l'ayatollah, l'un des théoriciens, l'un des artisans, il, il, Ali

¹⁰⁷ O símbolo \emptyset significa apagamento de um pronome (Bronckart, 1999, p.270)

Montazeri, son, il, il, l'éminence il, il, le grand aiatolá, Ø, il, ses, il, il, grand ayatollah Montazeri, sa} (Cadeia referencial do segmento 9)

{Silvio Berlusconi, son, le chef du gouvernement italien, l', Silvio Berlusconi, il, il, Ø, il, il, le, Silvio Berlusconi, l', le chef du gouvernement, Silvio Berlusconi, il, chef du gouvernement} (Cadeia referencial do segmento 10)

{le pape Benoît XVI, il, le pape, Ø, Souverain Pontifice, Benoît XVI, pape, le pape, Benoît XVI, son, Benoît XVI} (Cadeia referencial do segmento 11)

Notemos agora o título das notícias dos exemplos (9), (10) e (11), respectivamente:

Iran: l'ayatollah Hossein-Ali Montazeri est mort

Silvio Berlusconi frappé au visage à l'issue d'un meeting

Le pape bousculé par une déséquilibrée

De acordo com o *corpus* analisado, portanto, podemos afirmar que a personagem mais retomada, ou seja, aquela cuja cadeia referencial ou anafórica é maior, é a personagem que é apresentada no título.

Para a coesão verbal, Bronckart (1999) propõe três parâmetros para sua análise: os processos, vinculados à aspectualidade, os eixos de referência, vinculados à temporalidade, e a duração psicológica associada ao ato de produção. Para a análise desses parâmetros faremos como Bronckart (1999), ou seja, aliar a coesão verbal com os tipos de discurso.

Como dissemos acima, o gênero textual notícia pertence a ordem do NARRAR, sendo, deste modo, um gênero cujo discurso é disjunto do mundo ordinário do ato de produção e essa disjunção é marcada pela presença de uma origem espaço-temporal da qual se desenvolverão o conteúdo temático e (bem como) o início do processo narrativo e a duração associada ao ato de produção, chamado de "eixo de referência temporal".

Para a análise da coesão verbal nas notícias, começemos pelo *lead*:

O verbo central do *lead*, aquele que informa sobre a transformação ocorrida no mundo objetivo, é perfectivo. Isto significa que:

- a) irá no pretérito perfeito, se a notícia é (de) fato acontecido;
- b) irá no futuro ou no futuro próximo (presente pelo futuro), se a notícia anuncia fato previsto;
- c) muito raramente irá no presente, mesmo na narrativa concomitante (de um repórter, no rádio ou televisão) (LAGE, 1987, p.28)

Nos *leads* analisados, em geral, de acordo com o *corpus* analisado, encontramos *leads* cujo eixo de referência, ou seja, "a duração formal do processo narrativo que se desenvolve a partir da origem" (BRONCKART, 1999, p.285), é marcado pelo pretérito perfeito, mas especificamente pelo uso do *passé composé*, como neste *lead*:

(12) « Le pape Benoît XVI **est tombé jeudi soir** au cours d'une bousculade à l'entrée de la basilique Saint-Pierre, alors qu'il s'apprêtait à célébrer la traditionnelle messe de Noël. Promptement secouru, le Pape **s'est rapidement relevé** et **a pu** rejoindre l'autel. C'est une femme "apparemment déséquilibrée" qui **a tenté** de s'approcher du Souverain Pontife, provoquant cette bousculade au cours de laquelle Benoît XVI **est tombé, a indiqué** un porte-parole du Vatican.

Nesta narração, por ser autônomo, o mundo discursivo é ancorado em uma origem temporal, “jeudi soir”, no caso acima, “que explicita que o início do processo narrativo e de seu eixo de referência temporal entretêm uma relação calculável com a duração do ato de produção” (BRONCKART, 1999,p.297). O processo narrativo nas notícias é desenvolvido com o uso do “passé composé”, pois é esse tempo verbal que, segundo Maingueneau (2008, p.116), permite evocar fatos que contribuem para progredir a ação.

Quando falamos em “progredir a ação” não podemos nos esquecer de que estamos nos referindo a notícias on-line, onde o movimento de progressão narrativo é diferente do da mídia impressa. Para Ferrari (2007, p.124), um dos elementos da mídia digital é o que a autora chama de *ação* que se refere a um alto nível de combinações possíveis que o leitor tem para fazer progredir a narrativa:

Enquanto a mídia tradicional certamente tem elementos de movimento do conteúdo e a ação requerida pelo usuário para acessar o conteúdo (vídeo) e ação requeridas pelo usuário para acessar o conteúdo (virar a página impressa), as narrativas on-line pedem diferentes modelos de ação.

Bronckart (1999) chama de temporalidade primária a relação direta do processo ou com um dos eixos de referência, ou com a duração associada ao ato de produção. O autor distingue localizações neutras de isocronia, retroação e projeção, associadas a um eixo de referência de um determinado tipo de discurso. Como podemos ver acima, no trecho de notícia (12), os processos são apresentados numa ordem que parece reproduzir a dos acontecimentos da diegese, portanto, são objetos de uma localização isocrônica em relação ao eixo de referência (jeudi soir). A localização isocrônica é predominante no corpus analisado. Ela mostra o problema da mídia em relatar um acontecimento relacionando entre o realismo e a ficção, pois o jornalista “é pressionado pelo dever de credibilidade que o obriga a “colar” no acontecimento bruto” (CHARAUDEAU, 2007, p.159) para que o leitor tenha a impressão de verossimilhança. E, no caso das notícias on-line, esse problema é mais latente na medida que as notícias são elaboradas em um menor tempo.

Os mecanismos enunciativos são os últimos níveis em que o texto se organiza. Nesta camada, analisa-se as vozes presentes no texto e as modalizações. Os mecanismos enunciativos contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, fazendo emergir as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) sobre aspectos do conteúdo temático, bem como as fontes dessas avaliações (Bronckart, 1999, p.319). De acordo com Lousada (2010), esses mecanismos dão a clarificação dialógica do texto por meio das vozes e das modalizações. Em nossa pesquisa, para complementar o estudo dos mecanismo enunciativos, valemo-nos dos estudos midiáticos de Patrick Charaudeau no âmbito da Teoria

Semiolinguística, pois, assim como o ISD, essa teoria trabalha com um método de análise textual e discursiva cujo objetivo é apreender as representações e a intencionalidade do “eu” produtor do texto, como sublinha Machado (2006, p.18):

A TS [Teoria Semiolinguística] fala muito em “atos de linguagem”, uma terminologia empregada (talvez) no lugar de “enunciados”; porém, um ato de linguagem deve ser visto não só pelo fato de conter um “Eu” que se dirige a um “Tu”, em determinado lugar e hora, mas, também como algo carregado de uma intencionalidade e motivado por uma visada de influência.

Para Bronckart (1999), as vozes são as entidades que assumem a responsabilidade do que é enunciado. Elas podem ser tanto a voz do autor (que procede diretamente da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém com comentários ou avaliações do conteúdo temático) como vozes de personagens (seres humanos ou entidades humanizadas) e vozes sociais (de grupos ou instituições).

No gênero textual notícia, a voz do autor se sobressai sendo ele quem assume o papel de textualizador, que articula os tipos de discurso, do plano geral do texto e dos mecanismos de textualização. No entanto, na maioria das notícias analisadas o autor não é nomeado, senão as agências de notícias. Assim, essas são instituições de informação cuja função é difundir notícias de suas fontes situadas em várias localidades para diversos meios de comunicação. Ao atribuir às agências alguma responsabilidade do que está no conteúdo temático, o jornalista e, mais do que ele, o jornal, está se eximindo de ser julgado pelo que foi relatado.

Outro aspecto dos mecanismos enunciativos que merece destaque nas notícias é o uso do discurso relatado enquanto forma de inserção de vozes. Tanto Charaudeau (2007) quanto Maingueneau (2008) concordam quanto à definição e funcionalidade do discurso relatado. Para Charaudeau (2007), porém, o discurso relatado também funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo. Nas notícias, o discurso relatado é bastante utilizado sob a forma do discurso direto podendo ser identificado por várias formas, sobretudo, tipográficas: aspas e itálico:

(13) Le président de la République Giorgio Napolitano a **«fermement condamné ce grave geste d’agression»**. **«C’est un geste inqualifiable que je condamne fermement»**, a aussi réagi Pier Luigi Bersani, *leader* du Parti démocrate (PD, principal parti d’opposition). Selon le ministre de la Culture, Sandro Bondi, l’agression contre Silvio Berlusconi est le fruit d’une **«longue campagne de haine»** contre le chef du gouvernement, menée **«par certains secteurs de la politique et des médias»**. Cette **«violente agression constitue un épisode d’une singulière et exécrable gravité»**, a estimé de son côté la Conférence épiscopale italienne, qui a souhaité **«un climat culturel plus serein et respectueux»** dans le pays. Son prédécesseur à la tête du gouvernement, Romano Prodi, a **«exprimé sa profonde indignation et sa ferme condamnation de ce geste violent»** lui souhaitant **«un prompt rétablissement»**.

Notemos, neste fragmento de notícia, o grande uso do discurso direto [em negrito] criando autenticidade e indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas. Na verdade, segundo Maingueneau (2008), o discurso direto não relata necessariamente falas pronunciadas

efetivamente, pois trata-se de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade. O parágrafo foi praticamente construído com o uso do discurso direto, com ausência de introdutor explícito, sendo que a única marca de discurso direto é a tipográfica (idem, p.145). Foi lançado mão deste recurso pois se tratam de falas de líderes políticos que possuem pontos de vistas diferentes e ligações políticas também diferentes, o que nos levará a fazer predições sobre a orientação de seu julgamento.

No fragmento, vemos também o uso da forma *selon*, muito utilizada nas notícias e que, segundo Maingueneau (2008), é uma forma preposicional que assinala uma mudança de ponto de vista, fornecendo um quadro no interior do qual será interpretado o discurso citado. Mesmo utilizando o discurso relatado o jornal não está isento de reações dos leitores. As reações dos leitores nos revelam uma outra diferença entre os jornais impressos e os on-line, pois, enquanto, no primeiro, o leitor tem que enviar uma carta para o jornal e essa carta, muitas vezes, não é publicada pela falta de espaço do jornal, em jornais on-line, há um link que o leitor pode acessar e, assim, reagir à notícia. Em uma das notícias analisadas, constavam 184 reações, o que seria impossível no espaço do jornal impresso.

Maingueneau (2008, p.181), define o que ele chama de ilhas enunciativas, ou seja, algumas palavras atribuídas aos enunciadores citados marcados com aspas ou itálico ou ambos. As ilhas são integradas à sintaxe:

(14) Berlusconi souffre en effet de contusions au visage, avec une blessure interne et externe de la lèvre supérieure, une petite fracture du nez et deux dents cassées. Il souffre également d'un fort mal de tête et se nourrit avec difficulté à cause de ses blessures. Le chef du gouvernement, 73 ans, a toutefois passé une nuit **«tranquille»**. Sa première demande a été de **«voir les quotidiens»**, selon les médias.

Este fragmento contém duas ilhas enunciativas perfeitamente encaixadas à sintaxe do parágrafo e que, no caso da primeira, tem um efeito irônico na medida em que, depois de todas as sequelas descritas, seria praticamente impossível o primeiro ministro passar uma noite tranquila. Segundo Brait (2008, apud Lousada, 2010) aquele que produz a ironia procura chamar a atenção do destinatário para o discurso e, deste modo, contar com sua adesão. O produtor pressupõe que existam conhecimentos compartilhados entre locutor e destinatário, no que tange aos valores pessoais, sociais ou constituintes de um imaginário coletivo.

Como já dissemos acima, as modalizações são comentários ou avaliações sobre elementos do conteúdo temático. Bronckart (2009, p.330) distingue quatro tipos de modalizações: modalizações lógicas (avaliações apoiadas em critérios elaborados e organizados no quadro das coordenadas formais que definem o mundo objetivo); modalizações deônticas (avaliações apoiadas em critérios elaborados e organizados no quadro das coordenadas formais que definem o mundo social); modalizações apreciativas (avaliações apoiadas em critérios elaborados e organizados no quadro das coordenadas formais que definem o mundo subjetivo) e modalizações pragmáticas (contribuem para a explicação de alguns aspectos

da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático). Nas notícias analisadas, as modalidades lógicas foram as mais encontradas:

(15) il avait pris position **notamment** contre le durcissement progressif du régime

(16) Son agresseur, **apparemment** un déséquilibré, qui a utilisé comme arme une reproduction de la cathédrale gothique de Milan

O uso desse tipo de modalização gera nas notícias um efeito de verdade:

o efeito de verdade está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”[...] O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influências psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade (CHARAUDEAU, 2007, p.49).

Considerações finais

A partir de todas as análises feitas, acreditamos que este trabalho possa auxiliar, sobretudo, professores de língua francesa ao trabalharem com o gênero notícia em sala de aula. Ao propormos o modelo didático do gênero notícia, estamos primeiramente ampliando os estudos já existentes e possibilitando que os professores possam elaborar uma sequência didática (SD) que, para o ISD, pode ser definida como um conjunto de atividades organizadas de maneira sistematizada em torno de uma atividade de linguagem. A SD deve permitir, qual seja seu objeto (um tema ou um gênero), o desenvolvimento de três tipos de capacidades de linguagem mobilizadas durante a produção do texto: capacidades de ação, capacidades discursivas e capacidades linguístico discursivas (LOUSADA, 2006). No entanto, as SDs, segundo Machado (2001), têm de estar baseadas num modelo didático do gênero; daí o interesse de nosso trabalho.

Pensando nas contribuições futuras de nosso trabalho, podemos dizer que uma SD sobre o gênero notícia, baseada no modelo didático do gênero notícia que apresentamos neste trabalho, poderia permitir que os alunos se posicionassem ativamente diante deste gênero, de modo que a estrutura linguística e discursiva que esmiuçamos atue no processo de aprendizagem dos estudantes para a construção de enunciados significativos e que interajam com textos e com vozes sociais

Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães e al. São Paulo: Ed. Pontes, 1989.

BRONCKART, J-P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 1999.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Trad. Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

FERRARI, P. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Hipertexto, Hipermissão: as novas ferramentas da comunicação digital.** São Paulo: Contexto, 2007.

LAGE, N. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Ática, 1987.

LOUSADA, E.G. A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para a análise de textos. In: CUNHA, C.L.; PIRIS, E.L.; CARLOS, J.T. (Orgs.). **Abordagens metodológicas em estudos discursivos.** São Paulo: Editora Paulistana, 2010. ISBN 978-85-99829-47-9. Disponível em: <http://www.epedusp.org/ilepedlivro/index.htm>.

_____. La séquence didactique: on outil qui peut contribuer à l'autonomie du professeur. **Rencontres** (PUCSP), São Paulo, v.10, p.223-232, 2006.

MACHADO, A.R. Um instrumento de avaliação de material didático com base nas capacidades de linguagem a serem desenvolvidas no aprendizado de produção textual. **Intercâmbio**, São Paulo, v.10, p.137-147, 2001.

_____. Para re(pensar) o ensino de gêneros. **Caleidoscópio** – Revista de Linguística aplicada. Unisinos, v.2, 2004, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MACHADO, A.R.; CRISTÓVÃO, V.L.L. **A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros.** São Paulo, 2006.

MACHADO, A.R. **Perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart.** In: MEURER, J.L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p.237-259.

MACHADO, I. L. . Algumas reflexoes sobre a Semiologia. **Letras & Letras**, v. 22, p. 13-22, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, LUIZ MARINES JOSÉ DO. **O ethos da empresa e a atividade do jornalista de uma agência de notícias.** São Paulo, 2008. 236f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – Pontifícia Universidade Católica).

SAITO, R. S; V. L. L. CRISTOVÃO; V. ZORZO-VELOSO. **As dimensões ensináveis do gênero notícia on-line em língua espanhola numa proposta sócio-interacionista.** Maringá: APLIEPAR, 2005. Disponível em: www.apliepar.com.br/site/anais_eple2005/pdf/11.pdf. Acessado em 10/06/2010.

SCHNEUWLY, B. et al. **Gêneros orais e escrito na escola.** Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SOUSA, J. P. **As Notícias e os Seus Efeitos.** Coimbra: Minerva, 2000.

WEINRICH, Henri. **Le temps.** Paris: Seuil. 1973.

Dados para indexação em língua estrangeira

Abstract: *This study aims to analyse the textual genre “ on-line news” . For the study, 12 news of three different sites of on-line newspapers were analysed. For the analysis, we use the theory developed by Jean-Paul Bronckart (1999), which understands the text organization as a model with three layers. Formost, we analyse the general structure of the text, which has the following parameters: the main kind of discourse and the textual sequences. After, we analyse the texts mechanisms, where connection, nominal and verbal cohesion are being considered. Finally, the third moment analyses the statement mechanisms, to verify the presented voices and modes.*

Keywords: *Sociodiscursive Interacionism; textual genres ; didactic model ; on-line news genre; Discourse analysis.*